



1917-1987

SOCIALISMO

EM DEBATE

3ª Edição

2025



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL



1917-1987

SOCIALISMO

EM DEBATE

3ª Edição

2025



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Lincoln Secco,
Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori,
Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da publicação: Valter Pomar

Revisão: Rita Camacho

Projeto gráfico e diagramação: Emilio Font

Fotos: Acervo do Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de
Holanda/Fundação Perseu Abramo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pomar, Valter (org.)

P843s 1917-1987 : Socialismo em debate [livro eletrônico] / Valter
Pomar (org.) - 2. ed. - São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2025.

450 p.

Originalmente publicado pelo Instituto Cajamar em 1988
ISBN: 978-65-5626-200-0

1. Socialismo 2. Revolução Russa 3. Revolução Comunista -
China 4. Revolução Sandinista - Nicarágua 5. Revolução Cubana
I. Título. II. Pomar, Valter (org.) III. Carvalho, Carlos Eduardo IV.
Garcia, Marco Aurélio V. Falcão, Rui VI. Piva, Marco VII. Pomar,
Wladimir



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

Índice

Apresentação da terceira edição	5
Expediente da primeira edição	7
Frases constantes das abas da primeira edição	8
Aba da capa	8
Aba da contracapa	9
Voltar aos 17	11
Apresentação da edição <i>fac-símile</i> publicada em 2017	11
Apresentação	21
Apresentação da primeira edição publicada em 1988	21
Cronologia	23
Cronologia geral	23
URSS	28
China	31
Cuba	35
Nicarágua	38
Brasil	43
Relação dos Participantes	51
URSS	55
CHINA	125
CUBA	191
NICARÁGUA	271
BRASIL	325
Anexos	423
Mapas e indicadores dos países	423
URSS	424
China	425
Cuba	426
Nicarágua	427
Brasil	428
Indicações bibliográficas	433
Movimento operário e socialismo	434
Outras obras a considerar	434
União Soviética	435
China	436
Cuba	437
Nicarágua	437
Brasil	439
Álbum de fotos	441



Apresentação da terceira edição

O seminário que deu origem a este livro foi realizado em novembro de 1987. Quase um ano depois, em agosto de 1988, o setor de publicações do Instituto Cajamar enviou para a gráfica os originais da primeira edição de *Socialismo em Debate*. Faziam parte do referido “setor de publicações” Carlos Eduardo Carvalho, Rui Falcão e o autor destas linhas. Contamos com a contribuição, também, de Marco Aurélio Garcia, Marco Piva e Wladimir Pomar. Coube a mim o trabalho de diagramação e secretaria gráfica. A impressão foi feita pela Companhia Editora Joruês. Não há registro da tiragem, nem houve um lançamento formal. Mas recordo ter vendido parte da tiragem durante o Congresso Nacional da CUT realizado em Belo Horizonte, também no ano de 1988.

Quase 30 anos depois do seminário, em junho de 2017, propus à Fundação Perseu Abramo a publicação de uma edição *fac-símile* do livro original. A Fundação aceitou produzir uma edição virtual, disponível apenas em formato PDF. Na Apresentação do referido *fac-símile*, que reproduzimos na presente edição, conto mais detalhes acerca do Instituto Cajamar, do Seminário sobre 70 anos de tentativas de construção do socialismo e sobre o livro resultante.

Oito anos depois, a Fundação decidiu publicar esta terceira edição de *Socialismo em Debate* como parte da Coleção Internacional. Em relação às anteriores, há duas novidades: uma revisão completa, feita por Rita Camacho, mantendo as regras de ortografia vigentes à época; e a inclusão de um caderno com 32 fotos, que foram selecionadas entre as mais de 200 imagens disponíveis no arquivo digital

do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) da Fundação Perseu Abramo. Como critério de seleção, priorizamos as fotos em grupo e as que registram camaradas que não estão mais entre nós.

As fotos são acompanhadas de legendas elaboradas por Rita Camacho, Valter Pomar e Sarkis Alves, da equipe do CSBH. Contamos com a ajuda de muitas pessoas que nos ajudaram a identificar grande parte de quem aparece nos registros fotográficos do Seminário. Aliás, uma das fotos em grupo será também publicada à parte, em formato de minicartaz, acompanhado de uma legenda explicativa. Importante explicar que a lista de participantes publicada na primeira edição e reproduzida aqui não inclui grande parte do público assistente. Esperamos que a publicação das fotos permita identificar todas e todos, especialmente as mulheres, que apesar de serem pequeno percentual dos participantes são maioria relativa entre as pessoas não identificadas.

Esperamos que esta terceira edição, assim como as duas anteriores, contribuam para a luta pelo socialismo, no Brasil e em todo o mundo.

5 de agosto de 2025

Valter Pomar

*Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo
e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC*



Expediente da primeira edição

INSTITUTO CAJAMAR

COLEÇÃO UNIVERSIDADE LIVRE DOS TRABALHADORES

Este livro é uma publicação do Instituto Cajamar

Editor: Carlos Eduardo Carvalho.

Colaboradores: Marco Aurélio Garcia, Marco Piva, Rui Falcão, Valter Pomar, Wladimir Pomar.

Capa: Valter Pomar.

Composição, past up, fotolito, impressão e acabamento:

Cia. Editora Joruês.

O Instituto Cajamar é uma entidade sem fins lucrativos que visa desenvolver esforços para elevar o nível de formação e informação da classe trabalhadora brasileira.

Conselho Diretivo

Paulo Freire (presidente), Jorge Coelho (vice-presidente), Luiz Gushiken (secretário), José Luís Gonçalves, Arlindo Chinaglia, Avelino Ganzer, Frei Betto, Gilberto Carvalho, Luiza Erundina de Sousa, Olívio Dutra, Paul Singer, Paulo Schilling, Perseu Abramo, Rui Falcão, Walter Barelli.

Coordenação Executiva

Osvaldo Bargas (coordenador-geral), Wladimir Pomar, Devanir Ribeiro, Wilson Santarosa, Pedro Pontual, Regina Festa, Nobuco Kameyama, Durval de Carvalho, Luiz Azevedo, Miguel Rupp, Wander Prado e Aloizio Mercadante.

Conselho Fiscal

Maurício Soares de Almeida, Valderi Antão Ruviaro, Djalma de Souza Bom. José Cicote, Epitácio Luiz Epaminondas, Marcos Antonio Vitorino de Almeida (suplentes).



Frases constantes das abas da primeira edição

Aba da capa

(...) eles não queriam que a gente criasse o PT, porque eles já tinham os partidos deles e achavam que o partido deles era o partido da classe trabalhadora (...)

Luiz Inácio Lula da Silva

(...) eu era secretário-geral do Partido, e uma situação de isolamento total como a minha era realmente trágica (...)

Luiz Carlos Prestes

(...) eu acho o PT um dos partidos mais revolucionários que já surgiu na história desse país (...)

Luiz Inácio Lula da Silva

(...) Aqui no Brasil, não temos ainda conhecimento suficiente do marxismo (...)

Luiz Carlos Prestes

(...) quem sabe onde é que a história vai são as massas, nos seus erros e acertos. E aí eu fico com Rosa Luxemburgo, que dizia preferir os erros de milhões e milhões de trabalhadores aos acertos de meia dúzia de membros do Comitê Central (...)

Marco Aurélio Garcia

(...) PCB, PCdoB, a experiência de organização e de atividade política inspirada na experiência da III Internacional “acabou”, é hoje uma expressão residual, não tem mais a menor importância quando se fala de esquerda, de movimento de massa, de unidade de esquerda (...)

David Capistrano Filho

(...) Temos uma responsabilidade histórica muito grande. Se o PT e o seu projeto fracassarem, os principais responsáveis seremos nós (...)

Marco Aurélio Garcia

(...) nossa geração teve na cadeia um período muito importante de experiência, de escola (...)

Paulo Vannuchi

Aba da contracapa

(...) Não é o debate teórico em si que vai mostrar a razão de um ou de outro lado, mas toda a nossa experiência mostra que sem isso, sem esse debate democrático, franco, aberto, é impossível aprender com os próprios erros (...)

Wladimir Pomar

(...) Estamos começando a publicar toda a documentação que mostra que, nessa fase [início dos anos 30], quem estava mais avançado nas bases do movimento operário eram os trotskistas e socialistas (...)

Fúlvio Abramo

(...) Guardo uma certa saudade vaidosa do caráter profundamente revolucionário do PCB dos anos 30 (...), apesar dos seus erros, muito voltado para a luta (...). A esquerda nasce e vive cronicamente em clandestinidade devido à intolerância das classes dominantes. Isto vai pesar profundamente (...)

Apolônio de Carvalho

(...) A disjuntiva que se apresentou e nos arrastou era: ou o pacifismo reboquista do PCB, reformista, desmoralizado, ou a luta armada imediata, o que era, na época, violência fora de condições históricas determinantes, violência como um ato de vontade (...)

Jacob Gorender

José Dirceu, Benedito de Carvalho, Juan Valdés Paz, Julio Jimenez, Marcos Arruda, Marco Piva, Daniel Aarão Reis, Rui Falcão são outros dos participantes do Seminário Internacional 70 Anos de Experiências de Transição Socialista, que, durante cinco dias, no Instituto Cajamar, discutiu a luta pelo socialismo na União Soviética, na China, em Cuba, na Nicarágua e no Brasil.



Voltar aos 17

Apresentação da edição *fac-símile* publicada em 2017

Corria o ano de 1986. O PT tinha seis anos de idade, a CUT, três. As duas organizações decidiram investir na formação política. Com o apoio direto de alguns sindicatos, adquiriram as instalações de um hotel desativado situado no município de Cajamar (SP), que fica entre Jundiaí e São Paulo, na Via Anhanguera, km 46,5. Naquele lugar, começou a funcionar o Instituto Cajamar, também conhecido como Inca.

O presidente do Inca era o educador Paulo Freire. A lista de diretores incluía Arlindo Chinaglia, Avelino Ganzer, Frei Betto, Gilberto Carvalho, Jorge Coelho, Luiz Gushiken, José Luís Gonçalves, Luiza Erundina, Olívio Dutra, Paul Singer, Paulo Schilling, Perseu Abramo, Rui Falcão e Walter Barelli. O cotidiano do Inca era de responsabilidade de uma coordenação executiva integrada por Osvaldo Bargas, Aloizio Mercadante, Devanir Ribeiro, Durval de Carvalho, Luiz Azevedo, Miguel Rupp, Nobuco Kameyama, Pedro Pontual, Regina Festa, Wander Bueno Prado, Wladimir Pomar e Wilson Santarosa. Faziam parte do Conselho Fiscal do Instituto Cajamar Maurício Soares de Almeida, Valderi Antão Ruviaro, Djalma de Souza Bom, José Cicote, Epitácio Luís Epaminondas e Marcos Antonio Vitorino de Almeida.

Na época, foi uma grande novidade. Uma “casa de encontros” que não era de propriedade nem tampouco gerida por instituições religiosas. Cursos de formação que duravam uma semana ou 15 dias.

Conteúdos abordados de um ponto de vista marxista numa instituição dirigida por petistas vinculados à “Articulação dos 113”.

Em 1987, por ocasião do septuagésimo aniversário da Revolução de Outubro de 1917, o Inca promoveu um seminário internacional intitulado “70 Anos de Experiências da Construção do Socialismo”.

O seminário foi realizado de 20 a 24 de novembro de 1987. As palestras e debates foram gravados, transcritos e publicados em um livro editado pelo economista Carlos Eduardo Carvalho. Intitulado *1917-1987: Socialismo em debate*, o livro foi lançado em agosto de 1988. Seu expediente relaciona, além do supracitado Carlos Eduardo, os seguintes colaboradores da edição: Marco Aurélio Garcia, Marcos Piva, Rui Falcão, Valter Pomar e Wladimir Pomar.

A “Apresentação” do livro, assinada pelo setor de publicações do Instituto Cajamar, esclarece que “dificuldades impostas pelo governo brasileiro na concessão do visto diplomático impediram” a entrada no país, a tempo, do representante do Instituto de América Latina da Academia de Ciências da URSS. E a “coincidência de datas entre a realização do Seminário e o 13º Congresso do Partido Comunista da China impediu a vinda de estudiosos” daquele país.

O livro traz, ainda, uma relação dos participantes do seminário, indicando, além do nome e sobrenome, o cargo ocupado à época. A saber: Luiz Inácio Lula da Silva (presidente nacional do Partido dos Trabalhadores), Luiz Carlos Prestes (ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro), Aloizio Mercadante (coordenador do Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto Cajamar), Apolônio de Carvalho (membro do Diretório Nacional do PT), Benedito de Carvalho (ex-dirigente do PCB e ex-dirigente do Partido Comunista do Brasil), Camilo Domenes (subdiretor do Centro de Estudos da América, Havana), Cezar Alvarez (membro do Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul), Clara Charf (membro do Diretório Regional do PT de São Paulo), Claus Germer (militante do PT), Clovis Ilgenfritz (membro do Diretório Nacional do PT), Daniel Aarão Reis (historiador), David Capistrano Filho (militante do PT), Eduardo Suplicy (membro do Diretório Nacional do PT), Emir Sader (historiador), Enei-

da Soler (presidenta do Sindicato dos Artistas do Estado de SP), Fúlvio Abramo (Diretor do Centro Mário Pedrosa), Gilberto Carvalho (presidente do Diretório Regional do PT do Paraná), Jacob Gorender (historiador, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Jair Meneguelli (presidente da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores), José Dirceu (secretário-geral do Diretório Regional do PT de SP), Juan Valdés Paz (chefe do Departamento de América Latina do Centro de Estudos da América, Havana), Leonardo Boff (teólogo franciscano), Lafaiete Santos Neves (ex-presidente do Diretório Regional do PT do Paraná), Lucio Jimenez (secretário-geral da Central Sandinista de Trabalhadores da Nicarágua), Luis Favre (membro do coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do PT), Luís Flávio Rainho (pesquisador do Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Luiz Gushiken (deputado federal do PT de São Paulo), Marcelo Deda (deputado estadual do PT de Sergipe), Mário Barbosa (diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema), Marco Aurélio Garcia (diretor do Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp), Marcos Arruda (pesquisador e educador popular), Marco Piva (membro do coletivo da SRI do PT), Osvaldo Bargas (coordenador-geral do Instituto Cajamar), Paulo Azevedo (presidente do Sindicato dos Metroviários de SP), Paulo Vannuchi (assessor de formação política do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema), Paul Singer (membro da assessoria econômica do DN do PT), Pedro Tonelli (deputado estadual do PT do Paraná), Perly Cipriano (presidente do PT do Espírito Santo), Rui Falcão (secretário de Formação Política do Diretório Regional do PT de São Paulo), Selvino Heck (deputado estadual do PT do Rio Grande do Sul), Valter Pomar (membro do coletivo da Secretaria de Formação Política do PT de São Paulo), Vicente Paulo da Silva (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema), Vito Letizia (historiador) e Wladimir Pomar (coordenador-geral adjunto do Instituto Cajamar).

A exposição principal sobre a experiência soviética foi feita por Jacob Gorender, Leonardo Boff e Vito Letizia. O debate sobre a

experiência chinesa foi aberto por Wladimir Pomar e Benedito Carvalho, um dos participantes do levante comunista de 1935. O caso cubano foi apresentado por Juan Valdés Paz, seguido de comentários de Emir Sader e José Dirceu. A Nicarágua foi tratada por Lucio Jimenez e Marcos Arruda. Depois das falas principais, ocorreram debates, dos quais participou grande parte dos presentes ao seminário.

Ler o livro e recordar as polêmicas do seminário promovido há 30 anos pelo Instituto Cajamar suscita diversas questões, entre as quais a sensação de um “debate interrompido”.

Debate interrompido pela ofensiva neoliberal; pela capitulação de grande parte da social-democracia europeia e do nacional-desenvolvimentismo latino-americano; pelo colapso da União Soviética e do tipo de socialismo que havia no Leste Europeu; e pela crise do movimento comunista. Debate interrompido, também e paradoxalmente, pelos êxitos relativos da esquerda brasileira, com destaque para o PT, que, em 1988, foi o grande vitorioso das eleições municipais e, em 1989, quase venceu, com Lula, as eleições presidenciais.

Quando a Revolução de Outubro comemorou seus 80 anos (1997) e seus 90 anos (2007), havia deixado de existir uma parte importante do mundo sobre o qual discutimos no seminário “70 anos de experiências da construção do socialismo”. E muitas das questões que então havíamos debatido deixaram de ser ou deixaram de parecer essenciais, pelo menos aos olhos de muita gente.

Nos últimos dez anos, a situação mudou novamente. A partir da crise mundial de 2008, muitas daquelas antigas questões voltaram a ser ou pelo menos voltaram a parecer ser essenciais.

Sem dúvida, isto tem alguma relação com a impressionante concentração de efemérides. No espaço de dez anos, de 2014 a 2024, chegam ao centenário: o começo e o fim da Primeira Guerra; a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro de 1917; a Revolução Alemã de 1918; a criação da Internacional Comunista, a fundação do Partido Comunista da China e do Partido Comunista do Brasil; o assassinato de Rosa Luxemburgo e vários de seus camaradas alemães; o falecimento de Lênin; além dos 200 anos de nascimento de Karl

Marx e a publicação de livros clássicos como *Imperialismo, etapa superior* e *O Estado e a Revolução*, ambos de Lênin.

Mas, para além do “efeito efeméride”, a retomada do interesse no debate sobre o socialismo em geral e sobre a Revolução Russa em particular tem outras causas. Em primeiro lugar, porque vivemos um cenário internacional que possui algumas semelhanças com o que ocorreu no início do século XX: o declínio da potência hegemônica, a ascensão de novos polos de poder, o acirramento das contradições intercapitalistas, a importância do capital financeiro e do imperialismo. Malgrado as óbvias diferenças, o ambiente de 2017 lembra, em vários aspectos, aquele que desembocou na Primeira Guerra Mundial. Vivemos uma profunda crise mundial e momentos assim tornam inescapável certa “volta aos clássicos”. A Revolução Russa de 1917 é um caso clássico do ponto de vista dos que estudam a dinâmica do capitalismo e de suas crises. Um caso tão clássico quanto o da Revolução Francesa de 1789, neste caso, do ponto de vista dos que estudam a dinâmica do feudalismo e de suas crises.

Em terceiro lugar, muitas das antigas questões voltaram a ser ou pelo menos a parecer ser essenciais, porque a crise de 2008 e o que veio depois colocaram com extrema força e urgência o debate sobre o capitalismo, sobre as crises de acumulação, sobre o capital financeiro, sobre o papel do Estado, sobre o imperialismo e as guerras. Temas sobre os quais há contribuições relevantes feitas pelos revolucionários russos, como Bukharin e Lênin, antes e depois de Outubro de 1917. E, principalmente, contribuições práticas, tanto originadas da Revolução Russa de 1917 quanto dos que reagiram a ela.

De maneira mais geral, a análise marxista sobre o capitalismo voltou à moda. Análise que sempre foi muito cara para as diferentes tradições socialistas existentes na Rússia – anarquistas, populistas, social-democratas e comunistas, que dedicaram grande energia ao debate acerca do modo de produção capitalista, em particular, à discussão sobre seu desenvolvimento e crises.

A história é conhecida: logo depois da primeira edição de *O Capital*, foi publicada uma tradução em russo. A situação excêntrica do Império Russo, um pé na Ásia e outro na Europa, um pé no feudalismo

mo e outro no capitalismo, um pé no atraso e outro na modernidade, obrigou os pensadores russos de todos os matizes a se debruçar sobre a relação desigual entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, a dialética entre os diferentes tempos e conteúdos da (re)evolução política e da (re)evolução econômico-social.

Em quarto lugar, cabe lembrar que a tradição socialista vitoriosa na Revolução de Outubro (os social-democratas da fração bolchevique, que em 1918 adotaram o nome de “comunistas”) investiu grande parte de suas energias no debate sobre o papel do proletariado na luta pela democracia e pelo socialismo.

Num país onde o proletariado era uma parcela diminuta da população, isto implicou em debater de maneira integrada a relação entre “proletariado” e “campesinato”, entre “cidade” e “campo”, entre “partido e classe”, entre “teoria” e “prática”, entre “ditadura” e “democracia”. Questões que certas tradições acadêmicas tentam abordar fragmentariamente, como “objetos” particulares da economia, da sociologia, da política, da cultura, da história etc.

Cem anos depois, acompanhando a difusão do capitalismo, a maior parte da população trabalhadora mundial é assalariada. Um proletariado que continua “compartilhando” a condição de vítima da exploração capitalista com outra classe, a dos trabalhadores pequenos proprietários. Um proletariado que se tornou mais universal, mas não se tornou mais homogêneo: tanto mundialmente quanto em cada país, segue composto por diferentes frações econômico-sociais (por exemplo: operários e não operários), atravessado por conflitos nacionais, étnicos, de gênero, geracionais, culturais e religiosos. Características que fazem com que o debate sobre as formas de luta e de organização, de comunicação e cultura, especialmente a necessidade de partidos políticos “de novo tipo”, ganhe novamente grande importância no debate político contemporâneo. E como fazer este debate, sem reler o que disse, por exemplo, Lênin?

Há cem anos, como hoje, muitos socialistas lamentavam a divisão nas forças da esquerda, as traições, as vacilações, o ambiente de confusão e divisão existente na classe trabalhadora. E deduziam daí que a revolução socialista seria adiada por muitos anos e décadas, pessimis-

mo reforçado por uma interpretação tosca acerca dos caminhos pelos quais a quantidade se transforma em qualidade.

Outra semelhança fundamental entre hoje e a situação vigente há cem anos: as crises do capitalismo e suas decorrências políticas e sociais, entre as quais a obscena desigualdade.

“Voltar aos 17” é também buscar descobrir que condições objetivas e subjetivas fizeram com que uma situação de “defensiva estratégica” fosse convertida numa “ofensiva revolucionária” que marcou a história do século XX.

Para os que vivemos na América Latina e Caribe, há mais uma causa que explica a retomada do interesse no debate sobre o socialismo em geral e sobre a Revolução Russa em particular. Desde 1998 até hoje, vários países da região são governados por partidos que pretendem estar construindo o socialismo ou, pelo menos, caminhando em direção a ele. Isto produziu uma retomada do debate sobre a transição socialista, debate que, na América Latina e Caribe, é temperado pelos pontos de contato que existem entre o populismo russo do século XIX e a “esquerda populista” do século XXI.

Os populistas russos, ao menos em sua versão clássica, acreditavam que seria possível construir o socialismo sem passar pelo capitalismo, tomando como ponto de apoio às tradições coletivistas do campesinato russo. Lênin iniciou sua trajetória política combatendo essa teoria, mas o curso dos acontecimentos o levou a capitanear um experimento que foi considerado, por alguns de seus adversários no movimento social-democrata, uma variante do “populismo”. Posteriormente, todas as chamadas revoluções socialistas do século XX ocorreram em países em que o capitalismo estava pouco desenvolvido. Recolocando novamente a questão: quais os vínculos entre a construção do socialismo e o desenvolvimento do capitalismo, nos planos da economia, da sociedade, da cultura e da política?

Responder de forma sólida a esta questão supõe revisitar o debate sobre a Revolução de Outubro, sobre o processo de construção da União Soviética, sobre as concepções e as práticas do movimento comunista ao longo do século XX. Debate que está sintetizado em expressões como: “transição”, “socialismo”, “socialismo real”, “ditadura

do proletariado”, “estado operário burocraticamente degenerado”, “capitalismo de Estado”, “modo de produção asiático”, “stalinismo”, “totalitarismo”, “social-imperialismo”. Debate que está diretamente relacionado com as diferentes caracterizações que se faz hoje acerca da República Popular da China.

No final de 1991, televisões de todo o mundo transmitiram a cena: pela última vez desde então, a bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas desceu o mastro onde estava hasteada, no Kremlin. Desmoralizando as previsões dos teóricos do “totalitarismo”, a URSS caiu devido à suas próprias contradições internas.

No mundo inteiro, no Brasil e no PT, foram tempos para lembrar que, como tantas outras obras humanas, a Revolução Russa de Outubro de 1917 fora carregada de tragédias e crimes, lama e sangue, dor e violência, imperfeições e debilidades. E que nenhum processo histórico deve ser considerado “irreversível”.

Mas foram tempos também para defender, em certos momentos contra quase tudo e contra quase todos, que, diferente de outras obras humanas, a Revolução Russa de Outubro de 1917 fora um esforço titânico para materializar os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Metas algum dia compartilhadas pela burguesia, mas que, desde há muito, constituem parte do legado e patrimônio da classe trabalhadora.

Hoje, décadas depois do fim da URSS, parece mais evidente que a contribuição global da Revolução de Outubro de 1917 para a humanidade foi positiva. “Convicção” que pode ser sustentada com inúmeras “provas”, entre as quais a contribuição que a Revolução deu para a luta pelos direitos iguais para as mulheres; para a batalha por políticas públicas de saúde, educação, cultura, esportes, habitação e transporte; para a adoção do planejamento econômico; além da contribuição, direta e indireta, para a luta contra o imperialismo, contra o colonialismo, o racismo e o nazismo, assim como a luta em favor da paz. E, também, acima de tudo, a tentativa de superar o capitalismo e iniciar a transição socialista em direção a uma sociedade comunista.

Neste ano de centenário, centenas de milhões de pessoas – muitas delas latino-americanas e brasileiras – vão perguntar novamente: Qual a herança da Revolução Russa de 1917? Ao publicar esta segun-

da edição *fac-símile de 1917-1987: Socialismo em debate*, a Fundação Perseu Abramo dá uma importante contribuição para ajudar a responder tal questão.

São Paulo, junho de 2017.

Valter Pomar

Professor de Relações Internacionais na UFABC. Trabalhou no Instituto Cajamar de 1987 a 1991 nos departamentos de Estudos e Pesquisas e de Recursos Pedagógicos e, como professor, nos cursos de formação política.



Apresentação

Apresentação da primeira edição publicada em 1988

Ao promover o Seminário Internacional 70 Anos de Experiências de Construção do Socialismo, o Instituto Cajamar comemorou estas sete décadas de história discutindo e avaliando a trajetória concreta da luta pelos ideais socialistas. Para este debate, foram convidados líderes sindicais, lideranças populares e dirigentes partidários brasileiros, durante anos, impossibilitados de conhecer e debater os diferentes processos de luta e construção do socialismo desenvolvidos em outros países.

Na organização dos temas, optou-se por destacar a experiência concreta de construção do socialismo na URSS, na China, em Cuba e na Nicarágua, além de um debate sobre a luta em nosso próprio país. Realizado de 20 a 24 de novembro de 1987, o seminário não pôde contar com a presença do representante do Instituto de América Latina da Academia de Ciências da URSS. Dificuldades impostas pelo governo brasileiro na concessão do visto diplomático impediram sua entrada no país a tempo. A coincidência de datas entre a realização do Seminário e o 13º Congresso do Partido Comunista da China impediu a vinda de estudiosos da República Popular da China.

A publicação dos debates na forma de livro tem por objetivo colocar o seu conteúdo ao alcance de todos os interessados no tema, que poderão encontrar, nestas páginas, enfoques diversos e pontos de vista variados sobre o rico patrimônio acumulado pelo movimento socialista internacional. Evidentemente, não há uma abordagem

sistemática e regular das experiências destacadas, o que pode ser encontrado nas indicações bibliográficas. A riqueza do texto está muito mais na apresentação de visões sintéticas e divergentes, ao lado do debate provocado pelos participantes, refletindo as preocupações e questionamentos presentes hoje entre os militantes brasileiros.

Na edição do texto, procuramos condensar as intervenções e adequar o tom expositivo à forma de texto escrito e conciso, sem prejuízo da fidelidade à exposição dos participantes. Em muitos momentos, o texto apresenta as descontinuidades e lacunas próprias dos debates, sendo de nossa responsabilidade os cortes realizados.

No início do livro, encontra-se uma cronologia geral do socialismo, que pretende apenas situar os momentos mais relevantes no contexto geral histórico em que ocorreram. Há também cronologias específicas. No capítulo referente a cada tema, acrescentamos um resumo histórico introdutório. Nas páginas finais, há uma pequena ficha com as principais características de cada país, acompanhada do respectivo mapa. Há também um mapa da América Latina e um mapa-múndi. A lista de participantes menciona apenas aqueles cujas intervenções aparecem no texto.

Setor de Publicações – Instituto Cajamar
Agosto de 1988



Cronologia

A experiência de construção do socialismo teve início com a Revolução Russa de outubro de 1917. Antes disso, movimentos que se reivindicavam socialistas apareceram em diversos momentos da história, destacadamente nas revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra (1640) e na França (1789).

A classe operária surgida da Revolução Industrial se tornará a base do movimento socialista, que adquire caráter de massa a partir da segunda metade do século passado. Nessa época, o movimento divide-se em duas grandes correntes: os anarquistas e os social-democratas.

Serão os bolcheviques, uma fração do Partido Social-Democrata Russo, que tomarão o poder na Rússia de 1917, buscando reorganizar a sociedade em novas bases e dando origem ao movimento comunista.

De 1917 até hoje, diversos países iniciaram a construção do socialismo a partir de processos extremamente diferenciados. A cronologia a seguir relaciona os principais acontecimentos que marcaram esta trajetória.

Cronologia geral

1640.1689

Revolução na Inglaterra, tida como a primeira revolução burguesa vitoriosa. Os revolucionários mais radicais – os *levellers* (niveladores)

e os *diggers* (escavadores) – são considerados precursores do socialismo moderno.

1776.1783

Guerra de Independência dos Estados Unidos da América.

1770...

Revolução Industrial na Inglaterra. Introdução em larga escala de máquinas na produção, surgimento das fábricas e consolidação da burguesia industrial e da classe operária.

1789.1799

Revolução Francesa. Considerada a revolução burguesa clássica, nela surgiram os conceitos de esquerda e direita, a primeira Assembléia Nacional Constituinte e a prática do terror e da guerra revolucionária. Como antes, os revolucionários mais radicais são socialistas – Graco Babeuf e sua Conjuração dos Iguais.

1789.1848

Período denominado de Era das Revoluções. Nos principais países da Europa, uma série de revoluções transfere o poder para as mãos da burguesia. Na América Latina, ocorre a independência da grande maioria das colônias.

1799.1815

Guerras Napoleônicas. A burguesia francesa dirige uma guerra contra as nações aristocráticas da Europa. Ainda que Napoleão seja, ao final, derrotado, a guerra corrói a estrutura feudal na Europa e lança as bases para o posterior desenvolvimento capitalista.

1871

Comuna de Paris. Derrotado na guerra contra a Prússia, o governo francês negocia a paz em condições que os operários de Paris consideram traição. A burguesia tenta desarmar os operários, que se revoltam e proclamam a Comuna. A primeira experiência socialista dura 72 dias e é massacrada militarmente pelo exército francês, com o beneplácito do alto comando prussiano.

1914.1918

Primeira Guerra Mundial. De um lado, Inglaterra, França, EUA e Rússia. De outro, Áustria-Hungria e Alemanha. Restrita inicialmente a uma minoria da classe operária, a oposição à guerra se alastra, provocando crises políticas nos países beligerantes, algumas com caráter revolucionário.

1917

Revolução Russa.

1918

Revolução na Alemanha precipita o fim da guerra. A monarquia é derrubada. Instaura-se a República e o Partido Social-Democrata organiza o novo governo.

1918.1923

Período de forte agitação político-revolucionária em inúmeros países do mundo.

1919

Revolução Operária na Alemanha, com a participação do recém-fundado Partido Comunista Alemão. Revolução operária na Hungria instaura a República dos Conselhos. Ambas são esmagadas.

1919

Fundação da Internacional Comunista.

1923.1929

Período de estabilização do capitalismo. Em reação aos avanços da classe operária e da democracia, movimentos fascistas tomam o poder em alguns países, destacadamente a Itália. Na Alemanha, permanece um quadro de crise, com choques contínuos entre comunistas, social-democratas e nazifascistas.

1929.1933

A grande depressão econômica precipita nova onda de agitação política e de ascenso da classe operária. Em 1933, os nazistas chegam ao poder na Alemanha.

1936

Frentes populares, agregando social-democratas, comunistas e republicanos burgueses, vencem as eleições na França e na Espanha.

1936.1939

Guerra Civil Espanhola. Golpe militar fascista contra o governo da Frente Popular. A resistência dos partidos e sindicatos operários assume formas revolucionárias. Após três anos de guerra civil, os fascistas saem vitoriosos.

1939.1945

Segunda Guerra Mundial. A URSS é invadida pela Alemanha e entra no conflito em 1941. Em vários países ocupados pelos nazistas e japoneses, a resistência armada tem forte presença dos comunistas.

1945.1949

Com o fim da Segunda Guerra, reorganiza-se politicamente o mundo. Nos países libertados pelo exército soviético, o poder passa às mãos dos comunistas.

1949

O Exército Popular dirigido pelo Partido Comunista da China entra em Pequim. É proclamada a República Popular da China.

1950.1953

Guerra da Coreia. A divisão provisória do país em duas zonas de ocupação distintas, uma soviética e outra norte-americana, se transforma num conflito militar aberto, envolvendo as forças políticas coreanas e tropas norte-americanas e chinesas. O fim do conflito leva à criação de dois Estados independentes: a Coreia do Sul, capitalista, e a Coreia do Norte, socialista.

1954

Termina a Primeira Guerra da Indochina. O Exército Popular dirigido pelos comunistas derrota o exército francês de ocupação. Um acordo divide provisoriamente o país: o Vietnã do Norte, sob governo popular, e o Vietnã do Sul, sob controle dos aliados da França.

1956

Uma onda de protestos populares e operários na Hungria desemboca num levante. A extensão da revolta provoca a intervenção do exército soviético sob o argumento de que forças ligadas ao antigo regime fascista húngaro tiravam partido da situação.

1959

Revolução Cubana.

1968

Uma onda de protestos estudantis e operários atravessa inúmeros países, com ponto alto no chamado maio francês.

1968

O processo de liberalização na Tchecoslováquia, conduzido pelo PC, entra em choque com os soviéticos, que ocupam militarmente o país.

1974

Revolução dos Cravos, em Portugal.

1975

Independência das antigas colônias portuguesas na África, coroando num longo processo de luta armada revolucionária. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde estabelecem governos populares.

1957.1975

Guerra do Vietnã. O governo do sul, apoiado pelos Estados Unidos, é derrotado, unificando-se o país. Logo em seguida, Laos e Camboja também se transformam em Repúblicas Populares.

1979

Revolução Nicaragüense.

URSS

1480

Unificação da Rússia. A sua posterior expansão dará origem ao Império Russo.

1812

Napoleão Bonaparte invade a Rússia. Seus exércitos são aniquilados: dos 300 mil que iniciaram a campanha, só 30 mil retornam à França.

1852.1856

Guerra da Criméia. A derrota do Império Russo diante da Turquia, apoiada pela marinha e exército ingleses e franceses, desencadeia uma série de reformas econômicas, políticas e sociais.

1861

Abolição da servidão. Decretada pelo Czar Alexandre II, impulsiona o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

1881

Atentado e morte do Czar Alexandre II. Seus autores são terroristas membros de uma organização denominada A Vontade do Povo, de orientação socialista.

1883

Fundado o grupo A Emancipação do Trabalho. Sua principal liderança será G. Plekanov.

1895

A difusão do marxismo, organizado pelo grupo Emancipação do Trabalho, orienta o surgimento de vários comitês no interior da Rússia.

Fundado o grupo União de Luta pela Emancipação da Classe Trabalhadora. Um de seus líderes é Lênin.

1898

I Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo. Segue-se a prisão da maioria dos participantes.

1900

Primeiro número do *Iskra* (centelha), jornal social-democrata impresso no exílio e distribuído clandestinamente na Rússia.

1903

O II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo funda efetivamente o partido. Cisão entre bolcheviques (Lênin) e mencheviques (Martov).

1904

Guerra Russo-Japonesa.

1905

Primeira Revolução Russa, ou Revolução de 1905.

1912

Mencheviques e bolcheviques passam a ser partidos organicamente diferenciados.

1914

A Rússia entra na Primeira Guerra Mundial.

1917

Em fevereiro, uma revolução espontânea derruba a monarquia czarista e institui um governo provisório. Em outubro, triunfa a Revolução Socialista.

1918.1921

Guerra Civil.

1921

Revolta dos marinheiros da base de Kronstadt. Nova Política Econômica (NEP).

1922

O Estado socialista adota a denominação de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

1924

Morte de Lênin, em 24 de janeiro.

1929

Início do I Plano Quinquenal, em maio.

1936.1938

Processos de Moscou.

1941

Invasão nazista.

1943

A URSS passa à ofensiva geral na guerra.

1945

O Exército Vermelho ocupa Berlim.

1953

Morte de Stálin.

1956

XX Congresso do PCUS.

1964

Queda de Kruschov. Brejnev assume a Secretaria Geral.

1982

Morte de Brejnev em novembro. Ascensão de Andropov.

1984

Morte de Andropov em fevereiro. Ascensão de Tchernenko.

1985

Morte de Tchernenko em março. Eleição de Gorbachov para o cargo de secretário-geral.

China

1840.1842

A Inglaterra promove a Guerra do Ópio, iniciando a agressão das potências ocidentais à velha China. Obtém concessões territoriais e indenizações.

1851.1864

Revolta dos Taiping, com um programa de distribuição igualitária de terra. Intervenção conjunta da Inglaterra e França (Segunda Guerra do Ópio) leva a novas concessões territoriais e políticas.

1900

A Revolta dos Boxers provoca o ataque de oito potências estrangeiras à China.

1905

Fundação da Tongwenghui (Liga da China), primeiro partido político do país, pelo Dr. Sun Iatsen.

1911

A Tongwenghui promove uma série de levantes armados.

1912

Proclamação da República no dia 1º de janeiro, com uma constituição democrático-burguesa. Sun Iatsen, eleito primeiro presidente, é derrubado em fevereiro, estabelecendo-se a ditadura dos caudilhos do Norte. A Tongwenghui passa a se chamar Kuomintang.

1919

Em maio, vigorosas manifestações de massas em todo o país contra o domínio dos imperialistas e dos caudilhos.

1921

Fundação do Partido Comunista da China.

1924.1927

O Kuomintang, em aliança com o PC, desencadeia a Expedição do Norte para quebrar o domínio dos caudilhos.

1925

Morre Sun Iatsen. Chiang Kai-shek, comandante militar do Kuomintang, domina o Partido e prepara a repressão aos comunistas.

1927

Violento massacre de comunistas marca a mudança de posição do Kuomintang, que já conseguira dominar boa parte de país. O levante militar de Nanchang, organizado por setores do PC, termina com a retirada de tropas dirigidas pelos comunistas para as zonas rurais.

1928

Levante da Colheita de Outono, dirigido pelos comunistas, cria o primeiro destacamento do Exército Vermelho de Operários e Camponeses e estabelece a primeira base de apoio no campo. Para ela, se dirigem os remanescentes do levante de Nanchang.

1931.1934

Campanhas de cerco e aniquilamento do Kuomintang contra as bases controladas pelos comunistas. Em vários pontos do país, surgem novas bases a partir de levantes camponeses que estabelecem zonas libertadas com poder popular.

1934.1935

As tropas comunistas empreendem a Longa Marcha, em busca de regiões mais seguras nas zonas fronteiriças do Norte. Mao passa a dirigente máximo do Partido durante a retirada devido ao triunfo de

suas concepções sobre o caminho da Revolução Chinesa e a estratégia militar.

1937.1945

Organização da Frente Única Nacional de Resistência à Agressão Japonesa. O Exército Vermelho, embora continue sob direção do PC, se transforma em destacamento do exército nacional chinês. Os comunistas proclamam a aliança com o Kuomintang e a Frente Única, praticamente à revelia dos seus inimigos da véspera, que adotam uma política de resistência passiva aos japoneses.

1945

Rendição japonesa. Nas negociações de paz, os comunistas se negam a entregar as armas e a aceitar o controle do Kuomintang.

1946

Chiang Kai-Shek, com apoio do governo dos EUA, passa à ofensiva geral contra os comunistas, que voltam à guerra de guerrilhas.

1948

Ofensiva geral do Exército Popular. O PC proclama a reforma agrária e se generalizam os levantes camponeses na retaguarda do Kuomintang.

1949

Proclamada a República Popular da China em Pequim.

1952

Com o primeiro plano quinquenal tem início a socialização da economia.

1957

Grande debate nacional sobre os caminhos para o socialismo. Campanha das Cem Flores.

1958

Início do Grande Salto Adiante. Surgimento das comunas populares. Tentativas de industrialização acelerada.

1960

Graves problemas econômicos que se estendem até 1964. Queda da produção agrícola. Partem os técnicos soviéticos.

1964

Programa das Quatro Modernizações completa o abandono da linha do Grande Salto Adiante.

1966

Nova guinada na direção da coletivização acelerada. Início da Revolução Cultural.

1969

Segunda fase da Revolução Cultural. Dissolução da Guarda Vermelha e de outros grupos para evitar a guerra civil.

1974

Começa a última fase da Revolução Cultural. A crise econômica leva à retomada das Quatro Modernizações.

1976

Morte de Zhou Enlai (janeiro) e Mao Tsé-Tung (setembro). O grupo conhecido como “Bando dos Quatro”, reunido em torno da viúva de Mao, Jiang Qing, é acusado de tentar um golpe de Estado, sendo preso e destituído dos cargos. Fim da Revolução Cultural.

1978

Início da crítica pública da Revolução Cultural e da fidelidade absoluta ao pensamento de Mao.

1980

Começam as reformas na agricultura, na indústria e na administração pública que se desenvolvem até hoje.

Cuba

1868.1878

Primeira guerra de independência contra o domínio espanhol. Com a derrota, exilam-se os principais dirigentes.

1895

José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo comandam o desembarque em Cuba de um grupo de exilados que dão início à guerra de independência. Martí morre pouco depois.

1898

Desembarque norte-americano quando os espanhóis estavam de fato vencidos.

1901

Aprovação da Emenda Platt por uma assembléia constituinte cubana convocada pelos EUA. A emenda consagra a situação neo-colonial de Cuba.

1933

Vigoroso movimento popular consegue derrubar a ditadura de Machado.

1952

Fulgencio Batista promove um golpe militar para impedir as eleições e se transforma em ditador.

1953

No dia 26 de julho, ataque ao Quartel Moncada por um grupo de revolucionários comandados por Fidel Castro. Com a derrota, são mortos e presos em sua maioria. Fidel se defende no tribunal com o discurso “A história me absolverá”, em que lança as bases programáticas do Movimento 26 de Julho.

1955

Libertados pela anistia, Fidel e seus companheiros se exilam no México com a intenção de preparar um grupo armado para desembarcar clandestinamente em Cuba.

1956

Em dezembro, desembarcam do iate Granma 82 guerrilheiros. Destes, apenas 22 conseguem chegar às montanhas depois do ataque do exército de Batista.

1958

Em abril, fracassa a greve geral convocada pelo Movimento 26 de Julho. Ofensiva geral da guerrilha a partir de setembro. As colunas comandadas por Che Guevara e Camilo Cienfuegos partem em direção à região de Havana.

1959

Batista foge na madrugada de 1º de janeiro. Dia 2, Fidel entra em Santiago de Cuba. Dia 3, Che Guevara e Camilo Cienfuegos entram em Havana. Em maio, primeira lei de reforma agrária.

1960

Em janeiro, o governo dos EUA começa a aplicar sanções econômicas a Cuba. Em junho, expropriação das refinarias de petróleo de propriedade das empresas multinacionais que se recusavam a processar o petróleo soviético.

1961

Em janeiro, Washington rompe relações diplomáticas com Havana. Em abril, bombardeio de Havana por aviões procedentes da América Central e desembarque de mercenários ianques na Baía dos Porcos. A Revolução Cubana é declarada socialista.

1962

Em janeiro, a OEA decreta o bloqueio a Cuba. O México é o único país do continente que mantém relações com Havana. Em

outubro, depois da “crise dos foguetes”, os mísseis soviéticos são retirados da Ilha e os EUA se comprometem a não invadir Cuba.

1965

Fundação do Partido Comunista de Cuba, unificando o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular (antigo Partido Comunista).

1967

Che Guevara morre na Bolívia, para onde fora tentar organizar a guerrilha, de acordo com a orientação da Conferência Tricontinental, realizada um ano antes em Cuba.

1968

Nacionalizados os estabelecimentos comerciais que ainda estavam em poder de proprietários privados.

1971

O governo de Salvador Allende, no Chile, restabelece relações com Cuba, sendo acompanhado por muitos países do continente, quebrando o bloqueio diplomático.

1975

Tropas cubanas lutam em Angola contra a agressão da África do Sul.

1976

Referendo popular aprova a nova Constituição cubana.

1977

Tropas cubanas lutam na Etiópia contra a agressão da Somália.

1980

Segundo Congresso do Partido Comunista de Cuba.

Nicarágua

1552

Colonizadores espanhóis, liderados por Gil González de Ávila, enfrentam resistência dos indígenas nicaraos, que habitavam as margens do lago de Manágua, na costa pacífica do país.

1823

Proclamada a República da Nicarágua, com a convocação de uma Assembléia Constituinte e a abolição da escravatura.

1826

Os cinco países centro-americanos (Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua) unem-se para formar a Federação das Repúblicas Centro-Americanas, dissolvida 12 anos depois.

1909

Fuzileiros navais norte-americanos invadem a Nicarágua para intimidar o governo militar progressista do general José Santos Zelaya.

1912

Nova intervenção militar dos Estados Unidos depõe e mata Santos Zelaya.

1926

O general liberal José María Moncada forma o Exército Constitucionalista para lutar contra os conservadores e as tropas ianques. Ele recebe o apoio de Augusto César Sandino, que, na região atlântica, formara um grupo de apoio à luta antiintervencionista. Meses depois, Moncada negocia com Washington e assina a rendição em troca da Presidência da República. Todos se rendem, menos Sandino e seu grupo.

1927

Sandinino vai para as montanhas e, com apenas 30 homens, inicia a primeira guerra de guerrilhas do continente para expulsar as tropas invasoras. É criado o Exército Defensor da Soberania Nacional.

1933

Depois de seis anos de luta, o exército de Sandino consegue a expulsão das forças norte-americanas. No dia 22 de fevereiro, as tropas sandinistas são oficialmente desarmadas.

1934

Um ano depois da dissolução de seu exército, Sandino é convidado a participar de um jantar no palácio presidencial em Manágua. Depois da ceia, ele e seus três acompanhantes são presos e fuzilados por ordem do general Anastácio Somoza Garcia, comandante da recém-formada Guarda Nacional.

1936

Somoza Garcia derruba o presidente Sacasa e, através de eleições fraudulentas, ocupa Presidência, iniciando um regime ditatorial familiar que se estenderia até 1979.

1944

Fundado o Partido Socialista Nicaragüense, pró-soviético.

1954

Somoza esmaga uma rebelião conservadora liderada por seu ex-colega de ginásio, o jornalista Pedro Joaquim Chamorro.

1956

O poeta nacionalista Rigoberto López Pérez mata Somoza Garcia durante uma festa na cidade de León. No lugar do ditador, assume seu filho Luis Somoza Debayle.

1957

Grupos de oposicionistas, em sua maioria compostos por estudantes, intelectuais e camponeses, iniciam uma série de ações

militares. Integrando um desses grupos, está Carlos Fonseca Amador, que romperá com o Partido Socialista Nicaragüense, favorável a uma solução negociada e pacífica para a crise do país.

1961

Carlos Fonseca, Tomás Borge, Silvio Mayorga e outros fundam, em Tegucigalpa, capital de Honduras, a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

1963

Fracassa a primeira investida guerrilheira da FSLN na região do rio Bocay. A direção opta por um recuo tático para acumular forças e ganhar bases nas cidades e no campo. Esta fase se estende até 1967.

1967

Derrotada a ofensiva sandinista na zona de Pancasán. Morre o dirigente Silvio Mayorga.

1972

Na noite de 23 de dezembro, um terremoto praticamente engole Manágua, provocando crise e desorganização econômica. Somoza embolsa a ajuda internacional destinada aos flagelados.

1974

A Frente Sandinista ocupa a mansão de um alto funcionário do governo somozista, tomando alguns embaixadores como reféns. O presidente Anastácio Somoza Debayle atende às reivindicações da guerrilha, decreta estado de sítio e desencadeia violenta repressão.

1975

Surge a primeira divisão da FSLN com o aparecimento da tendência Proletária, que discorda da linha Guerra Popular Prolongada, liderada por Carlos Fonseca e Tomás Borge e adotada desde 1968.

1976

Alguns militantes sandinistas no exílio formam a tendência Terceirista ou Insurrecional, liderada pelos irmãos Daniel e Humberto

Ortega. Em novembro, morre em combate o fundador da FSLN, Carlos Fonseca Amador.

1977

A tendência Terceirista cria o grupo dos 12, integrado por intelectuais, empresários e religiosos anti-somozistas, e lança uma ofensiva militar em outubro. O chamado à insurreição fracassa e a repressão recrudesce.

1978

Pistoleiros assassinam o jornalista conservador Pedro Joaquim Chamorro no centro de Manágua. A reação popular é intensa e a burguesia anti-somozista convoca uma greve geral que dura alguns dias. O bairro indígena de Monimbó, em Masaya, se rebela. Em agosto, uma unidade sandinista ocupa o Palácio Nacional, sede do Legislativo nicaraguense, e faz mais de 2 mil reféns, entre eles vários senadores e deputados somozistas. Após três dias de negociação, o comando consegue a libertação de Daniel Ortega e Tomás Borge. Em setembro, forças sandinistas levantam Matagalpa, León, Estelí e Masaya. A burguesia oposicionista tenta retomar a iniciativa, convocando uma nova greve geral. A paralisação escapa do controle de seus idealizadores e passa às mãos do Movimento Povo Unido, uma organização de massas criada pelos sandinistas. A palavra de ordem da greve é o fim da ditadura.

1979

Em março, as três tendências sandinistas se unificam e preparam a ofensiva final de junho/julho combinando diferentes formas de luta (greve geral, insurreição nos bairros, ataques contra postos da Guarda Nacional).

A FSLN convoca outras forças oposicionistas e forma a Frente Patriótica Nacional. No dia 10 de junho, é constituída a Junta de Governo de Reconstrução Nacional. A OEA rechaça a proposta norte-americana de uma “força internacional de paz”. Na madrugada de 17 de julho, Somoza deixa o país. No dia 19 de julho, as forças sandinistas ocupam Manágua.

1980

Depois das primeiras medidas de caráter revolucionário (confiscação dos bens de Somoza e seus apaniguados, nacionalização do sistema financeiro, do comércio exterior e interior, criação do Exército Popular Sandinista), os representantes da burguesia na Junta de Governo, Alfonso Robelo e Violeta Chamorro, abandonam seus cargos e criticam a “esquerdização do novo regime”. Formam-se, no exterior, os primeiros grupos de ex-guardas somozistas que pretendem derrubar o governo revolucionário.

1981

Os “contras”, como passam a ser chamados os antigos colaboradores de Somoza, iniciam operações militares em território nicaraguense. Surgem os primeiros atritos entre o governo e a hierarquia católica.

1982

Decretado o Estado de Emergência Nacional. A oposição protesta. Em Washington, Reagan inicia uma campanha para financiar os “contras”, embora ainda de maneira extraoficial.

1983

A economia começa a mostrar sinais de esgotamento. As ações contra-revolucionárias interferem diretamente no processo de desenvolvimento do país. Os Estados Unidos decretam um embargo econômico contra a Nicarágua. A maioria do setor privado se alia à oposição interna; outros preferem abandonar o país, principalmente médicos, engenheiros e arquitetos. Formado o grupo de Contadora.

1984

A Junta de Governo convoca eleições presidenciais. Sete partidos disputam e a FSLN ganha com 65% dos votos. Os “contras” aumentam sua ação militar.

1985

Têm início os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, concluídos dois anos depois.

1986

Os “contras” não conseguem consolidar suas posições nas montanhas da Nicarágua e em toda a conturbada região centro-americana. Os Estados Unidos pressionam contra qualquer acordo de paz, mesmo depois de sofrerem consecutivas derrotas no Congresso ao pedirem liberação de verbas aos “contras”. Sobre a base do chamado Plano Arias (de autoria do presidente costarriquenho Oscar Arias), delineiam-se os primeiros pontos para a paz na América Central. O Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio retiram-se do cenário centro-americano para possibilitar um acordo entre os países e grupos de oposição envolvidos no conflito. Sandinistas e “contras” ensaiam os primeiros passos para um entendimento que ponha fim à guerra.

1988

Assinado o Acordo de Paz Esquipulas II (cidade guatemalteca em que se deu o encontro dos cinco presidentes centro-americanos). Em Sapoá, representantes do governo sandinista e líderes dos “contras” assinam um cessar-fogo e um calendário de conversações para alcançar a paz. O presidente Daniel Ortega decreta medidas econômicas drásticas para combater uma inflação de 1.200% ao ano. São cortados definitivamente todos os subsídios.

Brasil

1917

A grande greve geral de São Paulo, que paralisa a cidade por algumas semanas, é o ponto culminante do movimento operário e sindical do início do século, marcado pelo predomínio anarquista.

1922

Fundação do Partido Comunista do Brasil num congresso em Niterói (25 de março). O Partido tem pouco mais de cem membros, a maioria operários e trabalhadores provenientes do anarquismo. O Partido é declarado ilegal poucos meses depois.

1925

O Bloco Operário e Camponês, primeira tentativa de frente legal do PCB, consegue eleger um vereador no Rio de Janeiro, o operário Minervino de Oliveira.

1930

O PCB resolve se manter à margem da Revolução de 1930, assim como fizera com os movimentos revolucionários de inspiração pequeno-burguesa dos anos anteriores.

1934

Sob a influência da virada política na URSS e na Internacional, o PCB resolve propor uma frente popular antifascista e progressista. Criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização legal e ampla que se desenvolve rapidamente nas principais cidades do país. Luiz Carlos Prestes, depois de um período em Moscou, ingressa no PCB por decisão da direção da Internacional e é proclamado presidente de honra da ANL.

1935

Declarada ilegal em julho pelo governo de Getúlio, a ANL tem suas sedes fechadas e as atividades proibidas, se esvaziando bastante. O PCB prepara um levante armado contando com a radicalização de muitos militares, inclusive oficiais que haviam aderido e permanecido fiéis à ANL. O levante de novembro eclode em Natal, onde controla a cidade por alguns dias. A descoordenação de datas leva a levantes desorganizados no Rio e Recife, precipitando a rápida derrota do movimento. O PCB e os aliancistas são perseguidos pela polícia do governo constitucional de Getúlio Vargas.

1936

Prisão de Prestes e de boa parte da liderança do PCB.

1937

Golpe do Estado Novo. Vargas dissolve o Congresso e promulga a nova Constituição. A perseguição ao PCB se acentua, culminando

com a queda do Comitê Central e a desarticulação do Partido por alguns anos.

1940

Começa a reorganização do PCB, promovida por militantes e dirigentes que tinham escapado à repressão ou saído das prisões. Nos anos seguintes, o Partido consegue avançar gradativamente, aproveitando-se da conjuntura internacional e dos movimentos pelo ingresso do Brasil na guerra antifascista.

1943

A Conferência da Mantiqueira reorganiza o PCB e elege nova direção. Prestes, ainda na prisão, é indicado secretário-geral.

1945

Com a redemocratização acelerada pelo fim da guerra, a anistia dos presos políticos e a queda do Estado Novo, o PCB recupera a legalidade. Elege 15 deputados e um senador (Prestes) na Assembléia Constituinte.

1946

O PCB lança a candidatura do engenheiro Iedo Fiúza às eleições presidenciais e obtém 600 mil votos (cerca de 10% do total). Nas eleições municipais, o Partido elege expressivas bancadas, especialmente em cidades com grande concentração operária, como Rio, Recife, Santo André e Santos.

1947

O PCB é colocado novamente na ilegalidade em maio, pouco mais de um ano e meio após ter conseguido seu registro legal. Os mandatos dos parlamentares eleitos na legenda comunista são cassados. Restam apenas alguns deputados e vereadores eleitos nas legendas de outros partidos. Apesar do regime constitucional, o PCB sofre diversas perseguições. Prestes fica clandestino e boa parte da direção não desenvolve atividades legais. O PCB evolui para posições ultra-esquerdistas, abandonando a linha pacifista dos anos de legalidade.

1950

A radicalização do PCB culmina com o Manifesto de Agosto. O PCB abandona os sindicatos legais e vê o número de seus membros se reduzir rapidamente.

1953

Organizado o Partido Operário Revolucionário (Trotskista), POR(T), ocupando o lugar do recém-dissolvido Partido Socialista Revolucionário, ligado à IV Internacional.

1954

O IV Congresso do PCB abandona os excessos da política anterior. Na estratégia, consolida a concepção de duas etapas da Revolução. Na política imediata, a forte oposição ao governo Vargas coloca o Partido em situação difícil na crise política que culminou com o suicídio do presidente meses depois.

1956

Na esteira do XX Congresso do PCUS, com a denúncia do stalinismo, e sob a pressão do desenvolvimentismo do governo Juscelino, o PCB mergulha em intenso período de luta interna.

1957

Afasta-se do PCB o grupo liderado por Agildo Barata, oficial do Exército com grande atuação nos movimentos da década de 1930, em especial no levante de 1935.

1958

O CC aprova a Declaração de Março, que aponta a luta pelas “reformas de estrutura” como tarefa tática imediata e afirma a possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira.

1960

O V Congresso do PCB reafirma a linha da Declaração de Março de 1958 depois de um intenso debate nos meses anteriores, com ampla difusão pela imprensa partidária.

1961

O PCB decide pedir registro legal junto ao TSE e, para facilitar a aprovação, altera seu nome oficial para Partido Comunista Brasileiro. Em novembro, reúne-se em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com predomínio dos comunistas e das Ligas Camponesas. Surge a Organização Revolucionária Marxista (ORM), de inspiração trotskista, que edita a revista Política Operária (Polop).

1962

Em fevereiro, um pequeno núcleo de dirigentes e militantes funda o Partido Comunista do Brasil, apresentado como continuador do velho PCB, que, segundo eles, ao mudar de nome, teria se tornado um partido reformista e revisionista. No ano seguinte, o PCdoB se identifica abertamente com as posições do PC chinês, então em agudo conflito com o PC soviético. Em abril, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, lança o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), defendendo a luta imediata pelo socialismo através de guerrilhas. Em junho, é organizada a Ação Popular (AP) a partir de militantes da Ação Católica. Em julho, uma greve geral nacional (parcial no setor privado) consegue impedir a nomeação de Auro Moura Andrade para primeiro-ministro.

1963

O ano é marcado por crescente agitação política e social em todo o país, além de uma permanente crise política alimentada pelas vacilações do governo de João Goulart.

1964

O golpe de 1º de abril pega a esquerda desprevenida. Inicia-se um longo período de clandestinidade. A avaliação crítica da trajetória dos anos anteriores conduz a vigorosa luta interna no PCB. Dela resulta a formação de várias tendências e grupos que rompem com o Partido nos anos seguintes em diversos lugares do país, formando quase sempre novas organizações revolucionárias ou aderindo às que existiam antes de 1964. À exceção do PCB remanescente e de setores

do trotskismo, todos os agrupamentos revolucionários aderem à proposta de preparação imediata da luta armada.

1966

As Teses para o VI Congresso do PCB encontram forte oposição nos debates através da imprensa partidária clandestina.

1967

Em várias das mais importantes conferências estaduais preparatórias ao VI Congresso do PCB, o Comitê Central fica em minoria diante das correntes de oposição. Os mais destacados líderes destas posições não conseguem participar do congresso realizado em dezembro, no qual são expulsos do PCB: Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, entre outros. Em agosto, realiza-se em Havana a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com a presença de Marighella não autorizada pelo CC do PCB. A OLAS e a morte de Guevara na Bolívia, em outubro, tiveram forte impacto em setores da esquerda brasileira.

1968

Ano de grande ascenso da luta de massas e da agitação política em todo o país. Formam-se as principais organizações que desencadeariam ações armadas nos anos seguintes: a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o MR-8, além de várias outras organizações e dissidências.

1969

Sob o terrorismo da ditadura, institucionalizado pelo AI-5, generalizam-se a tortura e a repressão selvagem às organizações de esquerda. Em novembro, Marighella é assassinado em São Paulo.

1970

Assassinato de Mário Alves, principal dirigente do PCBR, e de Joaquim Câmara Ferreira, que substituíra Marighella na direção da ALN. As organizações sofrem muitas perdas.

1971

Morte de Carlos Lamarca no sertão da Bahia. As organizações armadas, sob o peso da repressão, encontram-se praticamente destroçadas.

1972

Em abril, início da guerrilha organizada pelo PCdoB na região do Araguaia. A repressão nas cidades volta-se violentamente contra esse partido e a AP.

1973

No final do ano, o Exército liquida a Guerrilha do Araguaia. Os remanescentes das outras organizações haviam suspenso a realização de ações armadas.

1975

Violenta onda repressiva leva ao assassinato de vários militantes do PCB, entre os quais dez membros do Comitê Central. A morte de Vladimir Herzog em São Paulo, em outubro, provoca grande impacto político.

1976

Assassinato de três dirigentes do PCdoB em São Paulo, na “chacina da Lapa”, em dezembro.

1978

As grandes greves operárias iniciadas no ABC paulista marcam a nova etapa da luta pelo socialismo no Brasil, que desembocará na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980.



Relação dos Participantes

Aloizio Mercadante

*Coordenador do Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto
Cajamar*

Apolônio de Carvalho

Membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Arlindo Chinaglia

*Membro da Executiva Nacional da Central Única dos
Trabalhadores*

Benedito de Carvalho

*Ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comu-
nista do Brasil*

Camilo Domenes

Subdiretor do Centro de Estudos da América, Havana

Cezar Alvarez

*Membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do
Rio Grande do Sul*

Clara Charf

*Membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de
São Paulo*

Claus Germer

Militante do Partido dos Trabalhadores

Clóvis Ilgenfritz

Membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Daniel Aarão Reis

Historiador, autor de diversos estudos sobre a história das revoluções soviética e chinesa

David Capistrano Filho

Militante do Partido dos Trabalhadores

Eduardo Suplicy

Membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Emir Sader

Historiador, professor de Ciência Política

Eneida Soler

Presidenta do Sindicato dos Artistas do Estado de São Paulo

Fúlvio Abramo

Diretor do Centro Mário Pedrosa

Gilberto Carvalho

Presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Paraná

Jacob Gorender

Historiador, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Jair Meneguelli

Presidente da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores

José Dirceu

Secretário-geral do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

Juan Valdés Paz

Chefe do Departamento de América Latina do Centro de Estudos da América, Havana

Leonardo Boff

Teólogo franciscano

Lafaiete Santos Neves

Ex-presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Paraná

Lucio Jimenez

Secretário-geral da Central Sandinista de Trabalhadores da Nicarágua

Luis Favre

Membro do coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores

Luís Flávio Rainho

Pesquisador do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)

Luiz Gushiken

Deputado federal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores

Luiz Carlos Prestes

Ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro

Marcelo Deda

Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores de Sergipe

Mário Barbosa

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

Marco Aurélio Garcia

Diretor do Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas

Marcos Arruda

Pesquisador e educador popular

Marco Piva

Membro do coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores

Osvaldo Bargas

Coordenador-geral do Instituto Cajamar

Paulo Azevedo

Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Paulo Vannuchi

Assessor de formação política do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

Paul Singer

Membro da Assessoria Econômica do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Pedro Tonelli

Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores do Paraná

Perly Cipriano

Presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo

Rui Falcão

Secretário de Formação Política do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

Selvino Heck

Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul

Valter Pomar

Membro do coletivo da Secretaria de Formação Política do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

Vicente Paulo da Silva

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

Vito Letizia

Historiador

Wladimir Pomar

Coordenador-geral adjunto do Instituto Cajamar

Indicam-se nesta relação os cargos ocupados à época de realização do seminário.



Apresentação

Foi na Rússia, em outubro de 1917, que, pela primeira vez na história, um partido socialista tomou o poder e deu início à construção de uma nova ordem econômica, social e política.

A causa imediata da revolução reside no impacto que a Primeira Guerra Mundial produziu na sociedade russa, que vinha acumulando uma série de contradições bastante graves ao longo de sua história.

A Rússia se manteve afastada do ciclo revolucionário que deu origem às sociedades burguesas na Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX. Na Rússia, não apenas se manteve a servidão, como o próprio Estado feudal foi o agente da introdução do capitalismo no país.

A oposição à monarquia russa partia principalmente da intelectualidade que, influenciada pelos movimentos socialistas ocidentais e pelas tradições comunitárias do campesinato russo, fez desde cedo uma opção socialista. Eis o paradoxo do processo revolucionário russo: a oposição à monarquia era feita principalmente a partir de objetivos socialistas, enquanto a oposição liberal-burguesa permanecia frágil.

O movimento socialista russo divide-se em pelo menos dois grandes períodos. O primeiro, de 1850 a 1870, foi dominado pelos narodniks, que entendiam ser o caminho russo para o socialismo profundamente diferente do caminho ocidental. Eles viam no campesinato e na comunidade camponesa as bases do socialismo na Rússia.

Essa posição foi afirmada numa série de debates com Marx e Engels. Bakunin, líder de uma das correntes do movimento narodnik, participou ativamente das polêmicas.

Os narodniks realizaram na década de 1870 dois grandes movimentos. O primeiro, chamado de Ida ao Povo, fez com que inúmeros jovens universitários se dirigissem aos camponeses, visando prepará-los para a revolução.

A derrota da Ida do Povo fez com que parte dos narodniks recorresse a atentados terroristas contra os representantes do Estado monárquico. O mais importante deles foi uma bomba lançada contra o Czar Alexandre II em 1º de março de 1881. A morte do czar detonou uma violenta repressão que liquidou o movimento.

Uma pequena parcela dos narodniks, que se recusara a adotar o terrorismo individual como forma de luta, funda em 1883 o grupo Emancipação do Trabalho, dando início ao segundo período do movimento socialista russo, dominado pelo marxismo.

Essa virada ocorre pouco antes de a classe operária russa surgir como força independente a partir das primeiras greves de importância, na década de 1890.

Submetida a intensa exploração e concentrada em pequeno número de centros industriais, esta classe operária logo ganhará uma importância política desproporcional ao seu reduzido peso numérico.

A união da vanguarda do operariado com a intelectualidade marxista dará origem, no final do século, às primeiras tentativas de constituir o Partido Social-Democrata Russo, fundado afinal em 1903. A luta interna será uma das características marcantes da social-democracia russa e se faz presente inclusive no congresso de fundação, que cindiu o Partido em duas alas: os bolcheviques (maioria) e os mencheviques (minoria).

Em 1904, a Rússia imperial acaba derrotada na guerra contra o Japão.

Em janeiro de 1905, uma manifestação operária pacífica em Petrogrado, para reivindicar do czar melhores condições de vida, é reprimida violentamente pelas tropas imperiais, dando início a um movimento revolucionário bastante amplo.

A Revolução de 1905 é considerada um ensaio geral da Revolução de 1917. Nela se conjugam as vertentes que levaram à destruição do império czarista dez anos depois: a luta socialista da classe operária, as reivindicações democráticas de amplas parcelas da população, em especial a reivindicação de posse da terra pelo campesinato, e o complexo problema das nacionalidades. Neste movimento, surgem pela primeira vez os soviets, organismos de auto-organização e representação direta dos trabalhadores que irão reaparecer em 1917.

Com a derrota da revolução, as classes dominantes tentam modernizar o país, sem sucesso, enquanto no interior do movimento Social-Democrata trava-se agudo debate sobre a estratégia da revolução, em que se cristalizam as posições de bolcheviques e mencheviques. Ambos entendiam que a Revolução Russa era uma revolução democrático-burguesa. Contudo, enquanto os mencheviques propunham uma política de aguardar o amadurecimento das condições para o socialismo, os bolcheviques entendiam ser necessário tomar a iniciativa na revolução democrático-burguesa para transformá-la o mais rápido possível em revolução socialista.

O envolvimento do Império Russo na Primeira Guerra Mundial revela a sua incapacidade de suportar as tensões sociais e políticas a que o conflito submete a sociedade russa. Como em 1905, o agravamento das tensões sociais leva a um processo revolucionário.

Em fevereiro de 1917, uma comemoração operária pela passagem do Dia Internacional da Mulher evolui para uma insurreição espontânea, que ganha a adesão do exército e provoca a abdicação do czar e a Proclamação da República.

A classe operária fez a revolução, mas o governo provisório da República é dominado por uma coalizão de partidos burgueses apoiada pelos soviets, organismos revolucionários de massas recriados com base na experiência de 1905.

Em abril de 1917, o Partido Bolchevique decide lutar contra o governo provisório. Seus lemas: pão, paz e terra. Petrogrado, maior concentração industrial, capital da Rússia, é o epicentro da Revolução.

Em julho de 1917, manifestações de operários e soldados são reprimidas pelo governo provisório, que prende parte da liderança

bolchevique. Apesar de considerar prematuras estas manifestações, os bolcheviques colocaram-se à frente delas, optando por permanecer ao lado das massas num momento decisivo, atitude que, meses depois, será fundamental para assegurar a liderança do Partido sobre a maioria dos soviets às vésperas da Revolução.

Em agosto, a direita tenta um golpe, utilizando para isto as tropas do General Kornilov. A participação dos bolcheviques na derrota dos golpistas dificulta a repressão que o governo provisório vinha lhes movendo e reforça ainda mais a sua liderança.

Confirmado a sua maioria, os bolcheviques, após intensa polémica interna, passam a organizar uma insurreição militar sob o lema de “todo o poder aos soviets”. Na noite de 6 para 7 de novembro (ou, segundo o velho calendário russo, na noite de 24 para 25 de outubro), os bolcheviques, com o apoio da ala esquerda do Partido Socialista Revolucionário, derrubam o governo provisório e tomam o poder. No II Congresso dos Soviets de Toda a Rússia, que se realizava naquele dia, é eleito um Conselho de Comissários do Povo. Lênin ocupa a Presidência, Trótski é o comissário para Negócios Estrangeiros e Stálin, comissário para as Nacionalidades.

O primeiro objetivo do governo soviético é a paz. Em março de 1918, é assinado com a Alemanha o Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Logo em seguida, inicia-se a guerra civil. Os latifundiários e a burguesia, apoiados pela intervenção militar das nações imperialistas, buscam derrubar o governo bolchevique. Nesta luta, os contra-revolucionários contam com apoio da direita do Partido Socialista Revolucionário (que fazia parte do governo provisório derrubado pela Revolução) e de setores do Partido Menchevique (que era contra a tomada do poder).

O governo bolchevique vence a guerra que durou até 1921. A situação económica e social é gravíssima. A aliança operário-camponesa está às vésperas do rompimento. Em março, estoura uma revolta na base naval de Kronstadt. Ao mesmo tempo em que reprime a revolta, o governo soviético adota a Nova Política Económica (NEP), que incentiva o retorno a certas práticas capitalistas e permite uma retomada económica. Num primeiro momento, a NEP restabelece a aliança operário-camponesa e eleva o nível de vida da população. Em seguida,

contudo, os conflitos entre a cidade e o campo, entre camponeses e operários retornam com força redobrada.

A luta interna sobre os caminhos a seguir é agravada pela morte de Lênin em 1924. Com o esgotamento dos soviets e a dispersão da classe operária de 1917, a disputa sobre os rumos da Revolução passa a ser travada no reduzido círculo dirigente bolchevique.

Divergências sobre a política econômica a seguir, sobre a via de construção do socialismo, sobre a política internacional, entre outras, provocam seguidas crises no Partido Bolchevique. O desfecho ocorre em 1929, com a adoção do I Plano Quinquenal: uma política de coletivização planejada e de industrialização a todo custo. As condições em que esta política foi implantada levaram a um violento conflito entre o campesinato e as forças do governo.

A partir de 1934, milhares de quadros do Partido são afastados de suas funções. Em seguida, nos Processos de Moscou (1936-38), dezenas de dirigentes históricos são condenados à morte sob falsas acusações. É curioso observar que os métodos da luta interna contradiziam em tudo os princípios da Constituição Soviética de 1934, considerada a mais avançada do mundo.

Em 1941, a União Soviética é invadida pelas tropas nazistas. Na primeira fase da guerra, sofre derrotas devastadoras que chegam a pôr em risco a própria sobrevivência do Estado soviético. A luta contra a invasão, baseada na capacidade de resistência do Estado socialista, nos recursos naturais e econômicos da URSS e na firme resistência popular à invasão, permitiram a reação. Os exércitos soviéticos ocupam Berlim em 1945, coroando sua participação decisiva na vitória sobre os nazistas.

O breve período de paz entre as nações vitoriosas é seguido pela Guerra Fria. Internamente, volta-se a adotar a repressão contra qualquer tipo de oposição, mas não há condições políticas que sustentem o retorno ao terror. A morte de Stálin (1953) serve como catalisador do processo de redemocratização política do país, abrindo-se um período de instabilidade que tem seu grande marco no XX Congresso do PCUS, em 1956, quando o então primeiro-secretário, Nikita Krushov, lê um “relatório secreto” denunciando o culto à personalidade e os crimes contra a legalidade socialista cometidos e incentivados no período de Stálin.

Kruschov é deposto em 1964, sendo substituído por Leonid Brejnev, representante da ala mais conservadora do Partido e que fica no poder até 1982. Neste momento, os impasses da economia e da política soviéticas motivam o questionamento dos conservadores. Com a ascensão de Mikhail Gorbachov do cargo de secretário-geral, em 1985, a direção do partido adota os programas de reformas estruturais conhecidos como glasnost e perestroika.

JACOB GORENDER

Marx e Engels tinham a concepção de que a revolução socialista começaria nos países capitalistas desenvolvidos e seria uma revolução internacional. No tempo deles, isso significava que a revolução ocorreria mais ou menos simultaneamente na Europa Ocidental, fundamentalmente na Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido, na Alemanha e na França, e os outros países da Europa Ocidental os acompanhariam. Contudo, já nos fins dos anos 70 do século passado, começaram a se avolumar as notícias de turbulências revolucionárias no antigo império czarista, até então o baluarte da reação européia, o que levou Marx, já com 50 anos, a estudar russo, inclusive para facilitar suas pesquisas econômicas.

Essas turbulências se refletiram no último prefácio do *Manifesto Comunista*, assinado por Marx e Engels, onde eles afirmam que a revolução podia começar não na Europa Ocidental, mas na Rússia, dado o estado de efervescência revolucionária. Apesar de a Rússia não ser naquela época um país desenvolvido, podia iniciar um processo revolucionário que serviria como detonador da revolução no Ocidente. Então, realizada a revolução na Europa, os países mais desenvolvidos forneceriam à Rússia os meios materiais, as forças produtivas, máquinas, equipamentos, matérias-primas etc. para que esta também caminhasse no sentido do socialismo, apesar de não ser um país desenvolvido. Ou seja, a Rússia receberia do Ocidente os meios materiais que lhe faltavam para, de certo modo queimando uma etapa, chegar ao socialismo.

Essa tese de Marx e Engels se reforçou com a passagem do capitalismo à etapa do imperialismo e a acentuação do desenvolvimento desigual dos países capitalistas. Lênin formulou a tese de que o rompimento da cadeia mundial do imperialismo podia se dar em primeiro lugar não no país mais desenvolvido, mas naquele que fosse o elo mais fraco da cadeia, aquele em que as contradições fossem mais agudas, mais profundas. Os bolcheviques, e em geral as várias correntes do movimento revolucionário russo, tinham essa idéia de que a revolução podia começar lá, mas necessitaria de apoio da revolução no Ocidente, dado o atraso da Rússia. Essa é uma tese que vai ter importância em todo o decorrer da Revolução Soviética e nos debates que se seguirão depois da tomada do poder.

Outra tese fundamental no marxismo, e que vem desde os primeiros trabalhos de Marx, em particular, *A Ideologia Alemã*, que assinala o nascimento do materialismo histórico, é a definição do Estado não como o intérprete geral dos interesses da sociedade, não como o árbitro neutro das várias facções, das várias classes sociais, mas como o representante da classe dominante, representante de interesses particulares de uma determinada classe. Enquanto na sociedade feudal isso era evidente, pois a própria legislação conferia privilégios a um determinado estamento, na sociedade capitalista, a própria legislação declarava que os homens eram iguais perante a lei. Embora a legislação eleitoral durante muito tempo estabelecesse diferenças com base na fortuna pessoal, de modo geral, a legislação burguesa consagrou o princípio da igualdade de todos perante a lei. Parecia que o Estado não era o Estado da classe burguesa, era o Estado de toda a sociedade.

A teoria de Marx e de Engels sustentou que o Estado é o Estado da burguesia, é o Estado da classe dominante burguesa. Com seu aparelho coercitivo, ele garante o modo de produção dentro do qual a burguesia tem um papel de classe exploradora. Ao mesmo tempo, Marx e Engels definiram também nessa obra o princípio de que a ideologia dominante numa sociedade é a ideologia da classe dominante, o que se conjuga com a tese de que o Estado é o representante da classe dominante.

Controvérsias teóricas e Comunismo de Guerra

Na Revolução Soviética, estas duas teses estiveram no centro de todas as controvérsias. Em 1917, houve duas revoluções na antiga Rússia. Primeiro, a Revolução de Fevereiro (março, pelo calendário moderno), que derrubou o czar. Foi uma revolução que se pode chamar de democrático-burguesa. Com a queda do czar, estabeleceu-se um regime de plena liberdade para os partidos políticos. Os bolcheviques se tornaram um partido legal, assim como os outros partidos, e se formou um governo provisório.

A segunda revolução ocorreu em outubro, pelo antigo calendário, sendo até hoje chamada, por isso, de Revolução de Outubro. Pelo calendário atual, e que também é adotado hoje na União Soviética, ocorreu a 7 de novembro. Foi uma revolução socialista. Foi a tomada do poder pelos soviets, dirigidos pelo Partido Bolchevique. A Revolução de 1917 (a de 7 de novembro) foi uma revolução quase pacífica. Foi também, na sua forma aparente, até um golpe de Estado. Em Leningrado, antiga Petrogrado, houve uma dezena de mortos. O governo de Kerensky estava tão esvaziado, tão sem apoio, tão desmoralizado, que foi fácil afastá-lo. Em Moscou é que houve umas lutas mais encarniçadas, com centenas de mortos, e, no resto do vasto império, o poder foi tomado quase sem luta, pacificamente, pode-se dizer. A luta veio mesmo com a Guerra Civil, iniciada em junho de 1918. Esta foi uma luta extremamente sangrenta, porque aí se empenharam os exércitos brancos, favoráveis à velha ordem, ao czarismo, à restauração monárquica, e os exércitos intervencionistas das potências européias e, também, dos Estados Unidos.

No decorrer da Guerra Civil, implantou-se na União Soviética o que veio a ser chamado de “Comunismo de Guerra”. A Rússia estava devastada, a sua indústria tinha sofrido muito. Havia também a necessidade de sustentar os exércitos que enfrentavam os exércitos brancos. Estabeleceu-se, a princípio, como medida provisória, a requisição de gêneros alimentícios dos camponeses, que foram obrigados a entregar todo o excedente de sua produção. O que não fosse necessário para o consumo próprio e para o plantio era entregue sem retribuição. Essas requisições muitas vezes iam além. Tomava-se tudo

dos camponeses, como o próprio Lênin reconheceu. Mas era preciso garantir o suprimento dos trabalhadores industriais nas cidades e o suprimento das tropas que estavam na linha de frente. Em contrapartida, estabeleceu-se um racionamento rigoroso, quase não havia venda no mercado, a não ser no mercado negro, que cresceu bastante. O Estado distribuía o pão, alimento básico, mediante cartões, e os bens de consumo industriais, o pouco que havia, mediante racionamento. Este conjunto de medidas de emergência, contudo, logo foi teorizado como a própria realização do comunismo, porque se aboliam as trocas mercantis, o dinheiro aparentemente desaparecia ou se tornava algo secundário. Parecia que esse era realmente o caminho para se chegar ao socialismo.

Era a primeira vez que se tentava algo desse gênero no mundo, a primeira experiência de construção de uma sociedade socialista. Não havia muitas indicações concretas nas obras de Marx e Engels. Marx, em especial, foi muito cauteloso sobre o que ia ser a sociedade socialista. Ele preferiu deixar àqueles que iam construí-la a tarefa de definir o que ela deveria ser, prefigurando apenas alguns princípios gerais. O que aconteceu com a prática do Comunismo de Guerra? Os camponeses se retraíram, com muitos conflitos com os agentes do poder soviético que vinham requisitar os gêneros alimentícios. Eles preferiam escondê-los e vendê-los no mercado negro. O plantio diminuiu e a fome se tornou uma ameaça grave.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria na nascente União Soviética, a revolução no Ocidente fracassava. Desde o início, Lênin, Trótski e os demais líderes da Revolução Soviética confiavam no triunfo da revolução no Ocidente, principalmente na Alemanha, onde o proletariado era mais forte e onde estava o partido social-democrata mais poderoso do Ocidente. A Alemanha comunista forneceria armas, tecnologia, e tudo o mais que era necessário para superar as debilidades materiais da Revolução Russa. Mas, em 1919, a revolução foi sufocada na Alemanha. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados em janeiro de 1919. Depois, a revolução na Baviera também foi sufocada. As esperanças de novos levantes em outros países vão desaparecendo pouco a pouco. A Revolução Húngara também

é derrotada. A União Soviética se viu sozinha. Que fazer nessas circunstâncias que ninguém previra antes? A direção do Partido Bolchevique, Lênin à sua frente, entendeu que se devia continuar, que se devia fazer o máximo para construir o socialismo, mesmo sozinhos.

Não há formulações absolutamente claras em Lênin sobre isso. Uma pesquisa conseguiu encontrar uma única frase em que ele fala na construção do socialismo em um só país. Mas o pensamento dele, examinando bem as suas posições, é de que a Rússia sozinha podia construir o socialismo. Há a célebre fórmula que ele enunciou: eletrificação mais poder soviético é igual a socialismo. Por conseguinte, o seu pensamento era de que se devia levar adiante a construção do socialismo mesmo sem apoio do Ocidente. Mas, para que se alcançasse alguma coisa, era necessário resolver os problemas urgentes: o decréscimo da produção industrial, que estava muito abaixo do nível de antes da guerra, e a insatisfação dos camponeses, cada vez mais revoltados contra o poder soviético, diminuindo a produção de alimentos e escondendo o que havia.

NEP e estabilização

Para enfrentar a crise, anuncia-se, em 1921, a Nova Política Econômica, conhecida pela sigla NEP. Em primeiro lugar, se aboliu o Comunismo de Guerra, como algo que emperrava o desenvolvimento mais elementar da economia. Pretendia-se abrir um certo espaço ao próprio capitalismo, reavivar as relações mercantis, e não as abolir, porque isso era impraticável. Em que consistiu isso? Em primeiro lugar, os camponeses só eram obrigados a pagar um imposto, não tinham mais o dever de entregar tudo o que fosse excedente. A princípio, era um imposto em espécie, em trigo, centeio ou outro produto, depois passou a ser em dinheiro mesmo. O que sobrasse, depois do imposto, eles tinham a liberdade de comercializar, podiam vender no mercado, a preços de mercado, a princípio, nos mercados locais, depois, no mercado nacional. Depois, deu-se outro passo e se permitiu que os chamados camponeses ricos, os *kulaks*, pudessem ampliar suas áreas de cultivo, arrendar terras, ainda que a terra fosse nacionalizada, e empregar trabalhadores assalariados. Era preferível

que o trabalhador encontrasse trabalho no campo a que ele fosse para a cidade, desempregado, pois a indústria mal e mal estava se recuperando.

Em 1921, a população de Moscou e de Petrogrado (depois Leningrado) era a metade de 1913. Os operários migravam porque no campo, junto de parentes, podiam ao menos se alimentar. A classe operária fabril, de 4 milhões de pessoas em 1913, estava reduzida a cerca de 1 milhão e meio naquela altura. Conseguiu-se reavivar a agricultura. Com o estímulo da troca mercantil, da venda de seus produtos, os camponeses deixaram de ter receio de aumentar a área de plantio e voltaram a abastecer as cidades. Mas havia o problema da indústria, que precisava acompanhar essa reanimação da agricultura, o que era problemático. Era uma indústria atrasada e devastada, de recuperação lenta. Não conseguia fornecer produtos industriais na medida da demanda dos camponeses. Daí veio a chamada “crise da tesoura”; os preços industriais cresciam mais depressa que os preços agrícolas, levando os camponeses a guardar os seus produtos para vendê-los no câmbio negro, em particular, os camponeses ricos. Então foi preciso baixar os preços dos produtos industriais, subsidiá-los etc.

A NEP também permitia que empresas privadas existissem no setor urbano. Cerca de 20% das indústrias passaram a ser geridas por empresários privados, em pequenos e médios estabelecimentos. No comércio, cerca de 30% dos negócios estavam com pequenos e médios comerciantes privados. O comércio exterior continuou sendo monopólio do Estado, assim como a grande indústria e os bancos, além de grande parte do comércio interior.

Deve-se fazer uma outra observação na política da NEP: ela incluía expressamente a idéia de atrair o capital estrangeiro. Lênin considerou que seria valiosa a contribuição do capital estrangeiro porque ele traria a tecnologia e traria capital também, naturalmente em condições controladas. Mas, naquela altura, as potências imperialistas não queriam saber de enviar capital para lá. A maioria dos países ocidentais ainda nem reconhecia diplomaticamente a União Soviética. Esperavam que a experiência socialista fracassasse. Não en-

trou o capital estrangeiro, mas o princípio de que era válido aceitar a colaboração do capital de países estrangeiros ficou estabelecido pelo próprio Lênin na política da NEP.

Nessa altura, forma-se na alta direção do PC soviético uma divergência que vai se aprofundando. De um lado, estava principalmente Bukharin, um dos mais talentosos teóricos do partido. Ele tinha sido fervoroso defensor do Comunismo de Guerra e tornou-se também ardoroso defensor da NEP, sendo seu teorizador. Na visão dele, a construção do socialismo na União Soviética devia ser muito lenta, ele chegou a usar o termo “passo de lesma”. Seria um socialismo tardio, demorado, e o fator propulsor devia ser a demanda camponesa. A demanda da área rural era predominante na estrutura produtiva soviética: dois terços da produção eram produtos agrícolas e um terço, somente, era produção industrial. Além disso, Bukharin também dizia que se devia dar preferência não à indústria pesada, de base, de equipamentos, mas à indústria leve, de tecidos, de sapatos, de bens de consumo, porque esta exigia investimentos menores e tinha uma rotação de capital mais rápida. Como a Rússia estava carente de capitais, era preferível, naquele momento, dar ênfase à indústria leve e não à indústria pesada.

Divergências e dificuldades

Em contraposição a Bukharin, formou-se outra corrente, liderada por Trótski, dando ênfase à planificação e à industrialização acelerada. Ao contrário de Bukharin, ele queria uma industrialização mais rápida e com ênfase na indústria pesada e insistia na planificação que, naquele momento, ainda era uma planificação inicial, não era uma planificação que abrangesse todos os aspectos da economia. Era ainda um esboço de planificação, mesmo porque não se tinha conhecimento de economia planejada, era uma novidade.

Vemos então as mudanças nas teses clássicas do marxismo. A revolução não seria nacional, não se faria em um país inicialmente, seria, desde o começo, internacional e abrangeria os países mais desenvolvidos. Essa tese não se confirmou. A revolução começou na antiga Rússia, que já era um país capitalista, tinha uma base industrial de-

envolvida, mas estreita, e não era dos países mais desenvolvidos, estava bem atrás dos países do Ocidente e dos Estados Unidos. E passava a construir o socialismo sozinha, isolada.

Agora, vejamos como ficou outra tese, a tese do Estado. Ainda em 1917, antes da tomada do poder, Lênin viu-se obrigado a passar alguns meses na clandestinidade. O governo de Kerensky, o governo provisório, desencadeara forte repressão policial, deteve diversos dos dirigentes bolcheviques, libertados em seguida, mas decretou a prisão de Lênin. Nos seus discursos, Kerensky chamava Lênin de bandido. Ameaçado, Lênin teve de passar à clandestinidade. Escondido, com poucos livros à mão para consultar, tendo que recorrer à memória, fazendo, às vezes, citações imprecisas, ele escreveu uma de suas obras mais conhecidas, *O Estado e a Revolução*, onde procura sintetizar a teoria marxista de Estado.

De um lado, ela combate a tese vigente na Segunda Internacional, a tese de Kautsky em particular, que falava na tomada do poder pelo voto no Estado burguês, o Estado Parlamentar, e na transformação pacífica da sociedade, mantendo o Estado burguês tal qual era. A tese de Marx, baseada na experiência da Comuna de Paris, era de que o Estado burguês precisava ser destruído, porque ele não era um Estado apropriado para a construção do socialismo. O Estado operário tinha que ser o Estado da ditadura do proletariado, um novo Estado, com um novo aparelho de Estado, do qual a Comuna de Paris havia apresentado um primeiro esboço concreto na história mundial. Do outro lado, Lênin combatia, seguindo a tradição de Marx, a tese do anarquismo de que o Estado deve desaparecer imediatamente. Ele dizia: não é possível conquistar o poder e prescindir do Estado, porque vamos ter que enfrentar a antiga classe dominante derrubada, que conservará a sua força por um certo tempo, oporá resistência e fará a guerra civil. Por isso, precisamos ter um Estado e um Estado autoritário. Mas, à medida que for sendo construído o socialismo, o Estado irá desaparecendo. O Estado não é abolido de um golpe, mas vai paulatinamente perdendo as suas funções até deixar de existir.

Mas o que aconteceu na verdade depois da tomada do poder? O Estado era o Estado soviético, baseado nos soviets, que tinham

surgido espontaneamente das massas. Soviete, em russo, quer dizer conselho, Conselhos de Operários, Camponeses e Soldados. Em nome deles é que o Partido Bolchevique fez a insurreição de 7 de novembro, criando o Estado soviético. Mas como evoluiu esse Estado em meio à Guerra Civil, de 1918 a 1921, e posteriormente? Os aspectos principais a assinalar, porque eles vão ter influência daí por diante, são os seguintes, sumariamente. Tornou-se um Estado com partido único. Não era uma idéia inicial que fosse um Estado com partido único. Mas, assim que o Partido Bolchevique tomou o poder, todos os partidos com influência no movimento operário se colocaram contra ele: os mencheviques, com suas variadas facções, e os socialistas revolucionários. Durante um breve período, os socialistas revolucionários de esquerda apoiaram os bolcheviques. Depois fizeram um levante, foram esmagados e também passaram para a oposição. Em 1921, todos os outros partidos já eram ilegais. O único partido legal era o Partido Bolchevique, que passou a se chamar Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética, ainda conservando o “bolchevique” entre parênteses.

A centralização se acentuou. O Conselho de Ministros, dirigido por Lênin, assumiu poderes cada vez maiores. Os comissários do povo tinham poderes cada vez mais centralizados sobre todos os aspectos da vida estatal, administrativa, sobre a condução da guerra, e assim por diante. Começou a crescer a burocracia. Havia mais de 20 milhões de propriedades camponesas em consequência da reforma agrária. O país estava devastado. Era altíssimo o índice de analfabetismo, apenas 10% da população russa era de fato letrada. A maioria, mais de 80%, era de analfabetos. Nessas condições, a burocracia cresceu: era necessário controlar tudo, contabilizar tudo, e para isso eram necessários burocratas que controlassem todos esses aspectos. Na sua maioria, eram os antigos funcionários da época do czarismo, porque sabiam ler e escrever e tinham experiência. Tudo isso introduziu deformações muito sérias no aparelho de Estado soviético, com centralização cada vez maior do burocratismo.

Outro sério problema era o dos especialistas. Como o Ocidente não fez a revolução, como não vieram os especialistas do Ocidente,

onde obter engenheiros, agrônomos, médicos, arquitetos, militares, especialistas de toda espécie, enfim? O jeito era apelar para os especialistas que existiam na própria Rússia e que eram os especialistas burgueses. Lênin recomendou isso reiteradamente: vamos pagá-los bem para que eles nos sejam fiéis e vamos aprender com eles, não há outra solução. Isso já estabelecia uma certa desigualdade acentuada nas questões de pagamento. Além de que nem sempre esses especialistas burgueses eram tão fiéis assim, alguns deles chegavam a entrar pelo caminho da sabotagem.

Lênin também recomendou o taylorismo, e aí é todo um cavalo de batalha na mão dos adversários da União Soviética. O taylorismo fora criado por Taylor, um engenheiro americano que, no final do século passado e princípios deste, instituiu a teoria da economia de movimentos no processo do trabalho fabril. Ele notou que os operários que extraem carvão das minas, ou que trabalham em um torno, com uma fresa, com qualquer equipamento, faziam movimentos excessivos, desnecessários. Então ele idealizou um sistema pelo qual o operário dispenderia menos movimentos, o menor número de movimentos possível. Com isso, ele ganharia tempo e se tornaria mais eficiente. Em termos capitalistas, isso era altamente vantajoso e levou à aberração retratada artisticamente no famoso filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*: o operário fica o tempo todo apertando botões e se mecaniza, torna-se um autômato. O taylorismo, dentro do capitalismo, só podia levar a essa tendência de automatização, de transformar o operário numa máquina. Mas o que Lênin tinha em vista era obter maior eficiência do operário russo e, sobretudo, maior disciplina de trabalho. Era preciso ver que a Rússia era um país camponês. O camponês não tem a disciplina de trabalho de um operário fabril. Para o camponês, os horários variam conforme as estações, ele pode começar o trabalho meia hora antes, meia hora depois. Não há sincronização de seu trabalho com outros na agricultura familiar.

O partido, desde 1921, era um partido único, mas até a morte de Lênin, em 1924, ainda dois anos depois, havia muita luta interna dentro do Partido Comunista Bolchevique. Eram permitidas as divergências, inclusive divergências públicas. Lênin polemizava com

Trótski, com Bukharin, com os outros, pela imprensa. Os vários dirigentes expunham abertamente suas opiniões, que em muitos casos eram contraditórias, e elas eram divulgadas abertamente. Isso era permitido. Era permitido haver tendências diferentes dentro do próprio Partido Bolchevique. Pouco antes da morte de Lênin, fora adotada no Partido Bolchevique a proibição de tendências, mas na ocasião se deixou claro que era uma medida provisória.

Por volta de 1926, a própria discussão pela imprensa começa a ser cerceada. Cada vez mais se forma dentro do PC um bloco que reunia Stálin, já então secretário-geral e com o controle do aparelho do PC soviético, aliado a Bukharin, Zinoviev, Kamenev e os outros. Os trotskistas tinham grandes restrições à NEP, pregavam a industrialização acelerada e eram contrários à tese da construção do socialismo num só país. Achavam que a União Soviética deveria continuar com o poder nas mãos, com o poder soviético, mas fazer dele, principalmente, uma alavanca da revolução mundial. A oposição trotskista é derrotada. Trótski e seus principais seguidores são desterrados para a Sibéria em 1927.

Todas as idéias que eles defendem são consideradas idéias excomungadas. Não aparecem mais na imprensa.

Crise da NEP e coletivização acelerada

Ao mesmo tempo, em 1927-28, a política da NEP entra em crise. Toda a capacidade ociosa da indústria se esgotara, a produção retornara ao nível de 1913, o nível máximo do pré-guerra. Não era possível avançar mais sem novos investimentos. A indústria não era capaz de fornecer os implementos e os bens de consumo que os camponeses requeriam. Surgem duas crises de desabastecimento: os camponeses retêm a sua produção, sobretudo os camponeses ricos. Dentro do PC se forma uma corrente que pressiona no sentido de partir para a industrialização acelerada, dando prioridade à indústria pesada. Bukharin, que tinha aquela idéia de socialismo tardio, em passo de lesma, se opõe a isso. Continuava aferrado à política da NEP, de prioridade à demanda camponesa e de concessões aos camponeses.

A direção soviética estava diante de um complexo dilema. Havia a perspectiva de uma nova guerra mundial, e com vistas a isso não se poderia atrasar a industrialização. Mas o que ela iria provocar no campo? Não poderia se acoplar com a pequena agricultura camponesa, necessitava de grandes explorações agrícolas, mais produtivas, que empregassem tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas. Isso seria impraticável com a pequena produção camponesa. Era preciso passar para a grande exploração capitalista ou para a agricultura coletivizada de tipo socialista.

Em 1928-29, Bukharin é derrotado e a NEP é sepultada. Stálin soube, nessa circunstância, se fazer um intérprete dessa tendência, que não era dele pessoalmente, era do conjunto dos principais dirigentes do PC soviético, de fazer uma virada na industrialização. Era o que Bukharin chamava de superindustrializadores. Mas são eles que predominam e Stálin teve a perspicácia de se fazer o principal intérprete dessa corrente que se tornou vitoriosa. Cessam os privilégios dos *kulaks* de arrendar, de aumentar suas explorações e de explorar o trabalho assalariado, e começa a coletivização da agricultura. Em 1928, é aprovado o Primeiro Plano Quinquenal, implementado a partir de 1929 e cumprido até 1933, quando começa o segundo. É a era dos planos quinquenais na União Soviética.

Nós vamos falar muito mal de Stálin, mas não devemos perder de vista que ele era um homem com visão de estadista, um organizador de grande capacidade. Sobretudo, ele tinha grande capacidade de manobra dentro do Partido Comunista, dominava o aparelho do PC. Nessa luta, agora voltada contra Bukharin, ele se alia aos trotskistas. Diz-lhes que vai fazer o que eles queriam fazer seis anos antes, quando ainda era muito cedo: vai fazer a industrialização. Resultado: todos os trotskistas que estavam na Sibéria voltam a Moscou e apóiam a política de Stálin, menos Trótski. Trótski não aceita porque começa a dar ênfase também à democracia, à luta contra a burocratização e pela democratização do partido. Ele não aceita tornar-se apenas um instrumento passivo da política de Stálin. Ele quer ter vez e voz e isso só seria possível com o retorno aos procedimentos democráticos, o que Stálin de modo nenhum pretendia. Mas os outros

trotskistas, entre eles Radek, Piatakov, voltam a Moscou e ganham postos importantes. Piatakov em particular, um engenheiro com grande talento administrativo, passa a ser o homem mais dinâmico do Plano Quinquenal. Bukharin, derrotado, é afastado do Birô Político e depois do próprio partido, tornando-se uma figura secundária. Passa a diretor do *Izvestia*, é um dos redatores da nova Constituição, faz autocrítica e se submete à direção de Stálin.

A coletivização foi, pode-se dizer, uma segunda revolução na União Soviética, ou a terceira, se considerarmos a de fevereiro. Surge a primeira agricultura coletivizada do mundo, surge a agricultura moderna. Mas essa coletivização se fez à maneira de Stálin, foi uma coletivização violenta, forçada. Ela se fez a ritmos aceleradíssimos e com a erradicação de todos os que se opunham, principalmente os camponeses ricos, os kulaks, mas também os camponeses médios. Os camponeses ricos, com suas famílias, são expulsos de suas terras e obrigados a migrar para a Sibéria, para lugares onde não havia instalações, não havia casas, não havia nada preparado para recebê-los. Houve uma grande mortandade de camponeses, não só kulaks, mas também de camponeses médios. Não há cifras, mas se fala em alguns milhões. Afora isso, os camponeses ricos e, também, os próprios camponeses médios, que não aderem de imediato a essa coletivização forçada, dizimam os rebanhos: matam os bois, as vacas; os porcos, as cabras, enfim, tudo quanto era animal. Destroem celeiros e instalações. Isso vai ter conseqüências muito sérias. No que se refere ao rebanho bovino, que é de reprodução muito lenta, somente mais de 20 anos depois se restabelece o nível dos anos 30, o que vai implicar dificuldades muito grandes de abastecimento de carne. Inicialmente, todo o abastecimento urbano sofre muito. Cai o fornecimento de alimentos. O próprio pão é racionado. Formam-se filas enormes nas cidades para comprar o pão, que é o alimento básico do povo soviético.

Hoje, se pode ter uma idéia de que a coletivização poderia ser feita num ritmo mais lento e sem esse enorme custo em vidas humanas. É o que mostra a experiência de coletivização em outros países socialistas. Claro que haveria perdas, haveria resistências. Qualquer coletivização encontra resistência. Nem todos aderem a ela. Mas não seria preciso a

migração de milhões de pessoas, milhões de mortes, muitas delas pessoas que sequer eram opositoras, eram apenas tidas como suspeitas. No stalinismo, passa a imperar a obsessão da traição, a suspeita generalizada. O aparelho policial adquire funções judiciais: ele prende, julga e executa. Não é necessário passar pelos órgãos judiciais, por processos normais. A coisa se faz sumariamente. É um hábito que se institui na vida política soviética.

Desdobramentos internacionais

No campo internacional, neste período, a Terceira Internacional dá uma guinada. Bukharin é afastado e Stálin passa a controlar também a Internacional e faz dela um instrumento da política soviética. A Internacional já tinha cometido muitos erros. Acompanhando as mudanças internas na URSS, é abandonada a política de frente única, de união dos operários comunistas com os operários não-comunistas, social-democratas, cristãos e outros, adotando-se a política chamada de classe contra classe, os comunistas contra todos os outros. Os social-democratas, em particular, passam a ser chamados de social-fascistas. Stálin diz que não há diferença entre social-democracia e fascismo, é a mesma coisa. Essa orientação vai ter reflexos aqui no Brasil, com a queda da direção do PC em 1930 e uma política aventureira que vai culminar nos acontecimentos de 1935. Essa política vai levar a uma grande tragédia, contribuindo para a vitória do nazismo na Alemanha. A política isolacionista do partido alemão, rejeitando alianças com os social-democratas e atacando-os como social-fascistas, alimentou as tendências isolacionistas do Partido Social-Democrata, e a divisão da classe operária alemã facilitou a tomada do poder por Hitler.

Trótski escreve uma série de trabalhos nesta época, depois reunidos sob o título de *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, verdadeira obra-prima, em que ele prefigura o que iria acontecer na Alemanha. Insiste em que se deveria voltar atrás na política de classe contra classe e procurar a aliança com os social-democratas para barrar o caminho ao nazismo. Mostrava que o nazismo não ia ser nada parecido com a social-democracia, que o nazismo ia ser o pior assassino da classe operária. Palavras proféticas, mas sem eco na União Soviética.

Consolidação do poder de Stálin

Nos anos 30, ocorrem também, com o aprofundamento do domínio de Stálin no aparelho burocrático do PC e do Estado, convulsões dentro do próprio PC soviético. A tendência já era altamente centralizadora, mas agravada por ter um homem como Stálin à frente dela, um homem de temperamento extremamente egocêntrico, centralizador, quase paranóico. No fim da vida, ele era paranóico, delirante, mas não vamos fazer dele o único responsável, porque junto com ele havia uma equipe de altos dirigentes e de dirigentes intermediários que apoiaram sua política. Surgem nesta época os famosos processos judiciais. Quando já não havia quase oposição na União Soviética contra a política de industrialização e de coletivização, Stálin aproveitou certos incidentes e sumariamente, através de processos judiciais forjados, fuzilou quase toda a velha guarda bolchevique. Não só os dirigentes mais notórios, como Kamenev, Bukharin, Rikov, Toms-ki, mas milhares de outros. Alguns se suicidaram. O que se calcula é que pelo menos 1 milhão de comunistas, de membros do partido, morreram fuzilados sumariamente ou nos campos de concentração. Hoje, até um ideólogo da burguesia brasileira, como Mário Henrique Simonsen, se dá ao desprazer de escrever que Stálin foi o maior assassino de comunistas da história. Eu não sei se ele matou mesmo mais do que qualquer outro, acho que quem matou mais foi Hitler, mas em segundo lugar indiscutivelmente vem Stálin. Pelo menos o segundo lugar ele tem.

Esses expurgos violentíssimos terão graves efeitos negativos na Segunda Guerra Mundial. Foi toda uma elite, no bom sentido da palavra, pessoas qualificadas, experimentadas, que desapareceu, inclusive quadros do Exército Vermelho. Generais que vêm da Guerra Civil, homens experientes, dedicados ao partido, são sumariamente eliminados, sob meras suspeitas, em processos forjados. Stálin pessoalmente — com letra dele, é documento autêntico — autorizou a tortura dos presos, desses loucos assassinos, como ele os chamava. Dizia que, se a burguesia tortura, então eles também podiam torturar. E daí vem aquelas confissões tristes de dirigentes famosos nos processos de Moscou.

A base socialista

Mas temos que ver outro lado da questão: ao mesmo tempo que tudo isso acontecia, o socialismo deixava de existir na União Soviética? O socialismo era deformado a ponto de regredir a formas também deformadas de capitalismo? Era isso que estava acontecendo? Penso que não. Apesar de tudo, o socialismo tinha uma base já conquistada. Os grandes bens de produção pertenciam ao Estado, que detinha, em nome da sociedade, a grande indústria, os meios de transporte, o sistema financeiro, o comércio exterior. Com a coletivização forçada, surgem os *sovcozes*, fazendas coletivas do Estado, e os *colcozes*, fazendas coletivas pertencentes ao conjunto dos camponeses. Nessas condições, pela primeira vez na história mundial, uma economia moderna era planejada, uma inovação completa na história econômica. A tese fundamental da teoria burguesa é do equilíbrio através do mercado. O mercado, através do jogo da oferta e da procura, estabelece o equilíbrio nos preços e a economia se rege pelo regulador que é o mercado. Essa era a tese dominante na economia burguesa daquela época. Pela primeira vez, entretanto, surge uma economia planejada, uma economia onde se estabelece quanto se vai produzir de aço, quanto de ferro, quanto de petróleo, quanto de cimento, quanto se vai construir, quantas casas, quantas fábricas, em que lugar, quantas represas hidrelétricas, tudo planejado. É um plano quinquenal, plano para cinco anos.

Surgem problemas novos. Como estabelecer preços nessas condições? A princípio, isso se fez de maneira um tanto tosca, com o famoso sistema de balanço. A economia soviética ainda era pequena e esse sistema de planejamento altamente centralizado teve um grande impacto. Os impulsos que vinham dos ministérios, de Moscou, se traduziam concretamente nas grandes obras que se empreendiam por toda a União Soviética. O ritmo de crescimento econômico é inédito: 15% ao ano, 20% ao ano. Com a Grande Depressão iniciada em 1929, a produção industrial nos Estados Unidos cai à metade ou menos que isso, o mesmo na Alemanha e na Inglaterra, e a União Soviética está crescendo a 15% ou 20% ao ano. Nessa ocasião, técnicos europeus migram para a União Soviética, onde encontram

trabalho. Mesmo as empresas do Ocidente, que não queriam antes comerciar com a União Soviética, passam a vender máquinas e outros implementos.

Tudo isto impressiona profundamente o pensamento econômico ocidental. É durante os anos 30 que, nos Estados Unidos, Roosevelt vai fazer as primeiras experiências de intervenção do Estado na economia, com o chamado New Deal, a nova linha política e econômica, que consistia em criar empresas estatais e em fornecer estímulos do Estado. Surge a famosa teoria keynesiana, que admite a regulação da economia não só pelo mercado, mas também pelo próprio Estado. No fundo de tudo isso, estava a experiência soviética de planejamento. Essa grande contribuição só foi possível porque a URSS tinha já uma estrutura que caminhava para o socialismo. Era uma estrutura imperfeita, é claro, inicial, mas tinha já os elementos. Além disso, na União Soviética, com a industrialização acelerada, se estabelece o pleno emprego e se difunde um certo grau de bem-estar, ainda em nível muito baixo, mas que os russos não conheciam. Os operários russos não tinham ainda o nível de bem-estar que podiam ter os operários ocidentais, mas a comparação era com o que tinham os operários russos antes da Revolução. É só ler a literatura russa, é só ler as obras de Górkí e de outros autores para conhecer o que era a miséria do povo russo: fome, no sentido literal, falta de sapatos, de aquecimento etc. Evidentemente, o racionamento nas cidades, a penúria de bens de consumo, só pouco a pouco esses problemas vão sendo reduzidos.

Vitória na Guerra e recuperação

Quando vem a Segunda Guerra Mundial e a invasão pela Alemanha, que até aí só tinha conhecido vitórias rápidas, a chamada “guerra relâmpago”, a União Soviética se encontrava em condições de enfrentar a poderosíssima máquina de guerra nazista. A princípio, houve uma tremenda sangria e ainda aí a responsabilidade é da direção stalinista. Stálin recebera, hoje é sabido, vários avisos, de diferentes fontes, até da data em que os nazistas iriam invadir a União Soviética. Ele deu ordens terminantes de que não se fizesse nenhuma

concentração de tropas na fronteira com a Alemanha, que passava pelo meio da Polônia, para não sugerir uma provocação. Com isto, os soviéticos foram atacados com a guarda-baixa. Durante os três ou quatro primeiros meses, os alemães puderam entrar rapidamente no território soviético e fazer milhões de prisioneiros. Stálin queria intervir em todos os aspectos da estratégia e cometia erros crassos, porque ele não era militar profissional e decidia tudo lá de dentro de uma sala do Kremlin. Mas a URSS tinha a coesão moral e política do seu povo, uma adesão ao sistema, suficiente para resistir. A par disso, tinha uma indústria pesada, uma indústria de base, de implementos e de equipamentos capaz de suprir o exército de canhões, morteiros, metralhadoras, fuzis, aviões, enfim, os implementos bélicos indispensáveis para enfrentar o ataque. A poderosíssima máquina de guerra nazista foi detida às portas de Moscou em fins de 1941, detida uma segunda vez às margens do Volga, em Stalingrado, um ano depois, sendo a partir daí forçada a recuar até a derrota total.

A União Soviética saiu da Segunda Guerra Mundial com 20 milhões de mortos, a maior contribuição à derrota do nazifascismo. Aos 20 milhões de mortos se podem acrescentar, segundo estatísticas de guerra, 20 milhões de mutilados em variados graus, além de uma devastação generalizada. Mas o sistema soviético permitiu a recuperação da economia. Num prazo de seis a sete anos, estavam restabelecidos os níveis anteriores à guerra. Durante uns 20 anos, aproximadamente, a economia soviética ainda iria mostrar altas taxas de crescimento dentro do modelo adotado, de centralização do planejamento, direção única e autoritária dentro das fábricas, regime de partido único, fechamento de discussões, tudo isso levado ao extremo.

Uma primeira brecha surgiu em 1956, no XX Congresso do PCUS, quando Kruschov fez o famoso informe confidencial, que depois se tornou praticamente público, denunciando os crimes de Stálin. Foi denunciada a onda de massacres nos anos 20 e princípios dos anos 30, que continuaram nos anos 40, com a política inteiramente arbitrária e centralizadora. No final, já paranóico, Stálin vivia com obsessão de traição crescente. Desconfiava de tudo e de todos e não era mais capaz de ser o dirigente do Estado soviético, mas con-

tinuava, porque se tornava um verdadeiro mito, intocável. Quem conheceu Moscou ainda na época anterior ao XX Congresso deve se recordar que a cidade não tinha uma só estátua de Marx, mas devia ter centenas de Stálin, o mesmo nas outras cidades. Esse modelo não foi mudado por Kruschov. Este era ainda um homem da época de Stálin. Denunciou seus crimes, mas não fez mudanças radicais, não podia fazer. De certo modo, ele apenas fez um degelo, conforme o título de um famoso romance da época.

Atraso tecnológico e fatores políticos

O modelo, porém, foi acumulando deficiências muito graves. Para citar apenas algumas, a União Soviética chega atrasada na cibernética, uma ciência e uma técnica do segundo pós-guerra, principalmente, e que está na base de toda a eletrônica e, também, da informática, da robotização. A cibernética, só porque ela surgiu nos Estados Unidos, e o seu criador era um americano, foi chamada de ciência do imperialismo, ficando durante um bom tempo desprezada e condenada. A URSS se atrasa na petroquímica, só muito depois do Ocidente é que se começa a utilizar os subprodutos da indústria petrolífera para obter fertilizantes e tornar a agricultura mais produtiva. O atraso na agrobiologia se deveu a que, durante dez anos ou mais, se tornou oficial a teoria de Lysenko, um cientista soviético que depois se verificou ser um charlatão que inventava os resultados de suas experiências. Ele dizia que poderia mudar a qualidade das sementes e torná-las mais produtivas por meio de intervenção externa e rejeitava toda a genética ocidental, que ele considerava uma genética burguesa, derivada de Mendel. Só depois de provado que Lysenko era literalmente um charlatão é que se começou a estudar a genética como se estuda uma ciência que não tem nada de burguesa ou de proletária. Os vegetais, o trigo, o milho não são burgueses nem proletários e para obter melhores variedades desses cereais é preciso aplicar uma tecnologia derivada do estudo científico. Isto não tem nada a ver com o marxismo, com ideologia. É o laboratório que resolve, é a pesquisa.

Esse atraso custou caro: a União Soviética se tornou importadora de cereais. Até hoje, ainda o é, exceto em alguns anos, apesar de ter enorme área agricultável. No ano de 1961, foi preciso importar de 10 a 20 milhões de toneladas de trigo dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, da Austrália. Surgiu então uma piada, pois o povo russo é famoso por seu bom humor: eles diziam que Kruschov plantava na Sibéria e colhia no Canadá.

A União Soviética entrou atrasada na informática e está atrasada até hoje, um atraso de dez anos em matéria de computadores, apesar de ter tecnologia suficiente para lançar astronaves muito avançadas. Na astronáutica, ela foi pioneira. Foi o primeiro país a lançar um objeto para o espaço extraterrestre, depois lançou a primeira astronave tripulada, com Gagárin. Foi a pioneira, mas depois vai se ver alcançada pelos Estados Unidos, e hoje pode-se dizer que há uma certa paridade. Apesar disso, a União Soviética está atrasada na informática, sobretudo na microinformática e miniinformática. A informática de uso pessoal, hoje generalizada nos países do Ocidente, os microcomputadores de uso pessoal, isso quase não existe na União Soviética.

Por que que não existe esse tipo de computador? Por questões políticas. O microcomputador pessoal é também uma impressora que se pode ter dentro de casa, e há na União Soviética um temor generalizado, por parte das autoridades, de tudo que seja mecanismo de impressão entregue a uma pessoa qualquer. Quando eu estive lá, 30 anos atrás, era difícilíssimo adquirir um mimeógrafo. Tinha-se que ter licença especialíssima para ter um mimeógrafo. Só se podia comprar sem licença máquinas de escrever, que são aparelhos reprodutores de fraca capacidade. Ainda hoje, um professor amigo meu, que tinha que comparecer a um congresso em Moscou, soube que a Universidade de Moscou não tem telex no correio central de Moscou. É o medo de que o telex possa servir de comunicação entre pessoas, sem controle da autoridade central. Aqui, em qualquer país, compra-se um telex livremente, não há necessidade de pedir licença. Registra-se o telex para que possa funcionar, mas não há empecilhos de ordem

legal para que uma firma, um jornal ou publicação, uma associação tenha o seu próprio aparelho de telex.

A União Soviética se atrasou nas próprias técnicas de planejamento. Ela foi pioneira no planejamento, inspirou os países capitalistas, mas foi nestes que o planejamento se refinou, mais do que na União Soviética. Um cidadão soviético, Leontief, nos anos 20, migrou da URSS para os Estados Unidos e lá criou as matrizes de insumo-produto, que são um instrumento fundamental para o planejamento. Apesar de a União Soviética ter uma contribuição teórica importante através de seu economista Kantorovitch, prêmio Nobel com a chamada programação linear, essa não se aplica na União Soviética. Aplica-se pelas multinacionais, mas não se aplica na União Soviética porque mexeria demais com privilégios burocráticos de diretores de empresas. Então, até mesmo nas técnicas de planejamento, as multinacionais têm mais refinamento do que a URSS, de modo geral.

Perspectivas e esperanças

Tudo isto permite situar melhor o que está acontecendo hoje. *Glasnost* significa transparência, ou, em termos políticos brasileiros, abertura. *Perestroika* está sendo traduzida como reestruturação, uma tradução aproximada, mas incorreta, pois a verdadeira tradução de *perestroika* é reconstrução, algo mais profundo do que reestruturação. Eu tomo Gorbatchov por um sintoma. Não vou aqui entrar nas suas qualidades pessoais. Ele é um homem de uma nova geração, essa é uma qualidade dele, não tem nada de comprometido com a era de Stálin, entrou no PC soviético um ano após a morte de Stálin, tem uma formação muito mais moderna. Mas eu não entro nos méritos pessoais de Gorbatchov. Eu o tomo como um sintoma, como um homem que representa uma tendência social. Ele não é isolado. Há uma camada de dirigentes da geração dele que certamente lhe dá apoio e ele deve saber que pode encontrar apoio na própria população soviética, em grandes camadas, pelo menos, que estão motivadas para apoiá-lo. E, também, certamente não deve ignorar, como é óbvio, a resistência que vai encontrar, que já está encontrando, naqueles que

se habituaram ao modelo vigente até agora, centralizador, burocrático, antidemocrático, profundamente antidemocrático.

O que vejo do fenômeno Gorbatchov é que o antigo modelo, que se cristalizou com Stálin, já está falido, já deu o que podia dar. Deu a coletivização, deu durante certo tempo altos ritmos de avanço industrial, fez da União Soviética a segunda economia do mundo em volume, não em produção *per capita*, mas em volume; deu a dianteira de certos aspectos ligados a interesses militares, como é a astronáutica, e assim por diante. Mas, como disse o próprio Gorbatchov, a partir do final dos anos 70, a própria economia soviética começa a estagnar. O ritmo de crescimento da produção se torna baixo, mais ou menos igual ao do Ocidente Europeu, inferior a alguns países. A União Soviética não conhece mais grandes ritmos de desenvolvimento, como teve o Japão até uns cinco anos atrás. Hoje, a segunda economia do mundo em volume já não é a soviética, é a japonesa, em volume, notem bem, porque, *per capita*, a economia soviética está bem atrás, e tecnologicamente tem graves atrasos. Então, ou a União Soviética muda o seu modelo estatal, político e social, ou ela está condenada a se atrasar cada vez mais com relação ao Ocidente, em volume de produção e em tecnologia.

A União Soviética não pode continuar avançando só com uma tecnologia extensiva, porque cada unidade de aumento de produção exige mais uma unidade, digamos de mão-de-obra. Mais uma tonelada de aço, mais um operário. Mas onde encontrar esses outros operários se todos já estão empregados? A solução só pode ser aumentar a produtividade: um operário, duas toneladas de aço. Aí, então, será possível aproveitar o potencial humano existente e aumentar a produção. E também não é possível aumentar ao infinito, por exemplo, o fornecimento de energia elétrica. Não há fontes de petróleo, fontes de hidrelétricas ou mesmo centrais nucleares que se possam construir ao ritmo necessário para o aumento da produção. É necessário economizar.

O sistema de partido único não vai acabar imediatamente, se é que vai acabar algum dia. Mas se pode ao menos voltar ao que havia nos anos 20, quando se podia discutir livremente na imprensa, quan-

do o que acontecia no Comitê Central era publicado pelos jornais e se sabia qual era a posição de Lênin, qual era a de Trótski, qual era a de Bukharin, qual era a de Stálin ou de qualquer outro, posições muitas vezes divergentes. Esse costume se perdeu. As reuniões são secretas e no fim sai um comunicado: fulano de tal foi afastado por motivo de saúde. Os secretários-gerais só são afastados por motivos de saúde. Escondem-se as divergências. Nada de autocrítica pública. Esse modelo político e social, que tem reflexos na própria economia, como nós estamos vendo, precisa ser mudado.

Então eu vejo o fenômeno Gorbatchov como um sintoma. Não quero prefigurar aí se ele vai ter êxito ou não. Estive na União Soviética há 30 anos e não tenho informações sobre os acontecimentos recentes além do que está nos jornais, publicações soviéticas e outras fontes acessíveis no Brasil. Por essas fontes, nós estamos vendo que algo de profundo tem de ser feito. De outra maneira, o socialismo na União Soviética chegará a um ponto extremamente crítico em que não bastarão medidas modernizadoras de cima. Poderão vir verdadeiras convulsões sociais a partir de baixo, como já ocorreu em outros países do Leste Europeu. Eu só posso fazer votos que o empreendimento de Gorbatchov tenha êxito.

Já tomei parte em vários debates sobre a Revolução Soviética, os 70 anos da Revolução Soviética. Devo dizer que alguns desses debates são debates contra a União Soviética e neles eu me vi, de certo modo, como uma voz isolada. Considero que a Revolução Soviética foi o acontecimento mais importante deste século, considero que Lênin foi o maior líder de partido e o maior estadista de nosso século e considero que a União Soviética, apesar de todas as terríveis deformações, dos acontecimentos trágicos que o seu povo viveu, seja pela agressão externa, seja pelas lutas ocorridas dentro de sua própria sociedade, principalmente por aquilo que se chamou de stalinismo, apesar de tudo isso, eu considero que a União Soviética não perdeu o seu caráter socialista e que a reafirmação, o fortalecimento da natureza desse socialismo na União Soviética, pelo porte que ela tem, por sua influência mundial, só pode ser benéfico à causa do socialismo, sem dúvida alguma, também no Brasil. Não é que devamos ser

incondicionais no apoio à União Soviética, longe disso. Há muito tempo deixei de sê-lo, pelo menos desde 1956, desde o informe de Kruschov. Não há nada de incondicionalismo, de tomar a União Soviética como modelo. Com tanta coisa de negativo, não pode ser modelo, mas deve ser lição, deve ser exemplo, pode mostrar o que não devemos fazer no nosso caminho, mas mostrar também o que podemos fazer, porque é certo fazer assim se forem decisões adequadas às condições específicas do Brasil.

Essa é a conclusão que eu queria tirar nessa exposição: sem dúvida alguma, Lênin acertou quando, no dia 7 de novembro, no Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, na antiga Petrogrado, ele proclamou: todo o poder está com os soviets. Essa grande palavra de ordem repercutiu até hoje.

LEONARDO BOFF

Estivemos por duas semanas na URSS (25 de julho a 7 de agosto de 1987), a convite da Igreja Ortodoxa, para um diálogo amplo sobre as relações entre cristianismo e socialismo não apenas com as igrejas, mas também com funcionários do ministério do governo encarregado de assuntos de religião, com as várias academias teológicas, grupos ligados à Paz, e ainda o departamento da América Latina da Academia de Ciências da URSS. O nosso grupo incluía três teólogos e dois cientistas sociais. Visitamos muitas igrejas, até demais, mas não tivemos ocasião de visitar sindicatos, fábricas, escolas, como era de nosso desejo. Quisemos também aproveitar a ocasião dessa abertura da própria Igreja Ortodoxa, da Igreja Católica, da Igreja Luterana, que estão sob a influência da *glasnost*, para conhecer a convivência com o socialismo durante 70 anos. Por fim, como o nosso grupo se define dentro do quadro da Teologia da Libertação, que incorpora categorias fundamentais do marxismo dentro da sua elaboração teórica, nos interessava checar essa síntese que estamos fazendo, além de questionarmos como estão sendo enfrentados lá os temas religiosos, já que a *glasnost* está atingindo também a ideologia e o campo religioso.

O primeiro impacto para quem vem do Terceiro Mundo é que, na URSS, a exploração, a miséria, a degradação das relações sociais, tudo isso lá foi, penso eu, definitivamente erradicado. Não vimos crianças na rua querendo limpar sapatos ou guardar carros, não vimos pobres pedindo esmolas nem velhos abandonados. É uma sociedade altamente igualitária e integrada. Os velhos problemas que ocupam o nosso povo foram amplamente superados. Já se processou a revolução da fome e está se ampliando mais e mais a revolução da liberdade, com a *perestroika* e a *glasnost*. A partir dessa infraestrutura já consolidada, se pretende evoluir para uma forma mais avançada de socialismo.

Evidentemente, nós não tínhamos acesso direto ao russo porque nenhum de nós sabia ler sequer o alfabeto deles. Mas, com ajuda dos tradutores, pudemos analisar um pouco os jornais, programas de televisão, e constatamos que realmente está se dando uma abertura que é surpreendente para os próprios soviéticos. Eu me recordo de um programa onde se entrevistava ao vivo um camponês furioso, criticando o ministro, pedindo sua demissão, porque determinado trator tem uma peça que sempre quebra e nunca se faz nada, a burocracia impede que essas informações cheguem acima. Algo que efetivamente antes não havia.

A religião existe e se reproduz

Foi muito importante perceber o nível de distorção e de manipulação da informação sobre a URSS pelos meios de comunicação burgueses. No caso específico da religião, eu imaginava as catacumbas, pessoas escondidas, igrejas fechadas, os mosteiros trancafiados, enfim, algo totalmente marginalizado e perseguido, com os cristãos, os religiosos sendo discriminados nas fábricas, nas escolas, na vida pública. Não vimos absolutamente nada disso. Pelo contrário, as igrejas estão lá, abertas, cheias de gente, e não só velhos, mas também jovens, até soldados uniformizados. A religião encontrou o seu lugar dentro do socialismo. É um lugar certamente limitado, pois se restringe ao espaço físico das igrejas. A catequese é dada nas famílias,

não na igreja, as procissões têm que ficar aí — os ortodoxos gostam muito disso —, no espaço sagrado, resguardado, da igreja.

Mas a religião existe e se reproduz. As academias teológicas e os seminários existem e estão cheios. Os mosteiros estão repletos de monges, particularmente um próximo a Moscou, Zagorski, que abriga quase mil pessoas entre monges, estudantes de teologia, estudantes de música, funcionários. Um mosteiro como eu não vi nenhum no Ocidente, tão aparatoso, tão grande. Uma verdadeira Aparecida soviética, com multidões continuamente visitando as várias igrejas, os ícones, fazendo as suas devoções, de uma forma que nos impressiona. Há 4 mil igrejas ortodoxas abertas e funcionando e mil igrejas católicas.

Tivemos uma oportunidade rara: fomos o primeiro grupo de católicos a visitar a Letônia e depois a Lituânia, lugares onde o governo soviético não propicia muito os contatos religiosos. Na Letônia, os católicos são cerca de 30%, e, na Lituânia, de 80 a 85%. Foi uma surpresa muito grande para nós vermos como o cristianismo lá tem uma perspectiva otimista. Conversamos com os bispos, os pastores, o povo. Algumas vezes, quando podíamos nos entender numa das línguas ocidentais, dispensávamos os intérpretes e podíamos então ter um diálogo franco com pessoas da Igreja, sem a restrição de que o intérprete fosse um membro do Partido ou alguém que passasse as informações aos órgãos de controle e segurança. E vimos sempre essa perspectiva altamente esperançosa, uma posição que não é pessimista, não é queixosa. Diziam que as igrejas gozam de uma liberdade que nunca mais tinham conhecido depois de Kruschov.

Há uma tolerância dos próprios funcionários, já que a legislação sobre a religião é muito anacrônica, é de 1919. Por exemplo, na Lituânia, há o acordo evidente, pacífico, tácito, entre a Igreja e os funcionários do Estado, de que a catequese se faz mesmo dentro da Igreja. Os seminários e a Faculdade de Teologia têm relativamente uma ampla liberdade. Podem até produzir e publicar livros. Para surpresa minha, vi livros meus lá, traduzidos do alemão. Algumas pessoas vinham até pedir autógrafo, tinham conhecimento bastante minucioso da Teologia da Libertação, até detalhes do que está se

dando agora, do conflito com Roma. Não só nos grupos de igreja, mas até entre os jornalistas soviéticos que nos entrevistaram, seja na Lituânia, seja na entrevista coletiva que demos ao fim de nossa visita, em Moscou, algumas pessoas sabiam em que ponto do meu último livro está o pomo da discórdia, sabiam de duas opiniões contrárias à minha em Roma, como seria o desfecho, sabiam que a articulação era mais brasileira do que romana. Detalhes surpreendentes nos jornalistas soviéticos, que, pela ideologia, supostamente não cobririam com esse detalhe a matéria religiosa. Na verdade, tinham um conhecimento muito detalhado e muito objetivo. O que nos fez perceber que a religião não sofre o nível de perseguição e discriminação que se diz aqui no Ocidente.

A Igreja Ortodoxa, que é a igreja hegemônica, a mais numerosa, tem um caráter nacional, é russa fundamentalmente. Ela goza de uma posição privilegiada e encontrou um regime de coexistência pacífica dentro do sistema soviético. Ela está profundamente alinhada com o governo em todas as grandes causas internacionais, é um dos fatores da política de paz da União Soviética, pelo poder de mobilização que a religião tem nisso. E também é para onde hoje se está abrindo um espaço de questionamento na própria sociedade soviética.

Pudemos levar três diálogos grandes com três academias ortodoxas de teologia. Primeiro em Moscou, junto à Abadia de São Daniel, depois em Zagorski, e por fim na Grande Escola, em Leningrado, uma escola teológica muito grande, com uma biblioteca imensa e que guarda um dos manuscritos mais célebres do Novo Testamento, o quinto manuscrito mais importante das fontes. São recebidas revistas teológicas praticamente do mundo inteiro, inclusive a que editamos em Petrópolis. Eles acompanham o debate teológico em nível mundial.

Os diálogos mostraram que estão abertos a essa temática toda. Evidentemente há uma tendência mais espiritualista de entender que a revolução da estrutura, pela qual nós aqui na América Latina tentamos engajar nossas comunidades, já foi feita pela Revolução Soviética, o que é considerado por eles como uma conquista definitiva. Vêm a colaboração deles no socialismo mais no aspecto espiritual,

do reino de Deus que está na alma, em termos de relações mais fraternas, o que para nós parece um pouco reducionista, já que a mensagem do Novo Testamento implica também uma leitura de toda a história, do próprio socialismo. Embora venha sob o signo, digamos, de irreligiosidade, o socialismo contém profundos elementos teológicos, também é uma forma, no dialeto não-religioso, de se manifestar o plano de Deus, de realizar o projeto histórico de Deus. Ele contém valores altamente positivos, que alguém com fé lerá também como manifestação daquilo que Deus está produzindo na história, dentro dessa história e com os fatos dessa história. Essa leitura eles não fazem. Consideram o socialismo como algo meramente profano e a história religiosa se dá no âmbito da religião, no âmbito do culto, o que me parece muito restrito. Deus, na compreensão da fé, é uma realidade que atravessa todas as realidades, a social, a política, a econômica, e particularmente aqueles processos revolucionários que vão na direção de produzir relações mais afins à vida, cujo funcionamento produz justiça, produz formas mais avançadas de vida.

Socialismo e religião

Com as pessoas do Partido e da intelectualidade, tivemos três encontros bem significativos: um, com a Academia Lituana de Ciências e grupos de paz; depois, um encontro de quase três horas com o presidente de Assuntos de Religião, que tem nível de ministro; por fim, com a Academia de Ciências.

O ministro Constantin Korshiev disse que, em nível teórico e em nível prático, eles reconhecem que cometeram muitos equívocos com relação à religião. Ele se referia não ao político, mas aos teóricos do partido, que entenderam a religião como fruto da miséria, como o grito do oprimido diante da miséria. Segundo essa interpretação, eliminada a miséria, deveria desaparecer a religião. Como não ocorreu isso, pois a religião persiste, se desdobra e se aprofunda, então reconhecem que há um problema a enfrentar, reconhecendo que a religião é algo antropológico. Uma das nossas interlocutoras da Academia de Ciências, inclusive, declarou que a religião “provém dessa profundidade oceânica do ser humano”. Um dos assessores do ministro disse que estão

discutindo com os metropolitas ortodoxos e os bispos católicos e luteranos a nova legislação sobre a ideologia e a religião. Pretende-se dar à religião um estatuto social, reconhecendo que ela é um fenômeno antropológico que revela a sanidade do ser humano, e não uma patologia.

Em nível prático, eles reconhecem também o equívoco de enfrentar a religião com a repressão, com a perseguição. Os resultados foram péssimos, particularmente com os maometanos, que não fazem separação entre política e religião. No Afeganistão, por exemplo, a população inteira se atira contra os soviéticos porque dizem que eles são ateus, trazem a negação de Deus, e se jogam contra as tropas com um sentimento místico, martirial, uma motivação religiosa e não apenas política. O ministro disse textualmente que eles não sabem lidar com o fenômeno religioso e querem aprender com esse amplo diálogo que está ocorrendo com a civilização ocidental pós-secularizada, que recoloca o tema da religião.

Finalmente, um dos cientistas sociais que coordenou o debate na Academia de Ciências nos disse francamente, para surpresa nossa, que consideram a nós, teólogos da libertação, interlocutores privilegiados para eles, marxistas. Primeiro, porque, como cristãos, não somos políticos no sentido de partido, representamos igrejas e comunidades. Insistiu que nós representamos o cristianismo revolucionário que a eles interessa. Se estivéssemos representando um cristianismo burguês, conservador, não interessaria esse diálogo. Destacou também que nós não temos preconceitos contra o marxismo, do qual incorporamos categorias fundamentais numa síntese que a eles interessa bastante. Travamos um diálogo muito interessante sobre a relação entre marxismo e socialismo, e marxismo e teologia.

Eles disseram ter percebido que a reflexão latino-americana, encaminhando o cristianismo para uma perspectiva revolucionária, incorporou categorias analíticas do marxismo para poder desmascarar melhor a sociedade burguesa de opressão capitalista, chegando a uma síntese adequada à sociedade latino-americana. Essa síntese não é a deles, não é adequada ao processo russo e soviético, onde tiveram que enfrentar o anti-socialismo e antimarxismo clerical de toda a Igreja Ortodoxa. Tiveram que mover uma guerra de destruição e perseguição,

fazendo uma síntese com exclusão desse elemento religioso. Destacou que nós fazemos a síntese incluindo o elemento religioso, o que é adequado a nós e eles reconhecem esta validade, porque o decisivo, o fundamental não é colocar a questão de quem é religioso ou quem é ateu, não é essa a grande contradição. Repetindo a frase dele: “A grande contradição é saber quem está a favor do oprimido, que coloca toda a sua carga, inclusive religiosa, a favor do oprimido, e quem é a favor do opressor. E nós vemos que vocês estão elaborando o cristianismo revolucionário, libertário, a partir do oprimido e a favor do oprimido, contra a sua opressão. Isso dá uma co-naturalidade entre a proposta de vocês e a nossa proposta. “

Questionamentos

Colocamos aos nossos interlocutores algumas questões sobre a sociedade soviética que é interessante expor aqui. Primeiro esse fato, para mim definitivo, de que a partir da Revolução Soviética se dá uma superação histórica do capitalismo. É um outro sujeito histórico que chegou ao poder e organizou de forma distinta o Estado. A partir da perspectiva socialista, o capitalismo, como modo de produção e de esperança, digamos, política, ele de certa maneira está superado, pertence a uma fase anterior. É evidente que ele está aí, está em agonia, está em permanente crise e tem uma respiração longa, mas nós já podemos ver que surgiu uma sociedade distinta da capitalista e que ela se consolidou. Essa impressão se tem viajando pela União Soviética e percebendo outros tipos de relações sociais, outras formas de produção, uma nova sociedade realmente. Há uma esperança para todos os proletários, para todos os oprimidos de que é possível fazer uma revolução que vá no interesse do oprimido. É uma fonte de grandes esperanças, porque aqui vivemos lutando, sempre derrotados, e vamos acumulando chagas e derrotas. Apesar disso, não somos vencidos, porque vamos lutando, porque cremos todos nós no direito dessa causa, na justiça e no futuro dela, na causa do oprimido. E lá isso já foi consolidado.

Mas nem por isso deixamos de colocar questionamentos. Por exemplo, há outros caminhos para chegar ao socialismo? E como pensar um socialismo avançado como esse que está ali, na União Soviética e na

China? Recordo aqui a crítica que aparece em todos os textos de Gorbachov sobre a preguiça intelectual dos teóricos em pensar as questões teóricas do socialismo e da democracia, do homem novo, da mulher nova, de que o socialismo pode começar pela infraestrutura, por introduzir o novo modo de produção, mas com a perspectiva de criar o homem novo e a mulher nova. Mesmo que um dia se destruía essa infra-estrutura por uma guerra, ela pode ser refeita, porque se gestaram relações novas entre as pessoas, porque se superou a velha concepção do homem e da mulher lobos um para com o outro, e chegar ao homem e à mulher companheiros, colaboradores uns dos outros. E o socialismo é a forma mais adequada de realizar isso.

Teologicamente, o socialismo cria condições econômicas, políticas e sociais melhores que o capitalismo para o cristão poder viver a sua utopia, os seus ideais religiosos. É muito mais fácil ser cristão num regime socialista do que num regime capitalista. Aqui você é cristão na contradição, na profecia, na mentira, no protesto, ou então se sujeitando a espiritualizar todos os valores cristãos. Como dizia Fidel Castro num diálogo longo com alguns teólogos da libertação: “Em Cuba, é mais difícil fazer pecados mortais do que no sistema capitalista. A pessoa tem que violar várias leis e é punida em várias situações se ela quer cometer os pecados que o capitalismo tolera. E não só tolera como propicia e exalta por todos os meios de comunicação.”

Na URSS, quase não se vê mais o discurso da revolução, o discurso do socialismo. Dá a impressão que a Revolução pertence ao passado, que foi feita por Lênin, que o Estado é o grande guardião da Revolução e o Partido o portador da memória da Revolução. Essa perspectiva mais messiânica, eu diria internacionalista, que está presente nos primórdios da revolução, da revolução em nível mundial, parece que se esvazia cada vez mais. Na construção do socialismo, como Fidel Castro nos disse várias vezes, uma das colaborações dos teólogos da libertação é manter vivo o ideal comunista, a ética comunista dentro dessa situação histórica que vivemos, de confronto com o capitalismo e de construção do socialismo, com contradições internas. Manter essa utopia mais para a frente, manter a história sempre

aberta, uma utopia que se realiza questionando todas as realizações e mantendo-as abertas para novas formulações.

A sociedade civil soviética é muito fraca. O Estado organiza toda a sociedade e o partido, digamos, organiza até o próprio Estado, ocupa todos os espaços. Perguntamos: Quais são as tarefas dos sindicatos? Reivindicam salários, fazem críticas? E os funcionários diziam: Não, o nosso objetivo aqui é incentivar a produção, é algo mais administrativo. Ou seja, as coisas vêm de cima para baixo. Se você quiser irritar e colocar perplexidade em qualquer teórico, seja em Cuba, seja na União Soviética, é só falar de Paulo Freire. É falar do método de reunir o povo, de discutir, pensar, sugerir, depois recolher aquilo que o povo mesmo encontrou e jogar para o partido. Ai, não, isso é coisa do partido, o partido é que sabe, o partido é que discute e as funções das células embaixo é passar adiante, como correia de transmissão, aquilo que é pensado e dito em cima. Particularmente Frei Betto, que vem dessa prática, colocava continuamente isso: Como é que se dá a educação popular? Qual é a participação efetiva do povo? Percebe-se que é um Estado proletário, que faz para o povo, mas não faz muito com o povo, a partir de uma discussão ampla com o povo. Inclusive eram afirmações que ouvíamos aqui e acolá, nas entrelinhas: O povo não sabe, o povo é ignorante, o partido é que sabe, o partido pensa as estratégias mais globais e o povo é beneficiário disso. Lembrei de uma famosa frase de Pedro, o Grande, em que ele chamava isso de despotismo ilustrado: fazer tudo para o povo, agora nada com o povo e a partir do povo, uma concepção que vem do iluminismo francês, onde ele foi formado.

Então, se o Estado soviético é um imenso Estado paternalista, assistencialista, e que age no interesse do povo, evidentemente é um avanço face ao nosso Estado, que não faz quase nada no interesse do povo, mas no interesse da classe dominante. Seria um avanço a perspectiva da Polônia, do Solidariedade, a tentativa de um socialismo mais na base sindical, de discussão nas bases, que romperia o caráter mais burocrático do próprio partido, da própria elaboração intelectual a partir da experiência e da luta do próprio povo. Isso foi gorado,

digamos, mas eu penso que vai ressurgir agora como uma das contradições possivelmente implícitas na *perestroika* e na *glasnost*.

VITO LETIZIA

Não fazia parte das concepções de Lênin a necessidade de um partido único para conduzir a Revolução. Pode-se acrescentar que os bolcheviques, assim que tomaram o poder, fizeram questão de incorporar outras organizações políticas ao governo. Convidaram os socialistas revolucionários. Os mencheviques se recusaram, pois achavam que o proletariado não devia tomar o poder, que a revolução deveria ser burguesa durante um certo período. Posteriormente, foi possível compor um governo com uma parte dos socialistas revolucionários e os mencheviques de esquerda. Esta composição do governo que se realizou em dezembro, pouco mais de um mês depois da tomada do poder, não se manteve, pois estas duas correntes não quiseram continuar. As divergências que surgiram logo em seguida, em particular com relação ao acordo de paz de Brest-Litovsk e à organização da economia, foram paulatinamente provocando a crise. Chamo a atenção para o fato de que muitos partidos de esquerda, dispostos a fazer grandes sacrifícios na linha política para participar de um governo burguês, às vezes acham que um pequeno desacordo com suas convicções é demais para continuar participando de um governo proletário. Essa acusação cabe àqueles que abandonaram o governo de coalizão depois da Paz de Brest-Litovsk.

A cisão entre o Partido Bolchevique e os outros partidos foi bem mais longe. Em julho de 1918, os socialistas revolucionários de esquerda, junto com os anarquistas, romperam de maneira brutal com o governo soviético, a ponto de partir para a luta armada. Lênin foi ferido num atentado no começo de julho, quando já tinha estourado a Guerra Civil organizada pelos brancos, em princípios de maio. Mesmo com o governo revolucionário soviético em guerra com a insurreição branca, essa fração de esquerda achou que era oportuno organizar a luta armada contra o poder soviético.

Os bolcheviques não concluíram daí que o governo devia ser só deles. Continuaram chamando os socialistas revolucionários e os anarquistas a participarem do governo. Reprimiram os insurretos, mas continuaram a aceitar a participação de quem renunciasse à luta armada contra o poder soviético. Uma pequena fração dos socialistas revolucionários, inclusive, colaborou com o governo depois desses eventos que eu acabei de mencionar. Os bolcheviques não tinham a concepção de que o poder devia ser só deles. Havia tolerância em relação a todos os partidos políticos. A própria imprensa das organizações políticas continuou a funcionar e se manteve durante alguns anos. Os mencheviques continuaram a ter possibilidade de participar das atividades políticas, embora uma parte deles já estivesse emigrando para a Europa Ocidental e de lá denegando a Revolução Soviética. Apesar disso, manteve-se uma ampla tolerância, em meio à Guerra Civil.

Eu não gosto de ouvir marxistas dizerem que a repressão era necessária e se justificava por causa da Guerra Civil. É uma meia verdade. Claro que a revolução tem que se defender, porém isto não explica tudo o que aconteceu. No começo dos anos 20, inclusive, houve outro julgamento dos mencheviques que atuaram contra o poder soviético, e houve absolvições. Manteve-se uma ampla tolerância. Não eram julgamentos comparáveis com os realizados nos anos 30. A Guerra Civil não explica a repressão brutal e a eliminação de toda a tolerância em relação às correntes que participam do movimento operário. Pelo menos a história da Revolução Russa não comprova a necessidade imperiosa disso, pois a Revolução sobreviveu, apesar dessa tolerância.

As idéias comumente ligadas ao centralismo democrático variam muito. O Partido Bolchevique, antes da tomada do poder, tinha uma conotação muito particular, que os partidos revolucionários poderiam tomar como exemplo. Quando Lênin voltou à Rússia em abril de 1917 e defendeu posições que eram contrárias às da maioria do Partido naquele momento, ele foi atacado publicamente, inclusive através das páginas do *Pravda*. Foi um debate muito duro. Até de louco ele foi chamado pelos companheiros do partido, por grandes

dirigentes do Partido Bolchevique. Esse debate Lênin ganhou porque as bases foram chamadas a intervir e se puseram do lado dele. Mas ele não ganhou impondo o tal centralismo democrático, ganhou na discussão levada com o conjunto dos militantes e da qual participaram trabalhadores que inclusive ainda não eram do partido. Todos ficaram sabendo, de uma maneira ou de outra, porque muita coisa foi publicada no Pravda, o que se discutia no interior do Partido Bolchevique. Tudo isso aconteceu e Lênin nunca disse que o centralismo democrático estava sendo conspurcado, pisoteado. Ele partiu mesmo para discutir, porque era isso exatamente o centralismo democrático, segundo ele, naquele momento.

Isso mudou um pouquinho com a tomada do poder. Não quer dizer que mudaram os princípios do marxismo nem os princípios do leninismo. Penso que os princípios de Lênin se mantiveram os mesmos. Ainda durante um certo tempo, os bolcheviques foram de uma tolerância realmente incrível.

Por exemplo, no momento da tomada do poder, Kamenev e Zinoviev atacaram publicamente a posição de Lênin pela tomada do poder através de um jornal que não era do partido, quase dedurando uma conspiração do camarada Lênin para tomar o poder na calada da noite. Eles poderiam perfeitamente, se alguém quisesse levar a coisa a mal, ser chamados de traidores. Por muita coisinha de muito menor importância, essa palavra já foi assacada contra muitos militantes que nada tinham de traidores. Tudo isso passou em brancas nuvens no Partido Bolchevique naquele momento. Logo depois, na discussão para restabelecer a composição do Partido no poder, esses mesmos camaradas quiseram fazer à força alguns acordos com outras correntes. Novamente infringiram o centralismo democrático, mas foram perdoados. O Partido Bolchevique resolve passar por cima de alguns rasgões em certas normas para defender a unidade, achando que valia a pena o sacrifício, o que a história comprovou. Pelo menos por um tempo, e foi um tempo precioso, Kamenev, Zinoviev e outros realmente deram uma contribuição importante na luta pela construção do socialismo durante os anos cruciais da Guerra Civil.

Em 1921, o congresso do Partido aboliu as frações, o direito de frações, o direito de tendências dentro do Partido Bolchevique. Com toda a evidência, analisando esse passado, abolir as tendências do Partido Bolchevique, assim como excluir os outros partidos do poder, não fazia parte dos princípios. Eu defendo que nem naquele momento, ao propor que fossem abolidas as tendências dentro do Partido Bolchevique, em março de 1921, Lênin achava que estava erigindo um princípio novo. Ele estava tomando uma medida, e assim foi entendida, necessária em função de uma situação muito particular, de muito perigo para a sobrevivência do Estado proletário.

Lênin considerava necessário tomar uma medida de emergência, mas, nesse congresso Shliapnicov, um dirigente importante, deu um contrainforme. Naquela época, a direção reconhecida dava o informe e os delegados tinham o direito de dar um contra-informe. Shliapnicov foi vencido, como era de se esperar. Era difícil enfrentar Lênin em 1921. A partir desse mesmo congresso, tinham sido proibidas as tendências e os partidários de Shliapnicov não poderiam mais divulgar suas posições, mas ele resolveu infringir essas disposições e publicá-las. Lênin se enfureceu (naquela altura ele se enfurecia rápido) e propôs a expulsão de Shliapnicov, mas a maioria do Comitê Central votou contra Lênin. Shliapnicov ficou no Comitê Central, recebeu uma sanção, mas ficou no CC. O centralismo democrático estava funcionando ainda, para valer. Tanto que Lênin podia ser voto vencido numa época em que ele estava no apogeu, em plena saúde e no ápice de seu prestígio no Partido Bolchevique.

Evidentemente, a expressão centralismo democrático tem sido usada em períodos posteriores da União Soviética e do movimento operário com uma conotação que já não tem nada a ver com essa história. Quando Stálin promoveu os Processos de Moscou, alegava-se que estava sendo aplicado, nada mais, nada menos, que o centralismo democrático.

Aliança operário-camponesa e socialismo

Na virada de 1928-29, o que estava sendo quebrado, por necessidade ou por acaso, era a aliança operário-camponesa, algo muito

sério num país onde 80% da população era camponesa. A NEP, em última análise, tinha sido um recurso do qual Lênin tinha lançado mão para justamente restabelecer esta aliança dos trabalhadores da cidade com os camponeses, quebrada pelo Comunismo de Guerra, com a exigência de que todos entregassem para o Estado o excedente. Do ponto de vista do camponês, seria o que ele não precisasse para comer e para semear, um critério bastante impreciso. Cada um pode avaliar de várias formas qual é o seu excedente. Além de que o camponês estava acostumado a comer pouco antes de ser dono da terra e queria finalmente comer um pouco mais. Comer mais queria dizer menos excedente. Os camponeses queriam conservar um excedente que os trabalhadores da cidade e o Partido Bolchevique achavam que não era bem um excedente, era luxo. Surgiu assim um primeiro conflito com toda uma camada de camponeses, veio a Guerra Civil, e aí não era só o excedente que era arrancado do camponês, era o essencial, porque essencial mesmo era dar comida para o soldado que estava no front. Essa era uma verdade incontestável: na hora que falta comida para o soldado no front, vai ter que se tirar essa comida de qualquer lugar, de qualquer maneira, nem que se crie um conflito com milhões de camponeses.

Quando terminou a Guerra Civil, querer sustentar o Comunismo de Guerra não dava mais. Tentou-se mantê-lo por causa das concepções de que o comunismo seria atingido por ali, foi uma concepção errada. Lênin chegou à conclusão de que deu errado porque o camponês, já que não podia guardar nada mesmo, plantava menos. E se criou uma situação de fome. A única maneira de aumentar o plantio e conseguir estabelecer um acordo entre as amplas massas foi criar a NEP. Com ela, o camponês pagava um imposto, firmava, com os organismos que abasteciam a indústria, uma espécie de contrato de fornecimento, e ainda tinha uma parte da produção para negociar no mercado livre. Com isto, os camponeses obtinham uma certa liberdade de ação. A partir daí, começou a aumentar o plantio e houve uma recuperação do apoio à Revolução e ao governo soviético no campo.

Só que o processo era lento e era necessário forçar um pouquinho isso através de medidas econômicas que prejudicaram os interesses dos camponeses, reativando sua resistência ao governo. Em 1926-27, com a colheita prejudicada também por fatores naturais, começou a faltar suprimentos para as cidades. Uma das metas da NEP era manter um bom abastecimento para alimentar os trabalhadores das cidades. Então o governo soviético se colocou a tarefa de obter esse fornecimento de qualquer maneira.

A primeira fase foi a de “espremer os kulaks”, os camponeses ricos. Stálin tentou fazer uma espécie de pacto com o camponês médio e o camponês pobre, prometendo dar-lhes 25% daquilo que se conseguisse arrancar a mais dos kulaks. Não deu resultado, a entrada de grãos não aumentou. Stálin mandou então que se desse essa tarefa para os dirigentes regionais e locais do partido. Cada um tinha a tarefa de recolher uma determinada quantidade de grãos, tinha que fazê-lo de qualquer maneira. Na prática, eles viram que agredindo só o kulak não adiantava nada. Havia que espremer todo mundo, e foi todo mundo espremido. Resultado: no ano seguinte, 1928-29, foi o colapso, porque ali ninguém plantava mais nada. Veio então a coletivização forçada.

Fica uma importante questão: será que não se podia tentar outro caminho? Era necessário, num país de maioria camponesa, massacrar essa maioria para fazer a revolução? Era indispensável salvar o processo de crescimento industrial de alguma maneira. Porém seria preciso escolher caminhos que evitassem essa ruptura, porque é um princípio que está em questão aí: o socialismo pode ser feito com uma minoria ínfima da população?

Questões atuais

Essas questões estão no fundo da *glasnost*. Gorbatchov coloca objetivos puramente econômicos, não levanta objetivos democráticos. Ele diz que há uma espécie de freio ao crescimento econômico, não se está mais conseguindo ultrapassar os limites que foram atingidos, Socialismo com estagnação é impossível, todo o futuro fica comprometido. Mas ele próprio levanta que a democracia é necessária para

criar um processo irreversível de discussão sobre os erros do passado, inclusive no processo de planificação econômica, para que as próprias massas intervenham no processo de construção econômica. Esse processo tem elementos imponderáveis, os quais Gorbatchov se abstém de analisar, decorrentes da intervenção das massas na discussão da organização da vida econômica, mas também da sua participação na produção em geral e na discussão do poder político, que não é proposta pela perestroika especificamente, mas que está embutida como uma consequência, digamos assim, involuntária. Gorbatchov acha que tem que ser aceita essa liberdade, para que não se sufoque essa intervenção das massas, e aí a tolerância é indispensável.

Esse tipo de rumo que tomou a Revolução Russa não foi fruto de uma política deliberada, mas também não resulta apenas de erros em um ou outro momento. Certo é que querer construir o socialismo desse jeito tem como consequência amarrar uma bola de chumbo no pé dos trabalhadores. E essa bola de chumbo se chama burocracia. Quando Gorbatchov fala de resistências no próprio aparelho que dirige o funcionamento da planificação e da vida cotidiana do povo soviético, ele se refere a pessoas instaladas nos postos-chave. A burocracia é um peso morto. No momento em que nós estamos ainda discutindo a questão de começar uma revolução socialista, temos que tomar isso como lição. Os trabalhadores têm que encontrar um caminho que evite a criação desse tipo de aparelho supercentralizador que possa vir a ser essa bola de chumbo na construção do socialismo.

Essa questão da burocracia está ligada ao grau de estatização indispensável no processo de construção do socialismo. É correto considerar estatização igual a socialismo? Quando está tudo na mão do Estado, está socializada a economia? Mesmo o poder estando na mão dos trabalhadores, é indispensável estatizar tudo? Estatizando tudo fica resolvida a questão da construção do socialismo? O alerta levantado pelos problemas da glasnost nos traz uma contribuição nova. A estatização levada a níveis excessivos pode ser um freio no momento posterior.

A idéia de partido único também está ligada a essa estatização total e ao surgimento da burocracia, bem como ao cerceamento da

discussão política. Eu questiono a tese de que o proletariado, por ser uma classe homogênea, precisa de um partido só. Levado ao exagero, o partido único é um peso morto, uma terceira bola de chumbo. Estado proletário não pode ser definido, inclusive a partir da experiência mais recente, como sendo um Estado necessariamente de partido único.

PAULO AZEVEDO

É importante observar que o debate existia, mesmo num processo revolucionário de tomada do poder, dentro do próprio Comitê Central do Partido Bolchevique, e os companheiros colocavam publicamente suas divergências. Há entre nós o conceito de que a maioria fala e a minoria fica quieta. Mas às vezes a minoria tem razão. Na hora da tomada do poder pela classe operária, havia a polêmica entre os revolucionários, entre os bolcheviques sobre se era ou não oportuna a tomada do poder pelas armas. A minoria discordou da maioria no Comitê Central, mas as bases foram a favor de Lênin e tomaram o poder. Nem sempre as decisões tomadas por uma maioria correspondem necessariamente à verdade. Aliás, é bom lembrar que o jornal deles se chamava *Verdade (Pravda)*. A verdade tem um caráter revolucionário. Não é à toa que a burguesia sempre mente para nós, sempre procura omiti-la. Para ela, não interessa a verdade, mas, para nós, interessa. Gostaria de discutir mais a questão das tendências dentro do partido. Naquele momento, havia tendências dentro do Partido Bolchevique e existia o respeito a essas tendências, com o direito de emitir opiniões mesmo discordando do próprio Comitê Central.

ARLINDO CHINAGLIA

O conceito colocado por Lênin da ditadura do proletariado, dependendo da interpretação, combina com a necessidade de o Estado estar com a classe operária, tendo poder de polícia em cima de uma minoria que, nessa circunstância, seria a própria burguesia. Isto poderia ser interpretado como a verdadeira democracia, porque o Es-

tado estaria defendendo os interesses da maioria. Eu gostaria de ouvir a opinião dos companheiros também sobre o centralismo democrático. Penso que ele é defensável por um partido político na medida que seja democrático. contrariamente a um centralismo burocrático, onde não há discussão e há até assassinatos. Mas também é bom fixar o conceito de democracia: não é a unanimidade, é a vontade da maioria mesmo. Então, nesse sentido, uma vez decidido, o debate político vai continuar, mas a aplicação tem que ser da maioria, até que se prove o contrário. Por fim, uma pergunta mais direta: a coletivização forçada não seria uma necessidade naquele momento?

VALTER POMAR

Gostaria de discutir melhor como era o centralismo democrático dentro do Partido Bolchevique. Até onde eu conheço, não havia de início preocupação de criar normas, o centralismo democrático era garantido politicamente. Foi num período posterior que a norma foi implantada para acabar com as tendências internas. Gostaria que fosse feita uma discussão sobre como era o funcionamento interno do partido, como se davam as lutas internas.

Sobre a coletivização, Gorender declarou que hoje, a partir do estudo da experiência de outros países, é possível concluir que a coletivização poderia ter seguido outro caminho e outro ritmo. É curioso que o processo revolucionário russo, baseado na ação do camponês, tenha levado a uma divisão extrema das unidades de terra. Vários estudiosos afirmam que a divisão da terra chegou a tal ponto que a produtividade decaiu de forma absoluta até 1927-28. Em 1928-29, em Leningrado e Moscou, voltou a haver racionamento de alimentos, e isso antes dos momentos mais cruéis da coletivização. Com isso, não havia condições de sustentar a indústria. Qual era a opção? O que mostram as experiências dos outros países? Não adiantava “espremer” o *kulak*, mas se espremeria a quem? Quem podia fornecer alimento para a cidade e condições para sustentar a indústria?

O período chamado de coletivização é ligado na nossa cultura ao período stalinista, hoje de triste memória, em primeiro lugar, porque

representou a negação de tudo que se espera do socialismo em termos de democracia e liberdade de participação. Mas é bom lembrar que, antes desse período que se chama de stalinismo, em que houve aberrações do nível dos Processos de Moscou, já se verificavam na sociedade russa coisas como o massacre da revolta na base naval de Kronstadt, em 1921, massacre dirigido por Trótski. Assim como há outros casos envolvendo diretamente Lênin. Isso mostra que na Rússia o processo de construção do socialismo foi marcado por uma violência muito grande. É um caso específico russo? Não. Se observarmos todos os países socialistas, vamos ver que houve uma etapa na construção do socialismo, que muitos deles ainda vivem hoje, onde predominou e predomina o partido único, a burocratização, a repressão aos direitos democráticos. Um período em que predomina partido único, burocratização e violência não seria uma característica do processo de construção do socialismo, ao menos em países nas condições dos que fizeram a revolução até hoje.

APOLÔNIO DE CARVALHO

Como eu sou um velho otimista, quero lembrar tudo que de positivo se encontra no balanço da construção do socialismo na Rússia. Sobretudo o entusiasmo dos militantes, em todo o mundo, pelo que representou o primeiro Estado socialista como detonador da revolução socialista através do mundo, como base de partida para um processo que será lento, mas irreversível. O socialismo não é apenas um sonho, é um objetivo viável, que se pode construir e desenvolver no caminho do comunismo.

É preciso ver essa abertura que se inicia na URSS não apenas no quadro nacional soviético. Devemos lutar, influenciar, participar do prolongamento dessa abertura no sentido do movimento dos povos, da luta de classes pelo socialismo através do mundo, o prolongamento da *glasnost* no plano internacional, no plano da esquerda em todos os países. Se houve uma noite tenebrosa em certos momentos ou curso da construção do socialismo na URSS, houve também elementos extremamente estranhos e aberrantes na política definida através da

influência do PCUS sobre o movimento operário comunista e socialista de outros países.

A imagem da União Soviética ficou muito marcada por atitudes como o esmagamento de um grande movimento popular na Hungria em 1956 e da primavera do socialismo na Tchecoslováquia, em 1968. Nos anos recentes, foi a ocupação militar do Afeganistão. Não houve da parte dos dirigentes comunistas da União Soviética uma só palavra de reconhecimento desses erros. Nós não estamos isentos de tentativas de repetição de coisas tão aberrantes como essas.

Também o movimento comunista mundial sofreu ingerências muito profundas da Internacional Comunista. E não só: o Kominform foi criado em 1948-49 para intervir diretamente na Iugoslávia, porque Tito e seu governo eram considerados inimigos do movimento operário e comunista, aberrações burguesas no movimento social.

A política externa da União Soviética era sagrada para todos nós por ser a política de defesa e ampliação da influência do primeiro Estado socialista. Porém, com base numa certa força nacionalista especial e numa certa visão de supremacia sobre o movimento operário e comunista de outros povos, surgiram muitas vezes distorções sérias. E havia a tendência a reduzir o internacionalismo proletário tão somente à defesa da política externa da União Soviética, o que limitava amplamente o quadro da solidariedade internacional.

O pacto germânico-soviético, em agosto de 1939, foi justificado pela defesa da União Soviética para ganhar tempo, tudo bem. Mas os reflexos desse pacto na atividade política dentro de cada país significaram restringir terrivelmente a posição dos partidos comunistas, obrigados a aceitar passivamente inclusive a ocupação militar pela Alemanha durante um certo tempo, porque havia o pacto de não-agressão entre a União Soviética e a Alemanha hitlerista. Na Espanha, sofremos uma derrota contundente devido à divisão das esquerdas, mas também pela frustração com a ausência da União Soviética no fornecimento de armas e numa presença efetiva, especialmente a partir de agosto de 1938, quando a Alemanha e a Itália locupletaram as tropas franquistas de tropas e de armamentos, enquanto a União Soviética nos deixava praticamente desarmados. No final da

Segunda Guerra, os pactos de Teerã, Yalta e Potsdam representaram um acordo entre as duas superpotências para a divisão do mundo em zonas de influência, o que significava a imobilização do processo revolucionário em países, como o nosso, colocados atrás da outra superpotência, os EUA.

Dentro desse quadro, pergunto se é ou não é justo lutar pela ampliação da glasnost para o campo do movimento socialista mundial, num grande debate com o PCUS e os partidos do sistema socialista quanto a essas questões que continuam colocadas em suspenso como questões malditas. Seria um passo a mais para sair dessa situação e colocar a autocrítica na ordem do dia no âmbito de todos os movimentos, de todas as forças que lutam pelo socialismo em todo o mundo.

RUI FALCÃO

Se o socialismo precisa continuar a ser construído, se, lembrando o próprio Gorbatchov, precisamos de mais socialismo, de mais democracia, que tipo de regime político existe hoje na União Soviética? Gorbatchov não nega que existe socialismo, mas cabe discutir que tipo de regime político é este. Há companheiros que falam de capitalismo de Estado na União Soviética, ou de socialismo burocrático, classificações que não elucidam o problema.

Outro ponto a discutir é o partido único. Qual a realidade concreta que determinou a exigência de um único partido, que se fortalece e se burocratiza, mas hoje, paradoxalmente, tenta romper o regime de partido único a partir de uma democratização da economia? Parece equivocado pensar que a abertura política na União Soviética levaria a um regime pluripartidário nos moldes do que existe nas chamadas democracias ocidentais. O simples fato de não haver a propriedade privada dos meios de produção e a maior homogeneidade social dificultam a construção de um regime partidário que não seja o regime de partido único.

Um aspecto interessante, ligado à própria definição do regime que existe na União Soviética, é que, com todas as distorções, com as polí-

ticas equivocadas que se seguiram, a classe dominante não retomou o poder. Passado o período da Guerra Civil, não houve qualquer possibilidade de a classe dominante retornar ao poder, mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, quando o país foi destruído e milhões de pessoas deram a sua vida na luta contra o nazismo. Há quem afirme que a burocracia, a chamada “nomenclatura”, constitui uma classe dominante capaz de exploração ou de algum tipo de manipulação sobre os trabalhadores.

Vale a pena aprofundar as alternativas debatidas naquele período. Que caminhos havia à disposição, como caminhos alternativos, tanto para a coletivização forçada como para a implantação da NEP? Quais eram as discussões políticas dos projetos econômicos e para a construção do socialismo naquele período? Quais eram as alternativas possíveis e por que essas alternativas que nós analisamos aqui foram justamente as escolhidas?

No que se refere à estatização, quando discutimos no PT as nossas plataformas e programas de governo, há o risco de confundirmos estatização com democracia, com governo dos trabalhadores. Mais importante que definir os setores que devam ser estatizados a cada momento é esclarecer que tipo de Estado se constrói e que tipo de participação dos trabalhadores existe na gestão dos setores estatizados, como combinar o planejamento centralizado com a democracia dos trabalhadores nos organismos de empresa e nos organismos de representação social.

Na atual política imprimida por Gorbatchov, se coloca como objetivo imediato e mais decisivo a questão da democratização dos mecanismos de gestão, o problema do combate à estagnação, a burocracia, mas não se alude de imediato à democratização política. Quais as alternativas que haveria para isso? Claro que não se pode estabelecer a comparação direta com as sociedades capitalistas, em que existe uma autonomia muito grande entre a economia e a política. No Brasil, hoje, temos o discurso, que tende a ser dominante na burguesia, de retornar ao *laissez-faire*, quer dizer, menos intervenção do Estado, menos regulação, mais possibilidade de iniciativa privada, desenvolvimento capitalista livre etc. Nesse momento, a economia

ganha uma dinâmica autônoma muito grande em relação ao sistema político e ao controle do Estado, o que não significa que o Estado não tenha um papel na economia, não intervenha na economia. Na União Soviética, ao contrário, há uma imbricação muito grande entre economia e política, pelo próprio tipo de sociedade que existe, pela abolição da propriedade privada. E aí entra o problema do partido único e da junção entre partido e Estado.

O nó a desatar é a separação entre o partido e o Estado nesse momento. E por isso é necessária uma luta interna muito grande que possa sacudir a burocracia, sacudir o emperramento da administração. Vários companheiros defendem que o caminho da democratização e do aperfeiçoamento do socialismo na União Soviética só pode ser feito através de uma revolução política, que seria a verdadeira tomada do poder pelos trabalhadores que teriam sido afastados dele pela burocracia. Fora desse caminho, parece-me que a mudança virá pela luta interna do partido, pela institucionalização do regime, no campo das reformas, se se quer chamar assim.

JACOB GORENDER

Partido é particípio passado do verbo partir. Portanto, partido já é uma tendência, uma orientação determinada. O Partido Operário Social-Democrata Russo, no seu segundo congresso, em 1903, o congresso que de fato organizou o partido, já assistiu ao surgimento das duas grandes tendências que iriam marcar a sua existência, bolcheviques e mencheviques, palavras que significam maioria e minoria e que se referiam à correlação de forças daquele congresso. Na prática, acabaram se transformando em partidos diferentes que coabitavam num mesmo partido formalmente, o próprio POSDR.

De 1903 a 1912, eles compareciam aos mesmos congressos e chegavam a certos acordos, editavam os mesmos jornais, mas logo depois rompiam. Tinham a sua própria disciplina, orientavam-se por dirigentes diferentes, Lênin de um lado, de outro, Plekanov e outros mencheviques menos notórios. Só em 1912 se deu a separação definitiva e cada corrente se constituiu num partido diferente,

não realizando mais congressos em que ambas comparecessem. Por conseguinte, o Partido Bolchevique veio de uma tendência que havia dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo e depois se separou dele ao se constituir em partido, com sua própria direção e estatutos, assumindo plenamente a condição de adversário da outra tendência.

Dentro do próprio Partido Bolchevique, a luta de tendências reapareceu e foi sendo resolvida passo a passo. Trótski, que representava uma tendência dentro do movimento revolucionário russo, em 1917, é aceito dentro do Partido Bolchevique com seus adeptos e vai fazer parte da própria direção do partido. Depois de tomar o poder, na questão da terra, o Partido Bolchevique não aplica o seu próprio programa coletivista, mas, sim, o programa dos socialistas revolucionários, porque esse era o programa que os camponeses queriam: a distribuição da terra em caráter familiar, e não a coletivização. Então, os bolcheviques, ao tomarem o poder, aplicam o programa de um outro partido e dizem isso com a maior franqueza.

Dentro do Partido Bolchevique, até 1921-22, as tendências eram admitidas. Não havia excomunhões por causa delas. O caso de Zinoviev e Kamenev em 1917 não pode ser de modo algum equiparado à traição, porque eles não revelaram propriamente um segredo: era público e notório que os bolcheviques estavam preparando a tomada do poder, eles estavam no caminho insurrecional, isso todo mundo sabia. O que eles fizeram foi contestar uma resolução majoritária: eram dois contra dez e vieram a público para expor a sua posição minoritária, uma indisciplina que foi condenada, mas não pode ser comparada à traição. O que se dá em 1921-22 é que, em caráter provisório, não em caráter definitivo, o Comitê Central toma a resolução de proibir tendências organizadas dentro do Partido Bolchevique. Era o caso da chamada oposição operária, que advogava a administração da economia pelos sindicatos. Era, digamos assim, uma variante do anarco-sindicalismo, até certo ponto, e considerava que os sindicatos expressavam melhor o caráter operário da administração do que o próprio partido.

Nessa altura, em caráter provisório, dadas as circunstâncias de descalabro, de fome etc., foram proibidas as tendências. Mas não foi proibido o debate. Ainda se manteve, até 1927 aproximadamente, o debate público através da imprensa entre os vários líderes do Partido Bolchevique. Quer dizer, Lênin, Trótski, Stálin e os outros debatiam suas divergências abertamente pela imprensa e em conferências etc. Isso não foi abolido. Só na altura de 1927, mais ou menos, quando já tinha força suficiente, é que Stálin, apoiado também por Bukharin, sufoca as aberturas de que ainda dispunham os adeptos de Trótski, Zinoviev e Kamenev e se estabelece o sistema de opinião única através da imprensa. O que era provisório se torna definitivo e se enrijece depois que Stálin institui uma centralização absoluta, derrotando todos os seus oponentes.

O que seria então um sistema democrático, independente de tendências organizadas ou não? A democracia como regime público é uma questão de forma, porque os conteúdos através da história são variados. Nós temos desde a democracia escravista na Antiga Grécia, em que os cidadãos livres se reuniam na praça pública e votavam sobre as questões referentes à sociedade de homens livres, mas os escravos não tinham vez, até a democracia burguesa que existe hoje em tantos países, inclusive com partidos que se dizem representantes dos trabalhadores, que têm imprensa etc., e que se manifestam.

Do ponto de vista da forma, a democracia deve ter pelo menos dois aspectos. Havendo só um, ela não chega a ser democracia. Um aspecto é o cumprimento da decisão da maioria. Deve-se cumprir o que a maioria decide em condições de liberdade, sem coação física ou de outro tipo que possa existir na sociedade. O outro aspecto é o respeito da minoria. A minoria é derrotada, não é a sua opinião que se aplica, mas ela tem o direito de continuar existindo, ela não deve abdicar das suas opiniões se não quiser abdicar, ela deve poder continuar a defendê-las, mesmo porque a própria experiência pode demonstrar que é ela quem tem razão. É como dizia Rosa Luxemburgo, já se referindo ao próprio Partido Bolchevique depois da tomada do poder: “Democracia é o respeito a quem diverge”, quer dizer, é o respeito àqueles que não estão com a maioria, mas que não devem ser

suprimidos. Na União Soviética, o que se fez foi suprimir as minorias. A opinião de que a sociedade soviética era um bloco monolítico levou à tese de que divergência é crime. A intenção de divergir já era crime, a suspeição de divergência já era suficiente para levar um cidadão à cadeia, ao campo de concentração, a sumir simplesmente, como se deu na época de Stálin.

Em todos os partidos aparecem tendências. Agora mesmo, o PCUS, que se pretendeu monolítico durante tanto tempo e foi educado na ideologia do monolitismo, está aí se defrontando com tendências. Mesmo no caso dos adeptos de Gorbatchov, há os que querem ir mais depressa e os que acham que se deve ir com cautela e com lentidão. Há matizes diferentes de posições que não estão cristalizadas de maneira organizada, mas que são tendências diferentes e que vão se resolver depois, não sabemos como. O fato é que as tendências, em certos momentos, se cristalizam de tal maneira que acabam se separando. Partidos que se originam de outros é algo comum na história política em muitos países, inclusive no Brasil.

Quanto à situação atual, algumas coisas na *glasnost* e na *perestroika* estão claras. É a transparência: primeiro, acabar com os segredos do partido. Reuniões do Comitê Central devem ser relatadas na imprensa; as atas, publicadas; e a posição de cada um deve ficar clara para o público. Quando alguém é afastado ou se afasta, devem ficar claros os motivos. É também ampla a liberdade de debate através de todos os órgãos de imprensa, liberdade cultural para todas as tendências artísticas. Só agora eles estão publicando *Dr. Jivago* na URSS. Outras obras que há muito tempo são consideradas obras-primas, mas que nunca foram publicadas, dizem que agora virão a público.

Acredito que outras medidas, já aludidas por Gorbatchov, precisam ser implantadas, porque são decisivas. Uma delas é a separação rigorosa entre Partido e Estado, entre Partido e soviete. Não é possível que as decisões sejam tomadas no Partido e se transfiram de maneira automática para o soviete. Dessa maneira, a vida democrática não vai florescer. É necessário que nas eleições haja pluralidade de candidatos, enquanto não há pluralidade de partidos, e haja também o fortalecimento dos órgãos legislativos. O Soviete Supremo se reúne

duas vezes por ano durante quatro ou cinco dias. O Presidium do Soviete Supremo fica reunido o ano inteiro, mas são apenas algumas dezenas de deputados e algumas comissões especiais. Os outros deputados voltam às suas origens, às fábricas, ou se dedicam nas horas vagas a atender os eleitores. Na prática, não têm atividade legislativa.

Separar o Partido dos sovietes é importantíssimo, porque os sovietes, como órgãos de decisão, ficaram atrofiados. Como exemplo dessa fusão até psíquica, na época em que eu estive na União Soviética, há 30 anos, visitei a República Autônoma da Bashkíria. Tive a companhia naquela ocasião de Apolônio e de Benê de Carvalho, que estão aqui presentes. É uma república onde predomina a população tártara e que reúne grande produção de petróleo e outros bens. Na capital, Ufá, fomos à sede do Comitê Central do Partido daquela república. Havia ali uma sala onde se reunia o CC, com um gabinete do secretário-geral. Ao lado da sala do CC, ficava a sala do soviete, mas não havia separação física. O soviete era apenas um ratificador do CC. Este resolvia e passava o papel para o soviete, que transformava a decisão em lei ou em decreto. Esse tipo de fusão não é democrático, não propicia a criatividade da população nem lhe dá o sentimento de responsabilidade.

É indispensável a revivescência dos sovietes como órgãos legislativos, reunidos o ano inteiro e não por pequenos períodos em que tudo fica entregue a um pequeno comitê. Ao lado disso, é claro, a liberdade eleitoral, a abolição da censura, a liberdade cultural, a liberdade dos cultos religiosos.

Na minha opinião, o que a China está fazendo é uma NEP tardia, é o que deveria ter sido feito já nos anos 50 e não se fez. A idéia de que as medidas atuais significam uma volta ao capitalismo na URSS e na China é errônea. Por exemplo, já havia trabalhadores autônomos na União Soviética. Na hora em que fura o cano, não adianta telefonar para a organização central que reúne os encanadores, porque o encanador só vem daqui a duas semanas e o cano fica vazando. O que se fazia era chamar o encanador ali da esquina, que consertava o cano e se pagava a ele. Com isso, ele não ia virar um capitalista. Era uma profissão que já existia: encanador, eletricitista, pedreiro, relojoeiro etc. Isso

foi legalizado porque já existia. E enquanto a tecnologia não avançar a ponto de resolver isso de outra maneira, precisaremos de encanadores, eletricitas, consertadores de televisão, e assim por diante.

A associação com empresas estrangeiras Lênin já desejava nos anos 20, quando a União Soviética era muitíssimo mais fraca do que agora. Hoje, tanto a China quanto a União Soviética tem condições de fazer joint-ventures com o capital estrangeiro em condições muito melhores do que na década de 20. São muito mais fortes, estão consolidadas e podem estabelecer condições contratuais que sejam vantajosas e seguras para o Estado socialista. Como também não significa retrocesso o fato de grandes empresas soviéticas poderem comerciar diretamente com empresas congêneres no exterior. Isso apenas elimina um elo burocrático. Antes, se uma grande empresa precisava de um equipamento especial, tinha que passar por dois ou três ministérios, que não conheciam as condições da empresa, e o pedido podia ser aprovado ou não, ou levar anos. Agora, é a direção da empresa que avalia se o equipamento é necessário e decide a respeito dele.

VITO LETIZIA

Países como a URSS, China, Cuba, em que foi feita uma revolução proletária, é legítimo chamá-los de Estados proletários, ou regimes de ditadura do proletariado, se quiserem. Não acho que se trate de capitalismo de Estado. Evidentemente, não se pode conceber como socialismo uma sociedade onde hoje em dia não existe informática, onde o nível médio de vida das pessoas é bastante baixo, onde a produção está encontrando dificuldades para manter um certo ritmo de desenvolvimento necessário para o bem-estar das pessoas. Então, quando se fala em Estado socialista deve-se deixar claro que ainda há uma série de tarefas a serem realizadas. Mas é um exagero querer afirmar que lá existe o capitalismo de Estado, que a burocracia é uma nova classe. É precipitado tirar uma conclusão desse tipo, porque justamente trata-se de uma contradição que ainda não está resolvida. Não há ainda uma nova classe, porque é preciso que haja

um processo de afirmação de uma nova classe, que eu acho que não está consolidada. A conotação de Estado proletário é melhor do que Estado socialista, porque Estado socialista significa que o socialismo foi conquistado, o que é uma falsa noção para quem não tem um conhecimento mais profundo.

Na realidade, nós temos que questionar se realmente é possível desenvolver uma participação em profundidade dos trabalhadores na edificação socialista, se além do emprego para todos é possível que eles tenham interesse em que a fábrica produza mais e melhor, interesse direto, imediato, palpável. Gorbatchov queixa-se de que esse interesse palpável e imediato não existe, cada um quer é se livrar do serviço o mais rápido possível, ir para casa e ganhar seu salário no fim do mês. Isso é o que ele deplora.

Como resolver esse problema? Os autogestionários mais modernos levantam que os trabalhadores têm que planificar a produção em cada fábrica de forma independente, autônoma. Em particular, não sou favorável à posição autogestionária, tem que ser feita uma planificação central. Se o trabalhador tem que estar interessado no trabalho, então o que se vai fazer para criar esse interesse? Não pode ser a disciplina operária. Ela é espontânea no momento do ascenso revolucionário, da tomada do poder e dos anos imediatamente posteriores. Mas depois, no dia-a-dia, cinco, dez, 15 anos depois, já não adianta mais isso. É preciso que ele tenha um interesse direto, concreto, real. Então a participação nesta planificação é uma necessidade indissolúvel. Não dá para separar o socialismo disso. E isso atrapalha o problema da democracia política, porque não dá para separar uma liberdade na planificação, na gestão das fábricas, de uma democracia em geral, no caso dos Estados onde foi feita a revolução proletária.

DANIEL AARÃO REIS

A discussão da experiência de construção do socialismo fez sempre muita falta à esquerda brasileira. Ainda é muito forte a tendência a avaliações simplistas e maniqueístas e uma certa recusa em abordar as contradições das experiências de construção do socialismo. Por

outro lado, é importante não procurar analisar essas experiências com o objetivo de legitimar ou condenar aquilo que se passa hoje no Brasil. Esta também foi uma marca registrada da maneira como a esquerda brasileira tradicionalmente procurou se relacionar com essas experiências, sempre buscando legitimar as suas opções com citações de Lênin ou de Stálin, ou procurando apoiar as suas opções em opções realizadas nos processos históricos anteriores.

Sobre a questão da democracia, da participação popular nos processos revolucionários discutidos aqui, não partilho da opinião de que são Estados em que o proletariado está no poder. Não questiono o nome socialismo, pois esse nome está irreversivelmente ligado a essas experiências. Se milhões de pessoas engajadas em processos históricos da maior relevância há dezenas de anos se dizem socialistas, fica um pouco infecundo descaracterizar isso como socialismo, pretender que o projeto com o qual nós nos identificamos é que será o puro, o verdadeiro socialismo. No entanto, a meu ver, é importante caracterizar esse fato muito concreto de que o povo em geral e os trabalhadores em particular não gozam de liberdade nestes países: não tem liberdade de greve, não têm liberdade de organização partidária, não têm liberdade de organização sindical. Fica difícil argumentar que eles têm o poder. O que aconteceu, então? Seria inconcebível para nós uma revolução em que o povo não participasse. Como explicar então esse esvaziamento da participação popular? Como explicar a desvitalização dos soviets? Essa é uma questão maior, uma questão central para nós enquanto intelectuais e trabalhadores engajados no processo de transformação social aqui no Brasil.

Um dos caminhos para explicar esse processo de análise tem sido a crítica ao Partido Bolchevique, que teria sido um partido autoritário que progressivamente optou por um caminho ditatorial. Efetivamente, o Partido Bolchevique partiu do pressuposto de que ele se identificava com os interesses históricos do proletariado e do povo em geral. O veio autoritário dentro dessa concepção é evidente. De modo geral, a historiografia ocidental, e particularmente a norte-americana, se concentra muito na explicação do enfraquecimento da

liberdade, da democracia nos países socialistas, nessa tese: partidos autoritários golpeando a sociedade.

Mas isso efetivamente não consegue dar conta de um aspecto maior e mais central: por que a sociedade aceitou? Nos momentos da revolução por excelência, em que a sociedade antiga está sendo golpeada e superada por uma ampla participação popular, é inteiramente absurdo e inconcebível um partido pretender contrariar a dinâmica popular, as organizações populares que então se formam. Ao contrário, o que se verifica é que os partidos muitas vezes, para assumir a vanguarda desse movimento, chegam até a abandonar aspectos centrais dos seus programas para se adequar ao movimento que cresce. O próprio Partido Bolchevique abandonou o seu programa agrário para se adequar às reivindicações populares que emergiam então. No entanto, posteriormente, dá-se o processo da desvitalização das organizações populares, às vezes de forma surpreendentemente rápida.

Essa é uma questão maior, para a qual eu não tenho resposta, e que, no entanto, a meu ver, é uma reflexão central para todos os que se encontram comprometidos com o socialismo enquanto projeto que pretende superar as desigualdades sociais num contexto democrático. Nós queremos fazer a revolução contra a fome, mas garantindo a liberdade de todos participarem, garantindo a democracia de todos controlarem o governo. Ora, as experiências socialistas não conseguiram fazer isso. Os revolucionários que se engajaram nesse processo também eram comprometidos, como nós dizemos hoje que somos, com a luta contra a desigualdade, com a luta pela liberdade, e, no entanto, a resultante da experiência é: grandes progressos na luta contra a fome, contra as desigualdades; mas, se temos em vista o momento da tomada do poder, retrocessos em termos da participação popular e da liberdade.

É preciso estudar a desvitalização relativamente rápida das organizações populares. Por que ela se deu? Claro, um dos aspectos é a vertente autoritária do partido, mas isso não explica tudo. Por que a sociedade aceitou? Por que a sociedade soviética não se revoltou contra o terror stalinista? Por que a sociedade soviética não se revoltou contra a desvitalização dos soviets? Por que a nossa sociedade

brasileira não se revoltou há mais tempo contra a ditadura militar? Por que uma sociedade aceita a imposição de uma ordem que não satisfaz os seus interesses imediatos? Ou ela satisfaz seus interesses até um certo ponto? Nós vimos aqui que as revoluções socialistas recolhem muito da sua estabilidade pelo fato de que satisfazem interesses imediatos: educação gratuita, saúde ao alcance de todos, comida, emprego, problemas que eram torturantes para a esmagadora maioria desses povos e que foram resolvidos.

SELVINO HECK

Gostaria que se discutisse o caráter do Partido Bolchevique mais amplamente, seu funcionamento, sua estrutura, não só a questão do centralismo democrático. E também a questão da luta legal, da luta institucional, a participação ou não nas questões eleitorais. E também queria considerações um pouco mais amplas e críticas sobre a teoria leninista de partido, questão hoje muito presente para todos nós. Gostaria também que fosse abordada a questão do caráter da revolução, se houve debates antes de 1917 sobre o tipo de revolução que se queria, se teria caráter socialista ou não.

LUIS FAVRE

Gorbatchov insiste que a economia soviética precisa urgentemente de maior integração no mercado mundial, na divisão internacional do trabalho. Mas esse mercado mundial está controlado pelo imperialismo. Não estamos tratando de fatores econômicos abstratos. Há uma luta de classes internacional, há um mercado mundial controlado pelo imperialismo, pelos monopólios, pelo capital financeiro. A União Soviética precisa dessa economia mundial, dessa divisão internacional do trabalho, sendo que o sistema social da União Soviética é contraditório com o sistema social, que domina as relações internacionais.

Segunda questão: vários companheiros destacaram favoravelmente o processo trilhado pela Iugoslávia e pela Hungria, caminhos que, nesse sentido, se bem que com várias diferenças, a União Soviética

estaria percorrendo. Sobre a Iugoslávia, já que se falou de autogestão etc., gostaria de lembrar algumas cifras: 85% de inflação; 1,2 milhão de desempregados e quase o equivalente em mão-de-obra emigrada para a Europa Ocidental por não conseguir emprego na Iugoslávia; dívida externa de 19 bilhões de dólares; desemprego de 13% da população.

Na Hungria, as reformas inicialmente permitiram a melhoria da produtividade, o aumento da produção, um certo desenvolvimento que foi saudado internacionalmente como grande progresso. Hoje, todos os analistas da Hungria e o próprio governo húngaro estão reconhecendo os limites dessa fase. Não foram atingidos os objetivos de aumento da produção global que tinham sido fixados.

É verdade que a União Soviética precisa dessa integração maior ao mercado mundial, mas quando o mercado mundial permanece sob a dominação do imperialismo, isto exige levar em conta as próprias exigências imperialistas. As multinacionais não estão investindo realmente na China. Não estão entrando massivamente. Os chineses convidam, propõem e tudo o mais. O governo da URSS publicou matéria paga no *Wall Street Journal* para explicar como é interessante investir na União Soviética. Eles não o estão fazendo porque as conquistas revolucionárias ainda obstaculizam a penetração do capital estrangeiro. Além de que os imperialistas chantageiam com a necessidade desses países para que eles concedam mais, como, por exemplo, a Hungria já está fazendo: direito de associação de empresas húngaras com o capital estrangeiro com liberdade de repatriação dos dividendos, dos benefícios, coisa que antes não estava autorizada. Isso significa que esses países deixam de ser fundamentalmente baseados na expropriação da burguesia? Acho que não. Isso assinala uma tendência e um choque de tendências opostas, que se manifestam na luta de classes.

Gostaria de concluir com uma pergunta que não foi abordada. Há lutas de classe na União Soviética? Há classes? Se não há classe dominante no sentido tradicional do termo, o que expressam as diferentes frações dentro do Partido Comunista e a oposição dentro deles? É ideal? É discussão ideológica? Ou é só o reflexo das contra-

dições materiais da própria sociedade que tem que se expressar de alguma maneira e que acabam se expressando no interior do partido único porque essas expressões contraditórias não são liberadas na sociedade? Qual o papel concreto do Partido Comunista? Ele é expressão de erros da ditadura do proletariado? Neste caso, seria possível corrigir os erros para que sem erros essa ditadura do proletariado continue a se exercer? Ou constitui uma camada social que, sem ser burguesia, como foi assinalado, porque não tem propriedade dos meios de produção, também não é a expressão da dominação de classe do proletariado?

ALOIZIO MERCADANTE

Se o socialismo é um processo histórico marcado por toda essa dialética de erros e acertos, avanços e recuos, grandes equívocos e conquistas importantes, ele tem também uma dimensão de utopia, ou seja, de alternativa histórica para a humanidade. O internacionalismo proletário é um princípio fundamental dessa utopia. Ainda que se possa entender que são possíveis as mais diversas explicações para que os interesses de um Estado onde se realizou uma revolução socialista impliquem decisões difíceis, como no caso da Espanha, do Vietnã e do Camboja, no caso da China com o Chile de Pinochet, essas explicações são injustificáveis na medida que se considere o internacionalismo como um princípio maior dessa utopia socialista. Nós temos que manter esse princípio no desenvolvimento da nossa concepção de uma sociedade socialista, sem o que essa utopia não se revitaliza e não avança.

Na crítica ao controle rigoroso do partido sobre a produção intelectual, podemos incorrer em outro equívoco histórico ao afirmar que “a ciência é uma ciência”. Há neutralidade na ciência? Será que qualquer ciência serve a todos os tipos de desenvolvimento e de interesses históricos e sociais? Marx dedica vários capítulos de *O Capital* a discutir o conceito de forças produtivas especificamente capitalistas. O que é repensar a ciência, a técnica e o desenvolvimento das forças produtivas no socialismo nessa concepção alternativista e utópica?

Como nós vamos continuar crescendo, desenvolvendo e produzindo para o ser humano nessa relação com a natureza, com 5 bilhões de pessoas no planeta? Será que nós vamos ter que rever valores fundamentais sobre o que tem que ser uma economia do essencial, uma economia que valoriza a vida, uma economia em que caibam todos, uma economia compatível com o futuro? Será que nós não temos que começar a discutir uma alternativa, uma nova concepção de desenvolvimento econômico e social? Ou nós vamos defender, a pretexto da perestroika, uma tentativa de competição com essa nova visão internacional do capitalismo, chamada Terceira Revolução Tecnológica, na sociedade pós-industrial, que está impulsionando as forças produtivas da humanidade?

PERLY CIPRIANO

Nos países socialistas, em especial na URSS, o homem, o trabalhador não é o centro da questão. Tudo é apresentado como se o partido e o Estado realizassem por ele. Talvez seja isso o fator amortecedor dos próprios trabalhadores, pois tudo que existe foi o Estado quem fez. O trabalhador não tem clareza e consciência do que ele, como ser humano não-alienado, está construindo. Se não houver canais de participação, pode colocar computador, micro e pode produzir mil vezes mais: o cidadão continuará alienado e não terá nada a ver com o socialismo que nós pretendemos construir, que é o ser humano se sentir como construtor da sociedade.

Nós queremos um socialismo que dê lazer, tempo, comida, casa, roupa, mas de onde nós tiramos recursos para construir esse socialismo? Na Rússia, quando eles matavam os camponeses, não eram camponeses maus. O problema era de onde tirar o dinheiro para construir as coisas. Aqui nós vamos tirar de quem? Há necessidade de acumulação para a construção do socialismo. De onde nós vamos tirar? Como faremos com os salários então? Cuba conseguiu resolver parcialmente o problema da acumulação: a União Soviética emprestou. Cuba está devendo até os cabelos da cabeça. Nós também vamos nos endividar para conseguir acumulação socialista para investimen-

to? Acho que nós temos que fazer uma reflexão nossa. Hoje, falamos de política de alianças e amanhã nós vamos tomar as coisas dos trabalhadores rurais ou dos operários, dos universitários? De quem nós vamos tirar? Só dos banqueiros, dos industriais? Precisa ser discutida a questão da acumulação no socialismo.

CLAUS GERMER

Entre as questões problemáticas do socialismo, que são muitas, uma delas é a socialização da agricultura. No momento da revolução, as fábricas e empresas urbanas de um modo geral podem ser imediatamente tomadas pelos trabalhadores e postas em operação. Na agricultura, não acontece isso. A terra em geral é dividida em propriedades pequenas e médias, de modo que há um passo intermediário: uma reforma agrária em que se estabelece a pequena propriedade privada. Então a agricultura se torna um território onde prevalece aquilo que se pretende superar, que é a propriedade privada dos meios de produção. Mantendo-se desse modo, ela se converte numa cidadela da produção mercantil, em que se recupera depois a produção capitalista. Isto aconteceu em todos os lugares.

Na verdade, o processo de socialização da agricultura é um processo de administração da luta de classes por um Estado proletário, que leve progressivamente à tomada dos meios de produção e sua socialização pelos trabalhadores e pelos aliados dos trabalhadores. O problema é identificar corretamente esses aliados e fazer com que a luta de classes se desenvolva de modo que, através desses aliados, a socialização se dê. Na União Soviética, a coletivização da agricultura foi crucial e o socialismo não teria prevalecido se essa socialização não tivesse sido feita. Talvez o fato de se fazer isso imediatamente tenha sido um problema.

Neste ano, eu tive a oportunidade muito feliz de visitar a República Democrática Alemã e tive uma surpresa enorme, como desconhecedor que sou da agricultura socialista. Praticamente só se ouve falar na pequena agricultura camponesa, o que faz com que muitas pessoas no Brasil se tornem partidárias da pequena produção. Encontrei na

Alemanha Oriental uma agricultura inteiramente socializada. Após a Segunda Guerra Mundial, se fez uma reforma agrária que pulverizou a propriedade. Havia 300 mil agricultores, acrescentaram-se mais 500 mil, muito pequenos, num território que é do tamanho de Santa Catarina. Hoje, essa agricultura é formada por pelo menos 4 mil unidades de produção cooperativista, com uma média entre 4 e 5 mil hectares, funcionando com a maior eficiência tecnológica. Essa socialização se fez na década de 50, quando a fronteira entre as duas Alemanhas era aberta. De modo que, argumentam os alemães, não houve violência. Houve uma luta de classes séria, houve uma luta de classes com episódios fortes, mas não houve nada semelhante a uma matança generalizada. Se houvesse, poderiam ter migrado. E a agricultura apresenta pelo menos um aspecto de eficiência econômica extraordinária. Devido a isso, eu fiquei conhecendo também um pouco mais em detalhe aquilo que se chama, nos países socialistas do Leste Europeu, o plano leninista de desenvolvimento cooperativo: socialização através do desenvolvimento cooperativista, que é socialização, mas não é imediata coletivização. Talvez aí esteja um dos erros da transição na União Soviética.

CLOVIS ILGENFRITZ

Nas revoluções que discutimos aqui houve uma participação prévia da população, no sentido de sua conscientização nas entidades comunitárias, nas entidades sindicais, nas entidades da Igreja, como acontece aqui de certa forma e nos países do Terceiro Mundo? Outra questão a discutir é o papel dos exércitos da burguesia na repressão durante o processo revolucionário.

LUIZ GUSHIKEN

Na tradição marxista, o internacionalismo sempre foi importante. Marx queria um Comitê Internacional. Lênin abandonou a Segunda Internacional e criou a Terceira. A política era pensada a partir de uma organização internacional. Hoje, isso não existe mais. Os partidos que se reivindicam da revolução proletária pouco fa-

lam da necessidade de uma internacional. Como deve ser enfocado esse problema? Um tema de certa maneira correlato a isto: após a Segunda Guerra Mundial, no Tratado de Potsdam, a URSS assinou com os Estados Unidos um acordo de coexistência pacífica em plano mundial. Creio que esse acordo traz problemas à organização internacional. O Tratado de Potsdam não desarmou os comunistas em escala mundial também? E como encarar esse problema, na medida em que ele continua em vigência, existe como tratado entre as lideranças dos dois países?

Sobre a democracia, foi dito que o trabalhador soviético está num grau de absenteísmo tal que não se eleva mais a produtividade. A constatação desse fato coloca em xeque o socialismo. Se ele é incapaz de ter uma produtividade maior que o capitalismo, ele não serve para a humanidade. E o que se coloca na URSS é: como estimular o trabalhador a produzir mais? Aumentar os salários? Normas rígidas como na época de Stálin? A emulação socialista através do alimento ideológico promove a produtividade? Ou se deveriam encontrar mecanismos de democracia?

OLÍVIO DUTRA

Começando pela preguiça, penso que o socialista tem que ter a preguiça como método de trabalho, senão não é socialismo. Mário Quintana, um poeta lá do Rio Grande do Sul, tem um belo livro que coloca a preguiça como método de trabalho. Qualquer companheiro, socialista, comunista, devia ler. Mas o que eu quero aprofundar é que tem havido sempre uma primeira fase na luta pelo socialismo, que é a conquista do poder, seguida depois por uma certa ruptura, que é a construção do socialismo. Isso está muito ligado à questão do partido que constrói essa luta, que coordena, que orienta essa luta. O tipo de partido condiciona depois a forma de Estado e de sociedade que se segue à revolução. É uma questão seríssima para nós. Na medida em que nós temos uma visão de sociedade, de nova sociedade, ela tem que começar a acontecer desde agora. É o aqui e agora que vai orientar o que vai acontecer depois. Se nós tivermos um partido que

pretende construir a nova sociedade e que é agora um partido centralizador, um partido autoritário, um partido que se acha o dono da verdade, que as outras verdades têm que ser patrulhadas, esse partido está fadado a construir uma sociedade que não é socialista. Os companheiros revolucionários soviéticos, chineses, cubanos, de outros países talvez não tivessem ainda essa percepção, porque era um outro dado da realidade, era uma outra quadra da história. Mas nós não podemos incorrer nesse erro de ter uma visão do socialismo e desenvolver um partido que na verdade poderá construir o socialismo de Estado, o socialismo burocrático, autoritário.

Que diferença existe hoje entre o Estado socialista e o Estado das sociedades capitalistas? Como é que se escolhe o presidente, o primeiro-ministro, quem é que organiza a sociedade, o poder, a coerção social? Há alguma diferença entre esse Estado organizado, tanto em Cuba quanto na URSS, da forma como se estrutura o Estado nas sociedades capitalistas? Eu vejo pouca diferença. Creio que nós, comunistas, socialistas, cristãos, marxistas, todos os matizes de revolucionários teríamos de construir uma proposta de novo Estado. E essa é uma tarefa que se faz a partir do aqui e agora. O socialismo não é apenas a sociedade dos homens livres. É isto, e mais: se o socialismo não possibilitar que todos os homens se realizem e que o homem todo também se realize, ele não vai ser o socialismo. Como não diluir, não eliminar no coletivo o indivíduo, a pessoa, essa é uma questão-chave na luta e na construção do socialismo.

JACOB GORENDER

Por que aqueles que fazem a revolução, e querem fazer da revolução um ato democrático, por que depois eles consentem em fazer com que a democracia retroceda nos seus países, como aconteceu na União Soviética, na China, em Cuba e em tantos outros países? Essa é uma questão à qual eu não vou trazer uma resposta. A ciência política nos países socialistas, a ciência marxista no terreno da política ainda está engatinhando. Não há ainda estudos aprofundados sobre esse problema. Pode-se dizer que uma questão, um aspecto é o

tipo de partido que faz a revolução, É importante que desde logo o partido se eduque democraticamente. Mas esse é apenas um aspecto, porque o Partido Bolchevique, embora atuasse na clandestinidade e por isso fosse altamente centralizado, tinha debates muito democráticos dentro de suas fileiras, como se discutiu aqui.

Penso que o fundo da questão, o nó, está no Estado. Ao contrário do que pensavam Marx e Engels e o próprio Lênin, o Estado não começa a desaparecer assim que se toma o poder. Porque o Estado, essa é a experiência que se está vendo, ele se torna depositário dos bens da sociedade, toma posse dos bens de produção fundamentais em nome da sociedade. Então, ao invés de diminuir, pelo menos em um certo lapso de tempo, ele cresce. Essa é a realidade. E cresce com ele também a camada dos administradores, dos gerentes, dos especialistas, enfim, dos burocratas. Mas isso é apenas uma alusão: eu não tenho a pretensão de responder a essa pergunta. Como fazer com que o Estado regreda? Para isso, eu também não tenho resposta. São 70 anos somente. É um período já grande, mas não é tanto assim. Gorbatchov é um sintoma de que o Estado na União Soviética cresceu demais, a tal ponto que ele já asfixia o desenvolvimento da própria União Soviética tanto do ponto de vista econômico como também do social, em todos os aspectos da cultura, moral, e assim por diante. Não estou apontando uma solução, de maneira nenhuma. Penso que o estudo político dos países socialistas, do ponto de vista do marxismo, precisa se desenvolver.

Falei em neutralidade da ciência, mas as ciências humanas não são neutras. Neutra é a física, a química, a biologia, a matemática, essas são neutras; as outras, não. As ciências humanas não são neutras. Aqui tratou-se também da concepção do desenvolvimento. De fato, se nós pensamos em socialismo, não se trata de copiar os Estados Unidos, quer dizer, o socialismo não será vitorioso quando toda família na União Soviética tiver três carros, três automóveis, um televisor em cada um dos quartos e não sei quantos pares de sapatos etc. Não pode ser esse o ideal. De fato, a organização da sociedade e dos bens de consumo tem que ser de tipo diferente. Deve-se dar preferência aos bens de uso coletivo: o transporte coletivo, por exemplo, que é

fundamental na organização das cidades, na locomoção das pessoas, e assim por diante. Essa é uma questão que se coloca e que também não está resolvida. Mas não posso ser a favor do retrocesso tecnológico. Considero que o socialismo deve ser superior ao capitalismo do ponto de vista tecnológico.

Qual é o grande ideal que o socialismo apresenta para os homens? Para mim, ainda é aquele que Marx definiu em algumas páginas breves de sua obra: a redução do tempo de trabalho e o aumento do tempo de lazer, da preguiça, exatamente. Quer dizer, isso de que gozam hoje os homens ricos, os milionários, que a todo momento podem se ausentar dos seus escritórios, viajar, se divertir. Este deve ser um direito de todos. Que o tempo de trabalho se reduza de fato só é possível com o aumento da produtividade. Aí então os homens terão mais lazer e poderão se desenvolver de maneira multilateral. Poderão ser, como dizia Marx, homens totais, homens que podem ser, numa hora, pescadores, na outra, caçadores, eletricitas, mecânicos, físicos, e assim por diante. Que isso não seja um privilégio de uma elite, mas um direito de todos. E para isso então é necessária a informática, é necessária a alta tecnologia, é necessário superar os próprios países capitalistas. E é necessário realizar a acumulação socialista.

E dessa maneira crescerá o indivíduo dentro do socialismo. O socialismo não visa a massificação, à qual nós assistimos dentro da sociedade capitalista. Ao contrário, visa o florescimento pleno do indivíduo. Algumas questões ficam sem resposta, porque o tempo é muito curto, e nós não vamos esgotar todas elas num único debate. Mas acredito que nós demos, pelo menos, um pequeno passo à frente.

★ CHINA

Apresentação

Séculos antes da era cristã, a milenar história chinesa já registra diversas insurreições camponesas ao lado das tentativas de estabelecimento de um Estado unitário por parte das sucessivas dinastias que procuravam se manter no poder. Quando a expansão do capitalismo europeu se lança sobre a Ásia, em meados do século passado, a China ainda é um país essencialmente feudal, com um Estado nacional frágil e incapaz de oferecer qualquer resistência organizada e eficaz.

A Guerra do Ópio (1840 e 1842), movida pela Inglaterra a pretexto de defender seus interesses comerciais no contrabando de drogas, conduz à capitulação do governo da dinastia King, com pagamento de indenizações e cessão de territórios aos ingleses.

Uma década depois, uma vigorosa sublevação camponesa, a Revolta dos Taiping (1851-1864), se estende por 17 províncias. A cidade de Nanjing é proclamada capital do Reino Celestial Taiping, cujo princípio básico é a distribuição igualitária de terra. A intervenção conjunta da Inglaterra e da França, conhecida como Segunda Guerra do Ópio, leva à derrota da rebelião e a novas concessões econômicas, territoriais e políticas por parte do governo chinês. As agressões imperialistas se sucedem. Em 1884, a França ataca a China e o Vietnã; em 1894, é a vez do Japão, que invade a China e a Coréia.

No início do século XX, multiplicam-se as rebeliões no campo e também nas cidades, muitas delas dirigidas por sociedades secretas. Ao

mesmo tempo, surgem movimentos políticos renovadores, quase sempre a partir da necessidade de modernizar o país para enfrentar as pressões externas e de dar alguma solução ao crucial problema da miséria e superexploração das massas camponesas.

Em 1900, a expansão do movimento Yihetnan (conhecido como Revolta dos Boxers), contra a divisão da China em zonas de influência das potências estrangeiras, desencadeia a agressão conjunta de oito países (Inglaterra, França, Rússia, EUA, Japão, Áustria, Alemanha e Itália) para derrotar os revolucionários e ampliar seu domínio na China.

A Tongwenghui (Liga da China), fundada em 1905 pelo Dr. Sun Iatsen, é considerada o primeiro partido político da China. De caráter burguês revolucionário, a Liga se propõe a “restaurar a China, estabelecer a república e igualar os direitos de acesso à terra”. Em 1911, a Liga subleva as tropas imperiais em Wuchang Hubei, desencadeando uma série de insurreições em todo o país.

A república é proclamada em 1º de janeiro de 1912 com uma constituição democrático-burguesa. Sun Iatsen é eleito presidente. Pouco mais de um mês depois, um levante militar dos caudilhos (senhores da guerra) do Norte do país depõe Sun Iatsen e estabelece a ditadura dos caudilhos e latifundiários.

Em maio de 1919, grandes manifestações revolucionárias de massa contra o domínio imperialista e dos caudilhos abala o país. O Kuomintang planeja um enfrentamento com os caudilhos.

O Partido Comunista da China é fundado em 1º de julho de 1921 em Xangai, definindo desde o início um programa democrático, antiimperialista e antifeudal, além da proposta de estabelecer uma frente revolucionária com o Kuomintang, cuja direção inclusive mantinha vínculos com o governo bolchevique da vizinha Rússia revolucionária.

De 1924 a 1927, o Kuomintang desenvolve a Expedição do Norte, tendo o PC como aliado, visando derrubar o domínio dos caudilhos militares. A morte de Sun Iatsen, em 1925, acelera o abandono das posições revolucionárias pela direção do Kuomintang, cada vez mais incomodada pela presença dos comunistas e pelo clima revolucionário que tomava conta das massas urbanas e rurais. O comandante mi-

litar Chiang Kai-shek, alçado à direção do Kuomintang, desfecha um golpe militar em abril de 1927, seguido pelo violento massacre dos comunistas.

Em 1º de agosto do mesmo ano, um levante de massas em Nanchang, dirigido por Zhou Enlai, Chu Teh e He Long, termina com a retirada de grupos armados para as zonas rurais. No mês seguinte, um levante camponês em Hunan, conhecido como Levante da Colheita de Outono, leva à criação de um destacamento militar que se intitula Exército Vermelho de Operários e Camponeses, estabelecendo a primeira base de apoio revolucionária nas montanhas Zinggang. As forças provenientes de Nanchang se juntam meses depois na base de Zinggang, desenvolvendo uma prolongada guerra de guerrilhas contra as tropas do Kuomintang.

Entre 1931 e 1934, as sucessivas campanhas de “cerco e aniquilamento” movidas por Chiang Kai-shek tornam insustentável a permanência em Zinggang. Mao Tsé-tung começa a se destacar nesta altura, criticando a linha aplicada pela direção máxima do PC e desenvolvendo as teorias da guerra popular prolongada e da frente única. A ameaça militar iminente leva à retirada das tropas do Exército Vermelho para o Norte, num percurso de 12.500 quilômetros conhecido como Longa Marcha. Em meio à retirada, numa reunião ampliada do Birô Político do PC, em janeiro de 1935, Mao é levado à direção do partido.

Paralelamente à retirada do Exército para o Norte, espalham-se rebeliões camponesas por várias regiões do país, com o estabelecimento de zonas libertadas e grupos guerrilheiros.

O Japão desencadeia um ataque geral à China em 1937, prenunciando a Segunda Guerra Mundial. O PC anuncia a frente única com o Kuomintang contra os japoneses, praticamente à revelia de Chiang Kai-shek, que prefere a linha de resistência passiva aos japoneses, confiando que estes conseguiram aniquilar os comunistas. Enquanto o Kuomintang permanece quase inativo, os exércitos dirigidos pelo PC arcam praticamente sozinhos com a luta contra os invasores.

Quando o Japão se rende, em agosto de 1945, os exércitos populares contam com 1 milhão de soldados e 2,2 milhões de milicianos. O PC

lograra estabelecer o poder popular em áreas que somavam 100 milhões de habitantes e contava com inúmeras bases de apoio nas regiões controladas pelo Kuomintang.

Nas negociações de paz de 1945-46, o PC propõe o estabelecimento de um governo de coalizão, com reformas democráticas e garantia de independência nacional. O Kuomintang exige a deposição das armas pelos exércitos populares como condição inicial para acordos, enquanto prepara, com apoio militar norte-americano, uma nova guerra civil. Desencadeadas as hostilidades contra as áreas populares, em 1946, o Exército Popular aplica uma prolongada guerra de desgaste, combinada com a ação política do PC junto às massas, especialmente nas regiões camponesas. Esta orientação enfraquece progressivamente as forças do Kuomintang. Em 1948, o governo popular apresenta seu projeto de reforma agrária. Sucedem-se os levantes camponeses na retaguarda do Kuomintang. O Exército Popular passa à contra-ofensiva geral, alcançando a libertação de Pequim e a Proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949.

Os primeiros três anos do governo revolucionário são dedicados à reconstrução econômica, à conclusão da reforma agrária e ao confisco dos bens dos imperialistas, da grande burguesia e dos latifundiários.

De 1952 a 1957, tem início o processo de socialização da economia. Estabelecem-se empresas de capitalismo de Estado (associação do Estado Popular com a burguesia nacional na direção das empresas que antes lhes pertenciam) e empresas coletivas ou cooperadas, com o auxílio do Estado. O primeiro plano quinquenal, desenvolvido neste período, promove ainda a construção de grandes empresas estatais nos ramos básicos da economia.

Um grande debate nacional sobre os rumos da construção socialista é lançado em 1957, com a Campanha das Cem Flores estimulando a crítica e a criação intelectual e artística. O debate se encerra com a adoção do caminho de coletivização acelerada como base para o desenvolvimento das forças produtivas. O Grande Salto para a Frente estimula a construção de pequenos altos-fornos rurais para a produção de aço, grandes obras de irrigação e o surgimento das comunas populares. Este esforço desemboca em graves problemas econômicos, que

dominam o período de 1960 a 1964. Sentem-se os efeitos da queda da produção agrícola, os altos-fornos rurais se revelam inoperantes e muitas grandes obras ficam paralisadas devido à retirada dos técnicos soviéticos que se segue ao conflito político entre os dois países.

O programa das Quatro Modernizações marca os anos de 1964-65 com a retomada dos debates sobre os caminhos da construção socialista. Uma nova guinada se materializa em 1966 com a primeira fase da Revolução Cultural. A linha básica passa a ser a coletivização completa, a luta contra qualquer manifestação considerada como burguesa ou capitalista e a destituição dos dirigentes tidos como “seguidores do caminho capitalista”. O apelo de Mao para “aprofundar a luta de classes, assaltar o poder e impedir que a China mude de cor” intensifica o levantamento de grandes massas, organizadas na Guarda Vermelha e nos destacamentos dos Rebeldes Revolucionários. A multiplicação de grupos oponentes, cada um interpretando à sua maneira as orientações de Mao, leva o país à beira da guerra civil.

A Revolução Cultural atravessa sua segunda fase, de 1969 a 1974, com a adoção de medidas para evitar a guerra civil: extinção da Guarda Vermelha e dos Rebeldes Revolucionários, revisão das punições aos antigos quadros, proibição ao Exército Popular de apoiar qualquer facção.

A perda de apoio popular à Revolução Cultural se acelera com o agravamento dos problemas econômicos, que conduz à retomada do programa das Quatro Modernizações.

A última fase da Revolução Cultural (1974-76) é marcada pelos embates entre as facções no interior do governo e do PC. A morte de Zhou Enlai (janeiro de 1976) e as grandes manifestações de massa em sua homenagem acirram a luta interna. Mao morre em seguida (setembro de 1976) e logo depois o grupo de Jiang Qing (viúva de Mao) é acusado de tentar um golpe de Estado. A prisão e destituição do «Bando dos Quatro» marca o fim da Revolução Cultural.

A revisão dos acontecimentos dos anos anteriores ocupa o período de 1976 a 1978 com a realização do XI Congresso do PC e o começo da crítica à Revolução Cultural. A direção do Partido passa às mãos de Deng Xiaoping, veterano dirigente perseguido na época da Revolução

Cultural. É retomado o princípio de “tomar a prática como critério da verdade”, reação mais explícita à diretiva de seguir automaticamente as orientações de Mao. Até 1980, se define a estratégia geral dos reajustamentos e reformas dos anos seguintes. Na agricultura, mantém-se a propriedade coletiva da terra, mas se adotam formas diferenciadas de organização do trabalho, com os contratos de responsabilidade entre famílias ou grupos de camponeses e as cooperativas. Aumentam os preços pagos aos camponeses para estimular a produção. Surgem os primeiros experimentos inovadores na indústria, comércio e finanças, bem como a abertura para o exterior.

De 1980 a 1984, aprofundam-se as reformas na agricultura. As comunas se transformam em companhias agroindustriais de propriedade coletiva. Incentivam-se a tecnificação agrícola e a industrialização das zonas rurais através do aproveitamento do excedente de mão-de-obra agrícola.

Nos últimos anos, vêm ganhando impulso às reformas urbanas em todo o país, tendo como base a autonomia das empresas, a adoção de contratos de responsabilidade na indústria e no comércio, a transformação dos bancos em instrumento de desenvolvimento econômico e social, a ampliação das zonas econômicas especiais de investimentos estrangeiros e de absorção de tecnologia de ponta.

As reformas políticas têm buscado o aprofundamento da autonomia das empresas, separando-se sua gestão das atribuições da administração pública. Da mesma forma, tem-se procurado separar as responsabilidades políticas do PC da atuação administrativa do Estado. Vêm se intensificando também novos mecanismos consultivos e de participação direta e indireta da população nos negócios do Estado, modificações na legislação eleitoral permitindo a eleição de qualquer cidadão aos órgãos legislativos e judiciários, bem como a escolha dos membros dos poderes executivos por meio de voto secreto dos deputados.

BENEDITO DE CARVALHO

Ainda não foi descoberta uma mezinha, um remédio capaz de iluminar o caminho correto para a vitória do socialismo. As indicações

produzidas na União Soviética e em outros países socialistas foram justas e corretas em determinada medida e incorretas a partir de certo ponto. Penso que, com o passar dos tempos, esse quadro vai se manter mais ou menos nessas condições. As armas para interpretar os acontecimentos e abrir caminho para o socialismo e seu objetivo final, o comunismo, não poderão nunca ser armas definitivas. Cada solução que for encontrada poderá satisfazer, no máximo, a uma situação determinada. A Iugoslávia, por exemplo, mostrou problemas novos diante do que ocorrera na União Soviética.

Na China, a luta armada prolongada e dura exigiu coragem, audácia, conhecimentos. Enquanto o problema era combater até a vitória, Mao Tsé-tung triunfou em tudo praticamente. Mas, quando se pensava que tudo acabara e que começava uma vida sem problemas, o que se verifica é que Mao e os que o cercavam não foram capazes de resolver os problemas que se seguiam à vitória, os problemas da construção do socialismo.

Não se deve ter a ilusão de que depois desta experiência tudo estará resolvido. Quando Marx dizia que, tomado o poder, o Estado proletário vitorioso se encarregaria da solução de todos os problemas, talvez esse remédio fosse certo para a Europa, onde ele vivia, pois se tratavam de países que de capitalismo já tinham visto praticamente tudo. Nestes países, tomado o poder, as dificuldades poderiam não ser tão grandes. Mas a realidade criada pela história foi a Revolução Russa, a revolução vitoriosa num país a meio caminho entre o desenvolvimento pleno e o não-desenvolvimento. Os fatos desmentiram a exigência feita por Marx de que a revolução simultânea de todos os países da Europa era condição de vitória. A revolução começou pela Rússia, onde não havia um capitalismo inteiramente desenvolvido. Uma tese fundamental de Marx foi negada como irreal. A história pregou uma peça aos revolucionários.

A China é um teatro inteiramente diferente daquele em que viveram e trabalharam Marx e Engels. Um país em que mal aflorava o capitalismo vê surgir as bases para uma revolução proletária, para uma revolução socialista. A China era muito mais atrasada em 1921, quando foi criado o Partido Comunista da China, do que o Brasil

na mesma época. O capitalismo que existia na China na ocasião era o chamado “capitalismo burocrático”, ou de importação e exportação, que se dedicava a importar produtos industriais estrangeiros e a exportar matérias-primas. Algo um pouco parecido durante muitos anos existiu no Brasil. Até hoje, o capitalismo brasileiro se ressentia do fato de ter tido uma longa vida como um capitalismo adjacente, como uma peça secundária de ajuda ao capitalismo internacional. E a China estava, nesse terreno, mais atrasada que o Brasil, comparando-se a capacidade de produção da indústria naquela época. Havia algumas grandes cidades, como Xangai e Pequim, e o mais era o campo. A população, na sua grande parte, era camponesa. Pode-se imaginar as dificuldades para se implantar o socialismo, mesmo tendo o poder na mão. Era preciso descobrir uma solução típica para essas condições específicas.

Primeiros anos da luta pelo socialismo

A China começa a ingressar na luta pela construção do socialismo com a fundação do Partido Comunista da China, em 1921. O Partido surgiu com a ajuda da repercussão da vitória do socialismo na União Soviética. A força e a vontade de luta do povo chinês durante anos e anos, centenas de anos, tantas vidas dedicadas a obter uma mudança do regime existente, e a vitória da revolução socialista na Rússia: eis os dois ingredientes fundamentais para a formação do Partido Comunista da China. Não é que não houvesse ninguém preparado para essa tarefa. Os chineses tinham a sua tradição revolucionária, a sua disposição de lutar para mudar a opressão extraordinariamente violenta que imperava. Havia uma intelectualidade, mas em grande maioria era formada pelas classes dominantes, com a intenção de manter o povo como escravo. O feudalismo na China foi, em grande parte, um pouco de escravismo: era feudalismo, mas com sobrevivências de escravismo. Além disso, a partir de meados do século passado a China passou a ser governada, dominada e dividida pelas grandes potências capitalistas. Ingleses em primeiro lugar, americanos, franceses, alemães, italianos, todos procuravam ter um pedaço da China em suas mãos.

A dominação estrangeira veio coroar as sobrevivências feudais e escravistas, agravando todos os problemas existentes. O fruto do roubo tinha que ser dividido não como antes, entre os latifundiários feudais e alguns segmentos burgueses, a burguesia que vendia, que importava e exportava. Agora, a partilha era por três: grandes empresas dos países capitalistas ou imperialistas, os elementos feudais e escravistas, e a dominação estrangeira.

Houve muitos movimentos de revolta, principalmente camponeses. Outros se originaram nas cidades, semelhante aos que ocorreram no Brasil, como o tenentismo, golpes militares ou civis. Nesse quadro, surge o Partido Comunista. Seus fundadores não eram marxistas, tinham poucas chances de sê-lo. Havia escutado o grito de vitória da Revolução de 1917 e depois tiveram contato com os próprios soviéticos, que procuraram contato com o Kuomintang e com os revolucionários chineses. O governo do Kuomintang era um governo, digamos, revolucionário burguês, de um certo caráter burguês, e nacionalista também. A União Soviética mandou representantes para entrar em contato com a burguesia, que pretendia independizar a China e que dizia querer também uma reforma social.

Foram enviados também representantes do Partido Comunista soviético para ajudar os chineses a construir o Partido e abrir caminho no sentido de uma frente única com a burguesia. Essa ajuda foi extraordinariamente favorável à causa da revolução socialista na China. Os soviéticos atuavam junto à cúpula do Kuomintang, que queria estabelecer seu poder sobre todos o país. E atuavam também por baixo, através do Partido Comunista. Isso levou a um crescimento muito rápido da Revolução. Criou-se uma frente única. Chiang Kai-shek, que era mais ou menos o chefe nesse movimento revolucionário burguês, passou algum tempo estudando na União Soviética. De volta, ajudou a organizar diversas entidades que tiveram grande papel na Revolução Chinesa, como a Escola Militar, onde se ensinava a arte da guerra não aos militares, mas aos civis, aos trabalhadores. Nessa escola, havia professores russos, havia professores de outros países da Europa, homens de vanguarda, e havia revolucionários chineses que estavam aprendendo a fazer a revolução ao aceitar uma políti-

ca de frente única. Não se deve esquecer que a maioria dos chineses que entraram nesse movimento tinham em vista, em primeiro lugar, expulsar os estrangeiros da China, um sentimento nacionalista. Em segundo lugar, acabar com os governantes chineses que até então tinham dominado o país: os latifundiários e os grandes capitalistas.

Naturalmente, os dirigentes soviéticos tinham outros interesses: libertar a China dos governos reacionários que tinham existido e desenvolver o movimento comunista. Foi de fato enorme a contribuição da União Soviética para a vitória da Revolução Chinesa. Mas, em todas as situações, há sempre várias faces, vários aspectos. Os soviéticos acertaram inteiramente no sentido de ajudar o movimento e de esclarecer a necessidade da frente única, por exemplo. Mas logo surge um problema: qual é o caminho da revolução? A primeira idéia, naturalmente, deveria ser: fazer como fizeram os russos, desenvolver a luta operária ao máximo até que se criem as condições para a tomada do poder. Foi assim que se fez a revolução na Rússia. A luta camponesa também foi intensa na antiga Rússia. A Revolução de 1905, por exemplo, foi uma revolução em grande parte de caráter camponês. Os camponeses lutavam há séculos pelo direito da posse da terra e o movimento de 1905 foi profundamente camponês. Os russos não deixavam de lado essa questão, mas possuíam grandes cidades, como Moscou e Petrogrado, onde havia uma expressiva concentração operária. Na minha opinião pessoal, eles não levaram em conta que a China era um país totalmente diferente da Rússia, as condições eram inteiramente diferentes.

A China tinha a classe operária de Xangai, de Pequim e de algumas outras cidades, mas seu número era realmente muito pequeno. Já tinha havido grandes greves na China, reprimidas com assassinatos em massa. A classe operária chinesa tinha espírito combativo e as greves que fizeram demonstram isso, mas era de fato uma minoria quase inexpressiva na população. Por outro lado, a história da China é a história das revoluções camponesas. E os revolucionários chineses começaram naturalmente a questionar: qual o caminho para a vitória na China? Está nas cidades ou nos campos? A resposta para o povo chinês era o campo.

O papel de Mao Tsé-tung

Quando uma causa social muito poderosa busca uma explicação, uma saída, sempre surge um homem à altura de dirigir aquela luta. Lênin surgiu pela luta que começou antes dele. Os problemas sociais criam os dirigentes em parte, é claro. É preciso esforço também para se formar o dirigente. Mas uma das condições é que surja uma causa realmente popular e a causa realmente popular na China era a luta dos camponeses. Era tradicional que os camponeses se insurgissem na época da colheita, na primavera. Era uma tradição. Então surgiu o homem que percebeu a situação e definiu um caminho.

Mao Tsé-tung era um intelectual avançado, nacionalista, queria ver o seu país independente. Tomou conhecimento da Revolução Soviética, se entusiasmou com ela e procurou se esclarecer, ler etc. Mas era um homem sem tradição marxista. Os primeiros trabalhos dele já apontavam no sentido certo: o caminho da Revolução Chinesa é o campo. Mas ele quase não teve trabalho para chegar a essa conclusão, porque era uma coisa que estava na alma do camponês e do povo chinês. Ao mesmo tempo, ele alimentava uma boa dose de ilusões. Muitas pessoas estranham que ele nessa época tenha feito declarações que revelaram uma ilusão numa mudança de posição dos chefes do Kuomintang. Mao acreditava que, através da aliança com a classe operária e os camponeses para atingir o seu objetivo, automaticamente esses homens iam compreender o que o povo desejava e iam colaborar.

Mao defendia a luta no campo também porque lá não existia uma concentração de forças das classes dominantes. Ao contrário, as forças das classes dominantes eram mais fracas no campo do que nas cidades. No caso particular da China, havia ainda o fato de que na China, até aquela época, não existia de fato um governo central. No Brasil, mesmo com todo o atraso, sempre existiu um governo central. Na medida em que era possível, as forças do exército estavam lá, a polícia estava lá, havia telefones para comunicar. Na China, não havia nada disso. Em cada lugar havia uma direção e essa direção, às vezes, era inimiga da direção do outro grupo que era vizinho dele. Mao nesta época escreveu um livro dizendo que, uma vez criada uma

centelha, o fogo podia se alastrar rapidamente. É uma forma de expressão do camponês. O fogo em um pedaço de palha tem tendência de se ampliar facilmente.

A relação entre campo e cidade na Revolução Chinesa para Mao aparece na formulação de que, em vez de cercar o campo com as cidades, se deveria cercar as cidades com o campo. Quer dizer: fazer a revolução fora e depois forçar a queda do poder nas cidades. Ora, por melhores que fossem os camaradas soviéticos, essas indicações não podiam soar bem. Eles tinham participado de uma revolução vitoriosa aonde o caminho fora outro, inteiramente outro. Resistiram muito a aceitar isso. Na realidade, não aceitaram nunca. Daí a importância da ajuda dos soviéticos, a princípio extremamente grande, ter diminuído pouco a pouco. O PC chinês se dividiu entre os que achavam que a Revolução Chinesa devia seguir o caminho russo e os que achavam que a luta devia partir do campo. Durante muito tempo predominou o ponto de vista do PCUS e da Internacional Comunista. Todos os camaradas da União Soviética que foram para ajudar eram orientados pela Internacional Comunista e defendiam que o caminho aberto pela União Soviética era o caminho para todos.

Duas correntes

As duas correntes que se formaram naquela época persistem até hoje. A China já resolveu o problema da tomada do poder, mas existem sempre duas correntes, que enxergam as coisas com diferenças. Isso é inevitável. A Revolução Chinesa exigia soluções com características chinesas, tinha que ser um caminho chinês. Foi assim para tomar o poder e também quando chegou a ocasião de administrar o país para construir o socialismo. Mao se dedicou durante muitos anos a organizar bases revolucionárias no campo, todas pequenas e de tipo guerrilheiro. Os defensores da luta nas cidades em pouco tempo foram liquidados por Chiang Kai-shek, que se uniu aos japoneses e a toda espécie de inimigos. Eles, que dirigiam o movimento da classe operária, se viram de repente sem nenhum recurso. A única solução era ir para as bases revolucionárias de Mao Tsé-tung, que eles tanto haviam criticado. E é preciso acrescentar que o erro foi tão grande,

esse erro de concentrar nas cidades, que as perdas também se estenderam às bases revolucionárias de Mao Tsé-tung. Chiang Kai-shek organizou uma série de campanhas para liquidar os comunistas, começando na cidade e prosseguindo no campo. Foi nesse processo, em 1935, que Mao foi eleito secretário-geral do partido. As forças que negavam a sua orientação tinham sido batidas e eliminadas. A derrota do movimento comunista chinês, no seu conjunto, foi enorme: de cerca de 300 ou 400 mil, foram reduzidos a 20 ou 30 mil homens, devido àqueles ataques organizados pelas forças de Chiang Kai-shek.

Nesse período, houve a Longa Marcha, uma decisão tomada para levar as tropas revolucionárias para o Norte, fugindo dos ataques de Chiang Kai-shek no Sul, onde já era impossível manter aquelas bases. Mao reuniu as forças dele, junto com os elementos que chegaram como grandes dirigentes, como Deng Xiaoping e outros, que tinham vindo de Xangai. Somou-se tudo que existia e se fez uma viagem de milhares de quilômetros, apresentada e reconhecida pelo povo como se fosse uma decisão sábia, uma decisão baseada no conhecimento geral. Nada disso, era apenas a única saída para evitar o aniquilamento. A maioria das pessoas e dos próprios chineses vê o lado dramático da Longa Marcha, as lutas da Longa Marcha, mas esquecem que ela surgiu da derrota. Finalmente, essa Longa Marcha chega a uma região puramente camponesa e extremamente difícil de ser atacada. Os remanescentes dos revolucionários de uma ou de outra origem se instalaram ali, preparando-se para recuperar o terreno mais tarde.

Parecia então que as contradições tinham desaparecido, mas não era verdade. Formou-se uma só direção e todos estavam de acordo que a solução, no momento, era aquela. Mas as duas idéias subsistiam, como até hoje. Finalmente, apesar da existência desses dois pontos de vista, a revolução triunfou. Também na Revolução Soviética nunca houve unanimidade, sempre existiram os elementos de direita e de esquerda. Mas a direção soviética, sobretudo depois que Lênin retornou do exílio, nunca exigiu a existência de um partido inteiramente monolítico. Ao contrário. Às vésperas da insurreição, Zinoviev e Kamenev, que estavam em oposição aberta à maioria do Partido e chegaram mesmo a denunciar que o Partido estava se pre-

parando para a luta armada, muitos dirigentes da maioria quiseram a expulsão desses dois dirigentes da direção revolucionária. E Lênin contestou, alegando que o Partido precisava deles. A União Soviética teve um dirigente à altura da Revolução, um homem capaz de, numa situação como aquela, compreender o caminho a seguir. É grande a diferença com a atitude de outros revolucionários, com as nossas atitudes aqui no Brasil. Não apenas não suportávamos um ponto de vista divergente: exigíamos que o sujeito em minoria cumprisse as decisões, e mais, que ele não falasse mais naquele assunto, que ele não pensasse mais daquela maneira. Nós eliminávamos qualquer espécie de oposição, enquanto Lênin saudava a existência dela, porque ele estava vendo as massas que seguiam Kamenev e Zinoviev, vendo que eles não estavam sós. Com Trótski, foi a mesma coisa: Lênin criticou-o durante anos e anos, mas quando Trótski se colocou a favor da realização da revolução, defendendo que o momento indicado por Lênin era oportuno para desencadear a revolução, ele não só suspendeu toda crítica a Trótski como o aceitou e o integrou na direção revolucionária. Depois, esse homem veio a ser ministro e dirigente do exército. Lênin soube unir todas as forças existentes, reconhecer as diferenças e aproveitá-las.

Na China, existiam as duas correntes, mas durante muito tempo não surgiam as diferenças, não apareciam, porque foi uma época de vitórias contra os japoneses, contra a invasão japonesa que uniu todo mundo, inclusive Chiang Kai-shek numa certa altura. Depois da guerra antijaponesa, Chiang Kai-shek se voltou abertamente contra as forças comunistas, e recomeçou a guerra civil. Novamente as forças dentro do PC que tinham diferenças de opinião se uniram para eliminar o inimigo comum.

Depois da vitória

A luta armada terminou em 1949 e parecia que tudo estava resolvido. Mas os problemas mal começavam a surgir. Levar a cabo a construção do socialismo é muito mais difícil do que travar luta armada da natureza que houve na China desde os anos 20 até 1949.

Construir o socialismo de maneira efetiva é uma tarefa que Xiaoping diz ser muito difícil hoje, depois de todas essas experiências. E a causa é que cada situação é uma situação nova. Por exemplo, quando os chineses tomaram o poder, o que existia de capitalismo na China? Muito pouco. E então os chineses, que tinham tido a capacidade de não aceitar um caminho indicado por forças poderosas como o PC soviético e a Internacional Comunista, não tiveram forças suficientes para compreender que a construção socialista tinha que ser também diferente e aceitaram inteiramente os conselhos e as experiências soviéticas. Fizeram exatamente o que os soviéticos fizeram: tomado o poder, lançaram a palavra de ordem de que o Estado deveria se encarregar de todas as questões relativas à produção, à distribuição e ao transporte.

Escapou só uma parte fora do controle do Estado, considerada como economia de unidade coletivista, organizações que não eram governadas diretamente pelo Estado. Tinham a sua própria direção, mas subordinada à direção estatal. Quer dizer, o que não era do Estado era dirigido indiretamente também pelo Estado central. Mas é preciso fazer uma diferença entre aquilo que era propriedade dirigida pelo Estado e aquilo que não era propriedade do Estado. Ali havia direção do Estado, mas o trabalho era feito por pequenas associações e, ao menos no papel, deixou-se um lugarzinho para os camponeses que quisessem explorar um pedacinho de terra. Quer dizer, não se negou totalmente aquilo que os camponeses sempre desejaram, que era ter um pedaço de terra. Estabeleceu-se que eles teriam o direito a um pedacinho de terra, do qual poderiam tratar nas horas vagas. O camponês iria trabalhar nas comunas populares, como vieram a se chamar as organizações dirigidas pelo Estado, mas nas horas vagas poderiam fazer um cultivo para o seu próprio abastecimento.

Conheço um aspecto dessa questão noutro terreno. Eu vivi muito tempo na China e presenciei um fato interessante. A legislação na China referente aos direitos da mulher é uma legislação muito avançada, tão avançada quanto na União Soviética e em alguns países capitalistas. Na época em que cheguei à China, em 1960, fui trabalhar em uma entidade governamental. Observei que as mulheres

grávidas não aproveitavam a lei que assegurava um período de descanso antes do parto, não lembro se 30 dias. As comunistas diziam que não precisavam dessas coisas e iriam trabalhar até o dia do parto. Com isso, as outras eram forçadas a fazer o mesmo, não pela lei, mas pela coerção social. Nenhuma mulher queria parecer diferente das comunistas. A mesma coisa ocorria com as terras: eles tinham as terras, mas não queriam nada com elas, porque aquilo seria um sinal de que eles não tinham perdido a vontade de ser proprietários de terras. E os camponeses desistiam de explorar aquele pequeno pedaço de terra.

As comunas não tinham que dar obrigatoriamente tudo que produziam ao Estado, podiam tirar uma parte para elas. As leis asseguravam que os participantes das comunas não eram obrigados a aceitar a posição de “tudo o que eu faço é para o bem do Estado”. Havia leis permitindo às comunas entregar tudo ao controle do Estado ou não. Então havia dois tipos de comunas. Algumas estavam quase de acordo com o comunismo, não o socialismo, mas o comunismo: tudo que eu produzo eu entrego e o Estado me dá o que eu preciso para viver. Era a vida do comunismo futuro. E as outras podiam não fazer isso, podiam, de acordo com as leis do socialismo, receber de acordo com o trabalho. Mas na prática ninguém tinha coragem de dizer que não era vanguardista e se acabava entregando tudo para o Estado. Quer dizer, aí não era a polícia que coagia: era o pensamento comum, a vontade de estar com a maioria.

Equívocos na coletivização inicial

A China entrou na construção do socialismo pelo caminho errado, tomando medidas que depois os próprios soviéticos reconheceram que eram erradas para eles mesmos. Os homens que tinham conseguido dirigir a luta pelo poder fracassaram quando chegou a hora de resolver problemas econômicos, problemas novos. Hoje, pode-se concluir que, depois da tomada do poder, apenas a indústria pesada, certos tipos de metalurgia, construção naval etc. deviam ser dirigidas pelo Estado e só pelo Estado. O resto devia ficar sob a direção de organizações populares com autodeterminação, dirigentes

eleitos etc. Essa linha que a China segue hoje é a linha que a União Soviética começa a trilhar e que já vinha sendo aplicada há tempos em países como a Hungria e Iugoslávia.

Quero terminar dizendo o seguinte: tenho receio de estar errado. Quando estive na China, eu era maoista de ponta a ponta. Aliás, não era difícil ser maoista de ponta a ponta porque não havia nenhum chinês que não fosse maoista de ponta a ponta. Durante a Revolução Cultural, havia aquelas lutas de grupos e eu perguntava, para poder me orientar: “Quem de vocês está ao lado de Mao Tsé-tung?” Numa escola em que eu trabalhava, havia três organizações que se matavam a pau e a faca. Todas eram maoistas de boca. Ninguém se dizia não-maoista. Claro que existiam, porque, de fato, estavam cometendo erros também, mas ninguém deixava de dizer que era maoista. Como é que um estrangeiro, sem conseguir falar ou ler chinês, poderia escolher entre três grupos revolucionários que usavam as mesmas bandeiras, igualmente cegos na obediência a Mao Tsé-tung? Quando um grupo queria calar o outro num comício, por exemplo, começava a cantar o *Hino a Mao Tsé-tung*. Quando começavam a cantar, todo mundo parava e cantava o *Hino a Mao Tsé-tung* e o orador perdia a palavra. Todo mundo era Mao. Eu também fui, integralmente. Quero dizer que receio cometer um novo erro, agora que a linha é outra.

Estou convencido hoje que nós estamos chegando a um caminho certo. Mas não só o PC chinês ou os companheiros da Hungria e da Iugoslávia foram chamados de traidores. Vocês devem se lembrar, alguns de você que têm um pouco de cabelos brancos, que a Iugoslávia foi apresentada como traidora do socialismo. Eu mesmo difundia essa idéia a torto e a direito e os fatos mostraram que eles estavam tentando abrir um caminho novo, que não acharam até agora. Mas o caminho hoje tudo indica que é um caminho certo, que é um caminho que dá ao povo o direito de julgar, por exemplo, quem é o seu chefe. Até na burguesia existe em parte isso: a burguesia escolhe os homens de acordo com os seus interesses, mas procura um sujeito que tenha alguma ligação com os governados. Procura ganhar uma parte da classe operária tratando-a de maneira especial, manobra para poder governar. No socialismo, não, tudo era dirigido por um úni-

co centro, tudo era concentrado nas mãos de um grupo. O Partido Comunista resolvia todos os problemas, desde os grandes problemas da nação até os problemas de indicação de um dirigente de uma subdivisão de uma comuna popular. O fato concreto é que o socialismo expressou a forma mais violenta de centralização e de burocratização existente no mundo. É verdade que partiram de um ponto certo: o socialismo não podia deixar de dominar a grande indústria, de ter sob seu controle a grande indústria, mas não a ponto de os comunistas dirigentes do Comitê Central resolverem os problemas dentro da fábrica. Não, se não tem gente para os representar, então que diabo de povo é esse? É uma exceção no mundo. Mas o mundo viveu até hoje sem essa centralização.

De maneira que eu tenho confiança nesse caminho que está se abrindo e que já era claro antes dos comunistas. Os comunistas foram as principais vítimas de teorias. Foram eles que criaram isso e eles não foram partindo de uma pequena concentração para uma maior: eles partiram imediatamente para um máximo de concentração. E foram aumentando esse máximo de concentração. Ainda agora, há muitos que não concordam que se dê direito aos governados para eleger e decidir. Pensam que têm a sabedoria toda nas mãos deles, quando a sabedoria está nas mãos das massas. Esse caminho de hoje é um caminho muito mais difícil. Mas é um caminho com o qual estou inteiramente de acordo. Já me custou muito porque, até quando eu voltei à China há pouco tempo, eu ainda era maoísta. Mas mudei com os fatos concretos que fui vendo. Eu não conhecia nenhuma abordagem destas questões. É uma verdade que o Partido da União Soviética, depois da vitória da revolução, não produziu nada em matéria de esclarecimento do problema. Depois de Lênin, o que se escreveu? Quem escreveu foi o chefe que substituiu Lênin, Stálin: noventa por cento daquilo está errado, exceto a decisão que foi tomada no campo, de manter aquela orientação de controlar pela força, de fazer a coletivização pela força. Aí eu acho que eles acertaram. Tinha havido uma guerra civil, os homens estavam com as armas nas mãos e não havia outra maneira, senão em pregar a força. Mas, uma vez

desaparecidas as razões, se Lênin continuasse existindo, não teríamos tido esses 30 ou 40 anos em que essa tendência foi vitoriosa.

São problemas difíceis e nós podemos estar cometendo erros também hoje. É bom ter o espírito aberto para isso. As vitórias que se estão conseguindo na China, na União Soviética, em toda a parte com essas reformas, não foram comprovadas ainda. Elas estão sendo colocadas em execução e só o tempo e os fatos poderão comprová-las. Então estejamos preparados para corrigir os nossos erros quando eles se tornarem visíveis. E é isso, camaradas: agradeço a atenção que vocês me dão e fico muito satisfeito de estar aqui. Os homens de cabelos brancos se sentem felizes na companhia dos jovens, em ver que os jovens têm as mesmas idéias e têm uma força muito maior. Eles se fortalecem no convívio com os jovens. Quando eu tinha 60 anos, meu pai me disse uma vez: “Você que é menino...”, e eu tinha 60 anos. Para ele, eu era um menino. Devemos estar preparados, porque o pouco do que nós consideramos uma verdade pode estar ainda contendo o que é falso.

WLADIMIR POMAR

Ao contrário de Benedito, eu não tenho uma experiência vivida na China. Fiz somente visitas, uma de 30 dias e outra de 22 dias. E o estudo que eu passei a fazer, para ser sincero, me levou a uma série de questões que eu não consegui entender. É um processo bastante complexo, muito rico. Os chineses têm uma visão de vida sedimentada em praticamente 7 mil anos de história, sendo 4 mil anos de história escrita. É uma cultura milenar, não apenas secular. O simbolismo e a codificação deles têm um significado muito mais profundo do que às vezes nós podemos captar. De qualquer modo, inclusive com o livro que eu escrevi, o que tento fazer é contribuir para a discussão em torno de uma experiência concreta de construção do socialismo. Uma discussão que diz respeito a nós também, nós que estamos ainda na primeira parte da caminhada.

Há dois momentos distintos no processo de transformação. O primeiro é luta de conquista do poder político, um instrumento de-

cisivo para que as classes trabalhadoras possam iniciar um processo real de mudança de todas as relações sociais existentes. E o segundo momento é a construção econômica, cultural, política, da nova sociedade. Evidentemente, embora os dois momentos sejam bastante distintos, é lógico que há mil e um laços entre um e outro.

Na experiência de construção do socialismo na China, vamos encontrar uma série enorme de organizações do trabalho, de organizações da sociedade civil e de organizações políticas que surgiram embrionariamente no período anterior, e com tarefas às vezes diferentes em cada momento. Aqui, o caso dos sindicatos é bem característico. Na China, os sindicatos no período revolucionário, no período anterior à conquista do poder, foram, na sua grande maioria, fundados pelo Partido Comunista, embora existissem também nas grandes cidades sindicatos chamados “amarelos”, organizados por setores da burguesia ou por elementos da classe operária mais ou menos vendidos. Os sindicatos fundados pelo PC tiveram uma participação ativa durante o processo da Revolução Chinesa, fundamentalmente de mobilização, organização e elevação de consciência das massas mais atrasadas. O papel revolucionário dos sindicatos só foi ficando mais claro no processo final da luta pela conquista do poder, que na China teve uma história longa, com 27 anos de luta armada.

É uma peculiaridade da Revolução Chinesa ter sido fundamentalmente armada. Outra particularidade importante é que, embora a via principal da Revolução Chinesa tenha sido armada, a não ser nos momentos mais sérios de sectarismo ou de ultra-esquerdismo, sempre foram utilizadas formas de luta de massa e, sempre que possível, também formas institucionais de luta. Mesmo com a luta armada, a não ser nesses momentos de ultra-esquerdismo, jamais eles abandonaram as possibilidades de travar a luta legal, de travar a luta institucional, embora a repressão lá fosse muito séria e muito grande.

No caso dos sindicatos, no segundo momento de construção do socialismo, eles praticamente passaram a ser instrumentos exclusivos do PC e do Estado para a construção econômica: incentivar os operários para realizar o processo da construção da indústria, que quase

não existia na China, de modernização da agricultura, de modernização dos serviços, e assim por diante. Existe hoje todo um debate na China, com as reformas, sobre qual o papel real dos sindicatos: se deveriam ou não ter também um papel de defender os interesses econômicos e sociais dos trabalhadores, mesmo que esses interesses momentaneamente se chocassem com os interesses do Estado e também do PC. A tendência mais geral é por uma certa atuação dos sindicatos como defensores dos interesses reais dos trabalhadores, interesses econômicos. E eles hoje já admitem que pode haver algumas contradições entre os interesses dos trabalhadores e os interesses do Estado, ou da sociedade como um todo, e que isso tem que ser tratado de forma adequada. Ao mesmo tempo, participando na administração das empresas, os sindicatos podem também ter um certo papel na direção econômica e na construção econômica. Isso só para mostrar como entidades ou organizações que surgiram no período anterior, e que tiveram um determinado papel no período de luta pela conquista no poder, no segundo momento, podem ter um papel diferente, dependendo das necessidades e de todo o processo histórico de construção dessas entidades.

Essa complexidade acompanha todos os problemas da Revolução Chinesa, o que provavelmente deve ocorrer, de formas diferenciadas, em todas sociedades e povos que lutam para transformar a vida do seu povo. Talvez seja esse o primeiro ensinamento mais universal do processo chinês e de outros. Cada processo de construção do socialismo é único. Ainda que possa se beneficiar das experiências negativas e positivas dos outros povos, seus problemas são únicos e as formas de resolvê-los também são únicas e particulares. Na realidade, em todo o processo de revolução na China foi possível chegar a vitórias bastante importantes, porque esse princípio foi aplicado com perseverança. A partir daí, eles chegaram a elaborar uma série de ensinamentos muito interessantes, que eles chamam de pensamento-guia da Revolução Chinesa.

Peculiaridades da atuação do PC chinês

O primeiro aspecto que talvez sirva para nós é aquilo que eles classificam de “linhas de massas”. O que é a linha de massas para os chineses? Nada mais que a aplicação popular do método marxista de análise, do método de análise concreta de uma realidade concreta. Eles acostumaram todo o PC a investigar, a pesquisar a situação concreta em que se vivia, para dessa pesquisa e dessa investigação extrair as políticas correspondentes. Chegaram a cunhar a idéia de que quem não pesquisa não tem direito de criticar. Pode-se até achar bastante radical isso, mas na realidade esse método é que levou, em certa medida, a que todas as organizações do PC tivessem políticas ou táticas apropriadas para as situações locais em que elas viviam. Isso na China talvez seja mais complicado do que no Brasil, apesar de todas as nossas diferenças regionais. São 54 nacionalidades, com línguas diferentes, costumes diferentes, tradições diferentes e problemas completamente diferentes, o que tornava muito mais necessária a aplicação coerente do que eles chamavam de linha de massas, a pesquisa da realidade e a aplicação de uma política adequada a cada realidade. E isso eles tentaram desenvolver em nível nacional também com êxito, apesar das lutas internas que ocorreram no processo.

Outro ensinamento interessante é o que eles chamam de retificação do estilo de trabalho. Eles partiam da idéia de que o Partido Comunista da China, embora se dissesse marxista, tinha composição de classe minoritariamente operária é majoritariamente camponesa, com forte influência da intelectualidade revolucionária, de origem pequeno-burguesa. Essa composição trazia para dentro do PC, naturalmente, sem qualquer maquiavelismo, a ideologia, as tradições, os hábitos e os costumes das classes não-proletárias. Defendiam, portanto, que no processo da luta revolucionária era indispensável, de tempos em tempos, fazer uma ampla campanha de verificação do acerto das políticas, de verificação da atuação prática do Partido como um todo, inclusive permitindo que as próprias massas criticassem o Partido e os dirigentes do partido, para que eles, então, através desse processo, retificassem os seus erros e os seus defeitos de atuação. Concluíram que isso não devia ser feito apenas de vez em quando,

mas periodicamente. A partir de 1941 ou 1943, não me lembro bem a data, passou a ser uma tradição do PC chinês a realização de campanhas de retificação do estilo de trabalho.

A frente única

Outra experiência bastante interessante é a política de frente única. A partir da análise de classe da sociedade chinesa, da aplicação da linha de massas em nível nacional, eles constataram que na China havia uma diferenciação de classes muito grande, que não era uma simples oposição entre explorados e exploradores. Além da classe operária, existia um campesinato imenso e com diferenciação interna muito acentuada, que ia desde o que eles chamavam de camponeses da camada inferior e camponeses médios até camponeses ricos e latifundiários. Dentro destes, eles distinguiam aqueles que tinham uma certa postura política diante da luta do campesinato, da luta patriótica e nacionalista, aos quais denominavam de sensatos, e os latifundiários reacionários. Havia também a burguesia, que se diferenciava em burguesia compradora ou burocrática e burguesia nacional, além do problema das forças estrangeiras, muito forte lá.

A partir desse processo de diferenciação de classe, o PC estabeleceu uma política de frente única, na qual o papel dirigente do processo da luta revolucionária era da classe operária, através do PC, que tinha a doutrina marxista como expressão dos interesses fundamentais dessa classe operária dirigente. Ao lado deste papel dirigente do proletariado, eles atribuíam ao campesinato o chamado papel principal, por ser a maior força da sociedade chinesa e acumular uma tradição revolucionária de alguns séculos. A essa força principal, formada pela unidade entre a classe operária e o campesinato, poderiam ser agregadas outras forças, inclusive o que eles chamavam de burguesia nacional, interessadas em derrubar o poder dos latifundiários feudais, derrubar a burguesia burocrática e derrubar a dominação estrangeira, as chamadas Três Grandes Montanhas, os inimigos principais. Essa política de frente única, durante os dez anos de guerra contra o Japão, mais ou menos de 1935 até 1945, chegou a incluir os shensi, latifundiários sensatos, e os elementos patrióticos da burgue-

sia burocrática, entre os quais Chiang Kai-shek. Quer dizer, forças que, até 1935, tomavam os comunistas como principais inimigos foram obrigadas, através de uma política de frente única, a fazer aliança com eles. Mas o PC levava em conta que a aliança não significava só unidade, tem dois aspectos: unidade e luta.

Nesse sentido, eles têm algumas experiências bastante interessantes. Durante a aliança contra o Japão, Chiang Kai-shek adotou a estratégia de deixar aos exércitos populares, os exércitos dirigidos pelos comunistas, o encargo maior da guerra com os japoneses. Evitava que as suas tropas entrassem em combate, resguardando-as para o fim da guerra, quando ele calculava que os comunistas iam estar enfraquecidos e ele poderia então derrotá-los. Ao mesmo tempo, sempre que possível, Chiang Kai-shek atacava as forças do exército comunista. Diante disto, o PC adotava uma estratégia tríplice. Primeiro, realmente assumir o encargo principal da guerra para ganhar experiência de luta, para obter armas do inimigo e para mostrar ao povo que eles eram a principal força na luta pela libertação da China. Segundo, denunciar a política de passividade de Chiang Kai-shek com uma firme campanha exigindo que ele também arcasse com a responsabilidade de guerra. Terceiro, toda vez que Chiang Kai-shek fazia provocações e atacava as forças comunistas, eles respondiam a essa provocação dentro de certos limites. Retaliavam de imediato, paravam, faziam uma denúncia pública exigindo que Chiang Kai-shek suspendesse aquele tipo de provocação e considerasse como inimigos os japoneses.

Quando acabou a guerra, os exércitos dirigidos pelo PC, exércitos regulares, tinham aproximadamente 1 milhão de homens, ou cerca de 2 milhões incluindo as guerrilhas, enquanto Chiang Kai-shek tinha um exército de 8 milhões de homens. As áreas libertadas pelos exércitos populares tinham uma população de 100 milhões de habitantes, enquanto as áreas brancas, dominadas ainda por Chiang Kai-shek, tinham 400 milhões de habitantes. O balanço era aparentemente desfavorável aos exércitos de libertação. Os próprios soviéticos aconselhavam os comunistas chineses a evitar o confronto. Estes entraram, inclusive, em uma complicada negociação com Chiang

Kai-shek para tentar evitar nova guerra civil. Foi um processo difícil, desses em que todos estão sabendo que vem o conflito e se procura ganhar tempo.

Na realidade, 1 milhão de homens do Exército de Libertação Popular tinham experiência de combate, representatividade e reconhecimento da população, o que faltava ao exército de Chiang Kai-shek. Em menos de três anos, esse 1 milhão levou de roldão os 8 milhões, concluindo o processo de libertação da China. Nesta fase final, se manteve a política de frente única, excluindo-se somente Chiang Kai-shek, os latifundiários e a burguesia burocrática. A burguesia nacional chinesa continuou no processo de frente única da Revolução. Não quero dizer que isto seja válido aqui. Esse foi um caso específico que diz respeito às próprias características da burguesia chinesa. Nós só poderíamos afirmar algo desse tipo sobre o Brasil depois de realizar em profundidade um estudo sobre as características da burguesia brasileira. Pessoalmente, concordo que a burguesia brasileira não tem nenhum espírito revolucionário e não vai participar de processo revolucionário nenhum. Mas isso só mostra que o nosso processo é único, da mesma forma que o processo deles foi único. E a experiência deles de composição de frente única se mostrou correta, tanto que levou à vitória.

Finalmente, uma outra experiência interessante dos comunistas chineses, e que às vezes provoca calafrios em alguns companheiros, é que eles continuam reiterando, até hoje, que o método básico de organização é o centralismo democrático. Insistem que através do centralismo democrático conseguiram construir não só um forte Partido Comunista, hoje com 46 milhões de membros, mas também um forte Exército Popular e o Estado, em que também utilizam o centralismo democrático. O que eles estão revendo hoje é que, em alguns momentos do processo de organização da sociedade chinesa, tanto do processo anterior, revolucionário, quanto do atual, em vez de aplicarem o centralismo democrático — que exige a participação amplamente democrática das massas de filiados, das massas em geral no processo de decisão, e um retorno altamente centralizado para a aplicação —, em alguns momentos isso foi rompido e se aplicou não

o centralismo democrático, mas o centralismo burocrático, em que a decisão não era tomada democraticamente, mas apenas pelas direções, sem a participação das amplas massas de filiados.

Desenvolvimento das forças produtivas e luta ideológica

O período de construção foi marcado por um duro aprendizado do papel das forças produtivas, ou seja, da capacidade produtiva da sociedade, na determinação das relações que os homens estabelecem entre si, tanto na produção quanto na esfera política e ideológica em geral. Na realidade, num determinado momento, em particular durante a Revolução Cultural, se criou a idéia, praticamente no seio de todo o PC, de que através da ideologia seria possível avançar ininterruptamente no processo de socialização das relações entre os homens, seria possível estabelecer o igualitarismo através da educação ideológica. Acreditava-se que, se essas relações fossem estabelecidas num processo de disputa e de luta ideológica, isso criaria condições para que as forças produtivas e a capacidade de produção da sociedade avançassem muito mais rapidamente. Em alguns textos do período da Revolução Cultural, aparecem coisas assim: no estaleiro tal, as massas se reuniram e decidiram fazer o projeto e a construção dos navios ao mesmo tempo, e, debatendo e estudando o pensamento de Mao Tsé-tung, eles superaram todas as dificuldades. Ou seja, seria possível resolver todos os problemas técnicos através da ideologia. A vida mostrou que isso não é verdade.

Penso que, de certo modo, a China leva uma vantagem em relação à União Soviética por ter conseguido resolver essa questão, que é teórica, através de dez anos praticamente caóticos de luta política e ideológica, de uma intensidade que eu suponho nenhum país do mundo tenha atravessado — o período da Revolução Cultural. Chegou-se a considerar que criar galinha era caminho capitalista; plantar uma horta em casa era caminho capitalista. Todo o trabalho deveria ser coletivo com distribuição igualitária. Como sonho, é muito bonito; na realidade, o que aconteceu? Primeiro, pelo fato de que nem toda a sociedade chinesa tinha o mesmo nível de consciência para esse ponto, inevitavelmente

havia muita gente que não trabalhava ou que trabalhava devagar. Se todos iam ganhar da mesma forma, para que trabalhar? Para dar tudo de si é preciso estar ideologicamente convencido. Querer que 800 milhões ou 1 bilhão de pessoas, num curto período de 20 anos, tivessem chegado a esse nível de consciência, a vida mostrou ser apenas um sonho.

Os grupos coletivos de trabalho começaram a trabalhar menos. Mesmo aqueles que ideologicamente eram vanguarda e se esforçavam para aumentar a produção, no fim do período, recebiam a mesma coisa que aqueles que não trabalhavam nada, que eram preguiçosos e se sentiam desestimulados. Com isso, o rendimento da produção caiu e a produção, em geral, caiu também. Na China, isto não é brincadeira. Há somente cento e poucos milhões de hectares de terras aráveis. Portanto, tem que haver uma produtividade muito grande, da terra e do trabalho também. Qualquer queda de 5 a 10% na produção trazia o risco de fome. Basta lembrar que a China atualmente produz 400 milhões de toneladas de cereais, a maior produção de cereais do mundo. Mas, em relação à população, a produção *per capita* é baixíssima diante dos Estados Unidos, da União Soviética, da França, e assim por diante. Para se igualarem aos países que têm uma alta produtividade, os chineses provavelmente teriam que ter 1 bilhão de toneladas de cereais por ano, o que é um número até impensável. A produção era de 200 milhões de toneladas pouco antes da Revolução Cultural, e em seguida caiu para 150 milhões. O resultado foi o retorno da fome em uma série de regiões. Foi através dessa experiência dolorosa que eles se deram conta de que não dava para ser pela ideologia, que era necessário primeiro desenvolver as forças produtivas, desenvolver a capacidade de produção do conjunto da sociedade e, na medida em que essa capacidade fosse se desenvolvendo, ir ao mesmo tempo socializando a sociedade como um todo, paulatinamente, não de imediato.

As reformas

As reformas de hoje estavam presentes nos debates que se travaram na China durante os primeiros anos depois da tomada do poder, até 1958, quando houve a primeira tentativa de socialização global, com a formação das comunas populares, no chamado Grande Salto

Adiante. Ou seja, durante 20 anos fizeram experimentações para chegar à conclusão de que não dava certo. Essas reformas não são senão uma retomada da tese de Marx de que é o avanço das forças produtivas, o seu grau de desenvolvimento, que determina as mudanças nas relações de produção. Quanto mais alta for a capacidade técnica da sociedade, maiores condições existem para socializar essa sociedade.

O que se encontra hoje na China então? O Estado continua firmemente com os setores estratégicos da economia, com as grandes empresas; permite, de uma forma ampla, a existência do que eles chamam de setor coletivo ou cooperativado da economia, empresas industriais e rurais formadas pela associação voluntária de parte da sociedade; e está permitindo hoje a existência da economia mercantil individual para atender aqueles setores que nem o Estado nem as empresas coletivas têm capacidade de atender, principalmente na área de serviços. É o caso de táxis e transportes em geral, restaurantes. Hoje, se permite que indivíduos ou grupos de pessoas estabeleçam empresas individuais ou familiares para atender essa área de restaurantes, hotéis, e assim por diante. Ou seja, atender através da economia mercantil aqueles setores que o Estado não tem ainda capacidade de atender. Do ponto de vista teórico, isto é a relação entre forças produtivas e as relações de produção.

Finalmente, outro aspecto que eu acho importante colocar no debate atual é a relação da superestrutura política e ideológica com a infraestrutura econômica. Está cada vez mais presente no debate da sociedade chinesa a necessidade de democratizar a superestrutura para atender ao desenvolvimento da própria infraestrutura. Não dá para haver uma participação ampla e um desenvolvimento tecnológico intenso, a não ser com uma participação democrática e variada do conjunto da sociedade chinesa, incluindo a existência de agrupamentos políticos diferentes do PC chinês.

Do ponto de vista formal, na China nunca houve partido único. Na realidade, existem oito partidos, que compõem o que eles chamam de Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, uma organização de frente única que discute os grandes problemas da construção do socialismo, e assim por diante. Mas durante um pe-

ríodo isso aí era apenas formal. Na realidade, só havia o PC chinês e o resto era “para inglês ver”, para apresentar aos turistas. Eles estão se convencendo agora de que não dá para ser só isso. Com uma sociedade complexa como a deles, havendo ainda diferenciações de classes — e eles procuram evitar que essas diferenciações se polarizem —, tem que haver expressões políticas diferentes, não dá para ser só o PC chinês. Agora, é incentivado o desenvolvimento de outros partidos, que eles chamam de democrático-revolucionários. O próprio Estado chinês está subvencionando esses outros partidos para que eles cresçam. Mas a diferença ainda é brutal. O PC chinês tem 46 milhões de membros, a Juventude Comunista tem outros cento e tantos milhões de membros, e os partidos democráticos têm 80 mil filiados, uma diferença enorme.

Quanto às manifestações religiosas, durante um período longo, formalmente também existia liberdade de culto, mas a pressão social era de tal ordem que, na prática, impedia que a liberdade de culto se realizasse. Hoje, o Estado chinês é obrigado a incentivar a liberdade de culto, inclusive financiando a reconstrução de templos.

Há muitos sectários dizendo que o Estado chinês deixou de ser socialista, está se aburguesando, sem entender qual é a raiz dos problemas que está enfrentando. A situação com a Revolução Cultural chegou ao ponto de dançar ser considerado hábito burguês. Então hoje é preciso incentivar oficialmente a dança para o pessoal se reciclar e compreender que dançar é uma coisa normal e boa.

Problemas como estes da experiência chinesa são extremamente ricos para nós também, embora frisando mais uma vez: nós não devemos aplicar mecanicamente nada das experiências deles. Devemos, sim, examiná-las com bastante cuidado, tanto as negativas quanto as positivas, porque elas podem ser muito úteis para nós, para evitar erros ou para possibilitar acertos. Para finalizar, insisto que o processo de construção de uma sociedade socialista não é uma linha reta. Quem pensar isso está enganado. No Brasil também, embora contando com toda a experiência de 70 anos de experiências de construção do socialismo, nós vamos ter muitas idas e vindas, muitos ziguezagues, e é bom estarmos preparados para isto.

PAULO AZEVEDO

Como se explica que depois do golpe de Estado no Chile a China tenha sido talvez o único país que manteve relações diplomáticas com o governo Pinochet? Que tipo de explicação pode-se ter para esse tipo de coisa?

JAIR MENEGUELLI

O que significa dizer que a classe dominante na China era mais fraca no campo e por isto a revolução começou por aí? O que sabemos, historicamente, é que a questão mais forte e o que se vê agora, no Brasil, na Constituinte, é a reforma agrária. Estrategicamente, é a questão principal. Então, o que quer dizer “mais fraca”? Pode ser mais fraca do ponto de vista teórico, porém é mais aguerrida no combate a qualquer perspectiva de avanço da classe operária ou da classe camponesa. Segunda questão: o incentivo à produtividade me parece uma coisa bastante séria. Gostaria de saber se há algum estudo mais aprofundado sobre essa questão. Tive oportunidade de fazer uma visita à Líbia e me chamou a atenção não haver lá nenhuma preocupação com o aspecto visual. Por exemplo, uma loja pode ter os produtos mais sofisticados do mundo e eles têm um comércio firme com o Japão, mas o visual, a sujeira, é de fato chocante. Não se cuida muito do visual. O visual não está relacionado com o fato de o ser humano comprar. Se nós conseguíssemos avançar no socialismo, mundialmente falando, não iria haver relações de mercado entre os países? E o visual, embora se diga que ele é absolutamente secundário, não terá um aspecto importante nesse sentido?

BENEDITO DE CARVALHO

Sobre o caso de Pinochet, é preciso lembrar que uma coisa é um partido em luta pelo poder, outra coisa é a situação e os problemas depois da tomada do poder. O Estado socialista tem os seus próprios interesses e os interesses dos Estados não são criados apenas por ideologia. Por exemplo, o Chile é um país do Pacífico, que fica do outro

lado da China. A China não era reconhecida por quase nenhum país do mundo e estava lutando para ter um primeiro reconhecimento na América Latina. Nessa ocasião, a União Soviética tinha relações com todos esses países, tinha facilidades de representação em todos os países, e a China não tinha nenhuma representação. Num certo momento, o governo de Frei, que antecedeu Allende, começou a fazer acordos com a União Soviética que criavam dificuldades nas relações entre a China e o Chile. Eram problemas de interesses de Estados. A China queria uma representação na capital do Chile, mas não tinha ainda uma condição segura. Na medida em que o governo do Chile fazia concessões à União Soviética, concessões para que parte da esquadra soviética pudesse entrar na costa chilena, criou-se um problema político. Os chineses, mais do que nunca, queriam sustentar aquele posto representativo da China num país tão importante para eles como o Chile.

Neste momento, veio o golpe de Estado contra Allende, que também foi um pouco o resultado do “promete e não poder fazer”. No Brasil de 1964, nós dizíamos que o poder estava nas nossas mãos, pelo menos os dirigentes declaravam que “nós não estamos no poder, mas estamos no governo”, ou “nós não estamos no governo, mas estamos no poder”. O fato concreto é que nós não estávamos nem no poder e nem no governo. Lembro de um último comício de antes do golpe, na Praça da Central do Brasil. Um grande comício realmente. Eu estava na companhia daquele humorista famoso, o Aporelli, passando no entremeio daquela massa enorme. Víamos que a cara dos oficiais do Exército que estavam lá para proteger o comício não era a cara de quem protege, era a cara de quem estava contra. Enquanto isso, no palanque, dirigentes operários rodeavam o presidente da República, achando que estavam com tudo na mão. O que se passava é que o presidente pensava que os comunistas tinham poder para sustentá-lo. E os comunistas pensavam que ele, o presidente, tinha força para controlar os militares. E as duas coisas eram falsas. Eu já tinha levado a primeira trombada em 1935, fiquei mais ou menos vigilante, e naquele dia senti que a tropa não estava protegendo nada. Estava prontinha para pular contra o movimento legal e democrático.

Pouco depois, fui para o Chile e lá encontrei a mesma opinião que nós tínhamos no Brasil. Aqui o PCB dizia que as Forças Armadas brasileiras são reacionárias, mas não tanto. Os brasileiros viram a realidade: o exército é a mesma coisa nos países capitalistas, em toda parte. Ele é uma força para garantir o Estado burguês, com as características que ele tem. Os chineses tinham participado aqui no Brasil, em 1964, abertamente, da luta e da política brasileiras, e o resultado é que eles foram expulsos e perderam tudo nessa batalha. Quando chegou a situação do Chile, eles estavam precavidos. Mas os chilenos diziam a mesma coisa que nós, com mais força ainda. Diziam o seguinte: “O Chile é uma exceção, o Chile tem tradições democráticas, nunca houve golpe de Estado aqui e jamais haverá. “ Eu dizia: “Vejam a experiência do Brasil” etc. Eles diziam: “Não, você está querendo transladar a experiência de um país para outro. Aqui é outra coisa.”

O concreto é que os chineses trataram de conservar a posição deles. Essa é a minha opinião. Isso não se discute com os chineses, é assunto privado, é assunto de diplomacia. Então, às vezes, eu tenho que dar minha opinião pessoal: os chineses estavam interessados em conservar a sua posição no Chile. Para eles, isso era mais importante, porque era um problema do Estado chinês e da alta política internacional. Eu concordo que muitas das atitudes tomadas pelo embaixador chinês foram exageradas, mesmo admitindo a posição dos chineses de querer conservar as suas posições. Eles podiam ter ficado calados em torno de certas coisas, em vez de falar. Eu acho que eles pensam da mesma maneira, mas não dizem.

WLADIMIR POMAR

Quanto à primeira pergunta do Jair, na realidade, o que dissemos aqui foi que a força das classes dominantes reacionárias dos latifundiários, da burguesia burocrática e das próprias potências estrangeiras era uma força relativamente pequena no campo. Eles não tinham uma força concentrada, era muito dispersa e pequena. Por outro lado, a força dos camponeses era relativamente grande. Os camponeses tinham associações, se organizavam, tinham tradição

de luta revolucionária. Existiam também, em grande parte do campo chinês, grupos de bandoleiros relativamente fortes, muitos dos quais, num determinado período, quando a revolução tomou vulto, acabaram sendo cooptados pela luta revolucionária, o que enfraquecia ainda mais o poder local dos latifundiários. Além de que estes eram muito divididos, se guerreavam, eram quase como os senhores feudais, chamados “senhores de guerra”, viviam em luta entre si, entre um feudo e outro, o que os enfraquecia ainda mais. Isso também possibilitava que o movimento camponês se fortalecesse.

Sobre o problema da produtividade, durante muito tempo na China não havia nenhuma preocupação com relação a isso, particularmente com a produtividade do trabalho. Quer dizer, não havia preocupação com a inovação tecnológica, não havia preocupação na emulação material entre os próprios operários para produzirem mais, porque havia uma tendência de que todos deviam receber o mesmo salário. Se a política salarial é igualitária, para que se vai pensar em modificações?

Outro problema na China, que ainda é muito sério até hoje, é um tipo de política de pleno emprego, que levava três, quatro, ou às vezes até dez pessoas a ocuparem um mesmo lugar e se revezar entre si na mesma função, o que baixa terrivelmente a produtividade do trabalho. Na China, é preciso criar de 14 a 16 milhões de empregos novos por ano. Como é que se vai ter uma política de modernização tecnológica na indústria e no campo e, ao mesmo tempo, tentar manter todo mundo empregado, se é o Estado que tem que gerar emprego para todo mundo? No fundo, também essa política de liberar as forças de trabalho para outras atividades próprias está relacionada com a política de modernização: só se pode aumentar a produtividade do trabalho aumentando a produtividade das máquinas e diminuindo o número de pessoas que operam a mesma função. É preciso manter empregos para todo mundo, e um caminho para isso está sendo liberar tanto a atividade coletiva quanto a atividade individual.

Outro problema da produtividade: qual é a relação custo-benefício? Ela deve existir ou não? Ou seja, um operário, na sua atividade, deve no socialismo criar um valor superior ao que consome ou não?

Tem que criar, porque há toda uma demanda social do pessoal que não trabalha, velhos ou crianças, que precisam ser sustentados com a força de trabalho ativa. No socialismo, essa relação entre o valor que o trabalhador cria e o valor que ele necessita para renovar a sua força de trabalho tem que ser adequada. A capacidade de consumo tem que ser atendida de uma forma que ela seja crescente para satisfazer as também crescentes necessidades do homem. Ao mesmo tempo, tem que se criar um valor cada vez maior, para atender a todas as necessidades sociais que crescem às vezes em proporção geométrica, não aritmética, uma proporção muito mais rápida do que as próprias necessidades individuais. Para se instalar uma fábrica moderna hoje é preciso muito mais capital do que para instalar uma fábrica antiga.

É um problema teórico sério no socialismo essa relação entre a capacidade de investir e a capacidade de consumir. Um problema teórico e prático muito concreto. É indispensável admitir um processo em que vai se ter essa contradição permanente na sociedade durante muito tempo, e tratar isso não só limitando os excessos do ponto de vista econômico, mas também fazendo educação ideológica, compreendendo que não dá para resolver esse problema enquanto existir essa diferenciação entre a capacidade de consumo e de produção. É inevitável limitar mais ou menos as necessidades que se pode atender, e para isto tem que se admitir a diferenciação. Quando se admite a diferenciação, se admite o individualismo. Como não se pode admitir o individualismo que polarize, é preciso colocar certos freios econômicos para evitar a polarização, e ao mesmo tempo fazer a educação ideológica. O que tinha ocorrido antes é que eles, vendo esse problema do individualismo, quiseram só cortar pelo lado ideológico, o que depois teve efeito inverso, porque acabou reduzindo a produtividade.

Isso está relacionado com o visual. Vocês lembram que fotografia na China, algum tempo atrás, era todo mundo com a túnica Mao? Era todo mundo igual: cinza, verde ou azul. Para quê ter padrões de fazenda diferentes? Sendo assim, para quê ter tintas de cores diferentes? Isso acaba rebatendo sobre o desenvolvimento tecnológico da química, dos tecidos, da indústria têxtil, e assim por diante. Agora,

se incentiva também essa diversidade, o colorido. Já se começa a ver pessoas com colorido na rua, padrões diferentes etc. E eles estão tendo mais cuidado com essa parte mercadológica, embora ainda muito longe da sofisticação, porque a China ainda é um grande país camponês que começa a tomar ares de país industrial.

APOLÔNIO DE CARVALHO

Benê e Wladimir nos deram uma visão muito clara e muito rica do processo revolucionário chinês, dos problemas da luta interna do PC da China, e ainda, de maneira muito detalhada, do processo de construção do socialismo na República Popular da China. Um e outro nos deram, também, uma idéia bastante clara, mais diretamente, menos diretamente, do que seja a influência dos modelos externos, do que foi a presença e, até certo ponto, a ingerência de forças externas, de centros externos, seja no processo revolucionário, seja no processo de construção do socialismo na China. Tenho a impressão de que esses problemas são extremamente importantes para nós quando discutimos a experiência de 70 anos do socialismo. Devemos aprofundar tanto quanto possível certas imagens, certas teses, certas influências que estão presentes no movimento socialista no mundo e também no nosso país. Por exemplo, fala-se pouco do que foi a visão do internacionalismo proletário, reduzida apenas à defesa da União Soviética e de seus interesses, apesar da imensa importância da defesa da União Soviética, primeiro Estado socialista. O PC italiano começou, em certa medida, uma análise do que foi a política da Internacional Comunista durante um quarto de século de 1919 até 1943, e como essa política da Internacional Comunista teve seus aspectos positivos e negativos. E os negativos pesaram duramente sobre os partidos comunistas, os partidos socialistas, no movimento operário e libertador em vários países.

É diante desse quadro que eu queria lembrar alguns problemas que os companheiros poderiam nos ajudar a ver com mais clareza, não só no quadro da luta revolucionária interna, mas também no quadro da construção do socialismo. Por exemplo, a China como

objeto de ingerência da Internacional Comunista. Através da indicação de uma linha de transformação revolucionária, compreendendo a política de direita com a aparência de política de esquerda etc. de um lado; de outro lado, a influência da Internacional Comunista em países como o Brasil. Porque a China foi, de um lado, objeto dessa ingerência da Internacional Comunista e, de outro lado, ela serviu involuntariamente, inconscientemente, de instrumento para a ingerência da Internacional Comunista em outras áreas. Sobretudo, nessa área que nós chamamos hoje de Terceiro Mundo, dos países coloniais, dependentes, subdesenvolvidos.

Em fins dos anos 20, a revolução democrático-burguesa subia os últimos degraus no Brasil. Era o momento em que a burguesia industrial passava a dominar, através do movimento militar de 1930, o aparelho do Estado, a máquina do Estado, o poder político. No entanto, copiando a realidade chinesa, em parte a realidade da Índia, mas sobretudo a chinesa, a Internacional Comunista nos dava, para análise da conjuntura, a imagem para o Brasil da realidade chinesa, como um país ainda dependente, um país semicolonial, o que teria profundas conseqüências na análise das forças sociais, da política brasileira etc. Então, a China era, de um lado, objeto da ingerência da Internacional Comunista e, por outro lado, instrumento e imagem para influenciar uma análise falsa da realidade de outros países, sobretudo do imenso mundo dos países subdesenvolvidos, coloniais e dependentes. Este é um elemento que nós deveríamos aprofundar mais na análise da Internacional Comunista.

Um outro aspecto que deve ser mais desenvolvido é o problema da versatilidade do PC da China. Gostaria de ver dois lados do PC da China. Eu tenho a impressão, e se estou errado eu pediria que os companheiros me perdoassem, mas eu tenho a impressão de que um certo carinho particular pela China levou a dar o devido lugar às coisas positivas, mas também a dar um lugar inferior aos aspectos negativos na história recente da China e na política do PC chinês. Por exemplo, é justa a posição dos chineses quando eles criticam a ingerência da Internacional Comunista em nome do internacionalismo proletário em seu país. Mas eu também gostaria que se estudasse bem

em que medida e com que alcance o PC da China também praticou essa ingerência. Em que medida o PC da China faz também uma certa exportação de seu modelo e em que medida esse modelo foi trazido, adubado, alimentado em torno de certas correntes políticas brasileiras num passado recente. Eu penso que nós devíamos estudar esses dois lados, porque assim nós teríamos uma visão mais concreta do que é o processo de amadurecimento de um Partido Comunista, de uma sociedade, de uma força de esquerda.

E ainda uma terceira questão: como explicar que Estados que se chamam socialistas e que de fato acabaram com o capitalismo dentro deles, como explicar que Estados que levantam a bandeira do internacionalismo, da solidariedade internacional promovam guerras externas, não as guerras civis, mas as guerras externas, como a guerra da China contra o Vietnã; a guerra interna no Camboja, em que a China apóia as forças de uma facção destituída do poder poucos anos atrás, e o Vietnã apóia essas correntes e essas forças, reunidas em torno do governo que se instalou em seguida? Como explicar que países que se chamam socialistas e que, de fato, acabaram com o capitalismo, que falam em nome do internacionalismo proletário estejam também influenciados por um certo teor de nacionalismo que não é proletário, que não é popular, e que chegam ao ponto de satisfação própria na busca da hegemonia ou de influência maior sobre determinadas áreas, seja por meio de guerras externas, seja através de guerras intestinas fomentadas, estimuladas, desenvolvidas por dois países socialistas no interior de um terceiro país socialista, como o Camboja?

WLADIMIR POMAR

As questões que Apolônio colocou são de suma importância; da parte do meu estudo, talvez elas sejam as mais fracas, porque são as menos documentadas. São difíceis de estudar e de avaliar as causas mais profundas disso. Não são questões fáceis. Eu estou de pleno acordo que o PC da China, em grande medida, também reproduziu a política de ingerência numa série de lugares. Embora eles tenham

sido mais cautelosos em recomendar aos outros que aplicassem a sua política nos seus países, na realidade, eles incentivavam isso. Em certa medida, tinham ingerência também em uma série de partidos. É o caso do PCdoB e da AP no Brasil, bastante conhecidos, embora não se tenha chegado ao grau em que é colocado. Na realidade, no caso do PCdoB, o Partido surgiu antes da divisão entre China e União Soviética e antes que fosse conhecida a extensão que a ruptura tomaria. Mas depois o PCdoB acabou realmente se aliando a uma pretensa política de guerra popular, que era uma política geral que os chineses achavam que era aplicável em todos os países, pelo menos do Terceiro Mundo. É lógico que aqui não se aplicou nem a política de guerra popular, foi outra coisa, mas em tese era a política oficialmente adotada e era a política que os chineses aceitavam para sua relação com o PCdoB — o que era uma forma de ingerência. Eu não tenho dúvida que isso ocorreu. Eles hoje, sem fazer muito alarde, sem fazer muita onda, estão tentando mudar essa política, mas sem dizer que estão tentando, sem dizer que estão mudando. Eles vão mudando por partes, devagarzinho, porque eles próprios têm dificuldades em reconhecer essas coisas.

O problema do Vietnã talvez seja um dos mais sérios que eles enfrentam. Embora eles não estejam no Vietnã, não são tropas invasoras, no caso, vivem realizando trocas de tiros com os vietnamitas. Por que dois países que se dizem socialistas fazem isso? Na China e no Vietnã, bem como na URSS, o componente nacionalista é muito forte. No caso da China, ao problema nacionalista se junta uma certa tradição feudal, não é nem capitalista, não. Eles têm que superar, ainda, tradições feudais, que são ainda mais complicadas. Então, em que medida a pressão social também empurra os dirigentes a adotarem políticas desse tipo? Não tenho elementos muito maiores do que isso para responder a sua pergunta, a não ser concordar com as observações que você fez. Mas eu acho que nós devemos ter presente isso também para nós, a nossa velha rivalidade com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, nós não estaremos imunes a isso quando o Brasil se transformar num país socialista. Eu acho que nós vamos

ter que estudar isso com bastante carinho para evitar esses erros que estão ocorrendo hoje.

VICENTE PAULO DA SILVA

Minha pergunta é sobre os técnicos. Na União Soviética, na China, e em outros países em que o socialismo está num processo mais avançado, os técnicos são cada vez melhores. Antes e depois da tomada do poder, o que fazia o Partido Comunista para preparar os técnicos, não só politicamente, mas também tecnicamente, para dirigir a sociedade? Existia esse trabalho? Como era feito?

CEZAR ALVAREZ

Tenho três ou quatro perguntas emboladas, pois a curiosidade é grande. Primeiro, ao companheiro Benedito: ao explicar o processo da luta interna no PC chinês antes da tomada do poder, ele fazia menção, grosso modo, a duas linhas, a linha do campo e a linha da cidade, e ele arriscava dizer que essa luta interna talvez continuasse existindo até hoje. A luz da explanação do Wladimir, onde se expressariam essas duas linhas hoje e qual seria aquela que está promovendo a chamada “modernização”? A Revolução Cultural, por exemplo, é reação de que linha sobre qual? Depois, as várias camadas de dirigentes que sobem e que descem, quem esteve no degelo, no descrédito e voltou? Onde é que entra a Camarilha dos Quatro, e por aí afora? Que linhas são essas apontadas por Benedito? Há algumas similaridades entre o processo que hoje se dá na União Soviética e na China à luz do quadro de desenvolvimento mundial do capitalismo, da não-conversão do dólar em ouro, da crise do Mercado Comum Europeu, quer dizer, são reações de adaptação ou não? E o famoso conflito sino-soviético, onde se situa nessa dupla modernização?

BENEDITO DE CARVALHO

Antes das recentes modificações políticas ocorridas na China, havia um certo grau de interesse pelos problemas técnicos. Tanto é

verdade que os chineses pularam do quase zero em matéria de indústrias à construção de satélites, ao lançamento de mísseis, à fabricação de bombas de hidrogênio. Nesse terreno, foram muitas as aquisições feitas depois da tomada do poder. Mas, sem dúvida nenhuma, camaradas, havia uma pronunciada subestimação do problema durante a vida de Mao Tsé-tung. Não que ele impusesse objeção à técnica e à ciência. Ele falava sobre o desenvolvimento e sua necessidade, mas, na realidade, ele tolhia isso. Por exemplo, enquanto ele defendeu a tese de que as forças armadas não deviam dar nenhuma atenção ao problema da modernização, do equipamento militar etc., ele colocou à margem uma quantidade enorme de técnicos que podiam auxiliar. Quando havia comícios importantes, políticos, os operários eram conclamados para comparecer às reuniões políticas. O Partido dizia: a política em primeiro lugar. Então havia uma certa subestimação, um certo descuido com relação à técnica e à ciência. Agora, o Partido reconhece que, sem acompanhar o nível das forças produtivas dos países mais desenvolvidos, que são os países capitalistas, é impossível desenvolver a China. Para quê foi feita a revolução? Para comer melhor, para vestir-se e usufruir das vantagens da vida. Mas se, depois da revolução, não houve progresso para aqueles que se lançaram à revolução, então o que não vão pensar eles? Que perderam o seu tempo. As revoluções são feitas para melhorar as condições de vida do povo. Isso não estava sendo feito e uma das razões era a subestimação da ciência e da técnica. A modernização era tratada como questão de segundo plano.

Logo depois da libertação, houve um esforço enorme para industrializar o país, mas segundo aquele clichê da União Soviética: a indústria pesada em primeiro lugar. Na realidade, não era em primeiro lugar, era acima de tudo. E se deixava de lado aquilo em que a indústria podia ajudar para melhorar as condições de vida do povo. Daí se vê que os técnicos não podiam estar inteiramente contentes. Mas foi feito um grande esforço no terreno das questões essenciais da existência de um Estado: problemas militares, problemas técnicos, indústrias de ponta, essas que podem ser decisivas. Houve melhorias,

sem dúvida nenhuma. A China não só alimenta o seu 1 bilhão de habitantes como os veste, humildemente, mas os veste.

Houve um imenso avanço, mas não naquilo que é indispensável: ciência e tecnologia. Por exemplo: o número de escolas que a burguesia abriu no Brasil, proporcionalmente, é muito maior do que o número de escolas abertas na China. Proporcionalmente, aqui a burguesia teve a visão clara de que, sem modernização, sem estimular a indústria, a tecnologia e a ciência, o Brasil nunca será um país avançado. Os chineses compreenderam isso, mas, seguindo os passos da União Soviética, se afunilaram: o caminho era fazer crescer a indústria de base, o que leva muito mais tempo e deixa em segundo plano certos problemas importantes para todos os trabalhadores. A China saiu do zero para uma situação em que pode se oferecer para lançar mísseis para os Estados Unidos. Nesse terreno de indústrias de ponta, relacionadas com defesa nacional, eles cresceram muito. E na China não houve muita subestimação para a indústria leve: a China fornece tecidos para a União Soviética legalmente e através do contrabando.

WLADIMIR POMAR

Como antes da libertação eles tinham a política de criar bases de apoio revolucionário no campo e transformá-las em zonas-libertadas, durante todo o processo revolucionário, eles foram ganhando experiência de administração das zonas rurais. Tinham também que formar uma série de técnicos para este esforço de guerra, seja esforço produtivo rural, seja esforço produtivo na indústria, para atender às necessidades das áreas libertadas. Assim ganharam alguma experiência e criaram os técnicos com uma certa capacidade para dirigir essas áreas. A tomada das cidades foi a parte final do processo de luta. Para dirigir e administrar as cidades, eles não tinham experiência nenhuma. Então eles tiveram, em certa medida, que contar com os técnicos burgueses que ficaram. Não eram muitos, pois a maioria fugiu para Taiwan e para outros lugares. Daí eles adotaram a política de manter para esses técnicos altos salários, os salários anteriores, para que eles

pudessem colaborar numa certa medida, e introduziram uma política de formação mais ou menos rápida de técnicos, com escolas etc.

A Revolução Cultural resultou de uma série de fatores. Havia um pano de fundo que eram as divergências sino-soviéticas em torno de problemas ideológicos etc. Mas havia também, na sociedade chinesa, aquela contradição a que eu me referi: durante um período largo, através da aplicação do modelo soviético, houve uma concentração muito grande dos investimentos na indústria pesada. O processo de acumulação era muito intenso. As taxas de investimento, num país como a China, relativamente pouco desenvolvido como era em 1949, chegaram a 20%, 30%, que são taxas de investimento muito altas. Como decorrência disso, a elevação do consumo era muito pequena, havia uma compressão de consumo.

É lógico que se pode dizer que houve uma radical melhoria de vida do conjunto da população, isso é evidente. A fome endêmica, às vezes epidêmica, desapareceu. Mais ou menos, a população pode se vestir. Havia certas condições mínimas de vida, mas uma série de itens do padrão de vida do chinês eram baixos mesmo. Era de pobreza para miséria. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da indústria foi brutal, em certa medida, às custas do desenvolvimento da agricultura, o que levava também à compressão do consumo, através também de uma política salarial apertada, ainda que dentro de padrões de vida dignos: era uma pobreza honrada, uma pobreza com honra, não mais que isso. Do ponto de vista do consumo de bens duráveis, o máximo que o chinês tinha era um rádio, uma máquina de costura, não mais do que isso, e uma bicicleta, que não era bem para o passeio, era instrumento de transporte. Ainda hoje, só Pequim tem 5 milhões e meio de bicicletas, tem avenidas só para bicicletas.

Chegou um momento em que essa relação foi se tornando contraditória, foi se aguçando. A população via a indústria crescendo, altos índices de expansão, e o padrão de vida continuava baixo. As reclamações começaram a aumentar, principalmente dos camponeses. Na medida em que os investimentos no campo não acompanhavam os investimentos na indústria, a agricultura começou a ficar num patamar de crescimento baixo. Enquanto a indústria crescia até 18% ao ano, a

agricultura crescia 4%. Começou a haver racionamento. Pode-se dizer que o racionamento é justo porque permite a todo mundo ter a sua raçãozinha. Mas ele é injusto na medida em que o socialismo deve vir não para trazer racionamento, mas para se ter comida à vontade. Não basta evitar as desigualdades do capitalismo. Por volta de 1956 a 1958, o aguçamento destes problemas levou a linhas diferentes dentro do PC sobre como resolvê-los.

Mao, num primeiro momento, adotou a política de que as questões deveriam ser resolvidas através de um grande debate de massa. Foi quando ele lançou aquela palavra de ordem: “Que cem flores desabrochem e que cem escolas disputem”, no sentido de que era preciso tratar as contradições no seio do povo como contradições entre amigos e não como contradições entre inimigos. Porém, ao mesmo tempo, ele divulgou um outro texto, chamado “As Dez Grandes Relações”, em que ele diz que é preciso acelerar o processo de socialização, porque o entrave ao desenvolvimento da produção e das forças produtivas eram as relações de produção atrasada, não-socialistas; era o fato de que nem tudo estava estatizado e de que existiam na China setores que eram coletivos, propriedade de uma parte da sociedade, uma forma de economia mercantil industrial. Daí ele defendia um processo de coletivização mais intenso. O processo de cooperativização agrícola e de cooperativização do artesanato representou, em dois anos, um processo de massa. Mao escreveu um texto sobre a cooperação agrícola e, com a influência que ele tinha, o pessoal foi todo para as cooperativas, acabou se dando tudo para as cooperativas. O processo de socialização foi muito rápido. Havia uma outra corrente que dizia: não dá para ser assim, deve-se ainda desenvolver a economia mercantil, desenvolver a economia coletiva, com o Estado assumindo principalmente os setores econômicos estratégicos. Para quê? Para desenvolver as forças produtivas e, aí sim, fazer com que as relações de produção fossem se adequando às forças produtivas. Não digo que essa corrente tivesse clareza completa disso. Havia muitas nuanças no meio. Mas a ossatura das duas linhas era essa. Entre 1958 e 1966, houve momentos em que uma predominava e momentos em que esta refluía e a outra ganhava espaço, dependendo dos resultados da produção. No chamado Grande Salto Adiante, por

exemplo, de 1958 a 1960, no primeiro momento houve uma intensa coletivização e um rápido aumento da produção. Mas, em 1960, isso tudo caiu brutalmente. Os pequenos fornos que foram estimulados no campo, por exemplo, deram errado. Toda a produção teve uma queda brutal, e, em 1961, com intempéries, problemas de clima e tudo o mais, houve uma queda brutal na produção agrícola, houve regiões que passaram fome, houve de novo mortes na região agrícola por causa da fome. Foi preciso refluir, recuar e retomar um pouco a outra linha, permitindo que os camponeses desenvolvessem atividades complementares, pudessem vender no mercado, e assim por diante.

Num segundo momento, de 1964 a 1966, houve um equilíbrio. Daí em diante, porém, a disputa tomou uma conotação ideológica e política bastante aguda. Mao lançou a acusação de que havia no Partido e no governo uma camada burguesa que se assenhoreara do comando e era preciso liquidá-la para as forças produtivas socialistas poderem se desenvolver plenamente. E aí pesou todo o prestígio de Mao, a credibilidade de massa. Ele era um líder incontestado. Para 800 milhões de camponeses que tinham vivido na miséria mais absoluta, ele era o líder que os libertaria. Por mais que se falasse do papel do PC, o campesinato pensava em Mao, colocava-o no nicho, no lugar do santinho. E isso era de massa, não era imposto. Quando Mao faz um chamamento para que as massas tomassem de novo o poder, o movimento foi de massa mesmo. E o movimento foi de massa em cima dos chamados seguidores do caminho capitalista infiltrados no Partido e no governo. Como essa análise de classe era feita em cima de critérios ideológicos, o referencial para descobrir se alguém era burguês ou não, se tinha tendência capitalista ou não, era verificar se ele se vestia bem, se tinha cachorro, se gostava de ter um quadro em casa, se tinha desejo de consumir mais um pouco. Houve um ascenso de massa contra qualquer coisa que parecesse luxo — e luxo, naquela situação de pobreza, dá para imaginar que era quase nada. Virou virtude a pessoa andar remendada. Mesmo tendo dinheiro em casa para comprar uma roupa melhor, ninguém ia fazê-lo para se expor a críticas. Foi um movimento de massa, não vamos achar que foi um negócio do PC. Era uma pressão social brutal: surge os guardas vermelhos, surge tudo isso. Todo mundo era maoísta.

Como essa linha não tinha parâmetros ideológicos e políticos claros, descambou para uma luta de grupos e para uma anarquia social brutal. Em 1967, a luta de grupos dentro do Estado e do Partido era de tal ordem que havia o perigo concreto de a China viver uma nova guerra civil, com choques entre diferentes unidades do Exército Popular de Libertação, todos defendendo o pensamento de Mao Tsé-tung. O próprio Mao admitiu, numa entrevista, que a China vivia um caos. E aí foi preciso novamente recuar.

Mao começou a tentar acertar as coisas, mas principalmente Zhou Enlai e outros dirigentes começaram a mostrar que a China estava indo para o caos, não só pela luta fratricida, mas pelo descenso brutal da economia. A produção teve uma queda muito forte. Num quadro como esse, as massas começaram a ver que todas aquelas coisas que tinham sido levantadas no início da Revolução Cultural não estavam sendo atendidas, e a base de massa dos grupos que são chamados atualmente de ultra-esquerda foi se esvaziando, foi se esvaindo. Hoje, essa política que foi determinante durante a Revolução Cultural se desmoralizou do ponto de vista da massa. Tenho dúvidas de que haja na China hoje duas linhas claras. Há uma linha predominante, a linha que era representada principalmente por Zhou Enlai e o é agora por Deng Xiaoping. A outra linha existe, mas existe sem botar a cabeça para fora, porque, do ponto de vista da massa, ela está desmoralizada. Isto não quer dizer que num outro momento, dependendo da evolução econômica, essas contradições não venham a ressurgir. Por exemplo, se no processo de diferenciação que há na China houver novas polarizações, provavelmente essa linha ressurgirá. Qual vai ser o papel dela, o peso dela, é difícil dizer atualmente. Não tenho certeza disso, mas acho que hoje ela está extremamente minoritária e eu não sei que peso ela pode ter adiante.

OSVALDO BARGAS

Durante todo o período de ditadura, nós conhecíamos muito pouco sobre as experiências dos países socialistas. Lembro que por volta de 1970 o mínimo de reportagens que nós tínhamos no Brasil sobre a China mostrava o povo aclamando Mao Tsé-tung como uma

espécie de deus, uma coisa assim. Tenho dificuldade de entender estas coisas. O socialismo pressupõe o fim da manipulação das massas. Então, como é que um líder, aclamado nas ruas até um determinado momento, assim que ele morre, prendem a viúva e fica parecendo que agora está indo para a direita? Quer dizer, o país está caminhando para o capitalismo?

GILBERTO DE CARVALHO

Quando éramos mais jovens, havia a ilusão de que o capitalismo estava de fato se acabando, que o socialismo era uma conquista irreversível da humanidade e que a etapa pós-socialista era o comunismo. Resquícios de individualismo eram coisas que a revolução econômica e cultural iria sepultando. Agora, ao ver o que está se passando na China, na Polônia, na União Soviética, ficamos inquietos. De um lado, compreendemos que se trata, possivelmente, da correção de erros cometidos no passado. De outro lado, nada nos garante, porque nós não vivemos num mundo neutro, que, diante da capacidade agressiva do capitalismo e da propaganda capitalista e consumista, as populações chinesa, cubana, soviética não estejam apenas sob o fascínio do consumo ocidental. Até que ponto fica assegurado um caminho em direção à sociedade comunista, ou há de fato recuo para uma sociedade capitalista, individualista, de que nós estamos cansados?

ALOIZIO MERCADANTE

A evolução das forças produtivas é fundamental para definir as possibilidades e os limites das transformações nas relações sociais. Nessa dialética, o primado é das forças produtivas. Agora, eu me pergunto o seguinte: será que construir uma sociedade socialista e, simplesmente, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, impulsioná-las? Será que é simplesmente o crescimento quantitativo? Ou nós temos que começar, desde antes do processo de tomada de poder, a discutir o crescimento em qualidade, a alternativa do socialismo como um desenvolvimento em qualidade, a mudança na própria natureza do desenvolvimento da sociedade? Talvez a China seja um exemplo muito

bom para se refletir sobre isso. A China tem 1 bilhão e 200 milhões de pessoas e o planeta tem 5 bilhões. Será que é possível pensar que nós vamos desenvolver as forças produtivas para resolver as necessidades sociais e individuais de forma ilimitada, da forma como o capitalismo ordenou através do lucro como valor fundamental? Ou nós temos que, ao construir a nossa concepção do socialismo, incorporar, na nova política de alianças, os novos movimentos sociais, os novos sujeitos políticos, que muitas vezes extrapolam, inclusive, a própria relação de classes, como o ecologismo, o movimento verde, que colocam uma questão histórica, que é a relação entre crescimento, produção e natureza? Ou, de outra forma: uma discussão entre produção material e valores morais, entre ética, economia e política. Só é possível construir uma nova sociedade nova hoje se nós começarmos a discutir o valor de uma economia do essencial. Uma economia para todos, porém uma economia mais do essencial. Não é mais possível criar esse mito de que nós vamos satisfazer todas as necessidades humanas num planeta que tem 5 bilhões e que está destruindo a natureza em uma velocidade sem precedentes.

A discussão das forças produtivas que está se colocando, de quais são as suas perspectivas, tem que estar associada a um debate de valores, de princípios, de método, uma discussão político-ideológica de novas relações sociais de produção. Não sei se nessa revisão, ao se combater a experiência da Revolução Cultural, nós não podemos estar, mais uma vez, ao tentar rever uma contradição do passado, incorrendo em mais uma, que é o desenvolvimento, o crescimento das forças produtivas que o capitalismo está impulsionando de uma forma violentíssima, dissociada de valores mais estratégicos do próprio futuro da humanidade. Isso passa pela corrida armamentista, pelo valor da natureza, por uma qualidade, uma nova concepção de desenvolvimento.

LUÍS FLÁVIO RAINHO

Como uma sociedade com uma cultura arraigada como a sociedade chinesa pode passar por uma transformação tão radical, calcada em princípios filosóficos de uma ciência naturalista? Segundo, eu

gostaria que os companheiros explicassem um pouquinho como foi a aplicação popular do método de análise a que Wladimir se referiu.

WLADIMIR POMAR

O companheiro Benê está um pouco cansado, então combinamos que eu arcarei com as respostas. Primeiro, como é que o povo que aclamava Mao agora está nessa? Acho que já demos uma idéia sobre o papel que Mao jogou na libertação do povo chinês. Mao tinha em geral, para a massa toda, um poder de mobilização que prescindia do próprio PC. Nós temos um fenômeno mais ou menos idêntico no Brasil e no PT, na sua devida proporção. Agora, por que Mao ganhou toda essa credibilidade, toda essa influência sobre o povo chinês? Foi porque, realmente, aquelas propostas que ele tinha para resolver os problemas da Revolução Chinesa se demonstraram corretas. Mao reconhecidamente foi aquele que elaborou os princípios estratégicos e táticos fundamentais do processo revolucionário chinês. Então, para uma população que era brutalmente oprimida e explorada e mudou radicalmente de vida, isso tem uma significação muito grande. Uma das maiores impressões que eu tive na China foi uma conversa com um casal de aposentados que morava em um apartamento pequeno com a filha casada. Ele simplesmente me disse o seguinte: “Antes da libertação, eu não tinha o direito de morrer, eu não tinha a garantia de ser enterrado. Depois da libertação, essa garantia para mim é tranquila”. Talvez para nós, que não ligamos muito para a morte, isso seja secundário. Mas, para o povo chinês, que tem arraigado o problema do lugar da morada eterna, isso aí tem um significado impressionante. Para toda essa geração antiga, que vivia numa situação miserável antes da libertação, isso tem um significado enorme. Eles não esquecem isso. Não é um negócio de propaganda o chamado “antes” e “depois” da libertação. Isso é uma coisa arraigada, porque houve realmente uma mudança de qualidade na vida do povo chinês. Um povo que vivia tendo epidemias de fome e passa a não ter mais isso e que tem garantia do enterro: foi uma

mudança significativa, e isso, com PC ou sem PC, estava relacionado ao nome de Mao Tsé-tung.

O poder de mobilização do que Mao dizia era muito grande. Então, dentro daquela perspectiva de resolver as contradições entre a necessidade de desenvolver a produção para atender às necessidades sociais e as relações de produção atrasadas, Mao acreditava realmente que o problema era avançar mais rápido nas relações de produção e que as forças produtivas acompanhariam. Foi uma mobilização intensa. A Revolução Cultural foi um movimento de milhões, eram comuns manifestações de 10 milhões na Praça Tianamei. Houve choques armados, foi revolução mesmo, choques brutais entre grupos diferentes. Isso tudo mexeu terrivelmente com todo mundo, com a consciência de todo mundo. Na medida em que essas propostas de se conseguir o céu através da Revolução Cultural não foram alcançadas, toda essa política fracassou. Essa política foi derrotada pela própria prática, pelo esgotamento das forças vitais do povo chinês, que foi vendo que as suas condições de vida estavam piorando. Foi um dado concreto: em 1974, a China estava praticamente diante da bancarrota econômica, segundo os dados estatísticos que se consegue. A Revolução Cultural se esgotou diante das suas próprias deficiências, dos seus próprios objetivos. Então essa é a explicação básica dessa mudança.

Por incrível que pareça, os dirigentes do outro lado, em grande medida, foram protegidos por Mao. Ficaram muito tempo em segundo plano, mas Mao não permitiu que houvesse um processo de eliminação física na escala que houve, por exemplo, em determinado momento, na União Soviética. Deng Xiaoping só se manteve porque Mao manteve a política tradicional do PC chinês de não eliminar os divergentes, mas mantê-los, até mesmo como exemplo negativo. Então esse pessoal veio para o poder nesse segundo momento e apresentou um programa de reformas que, do ponto de vista econômico, está dando certo até agora. Um exemplo concreto: em 1978, a produção de grãos na China era de 300 milhões de toneladas. Com a reorganização das formas de produção, em cinco anos ela passou para 380 milhões de toneladas, ou seja, cresceu 80 milhões em cinco anos. Outro exemplo, a produção de televisores em 1978 não chegava a

500 mil, uma coisa assim. Hoje em dia, é de 14 milhões de televisores por ano e 60% da população chinesa já tem televisor. Esses são dados concretos: as necessidades sociais da população chinesa até o momento estão sendo melhor atendidas e isso explica, em grande medida, porque a população, que antes estava do lado de lá, agora está do outro lado. Há um apoio efetivo às medidas atuais. Pode-se até não concordar com muita coisa, mas o apoio é visível. Não quer dizer que tenham sumido as contradições, não quer dizer isso. Mas há um apoio efetivo.

Há outra coisa muito interessante na experiência chinesa que vale a pena destacar: ao contrário dos soviéticos, que acabaram com Stálin, os chineses têm tido um cuidado muito grande em recuperar em Mao tudo aquilo que foi positivo. Toda a parte positiva da ação dele, toda essa sistematização da política do PC que levou à vitória na revolução, eles estão retomando agora para aplicar nessa fase. Se vão aplicar corretamente ou não, isso é outro problema. Mas esse é um fato real: Mao continua a ser o grande líder da Revolução Chinesa para todos os efeitos, embora sejam criticados os erros nos últimos anos do período dele. As filas para visitar o túmulo dele são quilométricas e são diárias. Eles não acabaram, de certo modo, com o mito de Mao, embora tenham despedido esse mito de tudo aquilo que podia ainda ter efeitos negativos sobre a população. Acho que isso é uma explicação, talvez não completa, mas é um caminho para se saber por que houve essa mudança.

Os riscos das reformas

Onde vai dar o processo? Vai para o consumismo? Às vezes os chineses passam a impressão para nós de que estão segurando um gato pelo rabo. Eu perguntei: será que eles não estão segurando um tigre? É uma experiência de risco, uma grande experiência de risco, mas dificilmente, nas condições chinesas, seria possível tentar um outro caminho hoje. O caminho da Revolução Cultural teve dez anos seguidos de tentativas, de tensão máxima, e não deu resultado. Então, nesse de agora, eles também são radicais, que aliás é uma das características dos chineses, eles são radicais por um lado ou pelo outro. E

também não é porque eles queiram ser radicais: é porque tendo que alimentar, vestir, dar moradia a mais de 1 bilhão de pessoas, não dá para ser meio-termo, tem que ser mesmo radical.

Eles dizem, pelo menos em teoria, que estão combinando a construção de uma civilização material altamente desenvolvida, ou seja, em que a sociedade tem uma capacidade produtiva que possa atender às necessidades sociais, com a construção de uma civilização ideologicamente socialista, o que abrange tanto a educação nos seus mais diferentes aspectos quanto a ideologia. Atualmente estão com uma campanha contra a chamada poluição burguesa. Fazem isso de forma diferenciada: até que ponto eles dão ênfase em uma, na outra etc., isso é um processo complicado, que nunca deverá encontrar um equilíbrio perfeito. Ora vai ser mais por um lado, depois corrige, dá uma puxada para o outro lado, um pouco como nós estamos fazendo na construção das nossas propostas.

Às vezes acho que exigimos perfeição dos outros quando nós não temos condição de ter perfeição na nossa política. Não tem outro jeito, é uma experiência completamente nova. Não há ainda nenhuma experiência anterior que tenha dado certo completamente. Os erros e os defeitos vão ser inevitáveis, correndo-se o perigo, inclusive, de erros de direita muito grandes. Não duvido disso. A única coisa que eu tenho dúvida é que seja possível a reconstrução do capitalismo na China. Pessoalmente, acho que não há esta possibilidade. A parte principal da economia está nas mãos da sociedade e isso foi uma conquista que dificilmente o povo chinês vai deixar reverter. Admito até que haja erros sérios pela direita, mas a China mudar de cor dificilmente vai acontecer, porque a base material da sociedade chinesa já é socialista. Seria preciso uma revolução burguesa na China, o que é complicado, porque não existe mais na China uma classe capitalista. Ela foi eliminada. Pode até haver idéias capitalistas ou resquícios que ainda têm alguma influência, mas não há uma classe que possa fazer uma revolução.

Outra coisa interessante colocada aqui foi sobre como fazer o debate dos erros sem cair na negação do socialismo. Esse é um problema sério: de vez em quando, surgem na própria China opiniões de

um negativismo completo, defendendo que tem que ser restaurado o capitalismo mesmo. Nossa tendência, às vezes, é cair no negativismo, no niilismo. Foi errado, teve muitos erros, pronto. Na realidade, se nós comparamos todos os erros do socialismo, seja na União Soviética, seja na China mais particularmente, vamos ver que, do ponto de vista da população, do povo, esses erros não se comparam com as conquistas obtidas na sua vida material e espiritual. Não há termos de comparação. Entre o que era o povo chinês antes da libertação e o que é agora, com todos os erros que pode haver, não há comparação em termos de padrão de vida etc. Mesmo em termos de liberdade. Às vezes se fala que não há liberdade, mas há liberdade de viver, que nem isso existia antes. Isso é complicado. Discutir a liberdade num país como a China, que não conheceu nem a democracia burguesa, é complicado. Eles têm que construir a democracia. Essa é uma tarefa, um desafio terrível, tremendo para eles: mais cedo ou mais tarde, eles vão ter que partir para uma democracia plena que eles ainda não têm, estão longe de ter. Mas, mesmo assim, não dá para comparar com o que havia antes da libertação.

O papel do marxismo

Devemos ter cuidado na avaliação dos erros para não negar o socialismo e muito menos negar o marxismo, a teoria que permitiu aos chineses analisar a cultura do seu povo, conhecer a realidade concreta e elaborar uma teoria para transformar a sociedade chinesa que levou a esse processo de libertação. Não dá para negar o marxismo como instrumento fundamental para esse processo todo. Se os dirigentes chineses, no processo da sua prática, não tivessem feito um esforço para dominar mais ou menos essa teoria, esse instrumento teórico, dificilmente eles teriam tido condições de chegar ao ponto em que estão hoje. Mas eles se adaptaram às condições culturais do seu próprio povo, não falaram em nenhum momento em método dialético, em marxismo-Ieninismo, em materialismo histórico. Conhecendo a realidade do povo chinês, através da utilização desse método de análise, eles responderam às grandes aspirações desse povo, às grandes necessidades que esse povo vivia. Eles não colocaram a filosofia em

primeiro plano, colocaram a política. Responderam, por exemplo, à necessidade que o camponês tinha de terra. Traduziram a reforma agrária em propostas concretas de como fazer a reforma agrária, o que poderia significar reforma agrária num país em que 50 hectares eram um latifúndio. Não são mil hectares: 50 hectares na China eram um latifúndio. Responderam ao problema da miséria crônica, da opressão. Souberam tocar nos sentimentos mais profundos do povo chinês, em palavras compreensíveis para esse povo.

Os textos deles para o povo em nenhum momento falam em marxismo, em materialismo, em dialética. Eles utilizam estes termos nos documentos teóricos de discussão dentro do PC.

Mas, mesmo para a base do PC, eles traduzem isso em palavras acessíveis. Dizem que este é o método dialético para eles, a chamada linha de massa. Primeiro, investigar a situação em que se vive. Conhecer as aspirações do povo, quais são as suas reivindicações. Segundo, traduzir o conhecimento em palavras de ordem, em propostas políticas concretas. Feito isso, devolver para o povo para ver se corresponde realmente àquelas aspirações. Depois, nova investigação, para verificar se o plano proposto é correto ou não, se corresponde à realidade. Por fim, analisar os resultados e reelaborar. Este método foi traduzido de forma simples, entendível por todos os militantes, sem se falar em dialética. Qualquer elemento de célula do PC aplicava esse método na sua atividade prática, na base do princípio de que quem não pesquisa não tem o direito de criticar. Essa experiência é muito válida para nós, para uma população como a brasileira, ainda com nível cultural muito baixo, e que precisamos tocar no coração, tocar na sua mente, tocar nas suas aspirações mais profundas.

Finalmente, o problema das forças produtivas. O grande desafio é que, querendo ou não, a não ser que se pare o crescimento populacional, é preciso atender a necessidades crescentes de produção. Então, não dá para parar, estagnar a produção, tem que sempre aumentar. Como fazer isso? Fazer como o capitalismo, que arrebenta o homem e a natureza? Esse é um problema colocado para o socialismo, é um problema muito concreto, e aí não basta discurso, é preciso ver como se resolve na prática. A experiência que os chineses estão realizando

agora pode dar algumas pistas, mas eles também não conseguiram resolver tudo: estão com problemas de poluição, com problemas ambientais, problemas de transporte etc. Se eles vão resolver isso por aí, nós temos que acompanhar para ver no que vai dar e analisar essa experiência para nós.

LAFAIETE SANTOS NEVES

Pelo que deu para entender da colocação feita por Benedito e por Wladimir, o socialismo está enfrentando problemas de ordem estrutural na economia. E isso se deve a quê, fundamentalmente? Está havendo uma expansão da capacidade de consumo da população que não é acompanhada pela própria modernização tecnológica, ou está havendo na verdade um desvio de investimento do setor produtivo, de consumo da população para a defesa? Quais setores industriais estão com dificuldades estruturais nesse momento? E, no caso da China, que tem uma participação enorme da agricultura na sua economia, como está a industrialização da agricultura? A segunda pergunta é sobre a política externa: a ofensiva norte-americana na corrida armamentista não colocou os países socialistas na defensiva? Dadas essas próprias dificuldades estruturais, que estão levando a um acordo, o preço será os países socialistas não darem mais o apoio necessário às revoluções socialistas em outras partes do mundo?

MÁRIO BARBOSA

A minha primeira pergunta é sobre o papel dos sindicatos no socialismo, Wladimir colocou que, na China, os sindicatos teriam sido criados por iniciativa do Partido e que, no primeiro momento, eles tiveram papel de mobilização e de conscientização das massas atrasadas. Depois, com o triunfo da revolução, desenvolveram também esforços na questão do aumento da produção, do crescimento econômico, e em determinado momento passaram a ter também o papel de defender os interesses dos trabalhadores, e que isso, em algumas situações, leva até a choques com o Estado. Queria saber a respeito, por exemplo, da questão de salários. Existe negociação? Como são

determinados os salários dos trabalhadores no socialismo? Existe negociação com a empresa? E com o Estado? Como é feito isso e como o sindicato atua? A segunda questão é sobre novos investimentos e sobre as regras impostas às multinacionais que estão se instalando lá.

MARCELO DEDA

A primeira questão não está diretamente ligada à Revolução Chinesa, mas é um tema que o companheiro Benedito abordou: do acervo de erros de Stálin se poderia destacar alguns acertos e entre eles estaria o da coletivização. Gostaria que o companheiro explicitasse mais qual é o entendimento dele sobre esse processo. Há denúncias de que quase 10 milhões de camponeses foram mortos e certos estudos inclusive afirmam que alguns camponeses ricos não teriam essa força toda para exigir tanta violência por parte do governo soviético. Como é que o companheiro avalia como ponto positivo, não digo a coletivização em si, mas o método stalinista para implementar e realizar a coletivização no campo soviético?

Eu gostaria que um dos companheiros aprofundasse também mais um pouco a discussão sobre a política de frente única adotada na Revolução Chinesa. O Wladimir colocou que Chiang Kai-shek e alguns setores da burguesia compradora feudal também foram envolvidos nessa política de frente única. Eu queria saber qual foi a política e qual foi o programa que conseguiu unificar essas forças e como ficou essa frente única após o triunfo da revolução, se os setores burgueses que nela se encontravam foram eliminados durante a revolução, já que Wladimir afirma que ele acha difícil a restauração burguesa, mesmo porque ela teria sido eliminada politicamente na China.

Terceira pergunta: qual o papel da força armada? Como é esse exército que assumiu o nome de Exército Popular de Libertação? Qual é a influência política que ele tem na sustentação dos setores dominantes do Partido? Qual é a relação que ele tem na implantação das políticas e até da modernização?

Quarta questão, que eu acho fundamental: a democracia. A *glasnost* e a *perestroika* surgem muito mais com a intenção de resolver alguns pepinos de produção, de resposta a questões materiais, a questões da produção, do que para avançar na relação dos cidadãos com o poder nos Estados socialistas? Como é o poder na China? Há alguns resquícios de poder popular? De que maneira o cidadão chinês, o homem médio comum, o operário e o camponês participam das mudanças? De que maneira há um avanço no controle do Estado, que foi o eixo de toda a palestra do companheiro Benedito, que colocou como um defeito grave do socialismo essa extremada importância que foi dada ao Estado como realizador principal da tarefa de construção socialista. Então eu pergunto: nesse processo da Revolução Chinesa, nos processos de modernização levados em outros países, que papel tem se dado ao controle popular, ao controle dos trabalhadores sobre o Estado? Há um avanço de qualidade na relação do cidadão num país socialista com o Estado? Na questão dos exércitos populares, também agregar isso aí: como foi a transição de um exército construído a partir de frações de guerrilha até um exército popular e como ele convive com essa origem popular e com os sonhos de institucionalização hoje?

CLARA CHARF

Nós, da velha geração, fomos educados de maneira muito idealista na concepção da transformação da sociedade. Tão idealista que nós achávamos realmente que fazer a revolução resolvia todos os problemas. Isso marcou tanto a nossa formação que nós temos dificuldades, às vezes, para aceitar determinadas críticas, porque comparamos e vemos que o socialismo é incomparavelmente melhor que o capitalismo. Mas nós que queremos a revolução no Brasil, e que lutamos por ela tanto tempo, não podemos conduzir esse debate causando confusão com determinadas respostas quando a massa nos questiona, além de que a imprensa burguesa trata de confundir mais ainda. Por exemplo: se nós dizemos que o socialismo, reestruturando a sua economia, tende a aumentar o consumo fundamentalmente, e

que esse é o objetivo básico, então nós vamos concluir que é melhor ficar com o capitalismo, que obriga o operário a trabalhar e divulgar que, quanto mais trabalhar, mais possibilidade ele tem de fazer o crescimento da economia. Vamos dizer então que o operário no socialismo deve se matar de trabalhar, porque ele não tem as possibilidades agora de ter tudo que ele deveria ter, como nos Estados Unidos: um automóvel em não sei quanto tempo, uma geladeira em não sei quanto tempo etc. Só não se diz nessa propaganda que 12 milhões de pessoas ficam em filas para comer um prato de sopa nos Estados Unidos. Não se diz como é a qualidade de vida em geral, as relações entre os homens, cada vez mais individualistas e egoístas. Se nós formos por esse caminho na discussão, estaremos fazendo uma discussão profundamente difícil de o povo entender, além de incorreta. Senão nós vamos concluir: por que perder companheiros, por que lutar, se vamos voltar depois à mesma coisa? Acho que a discussão não pode ser por aí. Há diferenças básicas entre o capitalismo que precisam ficar marcadas para sempre.

Estou muito preocupada em como essa discussão deve ser conduzida no seio do povo. Esse seminário é altamente louvável, mas me preocupa a forma como damos as respostas.

Eu mesma quero algumas respostas aqui. Por exemplo, se diz atualmente que há nos países socialistas um alto grau de corrupção. É verdade, há fenômenos de corrupção. Mas o que gerou esses fenômenos de corrupção? Tem que se encontrar uma resposta. Talvez não seja a resposta completa, mas é preciso saber explicar que todos esses países fizeram a revolução em condições de cerco, de agressão permanente, onde uma grande parte do orçamento tem que ser destinada para a despesa militar. Se alguém pergunta: é verdade que em Cuba tem corrupção? É verdade que tem corrupção na China, na União Soviética? Vamos responder o quê? Que não tem? E se tem, por que é que tem? Temos que levar essa discussão nesse seminário para as respostas concretas, possíveis.

A segunda questão que eu quero abordar é o avanço extraordinário que teve a questão da mulher na China. Eu não digo isso pelo fato de ser mulher e trabalhar há muito tempo a questão da mulher,

mas por ser um dos aspectos mais importantes da transformação da sociedade chinesa. Quando a mulher nascia, na China, ela tinha o pé amarrado para ele não se desenvolver e isso durou até a Revolução. A mulher andava assim para que ela não pudesse se afastar de casa. Essas mulheres da China se incorporaram à luta da Longa Marcha, à revolução, e conquistaram seu lugar. A lei do matrimônio na China foi das mais avançadas dos países socialistas. Eu pergunto: como é que um país tão atrasado do ponto de vista cultural, nesse sentido, alcançou essa transformação? Isso faz parte do avanço dessas sociedades socialistas.

ARLINDO CHINAGLIA

Fico preocupado por encaminhar o debate pegando como referência a experiência da produção e a experiência econômica, seja da China, seja da União Soviética, porque tanto os revolucionários desses países como nós acreditamos numa proposta de libertação do homem, independente do sucesso ou do insucesso econômico. Isso é um desvio, é reduzir a complexidade do problema a experiências econômicas que deram certo ou não deram certo. Nós não podemos reduzir Mao Tsé-tung a um grande comandante que de repente captou os sentimentos de massa e deu uma direção, deu uma saída econômica. Eu sei que nenhum dos companheiros fez isso e nem era a intenção. Eu estou fazendo aqui uma reflexão a mais, para ser corrigida e para aprender também. Gostaria que os companheiros discutissem se nós acreditamos que a revolução, que o socialismo como uma fase da história da humanidade significa um avanço, independentemente do que se passa na China hoje. Nós não queremos uma alternativa, não sou daqueles que acreditam num terceiro caminho. Hoje há o capitalismo e o socialismo, então eu defendo o socialismo.

Qual é a relação entre partido e Estado? Será que a raiz desses males não estaria na falta de democracia? E no acúmulo de poder entre Estado e partido? É indefensável, na minha opinião, moralmente, por princípio, que o Estado socialista negocie com o Chile, contrariando

tudo aquilo que a humanidade adquiriu. O liberal conseqüente não admite a tortura. Não podemos admitir que, sob o nome de comunistas, se traiam princípios. Se a massa é nacionalista, a direção tem que ter a capacidade, a honestidade e a integridade de não fazer uma manipulação. Nós não podemos compactuar: nós defendemos a libertação do homem em todos os sentidos. Não estou aqui querendo fazer crer que algum companheiro defendesse o que eu estou atacando. Mas penso que os companheiros têm uma grande contribuição a dar, pela experiência, pela militância, pelo compromisso. Então, as perguntas: relação partido e Estado não deveria ser mudada? Relação sindicato e Estado não deveria mudar? E a democracia não deveria ser buscada? Outra pergunta: quando Lin Piao sofreu o acidente, chegou-se a dizer que foi assassinado. Ele representava naquela época alguma alternativa de expressão dentro da China?

WLADIMIR POMAR

Estou de acordo com aqueles companheiros que dizem que nós devíamos ter dado um pouco mais de ênfase aos lados positivos. A Revolução mudou a qualidade de vida do povo chinês, seja na qualidade de vida material, seja nas relações políticas também. Clara tem razão: a mulher tem hoje na China status diferente, embora haja ainda discriminações. Mas a qualidade é completamente diferente. Havia 54 nacionalidades, e 53 eram oprimidas. Algumas não tinham nem escrita e hoje em dia elas são nacionalidades privilegiadas dentro da nação chinesa, privilégios que a nacionalidade maior, a nacionalidade Han, não tem. Por exemplo, há uma política de controle da natalidade. A nacionalidade Han só pode ter um filho, é a política do filho único. As demais nacionalidades não têm controle da natalidade. Há o direito de governar a sua própria região autónoma. A China, além das províncias, tem as regiões autónomas das nacionalidades. São os próprios representantes das minorias nacionais que dirigem as regiões autónomas, e assim por diante. Então há uma série de relações em que as nacionalidades começaram a ter um status real de autonomia em relação à nacionalidade majoritária. Nós poderíamos

falar aqui um montão de coisas sobre o problema do aposentado, da velhice. Henfil, no livro dele, conta coisas belíssimas, de como a velhice atualmente é amparada na China. Hoje, eles acham que estão atrasados, que ainda precisam amparar melhor, garantir uma aposentadoria segura, que permita aos velhos viverem por conta própria, sem depender dos filhos. Sobre as crianças chinesas, então, dá para se fazer romances sobre como são tratadas com carinho.

Poderíamos falar um dia inteiro sobre o que o socialismo trouxe de bom para a China e para o seu povo. Mas, para nós, que somos inquietos, o que atrai mais é como avançar, como resolver os problemas que se colocam diante do avanço. E aí, companheiros, queiramos ou não, o problema econômico é impositivo: não dá para escapar dele, não dá para dizer que se pode lutar pela libertação do homem ignorando o problema econômico, simplesmente porque, se não houver capacidade produtiva e tecnologia tão avançadas que permitam a todos os homens ter lazer, cultura, instrução técnica, e assim por diante, não se cria a sociedade de iguais. Enquanto houver diferenças, enquanto houver divisão social do trabalho, vai haver desigualdade. Só se pode ter igualdade quando todo cidadão tiver condições, sem exceção, digamos assim, de ser engenheiro, de ser médico, de ser intelectual, de ter um tempo mínimo de trabalho e tempo máximo para conseguir ciência, cultura, lazer etc. Fora disso, estaremos sonhando, falando em igualdade que não existe. A igualdade é um sonho nesse caso, e nesse sentido o que a Revolução Cultural nos trouxe foi um grande sonho: uma perspectiva de alcançar a igualdade, mas sem ter uma base material real. E temos que pensar nisso: queiramos ou não, sem resolver isso ao nível da economia, não se consegue resolver o problema da educação, porque educação exige um investimento vultoso e exige, por outro lado, que se tenha diminuído a jornada de trabalho ao mínimo. Como se vai compatibilizar isso? Só com decisão administrativa? Não, é preciso ter riqueza social. Não vamos pensar que só decisão e vontade resolvem. Tem que haver riqueza social. A China está tentando resolver por um caminho. Tentou resolver via Revolução Cultural, não deu certo, agora está tentando resolver por essa forma. Para nós, que também lutamos por um

processo de transformação, essa experiência é muito útil. Se ela conseguir resolver a questão do desenvolvimento material e, ao mesmo tempo, ampliar o desenvolvimento cultural, ela estará produzindo as condições para, no momento seguinte, criar as igualdades. Se ela não conseguir, é mais uma experiência que nós vamos ter que verificar.

O socialismo tem defeitos, sim

Há muita coisa que eu tenho mesmo dificuldade de explicar para o povo. Como é que vamos explicar para o povo o problema da corrupção? Vamos só dizer que é influência dos países estrangeiros lá? É difícil. O fato é que ela existe, e existe pelas contradições da própria sociedade, pelas desigualdades concretas que existem. Não depende da vontade de um dirigente achar que não tem que ter desigualdade e pronto. Durante um longo tempo, no processo de construção socialista vai haver desigualdades e, havendo desigualdades, vão ocorrer todas as mazelas que a desigualdade cria, seja nas sociedades capitalistas, seja nas sociedades socialistas. O que se pode garantir é que essas desigualdades sejam cada vez menores e, portanto, as mazelas que as desigualdades criam também serão cada vez menores. A corrupção que ocorre na China, na União Soviética, em Cuba e em outros lugares, comparada com a corrupção que ocorre no Brasil e nos países capitalistas, é piada. Eles próprios fazem um bruto escândalo lá, para efeito educativo, para mostrar que o negócio da corrupção é errado, não pode haver. Eles dão muita ênfase lá. Mas, se for contabilizado, feita a estatística dos casos de corrupção, é uma piada em relação ao Brasil e aos países capitalistas. Então não é difícil demonstrar que há uma diferença muito grande entre as duas coisas. Mas não dá para negar, como nós negávamos no passado.

Fui criado numa geração em que o socialismo era perfeito, não tinha defeito. Fui criado na idéia de que no socialismo não tinha desastre. Já imaginou admitir que houve um desastre de trem na União Soviética? Era um absurdo. Para nós, é importante que não sejamos mais criados nessa ilusão, porque ela levou a erros muito sérios lá, porque o povo também ficou ausente da participação. O que é a *glasnost*? O que é a transparência? A transparência, na realidade,

é a revolução ideológica que a URSS quer fazer e que a China fez via Revolução Cultural, de colocar a nu todos os defeitos. Por que a glasnost é necessária antes da perestroika, antes da reforma real? Porque o povo soviético tem que se acostumar ao fato de que o socialismo soviético tem defeitos. Porque ele foi acostumado por uma geração inteira ou mais de uma geração a acreditar que na União Soviética não existiam defeitos. Então tem que se fazer primeiro a glasnost mesmo. Tem que se descobrir os defeitos da sociedade para superar esses defeitos, para, num segundo momento, fazer a reforma. Reformas reais. A China não fez a glasnost, porque teve a Revolução Cultural, que colocou tudo isso a nu. Acho que é muito importante nós estudarmos essas experiências que estão ocorrendo, porque vamos enfrentar coisas idênticas. Não vamos ter ilusões!

Democracia de base

Alguns problemas nós deixamos de lado. Poderíamos ter mostrado, por exemplo, como é a participação popular no poder na China. No processo da Revolução, por exemplo, nas áreas libertadas, havia uma participação real através das assembléias, dos comitês, e o próprio exército tinha assembléias. Na China, as companhias de exército elegem representantes à Assembléia Popular. São unidades também de participação. Na sociedade chinesa, há uma certa democracia de base. Há os comitês de bairro, com participação popular. No âmbito da justiça, não me lembro exatamente o nome agora, há uma espécie de instância jurídica de comunidade, que resolve, no seu âmbito, todos os casos de divórcio, de pendências entre vizinhos etc. Um negócio de resolução rápida, de massa, um órgão de justiça popular que resolve esses casos imediatos. Poderia citar muita coisa interessante do ponto de vista da democracia de base.

Na indústria, em função do processo da centralização, da concentração nos grandes projetos, em que precisava o Estado mandar em tudo, essa democracia de base foi abandonada durante um período longo. Agora, está sendo recomposto, de uma forma ainda lenta, o que eles chamam de Congresso de Operários e Empregados, que reúne todos os operários e os empregados de uma fábrica e que decide a

política daquela fábrica, tanto a política de produção quanto a política de aplicação do que eles chamam de investimentos de bem-estar. E quem decide onde construir casas, quantas casas construir, quem vai receber etc. Quem decide a política concreta, quem elege o chefe da seção, o diretor da fábrica, o gerente etc. é este chamado Congresso de Operários e Empregados.

Do ponto de vista de base, eles estão desenvolvendo uma certa experiência democrática, mas, na minha opinião, o grande problema que eles não decidiram ainda é como essa democracia de base se expressa no poder central. A partir das eleições diretas ao nível de cantão e ao nível de município, todo o resto é indireto, é por representação. São as assembléias que elegem para a próxima assembléia e até para a Assembléia Popular Nacional. São todas eleições indiretas e os mecanismos de consulta do poder central com a democracia de base, na minha opinião, ainda estão obstruídos. Eles não conseguiram criar mecanismos de consultas gerais. Por exemplo, a eleição direta para a Presidência não existe. O universal e secreto só existe ao nível de base. São problemas concretos, mas pelo menos estão agora presentes nas discussões da sociedade chinesa. Nós podemos pelo menos ter esperança de que eles vão discutir, eles vão tentar alguma saída, o que não havia até algum tempo atrás.

Os salários

Há uma série de coisas desse tipo, mas que demandariam tempo. Dois pontos apenas vou destacar agora: os salários e as multinacionais. Há uma política flexível de salário, embora ela também seja unificada num determinado nível. Há um mínimo, unificado para todo o país, que eles chamam de salário básico. A partir daí, dependendo da situação de cada empresa e de cada região, as empresas podem ter uma política diferenciada, que negocia com o Congresso de Operários, que negocia com o sindicato, de complementos a essa base salarial, que pode ir até duas ou três vezes essa base salarial. Agora, eles têm cuidado para não estourar muito isso, para também não estimular demais o consumo, porque senão vem uma pressão no processo produtivo e cria atritos. O Estado mantém um certo

controle em torno dessas variações. Digamos que há uma base e um teto. A diferença salarial máxima na China, em geral, é de um para três. Em casos excepcionais, vai um pouquinho mais, mas o governo mantém um certo controle sobre isso. Outra coisa que se tem que levar em conta no salário na China é que moradia e uma parte grande da alimentação básica é subsidiada. Moradia, por exemplo, é no máximo 5% do salário. Os alimentos básicos, arroz, pão, trigo etc. têm também um teto que não se modifica praticamente há 30 anos. Há uma série de outros subsídios: transporte, creche que as empresas dão, e assim por diante. Saúde é completamente grátis. Tudo isso, em realidade, não permite que se possa medir o salário somente pelo valor monetário, é preciso ver o salário real. Essa parte complementar, que permite uma aproximação maior do teto, isso é negociado em nível de empresa em geral. Os sindicatos hoje atuam muito nisso. Durante certo tempo, o sindicato tentava apenas aumentar a produtividade. Hoje, não. O sindicato continua participando do plano da empresa, da administração, mas ele também atua no plano reivindicativo, porque é preciso também fazer uma pressão sobre a direção e sobre o Estado para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Hoje o sindicato mudou um pouco de função em relação ao período anterior.

Controles sobre o capital estrangeiro

Quanto à entrada de capital estrangeiro, a China tem hoje uma política determinada em relação a isso. Eles estabeleceram algumas zonas especiais, alguns portos do país onde pode haver inversões estrangeiras. Em geral, são joint-ventures, quer dizer, associações com empresas chinesas. Elas não podem ir para outros lugares, só podem se instalar nessas zonas, com algumas condições básicas. Primeiro: que a empresa estrangeira traga tecnologia de ponta. Segundo: que a produção seja para exportação, para obtenção de divisas. Terceiro: tempo determinado, ou seja, uma empresa se instala e tem, digamos, 15 anos, com produtividade determinada. Após esses 15 anos, passa a ser propriedade chinesa. O máximo é 30 anos em algumas empresas de maturação mais longa, e o mínimo parece que é de 10 ou 15

anos. Então, findo isso, de acordo com o acerto da lucratividade, essa fábrica passa a ser de propriedade chinesa. E eles fazem experimentações para ver quais desses produtos e qual tecnologia pode ser aplicada no resto do país, sempre sob muito controle. É um pouquinho diferente, digamos assim, de onde as empresas se instalam, ficam eternamente e fazem o que querem.



Apresentação

Cuba só conseguiu libertar-se do jugo colonial espanhol em 1898, ao contrário da maioria dos países da América Latina, que alcançaram a independência política nas primeiras décadas do século passado. A primeira guerra de independência, organizada por grandes proprietários de terras, durou de 1868 a 1878. Derrotados, alguns dos principais dirigentes partiram para o exílio, onde acabaram organizando, sob a liderança de José Martí, uma expedição militar que desembarca na Ilha em 1895. Martí morre logo nos primeiros combates, mas a luta avança rapidamente e a vitória está praticamente assegurada em 1898.

Nesta altura, o governo dos EUA forja um incidente com as tropas coloniais e declara guerra à Espanha. O desembarque de tropas norte-americanas em Cuba frustra o triunfo do Exército Libertador e cria condições para estabelecer a prolongada tutela ianque sobre o país. No plano político, a submissão de Cuba fica sacramentada na chamada Emenda Platt, aprovada por uma Assembléia Constituinte cubana convocada por interventores norte-americanos. Na área econômica, a dependência da exportação de açúcar para o mercado ianque assegura os vínculos imperialistas com os grandes proprietários territoriais e a grande burguesia ligada ao comércio externo e à produção de açúcar.

O movimento operário cubano começa a mostrar sua força no início do século, com influência de imigrantes de orientação anarquista

e socialista. A fundação do Partido Comunista de Cuba, em 1925, expressava a repercussão da Revolução Soviética sobre o movimento operário e também a radicalização política de lideranças estudantis de origem pequeno-burguesa.

A vida dos primeiros anos da república foi dominada pelas disputas entre os partidos Conservador e Liberal, muito semelhantes em tudo, inclusive na disposição de recorrer ao auxílio e à intervenção de Washington para resolver suas disputas. O crescimento da agitação social e política levou em 1925 à ditadura de Gerardo Machado, que se manteria no poder às custas de violenta repressão até 1932.

Neste ano, sob o efeito das repercussões da crise econômica mundial e em meio a um forte ascenso da luta popular, Machado fugiu do país, pressionado por uma greve geral de 45 dias e também pelos EUA, interessados em estabelecer um governo mais sólido para proteger seus interesses.

O governo imposto pelos ianques se revelou mais frágil ainda face à luta popular, o que conduziu a novo golpe militar, ainda em 1932. Na liderança do movimento, estava o sargento Fulgencio Batista. O novo governo era bastante heterogêneo. Dele faziam parte, além do próprio Batista, políticos comprometidos com reivindicações populares e democráticas. As tensões dentro do governo se acentuaram progressivamente, em meio a algumas conquistas sociais importantes e ao avanço do movimento operário e popular. Este quadro levou a uma progressiva direitização dos governos que se sucediam.

Em 1952, para impedir a vitória do Partido Ortodoxo, que alcançara enorme apoio popular, Fulgencio Batista lidera um golpe de Estado e se estabelece no poder como ditador. O jovem advogado Fidel Castro, a esta altura membro do Partido Ortodoxo, organiza junto com outros companheiros uma tentativa de assalto ao importante Quartel Moncada, para depor Batista. O fracasso do levante, em 26 de julho de 1953, leva à morte de muitos dos revoltosos. Fidel e um pequeno grupo consegue sobreviver nas montanhas, acabando por ser preso algum tempo depois.

Levado a julgamento, Fidel assumiu a sua própria defesa, expressa no conhecido discurso “A história me absolverá”, onde lança as bases programáticas do que seria depois o Movimento 26 de Julho.

Libertados em 1955 por uma anistia geral arrancada do governo pelo crescimento da luta democrática e popular, Fidel e seus companheiros tentam participar da vida política legal, sendo perseguidos sistematicamente pela polícia do regime. Por fim, optam por retomar o caminho de Martí e dos patriotas do final do século, partindo para o exílio, onde pretendiam organizar um desembarque na Ilha para começar a luta armada.

No México, o grupo de revolucionários se prepara militarmente e estabelece articulações com grupos urbanos em Cuba. O Movimento 26 de Julho torna-se conhecido e procura atuar de forma coordenada com outras forças políticas, em especial o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular (nome oficial do antigo Partido Comunista).

Em dezembro de 1956, 82 revolucionários partem do México a bordo do iate Granma. Entre eles, Ernesto Che Guevara, jovem médico argentino que aderira ao grupo. A viagem enfrenta inúmeros contratempos. A série de movimentos urbanos e rurais programados para coincidir com o desembarque acaba despertando a atenção da ditadura, o que facilita a repressão. Sob o comando de Fidel, apenas 22 homens conseguem chegar às montanhas. As dificuldades iniciais vão sendo superadas com o estabelecimento de contatos com os grupos urbanos e as primeiras ações armadas vitoriosas contra as tropas do exército de Batista.

O avanço da guerrilha, superando todas as dificuldades, articula-se com a ação revolucionária urbana e rural, incluindo-se o ataque a objetivos militares nas cidades e a frustrada greve geral de abril de 1958. No final deste ano, o fulminante avanço militar da guerrilha leva à fuga de Batista, em 1º de janeiro de 1959. Nos dias seguintes, o Exército Rebelde ocupa Santiago de Cuba e Havana. O novo governo incluía políticos de oposição moderados, tendo Fidel Castro como primeiro-ministro.

As primeiras medidas de caráter popular e antiimperialista precipitam o conflito com os EUA e com forças de oposição moderada que

apoiam de início o novo governo. A sabotagem de Washington culmina com o desembarque de mercenários norte-americanos na Baía dos Porcos, em 1961, derrotados rapidamente. Em 1962, a “crise dos foguetes” se resolve com a retirada dos mísseis soviéticos e o compromisso dos EUA de não invadir Cuba.

Ainda em 1961, Fidel pronuncia importante discurso declarando o caráter socialista da Revolução Cubana. Em 1965, funda-se o Partido Comunista de Cuba, resultado da fusão do Movimento 26 de Julho, do Diretório Revolucionário e do Partido Socialista Popular (PSP), antigo Partido Comunista.

JUAN VALDÉS PAZ

Ainda que a experiência cubana tenha pontos em comum com todos os processos revolucionários que possamos examinar, há também aspectos específicos ligados a particularidades da sociedade cubana, com o que a sociedade cubana era na década de 50, com os fatores históricos em geral. Talvez a contribuição mais importante da vanguarda política cubana nessa etapa tenha sido precisamente conseguir uma estratégia adequada a partir de um diagnóstico da sociedade cubana na década de 50.

Era um país cujo processo de independência não fora concluído. A guerra pela independência resultou na ocupação norte-americana da Ilha, sob a qual se criou um sistema político que assegurava a permanente intervenção dos Estados Unidos na vida política do país. A estrutura econômica básica era uma grande fonte de açúcar voltada para as necessidades de mercado dos Estados Unidos. No fundamental, um país agroexportador, quase de um só produto. O açúcar representava perto de 80% de todas as exportações e entre 30 e 40% do produto nacional. Toda a vida do país girava em torno desta atividade econômica.

Os sujeitos sociais que se foram perfilando ao longo dos anos sobre este cenário são, em parte, características de Cuba e um tanto diferentes do resto da América Latina. Na sociedade rural cubana, pesava muito pouco o campesinato, havia um predomínio quase to-

tal do proletariado agrícola. A agricultura estava organizada em sua maior parte em grandes unidades, muitas delas vinculadas ao capital industrial açucareiro. Ou seja, uma parte importante da cana, das plantações, era por sua vez propriedade dos donos das indústrias.

Aparece aí o peso da inversão direta norte-americana nestas atividades econômicas, tanto na indústria açucareira quanto nas plantações de cana. Defrontavam-nos não somente com uma intervenção política, mas com uma conformação política e uma deformação econômica em função dos interesses norte-americanos. Era uma presença direta do capital norte-americano nas atividades econômicas, não somente como o grande comprador, mas também como o grande produtor do país.

O capital norte-americano em Cuba começa o século XX com uma concentração de quase 70% no setor agroexportador. Na altura dos anos 50, porém, permanecia neste setor apenas 30 a 40% do capital norte-americano. O resto tinha se deslocado, em alguma medida, para setores de indústrias ligadas a transnacionais, mas principalmente para o setor de serviços. O capital norte-americano apresenta, nas vésperas do triunfo revolucionário, o maior nível de presença histórica, entre 1, 4 e 1, 5 bilhão de dólares de inversão direta.

Com sua diversificação pelos setores econômicos, a maior parte do proletariado industrial e do setor açucareiro enfrenta nas suas reivindicações empresas norte-americanas. O proletariado açucareiro apresentava a situação de maior exploração desta classe trabalhadora, enquanto o proletariado ligado às empresas de capital transnacional na indústria ligeira e nos serviços tendia a representar segmentos privilegiados do proletariado e, portanto, do movimento sindical.

Encontramos na época uma relativa concentração de população no setor urbano. Em 1953, mais de 60% da população se encontrava nas cidades e povoados de mais de 5 mil habitantes, que foi o índice utilizado pelo censo daquele ano. Além dessa alta concentração urbana, o caráter das indústrias açucareiras dava uma fisionomia particular no campo cubano, que não era tão campo, tão rural, como em outras sociedades latino-americanas, mas, sim, uma sociedade rural marcada pela presença do complexo agroaçucareiro. Cada “central”

era mais ou menos uma concentração semi-urbana, com grandes vias de comunicação, grandes redes ferroviárias na área rural etc. Não existia algo como uma sociedade rural isolada, mas, sim, uma interpenetração entre a zona rural e a sociedade urbana, jogando o complexo açucareiro um papel de influência, de urbanização no cenário rural.

A Ilha de Cuba não apresenta grandes diferenças geográficas, com exceção dos montículos montanhosos não muito grandes, situados nos extremos e no centro da Ilha. É praticamente uma grande planície, relativamente estreita, 150 quilômetros de largura média, o que assegura alta comunicabilidade, além de que havia um alto desenvolvimento dos meios de comunicação. Assim, embora existissem zonas relativamente isoladas, visto em seu conjunto era um país altamente integrado pelo acesso físico e pelos meios de comunicação. Portanto, o sistema político-burguês dependente instaurado em Cuba tinha uma alta capacidade de integração da população em seu conjunto. A Revolução tinha a alternativa de utilizar essas próprias condições para conseguir uma alta integração ao movimento político do conjunto da população cubana. Podia-se implantar um projeto que atingisse toda a Ilha, contendo uma só mensagem política à totalidade da população.

Tínhamos um peso relativamente alto da burocracia, o setor de empregos constituído pelo gasto público. Dizia-se que o Estado era, depois da indústria açucareira, o segundo empregador do país. Isto era muito importante do ponto de vista dos setores dominantes, porque o jogo político sobre os empregos públicos criava a possibilidade de que os partidos no governo pudessem, mediante emprego público, cooptar parcelas importantes da população, um forte mecanismo de divisão dos setores populares.

A burguesia cubana tinha um peso relativamente pequeno no conjunto da população. O caráter dominante da fração comercial açucareira refreava e limitava a expansão de um setor da burguesia industrial emergente. O setor ou a fração do capital comercial era muito forte, em grande medida, porque os vínculos comerciais com os Estados Unidos reforçavam o caráter dominante desta fração. A grande proximidade geográfica facilitava o acesso às mercadorias nor-

te-americanas. Teria sido necessária uma enérgica política de proteção do mercado interno para estimular o desenvolvimento industrial, o que nunca ocorreu. A história de Cuba está cheia de anedotas acerca da intervenção taxativa do embaixador norte-americano protestando por que se desenvolveu o arroz, por que se elevou uma tarifa ou por que se favorecia a uma indústria local etc. Os Estados Unidos não somente dispunham de um mercado fácil, próximo, preferencial, mas também de um mercado aberto a seus excedentes econômicos.

Cuba recebia não apenas bens industriais, o que podia explicar o atraso do desenvolvimento industrial do país, mas também excedentes agrícolas de todo o tipo. Cuba é um grande consumidor de arroz, e nos Estados Unidos sobra arroz; somos grandes consumidores de gordura, e a gordura é um excedente industrial norte-americano, e assim sucessivamente. Era quase impossível estabelecer uma política de proteção que pudesse produzir um desenvolvimento substitutivo das importações procedentes dos Estados Unidos e levar ao eventual crescimento de setores burgueses emergentes. Não obstante, como resultado de um processo revolucionário abortado nos anos 30, que obrigou a burguesia a fazer concessões econômicas e a pactuar certa redistribuição da renda com os setores populares, os anos 40 e 50 assistiram a um crescimento do mercado interno que, se não levou ao domínio de uma burguesia industrial, permitiu uma ampliação da sua força. Acentuo a existência deste setor porque, como explicaremos depois, por um longo tempo, este pode ser um aliado da Revolução e, por muito tempo, a estratégia da Revolução esteve orientada a construir uma aliança com este setor que, supostamente, deveria ser, por todas as razões explicadas, nacionalista.

A crise estrutural dos anos 50

Um dos triunfos da estratégia para a tomada do poder foi que a vanguarda política pôde conseguir um diagnóstico preciso da situação da sociedade cubana. Havia uma crise socioeconômica, de caráter estrutural, insolúvel por meio de qualquer projeto reformista burguês. A indústria açucareira dominava o destino do país, mas a produção açucareira havia retrocedido, estava estancada e, para

sustentar os preços, devia-se impedir qualquer crescimento. Como a população seguia crescendo, a produção açucareira *per capita* havia caído cerca de 50% em menos de duas décadas. Não havia saída econômica e as possibilidades de desenvolver uma estratégia desenvolvimentista, substitutiva de importações, apoiada no mercado interno, como vimos em alguns países do continente, o Brasil entre eles, estava bloqueada pela absoluta dependência política a que já me referi.

A aliança dominante, formada pelo capital exportador e agroaçucaireiro, não estava interessada em nada parecido a uma expansão do mercado interno. O lucro deste setor dependia dos preços do mercado mundial, sobre os quais não tinha nenhum controle e que tendiam a cair. Portanto, o lucro do setor açucareiro dependia de manter o custo de produção o mais baixo possível, e o custo fundamental era a força de trabalho. Todos os mecanismos da sociedade cubana estavam voltados para que o custo da força de trabalho açucareira fosse o mais baixo possível. Isto explica o paradoxo de que, enquanto existia um exército de desempregados, entre 30 e 40% de toda a força economicamente ativa do país, a estrutura de posse da terra permitia que mais de 50% da terra agrícola não fosse cultivada. O latifúndio tinha sua lógica no interior do sistema de exportação. A concentração de terras separava o proletariado agrícola deste meio de subsistência, negava o acesso à terra ao campesinato, o que garantia um exército trabalhador de reserva de pelo menos 250, 300 mil homens. Este exército de reserva assegurava a disponibilidade da força de trabalho no período de maior demanda, os períodos da colheita de cana, e garantia a baixa permanente do salário agrícola para assegurar a rentabilidade e o lucro do setor açucareiro.

O segundo setor rural, a criação de gado, também de estrutura latifundiária, obedecia a uma lógica semelhante neste caso: altamente extensivo, com baixa ocupação de mão-de-obra, onde o lucro não dependia da quantidade de força de trabalho, mas sim da extensão de terra de que se dispusesse. Criação de gado e açúcar vão determinar a estrutura latifundiária do país e vão ser a base do sistema exportador.

A vanguarda política captou que esta situação não oferecia saídas para a burguesia. Reformas estruturais iriam levar ao confronto com o imperialismo, coisa que, como veremos, a burguesia não estava disposta a fazer em nenhuma medida, em nenhuma de suas frações.

O golpe de Batista

O batistado, o golpe de Estado de Batista, em 1952, com o qual os Estados Unidos queriam se antecipar às conseqüências dessa crise estrutural que se avizinhava, indicou não uma maior força de dominação da burguesia, mas, sim, a sua debilidade para sustentar sua dominação. O pacto político originado no fim dos anos 30 necessitou de um golpe de Estado apenas 20 anos depois. Quer dizer, a dominação burguesa sobre bases modernas, consensuais, com partidos políticos, democracia representativa etc., exigiu, em um lapso de 20 anos, duas ditaduras. Isto expressava claramente a dificuldade do poder burguês para sustentar-se sobre bases consensuais. A vanguarda política captou o caráter crítico da dominação política, a debilidade do regime burguês ao ter que retornar a uma ditadura. E não somente a uma ditadura, mas ao mesmo ditador de 20 anos antes, e ter que fazê-lo sem a base de um partido político ou de uma força social definida, como uma força nacionalista de direita ou setores pró-fascistas. Nada disto era pura e simplesmente o exército, como uma guarda pretoriana, sob a base do qual se assentou a dominação burguesa.

A vanguarda política captou como a política norte-americana, ao promover esta solução, provocou uma fratura no bloco do poder. Esta solução norte-americana dividiu a burguesia, rompeu as regras do jogo com que os setores burgueses haviam pactuado a dominação nas duas décadas anteriores. Mais que isto, criou para o setor popular a possibilidade de penetrar nessa fratura do poder dominante e isolar a ditadura mediante alianças com os setores burgueses de oposição. Aí se teve a inteligência de propor uma política de frente, um movimento político que reunisse todos os setores de oposição à ditadura, e depois converter essa oposição à ditadura em uma força contra o regime econômico-social em etapas posteriores.

A ditadura se somou à experiência de duas décadas de democracia representativa que haviam transcorrido, onde tínhamos tido não somente uma entrega desvairada do país aos interesses norte-americanos, mas também uma política de repressão e desmontagem de todas as conquistas populares alcançadas 20 anos antes. A corrupção levou a uma falta de legitimidade total e a um desastre completo dos partidos políticos burgueses, inclusive aqueles que tinham um caráter mais reformista, mais progressista, como é o caso do Partido Ortodoxo, em cuja juventude se iniciou o próprio Fidel. Saber que o presidente da República, no caso de Carlos D. Alcarraz, era um co-cainômano, um drogado, não iria dar muito prestígio à democracia representativa.

O programa

Outro componente da estratégia política foi o diagnóstico do nível de consciência alcançado pelas massas naquele momento para elaborar um programa que incluísse esta consciência política, mas que não a rebaixasse excessivamente. Quer dizer, captar qual era o nível de desenvolvimento da consciência, que reivindicações já estavam fortemente arraigadas na consciência popular e apresentar um programa que significasse um avanço na sociedade cubana. Não um programa que rebaixasse excessivamente a consciência popular, mas que ajudasse a impulsionar esta consciência. A inteligência da vanguarda política cubana foi poder construir este programa, que está representado no famoso discurso “A História me Absolverá”, de Fidel Castro.

Além do programa, um grupo de revolucionários organizados atacou o segundo quartel militar do país. Militarmente foi uma derrota, mas houve um triunfo político. Primeiro, porque comoveu o país; segundo, porque envolveu a juventude; terceiro, porque definiu o núcleo do que seria a vanguarda política. Um caso de derrota militar que se converte em um êxito político inclusive porque esta vanguarda conseguiu rapidamente definir um programa capaz de ser a plataforma de um movimento social ascendente.

Neste programa, havia três aspectos que nos parecem essenciais. Primeiro, o programa contemplava todas as reivindicações da sociedade cubana, desde a independência nacional até os objetivos que não haviam sido cumpridos no regime burguês, sobretudo a reforma agrária. Na Constituição de 1940, resultado daquela revolução fracassada, não obstante o pacto entre a burguesia e os setores populares, havia um mandato de fazer uma reforma agrária que nunca se cumpriu. Havia muitas outras reivindicações sociais que ou não se haviam implementado ou haviam sido abolidas. A vanguarda política podia apresentar reivindicações que tinham sido pactuadas pela burguesia e haviam sido violentadas, podia retornar uma Constituição progressista como a de 1940 e apresentá-la como uma reivindicação frente à dominação burguesa. Isto era específico da situação de Cuba: já tínhamos historicamente um pacto político não cumprido, que podia ser tomado pelo movimento popular como uma de suas reivindicações mais fortes e ser incluído em seu programa.

Além disso, o Programa de Moncada introduziu pela primeira vez não apenas reivindicações de redistribuição da renda, mas de reformas estruturais, sobretudo a reforma agrária. Por último, o programa introduziu um termo para determinar o sujeito a que se ia convocar: o conceito de povo. Não apresentou uma noção classista, não falou de classes, não fez diferenciações, mas apresentou o sujeito a quem se convocava: o povo. Este conceito, que nós entendemos como relevante para as ciências sociais da América Latina, tinha um duplo sentido. Era conceitual, porque no próprio discurso Fidel define o que há de se entender por povo, listando os setores sociais que eram as classes desprotegidas e dominadas. Na sociedade latino-americana, existem amplos setores de classes em transição, amplas camadas da população que não têm uma conotação classista clara ou que, quando têm uma situação de classe, não têm uma consciência de classe coerente. Um conceito mais abrangente, que incluísse esses setores em trânsito, tinha um caráter mais científico que uma simples divisão da sociedade em classes muito claras, muito definidas, muito delimitadas. O conceito povo tinha esse efeito científico, porém,

mais que isso, tinha um efeito político e psicológico por ser um termo não-excludente.

Quando Fidel explicou esta política da vanguarda, disse: “A Revolução nunca excluiu nenhum setor nem grupo político de seu projeto, nem de sua convocatória”. Um setor nacionalista da burguesia poderia dizer: eu sou o povo; todas as camadas médias da sociedade poderiam dizer: de mim estão falando, eu sou o povo. É muito difícil que a oligarquia açucareira diga: eu sou o povo, porém, talvez, quem sabe. Também esta convocatória universal fazia parte da força deste programa, permitia atingir a oposição ao batistado da maneira mais ampla possível.

Linha de massas, vanguarda e unidade

O outro elemento dessa estratégia era a linha de massas. Talvez eu aqui antecipe algo que poderá ser discutido melhor. Pessoalmente não encontro nada na história da Revolução Cubana parecido a isso que depois encontraríamos na literatura do Continente como sendo o modelo cubano ou o foquismo. Realmente é muito difícil encontrar na história do meu país algo que se explique como foquismo, se bem que estivesse claro para a direção do processo ou para a vanguarda que a estratégia de luta se definiu como uma estratégia político-militar e que a vanguarda se organizou com uma estratégia político-militar. Todo o tempo existiu uma relação entre a serra e o plano, como se diz na linguagem cubana, e entre a vanguarda e o movimento de massa. A luta era político-militar e criaria condições para uma greve geral revolucionária, não um simples golpe de Estado, mas uma greve geral revolucionária. Havia todo o tempo a concepção de que esta guerra se estava fazendo para romper o aparato militar, a força principal da ditadura. Mas o projeto político compreendia o conjunto da sociedade e houve constantemente uma interação. Inclusive eu tenho a impressão de que há mais mártires urbanos que rurais na luta cubana, coisa que se explica em parte pelo efeito da repressão, mas a repressão também se explica pela força da luta urbana. E no 26 de Julho a força revolucionária mais importante não é somente uma força político-militar. É um exército rebelde, mas tam-

bém um movimento sindical, uma frente de organizações de massa, uma frente estudantil, é uma articulação de frentes. Nada parecido a um foco de heróis alçados em uma montanha somente, irradiando com o exemplo, embora fosse isto também.

Além desta característica da estratégia de luta, eu gostaria de acen-tuar três componentes que nos parecem importantes na estratégia. Primeiro, o caráter da liderança, dos líderes. Não vou estender aqui um elogio a Fidel, porque Fidel é uma sorte que nos coube. É uma sorte para Cuba ter Fidel. Porém, seguramente, nós sempre temos essa sorte, então não vou dar ênfase nisso. Dizia Neruda, invocando Bolívar, que a cada cem anos desperta o povo, a cada cem anos se pode ter um grande líder. Cuba teve a sorte de ter Martí no fim do século passado e Fidel agora. Os dois são muito parecidos, por razões que explicam alguma coisa da cultura política cubana.

O caráter exemplar da liderança personifica, de alguma maneira, a mudança que se queria fazer na sociedade cubana. A idéia de que é uma geração pura, que se sacrifica, que recupera os valores nacionais. A geração que assalta o Moncada assemelha-se à geração do centenário de nascimento do Apóstolo, de Martí, a idéia de que se está continuando a tarefa histórica inconcluída. Uma liderança que se vincula à história, que pode ser marxista e, portanto, é um pouco alemã; que pode ter aprendido com a Revolução Russa, e, portanto, é um pouco soviética; que pode haver participado da guerra da Espanha, e, portanto, é um pouco espanhola; porém, que sobretudo está explicada e vinculada à análise da história nacional. Esta é uma das artes mais excepcionais de Fidel: ter conseguido um discurso totalmente coerente entre a mudança social contemporânea e a história nacional. E o caráter ético exemplar da vanguarda, isto que está em Fidel, que está no Che, que marcou a Revolução, dá o exemplo: não somente a inteligência, mas também o sacrifício.

Houve a reconstrução de algo que estava no pensamento martiano, que é a união entre ética e política, rompendo essa separação que se havia produzido na república burguesa de que a política é uma coisa e a ética, a moral social é outra. Os companheiros que leram o encontro de Frei Betto com Fidel, *Fidel e a Religião*, encontrarão

este sentido de ética e política. Esta união da ética e da política é eventualmente uma ética cristã por razões de formação; porém, se nossa cultura tivesse sido islâmica, o problema teria sido o mesmo.

E aqui junta-se um outro fator que é o caráter prioritário da unidade. Sei que todos os partidos políticos falam de unidade e me parece ser a coisa mais rara do mundo. Mas em Cuba existia uma consciência muito generalizada na vanguarda política de que o país somente tinha podido avançar nas oportunidades em que conseguiu se unir. Fomos a última colônia da Espanha. Fizemos uma Guerra de Independência de dez anos que fracassou, e todos os escolares cubanos sabem que fracassou pela desunião dos cubanos. Essa era uma consciência difundida inclusive no tempo da República. O grande trabalho de Martí, a grande liderança de Martí, pela qual o chamaram de Apóstolo, foi construir a unidade. Não é apenas o grande militar, o grande caudilho militar, mas o líder que uniu os cubanos novamente. E sobretudo o fez ao redor de uma única organização política, criando o precedente de um partido único, no redor do qual se unem os cubanos para um projeto nacional. O outro momento em que quase a força popular consegue um êxito foi a luta contra a ditadura de Machado nos anos 30, expressamente quando se torna a produzir esta unidade da força política. A vanguarda política da revolução mostrou desde o princípio que a unidade era condição de triunfo e de sustentação e a este princípio subordinou todos os demais. Muitas discussões e debates, intelectualmente válidos e úteis, foram propostos em virtude deste princípio da unidade. Unidade que sempre foi cada vez maior e mais forte, mas que teve que ser construída. Não foi uma unidade espontaneamente conseguida ante o simples propósito de derrubar Batista, porque contra Batista lutavam pelo menos quatro organizações político-militares e, como já disse, grande parte da burguesia nacional. Foi necessária a construção permanente e a defesa desta unidade.

O enfrentamento com o imperialismo

Quando a Revolução triunfa, se apresenta uma situação inédita, que nunca havia ocorrido. A Guerra da Independência fora frustra-

da com a intervenção norte-americana, que durou oito anos, seguida por mais intervenções de forças norte-americanas nos dez anos subseqüentes e a aceitação de direitos de intervenção nos 30 anos seguintes, com a presença de bases norte-americanas no país, das quais nos ficou uma. Com a presença norte-americana, obviamente, cessava toda a aspiração verdadeira à autodeterminação. Com o triunfo da Revolução, pela primeira vez se apresentava uma opção de poder popular, com uma força militar própria e com o domínio do Estado burguês destruído. Era possível a opção de transformar a sociedade cubana.

Fazendo o papel de teórico do Caribe, penso que todo país periférico, toda sociedade dependente se coloca algumas tarefas históricas básicas: independência, absoluta autodeterminação, absoluta soberania e o grau de independência econômica que é possível no mundo de hoje; a construção de um Estado popular, com o estabelecimento de uma democracia participativa; a solução do desenvolvimento econômico; a justiça social; e a revolução cultural, para resolver o problema da identidade cultural do povo. Essas tarefas históricas podem seguir uma ordem ou outra, conforme as circunstâncias. Porém, o que a experiência histórica mostra é que, se houvesse uma ordem, se fosse possível pô-las em uma ordem, parece-me que a primeira a resolver é a construção de um Estado popular. Discute-se se algumas destas tarefas podem ser resolvidas de fora do Estado popular. Bem, a experiência histórica pode sempre enriquecer-se. Porém, diríamos que a experiência histórica até hoje é que a condição para enfrentar as restantes é poder constituir um Estado popular.

O exame da história cubana provaria muito facilmente que para resolver qualquer destas tarefas aqui mencionadas havia que enfrentar o imperialismo. A presença do imperialismo na sociedade cubana era de tal ordem que era impossível começar a resolver alguma dessas tarefas sem confrontar o imperialismo. Portanto, todas as políticas orientadas a estas metas históricas implicavam confrontar o imperialismo norte-americano na primeira linha. O imperialismo foi surpreendido pelo triunfo popular. Pensava que podia ter uma fórmula de retorno de Batista, uma solução a que estava habitua-

do na história latino-americana e na história cubana em particular. Subestimava o movimento popular. E a vanguarda política foi suficientemente inteligente para ganhar tempo para um confronto inevitável.

O “suicídio” da burguesia

Outro elemento para se ter em conta é o que se passou com a burguesia. Na cena do movimento revolucionário cubano, incluído o velho Partido Comunista, existiam setores que acreditavam firmemente que nessa confrontação poderíamos resgatar um setor da burguesia, um setor nacionalista burguês ligado aos interesses do mercado interno, dotado de uma consciência histórica nacionalista burguesa, com o qual se poderia fazer uma aliança. Na política da Revolução Cubana, nos dois primeiros anos, se verá que todas as ações eram orientadas para este fim. Mas a burguesia demonstrou que não estava destinada a participar de uma revolução popular antiimperialista. Se tivesse existido algo como um setor nacionalista burguês, provavelmente este teria introduzido na estratégia de mudança da Revolução outro ritmo, outras características. Não teríamos talvez enfrentado alguns problemas da transição que tivemos. Porém, a história de Cuba demonstrou, e muito rapidamente — outros povos necessitam de muito tempo para descobrir isto —, que os burgueses não estão dispostos a identificar-se com a nação. Em Cuba, isso foi muito rápido, muito simples: bastou que os Estados Unidos anunciassem sua desaprovação, sua inimizade, sua oposição ao curso da Revolução; que nos ameaçasse com suprimir a cota açucareira cubana que era habitual, condenando-nos ao fundo do oceano. Se os Estados Unidos não comprassem o açúcar, e eram compradores de 80% do produto, estava claro que a subsistência da Revolução estava ameaçada.

Bastou essa ameaça, nem mesmo que a executassem, para que a burguesia cubana inteira, em massa, fosse hostil a uma opção antiimperialista, que não era marxista, mas puramente martiana. Está no discurso martiano a idéia de que esta Revolução a fazemos não só pela independência de Cuba, como para barrar o acesso dos Estados

Unidos sobre os países da América. Esse era o plano martiano, não marxista, embora por suposição também marxista. O bloqueio detonado enfureceu massivamente a burguesia e ela se passou para o inimigo. No caso cubano, para nossa sorte, ela não partiu para fazer guerra. Era uma burguesia tão débil, tão pobre, que não estava disposta nem a fazer sua guerra contra-revolucionária. Não era como a burguesia chilena ou nicaragüense. A burguesia cubana se foi para Miami para que o exército norte-americano fizesse a sua guerra e lhe devolvesse o país. Qualquer burguês cubano abandonava sua casa e sua empresa, dizendo: “Esperem aqui que regresso em três meses: isso é o que vai durar”. Um caso, talvez único na história, de uma classe que se suicida massivamente, que se vai, que não defende nada, não fica; uma classe totalmente entregue à opção imperial.

Creio que esta é uma circunstância que não vai se repetir, porque a política norte-americana não a fomenta mais. Os norte-americanos aprenderam depois que este foi um erro estratégico de sua política. Pensavam que iriam paralisar o país com o êxodo da burguesia, porque ela levava o *know how*, levava parte da riqueza, levava as camadas médias qualificadas, e o país ficaria paralisado. Enganaram-se nisso e pagaram o preço de não ter nunca mais uma base social em Cuba. Um exemplo disto é que os ianques mantêm a “Contra” lutando nas serras nicaragüenses, mas não fazem a contra-revolução em Manágua para não afastar os burgueses. É uma mudança de estratégia.

Este “suicídio” da burguesia parece explicar a precipitação, o caráter acelerado que tem o processo cubano, o processo de mudança vertiginoso que nós vivemos. Fomos seguidamente ultrapassados pelos acontecimentos. Não éramos socialistas e já o país estava socializado. Fizemos uma reforma agrária e, enquanto os experts discutiam se era conservadora ou não, já havia arrasado com 40% da propriedade privada. Tudo foi realmente vertiginoso. Metade das terras expropriadas até 1961 é o resultado da aplicação da lei e a outra metade é resultado do abandono do território nacional pela burguesia agrária. Os acontecimentos levaram a Revolução a estabelecer políticas de mudanças aceleradas. Esta característica do processo cubano, às vezes apresentada como modelo cubano, resultou das condições

que a guerra e o imperialismo impuseram ao país e não necessariamente da estratégia que a Revolução Cubana teria seguido. Se isto permitiu um socialismo instantâneo, nos cobrou um custo social e político muito alto, sobretudo um custo econômico muito alto. Isto explica por princípio, não por tática política, mas por princípio, nosso pleno acordo com o projeto sandinista.

Na constituição de um Estado popular, se falava até em formar um exército com os resíduos do exército republicano, mas na realidade não se fez nada disso. Todas as forças do exército republicano foram dissolvidas, não restou no Estado popular um soldado, um policial, um agente do aparato militar-burguês que caiu. Tampouco digo isto como uma categoria universal. Esta foi também uma condição altamente favorável para enfrentar depois a luta contra-revolucionária, a possibilidade de constituir um Estado popular relativamente livre de contaminação.

O novo Estado não se constrói com o governo aparente. O organismo que faz as mudanças e onde realmente está a estrutura básica do poder é o exército rebelde. Quem implementa as primeiras leis de mudanças estruturais? É o exército rebelde. Quem aplica a reforma agrária? É o exército rebelde. Cria-se uma institucionalidade nova, que é o núcleo do novo Estado, até que o velho Estado, ou os resíduos que havia das instituições estatais, ficasse totalmente reformado. O famoso poder dual não é somente um poder dual antes da conquista do poder. Durante um período do novo governo revolucionário vemos que também se constrói uma espécie de novo Estado dual, uma nova institucionalidade revolucionária no país.

O partido único

Não sei se pelas razões apontadas antes ou se por razões da cultura, da política nacional, pelo condicionamento da luta antiimperialista, pela condição da unidade, desde o princípio as forças revolucionárias se orientam para a construção de uma organização revolucionária de vanguarda única. Este único é como um embasamento, como um traslado das velhas organizações comprometidas com o projeto revolucionário na nova organização unitária, onde todas as forças

perdem homens, perdem gente. Quer dizer, há velhos comunistas que não entendem, porque são dogmáticos, ficam no caminho. Há setores do 26 de Julho que não estão dispostos a assumir um projeto revolucionário, antiimperialista, e que também se separam da vanguarda. Em todas as organizações há heróis e há traidores, não há nenhuma organização revolucionária que se pode apresentar na unidade como um corpo limpo, sem pecado. Todos deram mártires, todos têm heróis e todos têm traidores e desafetos. O que surge como uma organização unitária, única, primeiro se chama Organizações Revolucionárias Integradas, depois é um partido, Partido da Revolução Socialista, depois Partido Comunista de Cuba. Porém, todas as definições políticas se desenvolvem sempre no marco de uma organização política unida e única. Um só partido da Revolução.

Repito que, curiosamente, para defender a idéia de um partido único para fazer a revolução, não era necessário o marxismo, pois tínhamos respaldo na tradição política cubana: Martí fundou um só partido revolucionário cubano para fazer a guerra da independência. Nós vamos, portanto, encontrar na nossa tradição, e não na cultura política internacional, a noção de um partido revolucionário único, vanguarda única. Além disso, não existiam outros partidos, pois todos os que existiam se fundiram nesse. Não existia nenhuma outra força política que apresentasse opções de mudanças. Esta era uma circunstância nossa, não quer dizer que não possa haver uma situação em que existiam opções intermediárias. Poder-se-ia pensar em sociedades, como algumas latino-americanas, onde pudesse ter força um programa, digamos, social-democrata, mas não é plausível, porque não há nada para se repartir. Se houvesse algo que repartir, poder-se-ia pensar em uma opção reformista, mas esse não era o nosso caso, onde o imperialismo não estava disposto a nenhuma reforma.

Os primeiros passos

Vou dar o exemplo da reforma agrária: nós formulamos uma reforma agrária que era relativamente conservadora segundo uma leitura superficial da lei da Carta de Havana. Era uma lei conservadora, que deixava 500 hectares de terra aos proprietários. Isso inclusive cria mais

proprietários privados, cria campesinato, digamos que isto inclusive iria eternizar os expropriados cubanos. Nossa reforma agrária era menos radical que a feita pelos EUA no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo. Poderia parecer que a nossa era digerível e perguntar-se: Por que os ianques não aceitaram uma reforma agrária que, curiosamente, dois anos depois, a Aliança Para o Progresso iria propor para todo mundo?

Havia duas razões essenciais. Primeiro, porque, ao pôr um limite à posse da terra, com qualquer limite que tivéssemos colocado (usemos 500 hectares, porém se tivéssemos posto mil ou 2 mil se teria passado o mesmo) teriam sido expropriadas todas as companhias norte-americanas, porque todas tinham não mil, ou 2 mil, mas 20 mil, 30 mil hectares. Qualquer limite significava atingir os interesses norte-americanos no país. Por outro lado, a lei proibia a propriedade estrangeira sobre a terra, o que significava dizer a todas as companhias ianques: regressem a Nova Iorque. E um terceiro elemento era a supressão das “canas de administração”. A lei proibia que o capital dono da central também fosse dono de plantações. Conseqüentemente, não somente se tirava o capital da terra, mas se lhe tirava a indústria açucareira. Menos que isso, uma reforma menor do que essa, não tinha sentido. Mas estas medidas nos confrontavam em toda a linha com o imperialismo. Não existia reforma agrária que não opusesse um confronto radical com o imperialismo.

Tudo isso nos confrontou imediatamente com o imperialismo, confronto que dura até hoje. Os motivos são muitos. Além de atingirmos seus interesses, temos um efeito de demonstração sobre o Continente. Depois, estabelecemos nossas alianças com os socialistas. Somos o país latino-americano mais próximo da fronteira norte-americana, estamos na área que não somente os norte-americanos chamam geopoliticamente de “segurança vital”, mas que chamam politicamente de “hegemonia não-partilhada”. Enfim, somos inadmissíveis. Éramos inadmissíveis e seremos inadmissíveis.

A Revolução se definiu muito rapidamente como um projeto socialista. É verdade que tiramos as indústrias dos burgueses, mas é verdade que os burgueses já se tinham ido. Fomos impelidos a socializar muito

rapidamente a propriedade burguesa e privada no país. Todos recordam que o caráter socialista da Revolução foi declarado às vésperas do ataque à praia Girón, em abril de 1961. Mas as bases reais desse projeto já estavam estabelecidas: conseguiu-se socializar a propriedade privada do país de uma maneira que tornava inevitável uma opção socialista; havia-se conseguido a transformação da consciência política do país de uma maneira acelerada, ao ritmo da luta antiimperialista radical, para a opção socialista; e a Revolução produziu uma quantidade de mudanças, de leis, de reivindicações, acelerou seu projeto de justiça social de uma maneira tão ampla que a opção popular da Revolução, o caráter da Revolução como revolução do povo, a serviço do povo, se tornou uma consciência generalizada muito rapidamente.

Cuba era vista como um país subdesenvolvido, atrasado e deformado, tinha um relativo desenvolvimento capitalista em termos latino-americanos e as classes dominantes acumulavam certo grau de riquezas que poderia permitir uma política redistributiva de riqueza. Nós tínhamos a possibilidade de certa redistribuição da receita real e do excedente econômico. Tínhamos algumas bases objetivas para uma política redistributiva nos primeiros dois anos da Revolução. Esta era uma condição favorável. Mas a partir de 1962 já não tínhamos mais nada a dividir, já tínhamos repartido tudo e, a partir de então, é que começamos a dividir a necessidade, e nisso nos encontramos. Porém, quero ressaltar que tivemos um espaço para fundar uma política redistributiva que ajudou enormemente a formação de uma consciência revolucionária e de uma consciência socialista. Pudemos rapidamente rebaixar os impostos, os custos do serviço público, converter em gratuita a medicina e a educação, melhorar os salários.

Política externa

No plano internacional, muito rapidamente a Revolução se definiu por leis antiimperialistas e pelas ameaças do imperialismo à Revolução. Ficou evidente a necessidade de fazer alianças para garantir a sobrevivência da Revolução, alianças com o campo socialista. Hoje estamos na situação especial e única de um país subdesenvolvido latino-americano que está no Ocidente e que se declara socialista

e terceiro-mundista. Por esta particular inserção no sistema internacional, estamos ligados a uma multiplicidade de papéis e chamados a construir uma política internacional que nos permita dar respostas a essa diversidade. Temos uma aliança com o campo socialista, mas temos um destino ligado aos países do Terceiro Mundo, aos países do Sul. Temos uma tradição revolucionária, socialista, porém estamos no Ocidente. Tudo isto conforma a necessidade de construir uma cultura revolucionária própria e uma política internacional autônoma. Esta autonomia não é puramente ideológica. Somos autônomos porque essa é a melhor maneira de ser, senão a melhor maneira de garantir a Revolução. A multiplicidade de papéis é parte de nossa força internacional. É parte da nossa capacidade de negociações internacionais, com o inimigo e com os amigos.

A política internacional da Revolução, desde o princípio, foi uma arma, um componente na construção do socialismo no país. Não se poderia fazer o socialismo no país sem uma política internacional que assegurasse esta multiplicidade de papéis e assegurasse nossa autonomia e o princípio do internacionalismo. Esse internacionalismo é a condição para cumprir essa multiplicidade de papéis: isto não é americanismo, não é terceiro-mundismo. Não é possível, sem uma política internacionalista, formar as jovens gerações. Um componente essencial da ideologia da Revolução é o internacionalismo. Não é apenas um valor ideológico, mas também uma arma política, uma capacidade de luta da Revolução. O espírito internacionalista e os valores do internacionalismo embasam a formação ideológica dos povos e devem também ser o fundamento da política internacional. Cuba teve desde muito cedo uma política global. Não uma política com os Estados Unidos, não uma política com a URSS, não uma política com outros países, mas uma política global, onde todas essas políticas são coerentes, com base no internacionalismo e incluindo o combate por outros povos.

O desenvolvimento econômico

Sobre o desenvolvimento econômico, a transição econômica, seguramente a maior parte das inquietações aparecerá nas perguntas.

Rapidamente se produziram reformas estruturais no país, dando lugar a uma ampla socialização da economia. Já me referi à reforma agrária, à nacionalização das indústrias e dos serviços e à opção por um caminho socialista. O projeto socialista implicava criar as condições para o estabelecimento de relações socialistas de produção e, por outro lado, criar a base técnico-material, incrementar a capacidade produtiva do país.

Esta opção colocou a necessidade de traçar uma estratégia de desenvolvimento que definisse qual seria a fonte de acumulação, em que setores econômicos faríamos a acumulação, que setores utilizaríamos para o lançamento do centro dinâmico da economia. Ao redor deste ponto, suscitaram-se intensos debates e se cometeram erros e acertos.

Até 1962 e parte de 1963, não estávamos fazendo estratégia econômica, estávamos fazendo políticas econômicas de subsistência, ou seja: a quem vamos vender o açúcar, como vamos lançar as plantas industriais, como vamos trocar o mercado norte-americano por outros mercados alternativos, como vamos manter em movimento a indústria, como vamos assegurar o emprego, como vamos assegurar a alimentação do país. Os dois ou três primeiros anos foram ocupados por políticas de subsistência e defensivas. Os Estados Unidos estabelecem um bloqueio econômico que dura até hoje, onde estão incluídos até os alfinetes, até a aspirina, tudo está no bloqueio econômico. Além disso, estivemos sempre à espera de uma agressão norte-americana direta, cuja ameaça não fica relativamente contida até a crise de outubro de 1962. Até então, até que não se pactuasse com os Estados Unidos o compromisso de não invadir Cuba, a Revolução viveu as circunstâncias de esperar uma invasão direta. Depois do fiasco da praia Giron, em que fracassou a utilização de um exército mercenário, a única opção norte-americana de vencer a Revolução era uma intervenção direta, coisa que não sucedeu em Cuba, mas que aconteceu na República Dominicana pouco depois.

No debate sobre o caminho a seguir, há um primeiro momento em que a direção cubana sofre a síndrome do açúcar: odiamos a cana, a cana é a dependência, o açúcar é a dependência, o açúcar significou

a escravidão, o açúcar significou o imperialismo ianque, o açúcar significa desemprego e a miséria rural. Há uma síndrome do açúcar e a primeira reação são políticas de desenvolvimento alheias ao setor açucareiro, o que na prática deu lugar quase a um desastre no país. A safra açucareira, que era de mais de 5 milhões de toneladas, caiu a menos de 4, quase 3,5. Em pouco tempo, enfrentamos uma queda do produto nacional. Apesar de que se incrementava a agricultura montanheira, apesar de que se incrementava a produção industrial sob o estímulo do mercado interno, na realidade a queda do mercado açucareiro anulava qualquer outro progresso.

Muito rapidamente, a direção cubana entendeu que tinha que se curar da síndrome do açúcar e aproveitar a capacidade açucareira do país, quer dizer, empreender um caminho açucareiro. Daí a meta de chegar a 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970, o desenvolvimento canavieiro no país etc. Elaborou-se uma teoria, uma estratégia econômica, retomando a agricultura como o setor dinâmico, inclusive a agricultura não-canvieira, a partir do qual, com mais vantagens comparativas, pudemos produzir um dinamismo no conjunto da economia.

Desde então, esse é o núcleo da política de desenvolvimento do país: assegurar um desenvolvimento açucareiro, diversificar a agricultura, diversificar a indústria para a agricultura, fazer insumos e ir desenvolvendo alguns outros projetos mais complexos e de mais longa duração. Neste período, conseguimos diversificar a agricultura e converter o cítrico em segundo setor de exportação agrícola. Conseguimos desenvolver outros projetos, como o do níquel. Em Cuba, há uma reserva de níquel muito importante, das maiores do mundo, que poderia substituir em um segundo momento a participação açucareira na exportação. Mas o níquel demanda problemas tecnológicos que ainda não estão resolvidos e o bloqueio norte-americano sobre o níquel cubano é muito forte. De maneira que, embora tenhamos aumentado a produção do níquel, esta ainda não nos ajuda muito a obter divisas no mercado mundial. O país tem sérios problemas energéticos. Não temos petróleo, só pequenos bolsões que não cobrem nem 10% do consumo. Dependemos da importação total de ener-

géticos. Estamos desenvolvendo projetos atômicos, eletr nucleares, para aliviar a pressão sobre a importação de carburantes de petróleo. Porém, acerca das estratégias de desenvolvimento, seguindo o debate inicial, como as opções não são muitas, digamos que há um consenso generalizado entre nossos economistas de que essas são as únicas opções: açúcar; diversificação agrícola; indústria; desenvolvimento da mineração, fundamentalmente o níquel; e desenvolvimento nuclear. Agora, iniciamos também projetos de desenvolvimento da eletrônica e da computação.

A direção da economia

Há também outro elemento de transição na economia, que deu lugar a muitas discussões: sobre que sistema, direção e organização da economia vamos desenvolver o socialismo em Cuba, sobre que sistema de planos, sobre que sistema de controles, sobretudo sobre que sistema de estimulação do trabalho, como vamos medir o comportamento econômico etc. São conhecidos os debates cubanos dos primeiros anos, a proposta do Che, a filosofia do Che sobre o que chamou de *Sistema Presupuestario de Financiamiento*. Depois de muitos erros, optamos por um sistema de organização e de direção da economia fundamentada em autofinanciamento. Agora, depois de 15 anos de aplicação desta variante, está aberta uma discussão no país, o processo de retificação, uma discussão de fundo sobre o sistema de direção e organização da economia. Voltaremos a falar sobre isso mais tarde.

A vida demonstrou que a alta dependência da economia cubana frente aos fatores externos, incluindo-se aí a ajuda internacional, o comportamento do mercado mundial, o impacto das relações econômicas internacionais etc., fatores que seguem tendo um impacto muito forte, ainda que em condições de uma economia socialista, esta dependência cruza o ordenamento socialista e introduz um grau de instabilidade na economia que o planejamento não pode resolver senão em uma medida limitada.

Outra experiência amarga é que a mudança de estrutura econômica é muito mais difícil do que havíamos pensado no começo da

Revolução. O peso da exportação do açúcar no conjunto da economia, o peso dos produtos primários na produção e a dependência do mercado externo formam um conjunto de fatores estruturais que só puderam ser modificados ou compensados muito limitadamente. Com isto, a direção da Revolução Cubana foi percebendo que o estabelecimento de um regime socialista é uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar o desenvolvimento, mesmo contando com a ajuda do campo socialista. É necessário ligar a luta pelo socialismo por uma luta pela mudança das relações econômicas internacionais, sem a qual nenhum país periférico poderá promover uma mudança substancial de sua estrutura.

No que conseguimos avançar, grande peso teve a racionalidade do regime socialista, o melhor uso dos recursos, ter um horizonte de desenvolvimento definido a longo prazo, o esforço do povo pelo desenvolvimento, a política de massa do desenvolvimento da economia, e também a ajuda do campo socialista e a integração da economia nacional ao campo socialista, sem o qual teria sido impossível a subsistência.

Esta integração tem sido quase totalmente proveitosa, porém não deixa de ter dificuldades. O campo socialista não resolve todas as necessidades cubanas e esta integração está também em função do próprio desenvolvimento do campo socialista, correlaciona nosso desenvolvimento ao desenvolvimento do próprio campo socialista, onde há muitos sucessos, porém também há dificuldades. A integração significou para o país uma mudança de tecnologia, e nem sempre a nova tecnologia é melhor do que a que tínhamos, mas é a única disponível.

Igualitarismo, consumismo, ideologia

Sobre o igualitarismo, a própria palavra não ajuda, tem uma conotação depreciativa, sugere a distribuição dos efeitos negativos da Revolução por partes iguais a todo o mundo. Quer dizer, se não há o que comer, todos comemos o mesmo. Mas a cartela de racionamento não expressa, como poderia parecer, uma deficiência do sistema econômico cubano, ela expressa um êxito político: assegura a todos, por

igual, o consumo fácil. Liga a população nas mesmas condições de subsistência, une a população sobre essa base igualitária.

O caráter basicamente igualitário se expressa no ordenamento econômico em que o salário mais alto não seja muito mais alto do que o salário mais baixo; que as oportunidades se distribuam por igual; que não haja diferenças nos serviços sociais básicos, uma escola boa e uma escola má, hospital bom para uns e hospital ruim para outros. Que se dê igual para toda a população, independentemente de serem operários, camponeses, burocratas, pequeno-burgueses etc.

Quanto à ideologia consumista, a consequência de sermos um país subdesenvolvido e periférico é que nós não vamos ter nunca uma sociedade de consumo. Nunca. Primeiro, não podemos. Depois, não é racional. Além disso, não é justo com o Terceiro Mundo. É por isso que os socialistas não propõem uma sociedade de consumo, mas uma sociedade orientada para resolver as necessidades básicas, crescentes da população. Esta é uma posição cubana que encontra divergências no campo socialista. Pensamos que o socialismo não deve se orientar para dar o mesmo que o capitalismo dá, mais casas, mais automóveis, mais trajes, mais videocassetes. Temos a alternativa, que nos parece mais justa, em valores que o capitalismo não nos pode assegurar. Esse é um critério fundamental do projeto socialista cubano, que tem que ver também, portanto, com a noção de justiça social.

Há toda uma revolução cultural que acompanhou esse processo. Todos conhecem a revolução educacional em Cuba, não me parece necessário mencioná-la. Porém, não se trata somente de potenciar os recursos cubanos, mas elevar a capacidade das massas para conduzir conscientemente o processo político, de maneira que não somente graduamos em nível superior para ter mais técnicos, para ter uma população mais culta. Entendemos que a cultura eleva a capacidade de participação das massas e torna mais real o controle sobre a direção política, torna mais real o controle da direção pela base. Há que cuidar do problema da identidade cultural. A proximidade de Cuba com os Estados Unidos não é somente geográfica, tem sido historicamente uma proximidade cultural, uma submissão cultural. A cultura cubana é espanhola, negra e também branca. Trata-se de

reconstruir a identidade nacional, uma cultura nacional, que seja universal e cubana de uma só vez, humanista e marxista.

Deve-se enfatizar no projeto socialista o papel do político e ideológico. Em Cuba, a Revolução formulou que sua principal força, sua principal arma, sua maior capacidade de luta e de resistência ao inimigo está no político-ideológico. Não está nem no desenvolvimento material nem sequer na capacidade defensiva em ter um exército poderoso, mas em manter o nível ideológico e político das massas no mais alto nível de sacrifício e consciência. E a identidade com o projeto revolucionário. Este peso do político e do ideológico atravessa todo o projeto de construção do socialismo no país. E explica muitas das discussões e debates que ainda se mantêm. A Revolução subsiste se as massas estão dispostas todas a morrer em holocausto por ela. E esse é o muro que detém o imperialismo: o custo que teria uma agressão a Cuba devido a esta capacidade de luta e de resistência do povo. Portanto, o político e o ideológico estão no centro da sobrevivência da Revolução.

EMIR SADER

Da mesma forma que outras revoluções socialistas triunfantes, a Revolução Cubana soube articular o caráter classista e o caráter popular. Foi uma revolução ao mesmo tempo anticapitalista e democrática, nacional. Conseguiu unir aqueles temas que na esquerda brasileira estiveram separados. No Brasil, em geral, a via reformista esteve identificada com as questões democráticas, nacionais, populares, e a chamada esquerda revolucionária incorporou uma visão estritamente classista. No entanto, as revoluções vitoriosas conseguiram conciliar e articular as duas. A Revolução Soviética não se fez em nome de um programa diretamente classista. Evidentemente, o eixo social, ideológico, estratégico era classista, era proletário, mas a plataforma que uniu o conjunto do povo era a plataforma democrática, popular e nacional: paz, pão e terra, que podia estar até na boca de um tribuno reformista isoladamente. Essa capacidade hegemônica, alternativa, de incorporar as amplas massas sob a direção do proleta-

riado, é que foi a genialidade da Revolução Soviética. Isso se repetiu de outras formas na Revolução Chinesa, que se fez em função da expulsão do invasor e da revolução agrária, tarefas que em si mesmas podiam ser burguesas, mas estavam incorporadas a uma dinâmica proletária, anticapitalista. Aconteceu isso no Vietnã, na Coreia, e aconteceu igualmente em Cuba.

Em “A História me Absolverá”, Fidel define o que ele entende por povo: o sujeito sociopolítico imediato. Quem faz a revolução é o povo. No entanto, não é um movimento que esbarra nas dificuldades que esbarrou, por exemplo, a Unidade Popular no Chile. Houve diferenças substanciais: uma delas era a estratégia político-militar que desarticulou, que demoliu o Estado burguês, que abriu caminho para que o caráter classista e anticapitalista tivesse desdobramentos, se consolidasse o socialismo. Não foi apenas uma plataforma programática. Gostaria que o companheiro detalhasse um pouco mais como se articulou na Revolução Cubana o caráter proletário e classista por um lado, e o caráter popular e nacional por outro.

JOSÉ DIRCEU

Os trabalhadores da agroindústria em Cuba eram a força não só econômica como social fundamental no campo. No entanto, a guerra de guerrilhas se desenvolveu, num primeiro momento, apoiada principalmente no campesinato, apesar da tradição de luta do proletariado agrícola cubano, da sua sindicalização, da sua resistência à ditadura de Machado, da sua consciência antiimperialista. O campesinato acabou tendo um papel de vanguarda inclusive no campo. Em segundo lugar, gostaria que fosse aprofundada a avaliação da política do Partido Comunista anterior à Revolução, o Partido Socialista Popular, PSP, com relação à via eleitoral e à frente única com o setor da burguesia cubana que seria antiimperialista. Apesar do caráter da luta contra Machado e da tentativa da revolução popular antiimperialista da década de 30, essa política do Partido Socialista Popular, do Partido Comunista Cubano pré-revolucionário permaneceu praticamente até o triunfo da Revolução, e se manifestou, inclusive, em

discordância com o Movimento 26 de Julho durante toda a trajetória desse movimento e da direção política que ele deu à guerra revolucionária em Cuba e à luta pela tomada do poder.

Deixando a fase pré-revolucionária ou de guerra civil revolucionária, gostaria que fosse discutida a decisão de socializar todos os serviços em Cuba. A agricultura cubana tem um setor privado, cooperativo, que tem origem na reforma agrária feita na primeira fase da revolução popular antiimperialista. Eu pergunto: quais foram as conseqüências econômicas dessa socialização dos serviços, do comércio e de toda a produção industrial? A estratégia da socialização da economia cubana teria sido outra se as injunções da agressão, do bloqueio e da luta de classes não tivessem imposto o aceleração do processo de transformações socialistas? Havia uma decisão do Partido e da sociedade cubana de socializar, porque isso é inerente à organização da sociedade socialista e seria incompatível, mesmo por necessidade econômica, a convivência com a pequena produção ou mercantil ou com o comércio e a prestação de serviços privados? Como se pensa em resolver os problemas que isso trouxe ao país, no que se refere à prestação de serviços, à manutenção dos equipamentos básicos domésticos e mesmo industriais e à distribuição da produção à população?

Juan fez uma afirmação que me parece estratégica, que explica muito o internacionalismo e inclusive a estratégia da Revolução Cubana estabelecida na OLAS e na Tricontinental: não há solução sem a mudança das regras do comércio internacional, da questão tecnológica e da questão de investimentos. Ou seja, os países do Terceiro Mundo precisam se integrar numa frente comum contra a atual divisão internacional do trabalho, contra a política que os países capitalistas industrializados impõem sobre a tecnologia, capitais e comércio. Mas, se eu entendi, vai além disso: a solução do desenvolvimento cubano a longo prazo depende da libertação e da revolução socialista em outros países do Terceiro Mundo, com o estabelecimento de uma nova ordem internacional e com a mudança da relação de forças entre o capitalismo e o socialismo. Essa tese, com a qual eu concordo, leva a uma proximidade com a posição da

revolução permanente e a uma crítica da pretensão de construir o socialismo em um só país, numa só área do mundo. Ela impulsiona o internacionalismo proletário e seria incompatível com uma política de coexistência pacífica, quando ela leva ao desvio de dividir áreas de influência e de abandonar a solidariedade aos processos revolucionários que afetam os interesses de um Estado socialista ou de um conjunto de Estados socialistas num determinado momento.

Gostaria que fosse feita uma longa discussão sobre a questão agrícola, da reforma agrária e do problema da agricultura em Cuba, como ela funciona, qual o grau de subsídio, qual a capacidade de produção, como se resolveu o problema tecnológico, qual a necessidade de mão-de-obra. Os países capitalistas mantêm uma agricultura altamente subsidiada, há uma grande guerra comercial-agrícola dos países capitalistas e há uma série de deformações nas relações entre agricultura e indústria nos países capitalistas apesar do desenvolvimento tecnológico.

Outro ponto é o peso do esforço militar sobre o atendimento das necessidades sociais e econômicas do povo cubano. Cuba é um país de 10 milhões de habitantes que não tem petróleo, quedas d'água ou carvão, e que não era um país industrializado. Teve que se integrar com países que estão a 10, 15 mil quilômetros de distância, com um custo de transporte altíssimo. Sobre tudo isso, os custos da defesa militar. Evidentemente, manter 350, 400 mil homens armados, um exército altamente desenvolvido tecnologicamente, como é o caso cubano, tem um custo inclusive porque significa manter 400 mil homens altamente qualificados sem produzir.

O combate à sociedade de consumo ou consumismo e aos valores individuais da sociedade capitalista é um objetivo de todo comunista e da sociedade socialista. Agora, há uma superioridade material do capitalismo sobre o socialismo que impõe, mesmo dentro dos países socialistas, a aspiração ao consumo e ao bem-estar social e há, evidentemente, uma aspiração, que é própria das sociedades desiguais, de ter acesso às riquezas que já são consideradas básicas. A revolução se mantém e as pessoas morrem por ela, por ideais, mas também porque a revolução as tirou da indignidade, da opressão e da situação

infra-humana de vida, as retirou do terror, da fome, da miséria, da prostituição e da falta de perspectivas. Por isso às vezes pessoas que pegam em armas para morrer pela revolução não querem trabalhar 12 horas por dia. Pegam em armas pela revolução, mas não suportam fazer trabalho voluntário. O ideal revolucionário não significa identificação com o trabalho produtivo, disciplinado, e não significa acesso à tecnologia e à ciência, que são três fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico. A luta política ideológica é uma opção da Revolução Cubana para enfrentar o imperialismo pela sua inferioridade militar e econômica. Isso é explicável. Mas qualquer justificativa que subestime o atendimento das reivindicações e do bem-estar social da população é temerária e perigosa na situação dos países da América Latina. Sei que há uma aspiração em Cuba, majoritária na população, de ascensão social e de bem-estar social, que se traduz em acesso a bens de consumo duráveis e a lazer, com menor tempo para o trabalho.

A grande questão que eu gostaria de discutir é até onde o Estado popular em Cuba, com ditadura do proletariado e partido único, é democrático. A reivindicação dos trabalhadores e da Revolução Cubana foi, antes de mais nada, democrática, por isso foi conhecida como a luta contra a tirania, a ditadura de Batista. Em Cuba, foi organizado um Estado socialista baseado em um partido único, baseado na organização estatal. Se é verdade que a ditadura do proletariado pode significar a democracia socialista, também é verdade que o partido pode substituir as organizações populares, pode se confundir com a administração, até por necessidade, falta de quadros, estruturas, incapacidade administrativa, mas com consequências que nós conhecemos, sempre desastrosas. O Estado popular constituído em Cuba, com os poderes populares a partir da Constituição de 1976, com as organizações de massa que são produto cubano, com o papel do partido, ele conseguiu superar a contradição entre ditadura do proletariado e democracia? Ou o Partido Comunista cubano substitui também o voto, o controle operário e os órgãos de poder popular? O Estado e a administração burocrática estão submetidos ao controle e à fiscalização popular? Eu creio que essa pergunta é

importante porque ela pode colocar o debate sobre a questão da democracia socialista na realidade dos anos que nós vivemos.

Para organizar um país, é preciso reestruturar a administração, fundar um novo Estado, fundar novas instituições eleitorais e de controle da fiscalização democrática e criar novos partidos, ou dar consequência às entidades de massa ou a partidos que existem. Para resolver essa questão, não adianta ir aos livros de marxismo-leninismo, porque não há no pensamento marxista-leninista uma teoria de governo socialista e de organização do Estado socialista, inclusive porque Marx e os marxistas pregam a extinção do Estado.

Mas não foi isso que aconteceu no século XX na construção do socialismo. O Estado no capitalismo, e depois no socialismo, ganhou uma expressão nunca vista na história da humanidade. Por isso a democratização, o controle e a fiscalização do Estado pela classe trabalhadora, pelos trabalhadores, pelo povo trabalhador são fundamentais. E o desenvolvimento da teoria de governo pelos revolucionários, pelos socialistas é uma questão vital da luta ideológica contra a burguesia, contra o pensamento liberal e contra a ideologia de direita. Porque as massas populares têm aspirações de se autogovernarem. Inclusive elas só acreditam que sairão da miséria e da opressão pelo autogoverno, porque senão elas teriam que acreditar que são incapazes de se emancipar e nós teríamos que concluir que a profecia utópica de Marx não é realizável.

JUAN VALDÉS PAZ

A visão da Revolução Cubana como uma revolução camponesa não se sustenta. Primeiro, porque a sociedade cubana não era uma sociedade camponesa e o fato de que se comece uma luta com camponeses não faz a revolução ser camponesa. Se bem que a Revolução Cubana começasse nas zonas montanhosas, por razões logísticas, a vanguarda política não era de origem camponesa, com exceção dos líderes camponeses que se incorporaram à luta. A organização da vanguarda não começou nas áreas rurais. O exército rebelde foi crescendo com combatentes procedentes das cidades e com o

proletariado agrícola que foi encontrando à medida que descia da montanha. Dito de outra maneira, o exército rebelde começa a surgir em um meio camponês, porém, à medida que se expande, é cada vez menos camponês.

A palavra camponês tem um sentido ambíguo, porque se refere ao mesmo tempo a homens do campo, e no caso seria correto dizer que o exército é camponês, mas também estritamente a produtores mercantis simples, que possuem uma parcela de terra, que produzem familiarmente etc. Neste último sentido, um exército de camponeses é uma mitologia. Os próprios dirigentes da Revolução, em seu primeiro tempo, em seus discursos, falavam em revolução dos camponeses. Porém, mais tarde, os próprios dirigentes da Revolução fizeram um maior esclarecimento desta questão, apontando precisamente isto que digo agora: à medida que o exército rebelde saiu de seu reduto montanhoso e se expandiu sobre o plano, o que encontrou foi o proletariado agrícola que é o sujeito principal, fundamental do campo cubano. Porém, inclusive quando se trata de camponeses, camponeses estritamente falando, não há que pensar em um camponês puro, porquanto esse camponês da montanha, da Serra Maestra, é um camponês de apenas uma geração, são homens do plano, às vezes desempregados, às vezes proletários agrícolas que fugiam para a montanha. Muitos destes camponeses tinham uma memória de operários agrícolas e muitos deles baixavam para as planícies durante a safra para assalariar-se como cortadores de cana, como bóias-frias. Encontramos um camponês que, sociológica e politicamente, é um grupo social diferenciado.

De maneira que nos parece que o exército rebelde não poderia ser chamado camponês, e a revolução tampouco. Se mostrarmos o discurso político cubano, vamos ver que o termo que se utiliza em referência ao campesinato, à base social da revolução é sempre “trabalhadores»», raramente se diz “<proletários>». Portanto, alude-se a todas as camadas e grupos sociais que são trabalhadores diretos e pessoais, que não exploram ou que tenham explorado a força de trabalho. O conceito de povo e o conceito de trabalhadores são conceitos amplos que buscam um sujeito ao nível dos dominados da

sociedade e não especificamente das relações capitalistas de produção, e são usados não por tática política, mas porque são realmente termos que expressam a natureza da sociedade cubana e, pensamos, também latino-americanos.

No que se refere ao antigo Partido Comunista cubano, todos os velhos partidos comunistas foram objeto de discussão. Não nos comprometemos em nada com os partidos comunistas. Há Partidos comunistas heróicos, honrados, e há partidos comunistas muito discutíveis no que têm de comunistas. O Partido cubano era um dos maiores da América Latina, com muito prestígio e base social, com uma tradição internacionalista de luta, mais de mil combatentes na Espanha, com um discurso antiimperialista muito forte, inclusive muito mais radical que a pequena burguesia radical. Foi o construtor do movimento operário organizado no país e, além disso, heróico: fortemente golpeado, com muitos mártires, os grandes dirigentes do movimento operário são todos comunistas etc. Era um partido com muito prestígio.

Os erros em sua estratégia política estavam em três linhas fundamentais: não sustentou todo o tempo a lição de que a sociedade rural cubana era proletária e não camponesa; esperou demasiado tempo por uma burguesia nacional que não existia e, portanto, supôs uma possibilidade de aliança com um sujeito que não estava ali; terceiro, não entendeu a tempo o caminho da luta armada como uma opção viável na realidade cubana. Eu quero dizer que não entendeu a tempo porque o Partido ratifica sua posição antes do triunfo da Revolução Cubana. No triunfo da Revolução Cubana, havia comandantes e guerrilheiros do Partido Socialista Popular, havia oficiais deste partido. Inclusive havia uma representação desse grupo político, o comandante Rafael Rodriguez, frente ao comando do exército rebelde na Serra. Dizer que o Partido tinha propostas oportunistas depois do triunfo não é justo. O partido, em seu congresso de 1959, fez sua autocrítica, entregando a direção a Fidel. Desde então, a maior parte de seus membros foram favoráveis ao processo de integração com o processo revolucionário. Como era de se esperar, igual aos outros grupos, houve traidores, sectários, micro-facções e pró-soviéticos em

abundância. O velho Partido Comunista teve acertos e erros, mas era um partido de grande prestígio e aportou à Revolução grande quantidade de quadros e de homens sacrificados. E um componente da firmeza da Revolução, que superou seus erros no caminho, como as demais organizações superaram os seus. E, além disso, teve a percepção histórica de reconhecer a nova liderança. Não é fácil para velhos militantes reconhecer a liderança de um jovem de 30 anos e de outro de 22 e terem a visão histórica de colocar o Partido a serviço da unidade.

DANIEL AARÃO REIS

O relato de Juan sobre o processo histórico da Revolução Cubana está um pouco desequilibrado em favor, a meu ver, de uma celebração da vanguarda revolucionária. O companheiro nos mostrou uma vanguarda lúcida, cheia de sabedoria, o que nós não podemos negar. Na verdade, as vanguardas revolucionárias vitoriosas demonstram um alto grau de lucidez e sabedoria. No entanto, os processos revolucionários não se reduzem a essas vanguardas, muito ao contrário. Sei que essa é também a opinião do companheiro Juan. No entanto, no seu relato, a vanguarda aparece sempre com um grande poder antecipatório, com uma grande clarividência, como que abrindo caminhos para o povo cubano, que aparece quase como um fundo do quadro, com a vanguarda ocupando todo o centro do palco.

Isso pode induzir a interpretações equivocadas. O próprio Juan em determinado momento se surpreendeu, dizendo: “Eu não sei como o modelo foquista pode ser apresentado como uma expressão da Revolução Cubana”. Ora, o modelo foquista não será uma derivação extremada da interpretação que o próprio Juan nos apresentou aqui? Sobretudo se lembrarmos que os principais responsáveis pela difusão do modelo cubano foram os próprios Fidel Castro e Che Guevara! Os dois grandes dirigentes da Revolução Cubana não podem ser dissociados da obra de Régis Debray, *A Revolução na Revolução*, na medida em que o próprio literato francês foi inspirado pelos diálogos que manteve com Fidel e o Che. Claro que não vou

responsabilizar os cubanos pela adoção dessa variante foquista em toda a América Latina. Os brasileiros que adotaram esse modelo, ou variantes desse modelo, entre os quais eu me incluo, são plenamente responsáveis pelas suas ações. Nos anos 60, muitos de nós estávamos ansiosos por apertar gatilhos e o modelo foquista, de certo modo, veio entrar como luvas nas nossas mãos.

A questão maior que fica é essa supervalorização da vanguarda. A revolução só pode ser explicada como uma convergência de grandes movimentos sociais. A Revolução Cubana foi produto de um movimento nacional muito forte e de uma tradição muito grande de movimentos sociais, aos quais a vanguarda revolucionária cubana soube ser sensível. É só por isso que ela se tornou vanguarda do processo.

Dentro dessa questão, ainda quero fazer um reparo, a meu ver muito importante, à afirmação de que a vanguarda cubana foi capaz de enganar o imperialismo, definindo uma etapa em que o imperialismo não percebeu a dinâmica do processo revolucionário cubano. Eu ousaria dizer o contrário: a própria vanguarda revolucionária cubana não via essa dinâmica em todo o seu desdobramento. Talvez um ou outro percebesse, mas a vanguarda, como conjunto, até mesmo ela se aglutinava em torno de um programa que não previa o desdobramento da Revolução e esse desdobramento só pode ser explicado como o produto do movimento do povo cubano exigindo reformas, exigindo transformações, e como produto também da agressividade do imperialismo contra a Revolução. Essas forças se conjugaram e encontraram, mais uma vez, uma vanguarda sensível e aí o desdobramento da Revolução se efetuou. Houve um encadeamento entre uma revolução democrático-nacional e uma revolução socialista, e seria incorreto atribuir esse encadeamento a uma vanguarda clarividente. Poderíamos ser induzidos a imaginar que o que falta para as revoluções se tornarem vitoriosas é encontrar uma vanguarda clarividente.

Uma segunda questão, mais rápida, diz respeito ao processo de participação da burguesia. Juan, no final de sua segunda intervenção, chegou a dizer que a burguesia nacional sequer existia em Cuba. É

preciso aprofundar isto um pouco mais, porque senão podemos cair na famosa discussão que havia aqui no Brasil nos anos 60, em que se dizia que a burguesia brasileira não participa do processo, em primeiro lugar, porque ela não existe, e, em segundo lugar, porque é muito fraca. Se ela não existe, ela não pode ser muito fraca.

Não foi só a burguesia que fugiu de Cuba, foram amplos setores da classe média, houve uma emigração de 400 a 500 mil pessoas num país de 9 milhões de habitantes. É impossível conceber que havia 400 mil burgueses em Cuba. E essa é uma questão crucial, porque nós temos visto na América Latina, e não só aqui, que a burguesia tem sido capaz de atrair a classe média para o seu projeto, ou pelo menos contra o projeto popular. No Brasil, em 1964, a classe média se mobilizou maciçamente em torno das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Vimos isso no Chile, pouco antes da queda de Allende, em que, mais uma vez, houve uma cisão entre o movimento de trabalhadores e a classe média. Uma política de alianças que passe pela integração da classe média assalariada é uma questão crucial no processo de transformações sociais no Brasil. O que se tem visto, inclusive em muitas revoluções vitoriosas, é o pânico, é a classe média se deixar envolver pelo projeto burguês, pela contra-revolução burguesa. Em Cuba, isso inclusive acabou tendo um efeito positivo, embora, como o companheiro Juan levantou, com um custo muito alto.

CLAUS GERMER

Gostaria que o companheiro discorresse um pouco mais sobre o papel da reforma agrária no processo de mobilização dos trabalhadores e sobre o nível de desenvolvimento que tinham antes da Revolução os sindicatos de trabalhadores assalariados rurais na cana e o tipo de reivindicação que eles fizeram na reforma agrária. A questão da reforma agrária no Brasil tem passado por altos e baixos. Durante um certo tempo, até 1964, a reforma agrária era tida como indispensável para o desenvolvimento capitalista do Brasil e como um projeto que permitiria unir o movimento operário com a tal da

burguesia industrial, interessada nela. Depois do crescimento industrial posterior a 1964, que se deu sem nenhuma reforma agrária, as esquerdas acharam que a reforma agrária já era, até que cresceu um novo movimento vindo do campo, no final dos anos 70, provocando um novo entusiasmo pela reforma agrária, não tão grande, e que torna a decrescer agora que o movimento entra em refluxo. Hoje há até mesmo companheiros que supõem que a reforma agrária não tem mais nenhuma importância no processo revolucionário. A minha pergunta é exatamente no sentido de definir a reforma agrária dentro de um processo de mudança revolucionária, em direção ao socialismo. Temos que ter uma proposta para o meio rural e temos que ter, como base dessa proposta, o movimento social dos trabalhadores do campo.

APOLÔNIO DE CARVALHO

Gostaria que os companheiros nos dessem uma visão mais pormenorizada da participação do movimento popular, da prática política e econômica de massas no processo da Revolução Cubana. Para nós no Brasil, em particular para a esquerda, a Revolução Cubana chega com imagens diversas. Chega com a imagem de um movimento armado, praticamente isolado, com esporádicas explosões sociais nas cidades. Chega com a imagem mais definidamente rural, com pouca presença urbana, e essa imagem está ligada à idéia de um foco guerrilheiro, que no início seria praticamente isolado, mas que depois engrossaria as suas forças e se tornaria uma força social abrangendo o povo e o conjunto do país. Essa é a imagem que nós tivemos inicialmente, em boa parte através de *Revolução na Revolução*, de Régis Debray. Mário Alves, um dos grandes dirigentes da esquerda brasileira que foi sacrificado pela ditadura militar, em 1970, ao voltar de Cuba, para onde ele tinha ido no final de 1968, princípios de 1969, nos trazia já alguma coisa a mais. Ele tinha lido numa revista cubana alguns artigos em que se mostrava que o movimento armado tinha uma direção política e não apenas um comando político-militar, além dessa ligação quase orgânica, quase visceral entre a

luta armada e a luta de massas no processo da Revolução Cubana. Seria interessante aprofundar isto. Por exemplo, havia já uma agitação social bastante intensa no momento em que Fidel e os companheiros no Granma chegam para o desembarque. No campo, parece que havia também algo em Santiago de Cuba, uma insurreição, é o aspecto urbano nesse quadro. A greve geral, em que condições ela se faria ou deixou de fazer?

O segundo ponto é algo que representa uma certa dúvida nossa na interpretação de uma figura legendária, a figura do Che. Uma figura que, do lado pessoal, do lado de sua autodoação ao processo revolucionário, no quadro do seu espírito internacionalista, do exemplo de internacionalismo que ele representa, é a mais bela legenda que a América Latina comporta nos últimos tempos. Mas há uma contradição, para muitos de nós da esquerda, entre a altura enorme da imagem e da legenda e a ida à Bolívia, o início da luta armada na Bolívia em nome de um povo boliviano que na realidade desconhecia a legenda, a proposta, a alternativa, o projeto político, o sonho que nosso querido Che pretendia transformar em realidade. Essa dualidade, essa contradição, eu gostaria muito de analisar mais.

Terceiro ponto, a passagem quase instantânea, eu penso que menos de um ano e meio, 16 meses, entre a revolução democrática e a proclamação de um regime socialista. Muito pouco tempo. A passagem quase instantânea da democracia para o socialismo tinha por pontos de apoio vários fatores, entre eles o fato de que, no processo da luta revolucionária, o aparelho do Estado tinha se diluído, tinha sido eliminado, e isso facilitou o salto de qualidade da democracia para o socialismo. Na esquerda, nós temos um grande problema, que é a valorização ou não da democracia burguesa, a valorização ou não da relação entre democracia e socialismo, a dificuldade em aceitar o socialismo como desdobramento da democracia burguesa e como forma superior da democracia. Um desdobramento que não se faria num caminho linear, pacífico, tranquilo, mas como ruptura. E esse elo de ruptura parece ser fundamentalmente o aparelho de Estado, que garante a dominação, a ditadura de classe da burguesia no poder. Na Espanha também nós tivemos um elemento muito próximo des-

se instantâneo cubano, que foi o fato de que Franco levantou-se num golpe militar, com 80% da oficialidade e da polícia, quebrou as bases do aparelho de Estado e com isso facilitou o salto para o socialismo do proletariado e de todo o povo espanhol.

JUAN VALDÉS PAZ

A esta altura, já não se sabe mais quem é o pai do foquismo, eu creio que está por esclarecer quais são as diferentes responsabilidades na elaboração de uma concepção foquista. Podem ser rastreadas muitas influências, creio que inclusive a cubana. Muitos cubanos simplificaram sua própria experiência. Penso também que corresponde às próprias forças revolucionárias uma grande responsabilidade, na medida em que entenderam que tinham que importar a solução. Eu diria que todas as revoluções triunfantes são, em realidade, um ato de criação da estratégia que as levou ao poder. Penso também, e é muito difícil falar disso porque muitos são mártires, que faltou a essa vanguarda uma leitura mais completa de suas realidades. E a nós faltou, talvez, capacidade crítica para advertir, em um ou outro caso, estas limitações. Eu não desejaria insistir, portanto, em uma discussão sobre quem é o pai do foquismo. Creio que a história do movimento guerrilheiro da luta armada na América Latina está para escrever-se, falta informação, falta reflexão. Como eu não participei de sua elaboração, não tenho muito mais a dizer. Insisto apenas em que esse foquismo não foi a Revolução Cubana e queria insistir que a leitura da nossa experiência não se revela nessa imagem.

Mas não cabe dúvida que a Revolução Cubana, independentemente do foquismo, provocou uma virada na história da América Latina. Eu penso que este é o ponto essencial. A América Latina e seu futuro se contam a partir do fato de que a hegemonia imperialista no Continente podia ser rompida e a burguesia podia ser despojada do poder, o aparato burguês podia ser substituído por um Estado popular. A afirmação de que podíamos fazer a revolução e a mudança sem a burguesia foi o grande aporte da Revolução Cubana, e parece-me que muito mais claramente o perceberam os seguidores

do imperialismo do que os revolucionários. Não nos detivemos suficientemente a avaliar o que havia aprendido o imperialismo. Creio que uma experiência amarga dos anos 60, entre outras, é que o imperialismo também aprende. Foi capaz de elaborar uma estratégia contra-insurgente que pode assumir muitas das reformas defendidas pelo movimento de esquerda, foi capaz de desfazer-se de 30 bilhões de dólares para financiar esta política e de romper sua aliança com as oligarquias tradicionais. Esse imperialismo também fez coisas para pôr em dia o sistema de dominação. Porém, ainda assim a experiência nicaragüense demonstra que hoje o imperialismo tampouco é invencível.

Creio que de fato simplificamos excessivamente a oposição à Revolução ao reduzi-la à burguesia. Esta se comportou como já explicamos. As opções tomadas pela Revolução deixavam a burguesia sem um espaço político e econômico no país. Esse não era o caso da classe média. Em minha opinião, não existiu nenhuma contradição de princípio entre o projeto revolucionário e um espaço político e econômico para as classes médias do país. Não obstante, é um fato que importantes setores da classe média, sobretudo de algumas profissões, também abandonaram o país. No caso cubano, temos que dizer que existia uma alta radicalização das camadas médias. Em geral, embora se tenha perdido importantes setores das camadas médias, inclusive dos setores profissionais, a característica predominante das camadas médias cubanas era sua tendência à radicalização, em virtude de toda a situação que antes descrevemos e expusemos. Nós pensamos que sobre as camadas médias teve um efeito fundamental a política seguida pelos Estados Unidos de bloquear o país. O despojamento do nível de vida da classe média sob o bloqueio econômico teve uma forte influência no seu comportamento, sobretudo entre 1962 e 1968. Digamos que a burguesia abandona em bloco o país virtualmente entre 1959 e 1962, e que depois a onda imigratória está caracterizada por maior presença de camadas médias, sob as duras condições do socialismo deste período de construção, com queda da produção industrial, queda do consumo etc. De certa maneira, situações a que não era possível dar paliativos, uma vez que havia-

mos optado pela confrontação com o imperialismo e que não existia solução alternativa, nem sequer mediante a ajuda do campo socialista. A política norte-americana buscava inclusive, pelo bloqueio econômico, produzir um trauma na cultura de consumo nacional, na tradição consumista do país.

Mas penso que a política da Revolução foi, todavia, durante um tempo, reter essas camadas médias. Por exemplo, a primeira lei de reforma agrária deixou um limite da posse da terra e esse fato santificava a existência da burguesia rural. Deixava um limite de 500 hectares e, portanto, deixava 30% da terra agrícola do país em mãos de proprietários entre 50 e 60 hectares e esta política se sustentou até 1963. Neste momento, a burguesia rural já se passara à contra-revolução, ao apoio à luta contra-revolucionária e ao banditismo. Isto levou a uma segunda reforma agrária, que liquidou definitivamente a burguesia rural. Mas isto só depois de dois ou três anos após se ter declarado o caráter socialista da Revolução. Até aí, se sustentava uma burguesia rural. No caso do setor industrial, somente em 1960 se nacionalizaram as grandes indústrias e empresas do país. Por exemplo, os estudos anteriores à Revolução contabilizavam que 70% das indústrias do país tinham menos de dez trabalhadores. Existia um extenso setor constituído por pequenas empresas, pequenas oficinas etc., que conformavam um setor da pequena burguesia. A Revolução sustentou a busca de uma aliança do projeto socialista com este setor até 1965/66. Finalmente, tínhamos inclusive uma camada de pequenos burgueses, pequenos comerciantes, biscateiros que também foi necessário suprimir na altura de 1968, porque havia uma contradição entre o regime de racionamento e a existência dessas formas mercantis. Isso foi objeto de discussão, se foi necessário ou não produzir esta última nacionalização. Mais que critérios econômicos, primaram critérios de caráter ideológico nesta última decisão. No geral, porém, existiu a intenção de manter a maior amplitude de forças sociais, de formar com a maior amplitude uma frente antiimperialista pelo maior tempo possível.

Sobre a emigração cubana, há muitos mitos, devido àquela política norte-americana que estava orientada para produzir explosões

emigratórias. Se a política norte-americana não tivesse produzido explosões emigratórias, de Cuba teria saído anualmente uma taxa de emigrantes mais ou menos igual à que saía antes da Revolução, algo como 20 mil pessoas. Porém, há que reconhecer que nas últimas emigrações temos já não-burgueses e pequenos-burgueses, temos proletários, trabalhadores do eito, trabalhadores profissionais. Sobre a sociedade cubana, atuam fatores exógenos, como o atrativo da sociedade de consumo, além de nossas próprias dificuldades.

Na questão da vanguarda, entendemos com esta palavra todo o setor da sociedade cubana que se identifica com o projeto revolucionário, o projeto de mudança. Aqui se caracteriza como vanguarda também a massa que está na vanguarda. No caso cubano, inclusive, o Partido foi construído depois de existir essa vanguarda. Creio que o mérito do núcleo inicial da vanguarda é ter entendido que sempre pode existir uma vanguarda maior. E que a vanguarda é algo que cresce, não é uma relação paternal a partir de um grupo de iluminados. Existem dirigentes que de fato vêem com mais clareza as situações que permitem a mudança e apontam caminhos. Porém, o importante para nós é que a vanguarda não é um grupo de iluminados, tem essa capacidade de ampliar-se no Partido ou fora do Partido. A direção revolucionária raramente se dirige às bases do partido: o discurso da Revolução é para as massas, e nessa convocatória de todas as massas se define a vanguarda. Vanguarda pode ser um cubano que foi chamado a Angola e deu o passo à frente, seja ou não militante do partido, seja ou não dirigente. Essa é a atitude de vanguarda. Na Revolução Cubana, não há algo como um grupo de dirigentes e uma grande massa que está a certa distância. Há uma grande quantidade de intermediações entre a direção e os setores mais atrasados da população, níveis de consciência política, níveis de participação. Há setores mais atrasados que ficam a ver o socialismo, alguns não gostam, porém ficam, talvez porque gostem menos dos ianques. Ao ficar, compartilham o destino da Revolução. Porém, têm um nível de participação mínimo. Mas quantos que hoje são militantes do Partido não entendiam, não tinham clareza de suas opções no começo da

Revolução! Quer dizer, creio que manejamos um conceito diferente de vanguarda.

Posso ter sido muito esquemático, não mencionei os movimentos sociais. Ultimamente, há uma moda de se insistir demais na diferença entre Partido e movimentos sociais, entre vanguarda e movimentos autônomos. Bom, primeiro penso que não há nenhuma formulação geral sobre a questão. Creio que os movimentos sociais são específicos em cada país, em certo contexto e para certa vanguarda política. Há vanguardas que não se colocam, há outras que sim, algumas não conseguem hegemonizar os movimentos sociais, outras o logram, enfim, parece-me que essa é uma problemática que exige ser examinada em cada contexto. Em princípio, não encontramos contradição alguma entre vanguarda e movimentos sociais. Agora, no caso cubano, efetivamente não se tratava somente de um destacamento político-militar. Este destacamento político-militar não se preparou para a guerra, mas preparou um exército que impulsionou os movimentos sociais. A plenitude dos movimentos sociais foi alcançada com o triunfo da Revolução. Bom, o inimigo diria: a sociedade cubana ficou enquadrada. Porém, para nós, se trata de que ao final conseguimos a plenitude dos movimentos sociais. Mas desde antes do triunfo podemos verificar uma concepção insurreccional que não é puramente militar. Tem expressão no movimento operário, muito importante em Cuba. Uma Central Única dos Trabalhadores já existia há 30 anos e não havia produzido uma ruptura entre os dirigentes e as bases sociais. Impulsionou os movimentos do que hoje chamaríamos de direitos humanos ou trabalhistas, muito importantes na formação da oposição ao batistado. Impulsionou o movimento camponês, o primeiro Congresso Camponês se celebrou durante a guerrilha da Serra Maestra. Impulsionou o movimento estudantil, uma das organizações revolucionárias político-militares estava formada por estudantes. Não há nada como uma concepção de guerra, na qual todos esses destacamentos sociais não fossem forças incorporadas ao projeto de mudança. Porém, é certo que estas forças expressavam, em muitos casos, uma compreensão limitada da mudança, com uma oposição à ditadura que pouco passaria de

uma volta à democracia representativa. O nível de consciência política e o nível de comprometimento com o projeto de mudança eram variados. O papel da vanguarda neste caso seria radicalizar os ditos movimentos, chegar a identificar os ditos movimentos com o projeto. Entretanto, como não existia um partido prévio, no caso cubano, o peso da personalidade dos dirigentes da Revolução foi muito importante, talvez determinante para levar a Revolução às suas últimas consequências. Poderíamos ter parado em qualquer ponto, poderíamos ter optado por uma república muito democrática, mas não socialista. Poderíamos ter pactuado algo com os Estados Unidos. Também corresponde à vanguarda a responsabilidade histórica de assumir a opção mais revolucionária.

EDUARDO SUPPLY

Como têm sido tomadas as decisões sobre o que é necessário, em nível do planejamento, e como tem evoluído isso na história recente cubana? Como se utiliza o mecanismo de preços para aferir o que é necessário? O que é deixado aos preços, ao mercado, e o que é decidido pelo sistema de planejamento? Dentro do sistema de planejamento, quem é que decide? Qual é a sistemática de decisões? Como é que cada setor dentro dessas unidades produtivas participa das discussões sobre qual é a parte que vai ser distribuída nos salários? Em que medida a direção dessas unidades produtivas abre as informações para todos que estão ali participando na linha de produção ou em qualquer nível da administração empresarial ou da produção?

EMIR SADER

De passagem, Juan disse que Cuba teve a sorte de ter Fidel. Acho melhor dizer que não foi sorte. Cuba de alguma maneira teve o direito a ter a sorte, quer dizer, correu o risco de ter Fidel, por ter havido uma determinada prática histórica, política e cultural. Em suma, não é um acaso que o Brasil tenha tido Pelé ou Jobim. O Brasil tem mais chance de ter Pelé que Honduras, digamos, e a Argentina tem mais chance de ter Piazzolla. Há uma prática social difundida, não

apenas uma prática política, mas uma cultura militar enraizada na história nacional cubana. Se foi possível a Fidel e à direção do 26 de Julho escolher o momento oportuno para fazer uma contra-ofensiva e chegar até Havana, foi porque tinham estudado as outras guerras de independência, as outras tentativas de ocupação da Ilha, qual era o trajeto, quais eram as lições. Na América Latina, existiu uma quantidade enorme de dirigentes políticos que poderiam ter-se transformado em Fidel, mas simplesmente não há revolucionários sem revolução. Não é por acaso também que uma parte significativa dos dirigentes revolucionários brasileiros têm origem no movimento sindical. Pela prática social que o movimento sindical vem criando no Brasil, é dali que tem nascido uma geração importante de dirigentes revolucionários.

A segunda questão está ligada a isso, é o problema da participação das massas no processo cubano. Eu não vou entrar a fundo na questão, mas é evidente que o processo cubano não desembarcou numa insurreição, não houve a tomada do Palácio do Inverno, para falar em termos soviéticos. Isso não quer dizer que as massas não participaram intensamente do processo revolucionário. A tomada do poder é um momento do processo revolucionário, surgido de uma crise revolucionária, em cuja criação a vanguarda foi fundamental. As massas se incorporam antes, durante e, em grande parte, depois. O primeiro momento em que saíram maciçamente às ruas foi quando o inimigo estava praticamente derrotado, mas ia tentar uma reciclagem do poder: os militares dariam um golpe, tirariam Batista e botariam um governo alternativo. Fidel chamou a greve geral para garantir a vitória. Mas não é vergonha dizer que não tenha havido uma insurreição, mesmo porque a revolução é um processo. Quem vai negar que aquelas massas saíram depois às ruas, quantas vezes se quisesse ver, de maneira direta, indireta, por muitas horas, dias e tudo o mais. Então, a participação das massas não tem que ser, necessariamente, no momento da vitória político-militar. Ali, realmente, as colunas guerrilheiras tiveram um papel transcendental: a ruptura do trem blindado que Batista tentou mandar até o Oriente, que foi cortado pelo Che, e a invasão de Havana pelas colunas do Che e de Camilo,

naquele momento, foram decisivas. Existem momentos em que um fator é maior do que o outro, mas não se pode absolutizar, achar que aquele fator é que vai conduzir a Revolução do começo ao fim. Provavelmente este foi um dos erros de interpretação que nós tínhamos em relação à luta militar cubana.

Mas eu acho que é preciso pensar comparativamente: na Nicarágua, a incorporação direta das massas ao processo de luta insurrecional foi maior, quantitativamente, do que em Cuba; socialmente também, com a participação de mulheres, de velhos, de crianças. Pela forma que assumiu a insurreição, com lutas urbanas, suburbanas e rurais, processos de ofensiva maciça, a massa participou mais diretamente. Agora, em termos históricos, é similar à participação das massas em Cuba e na Nicarágua, embora a dinâmica que ganhou a ruptura do Estado burguês tenha sido diferente, com um papel mais destacado da vanguarda político-militar em Cuba do que na Nicarágua, no momento da tomada do poder. Quis colocar isso porque está muito criticado aqui o papel da vanguarda, e existem momentos em que a vanguarda tem o papel de estar à frente, dando direção ao processo. Mas é só na dinâmica da vanguarda com as massas que se constrói um processo revolucionário. Qualquer absolutização de uma ou de outra leva a derrotas.

PEDRO TONELLI

Na luta pelo socialismo em Cuba, quais foram os principais erros que se destacaram? O processo de reformulação que está ocorrendo na China e na União Soviética também está acontecendo em Cuba? Outra questão, para mim, não ficou bem claro quem é o inimigo que se combate mais: são os Estados Unidos ou é o imperialismo internacional como um todo? Outros pontos: quem tem mais força nas decisões fundamentais, o Partido ou o Estado? Na luta socialista em Cuba, como foi a participação da Igreja ou das igrejas, da credence popular? Houve participação, evoluiu? Há um afastamento, há uma integração? A prioridade hoje é modernizar os meios de produção ou há uma política de aumentar os empregos, o número de empregos?

LUIS FAVRE

O Partido Comunista Cubano de antes da Revolução participou, como parte de uma estratégia desenvolvida pela Internacional, com dois ministros na ditadura de Batista e fez, durante todo o período, apologia dessa ditadura. Tenho extratos de jornais da época, do Partido Comunista, onde Batista era apresentado como democrata, antiimperialista, partidário da abertura. Um dos ministros, inclusive, acho que foi o Ministro do Trabalho de Batista, não tenho certeza. O Partido Comunista fez sistematicamente uma política de subordinação à suposta burguesia nacional, com o argumento da necessidade da mais ampla unidade. O companheiro Juan fez referência ao aspecto do caráter unitário, único, que na História cubana assumem os processos revolucionários. Citou o caso de José Martí e o caso de Fidel Castro, do Movimento 26 de Julho. Quero destacar algumas coisas a respeito e gostaria que o companheiro aprofundasse. Fidel Castro em Serra Maestra desconsiderou a Frente Opositora de Miami contra Batista, onde o representante do Movimento 26 de Julho tinha participado da assinatura de uma declaração, que Fidel Castro considerou que subordinava a luta revolucionária a um acordo com a burguesia opositora, que preservava as instituições do regime, mesmo se procurando uma transição Fidel rompeu essa tentativa de acordo.

O próprio Movimento 26 de Julho é produto de diversas cisões. Foi assinalada a participação de Fidel Castro no Partido Ortodoxo. Havia a pouca influência inicial do movimento guerrilheiro nos setores majoritários do movimento sindical. O isolamento do PC na sociedade cubana não era produto exclusivamente do anticomunismo, mas também dessa política que eu assinaei e que entrava em oposição com as aspirações antiditatoriais do próprio povo cubano. Então, essa questão da unidade como princípio absoluto, ao qual estariam subordinados todos os outros princípios, parece-me que na realidade está ligada a outros princípios que são aqueles de não-subordinação do movimento de massas à burguesia e à necessidade de se opor à reconstrução do Estado burguês semicolonial. Se eu insisto nesta questão é porque não acho que seja uma especificidade cuba-

na o fato de existir um partido único, que se entroncaria na história cubana. Acho que isso diz respeito, por um lado, a fatores que foram assinalados, a maneira como a burguesia cubana se suicidou politicamente, mas diz respeito à liberdade democrática de organização dos trabalhadores cubanos e à livre expressão de suas divergências políticas para fora da pertinência do único partido, que no caso seria o Partido Comunista Cubano.

ENEIDA SOLER

Como está a programação da cultura de massa? Qual é o papel dos artistas e das artes dentro dessa cultura de massa? Mais dois aspectos. Em 1985, na África, no fechamento da Década da Mulher, a delegação cubana era majoritariamente masculina. Como é que fica a participação das mulheres nesse processo? Como é que está se dando a participação? Segundo, como é que a direção investe na formação das crianças para construir esse socialismo que nós queremos?

JUAN VALDÉS PAZ

São tantas as questões que não há como aprofundar tudo. Há um sistema de planificação no país, um sistema de planejamento, no qual participam desde os trabalhadores até as autoridades centrais, através de um calendário, de um mecanismo de consultas, que começa com um ano de antecipação. O plano de 1988 começou a ser discutido em fevereiro de 1987. Finalmente, antes que termine o ano, as atividades econômicas do país receberão a cifra diretiva, que compromete sua gestão durante 1988. Desde 1975, além de um plano anual, há um plano quinquenal.

Além disso, em 1975, elaborou-se um projeto de desenvolvimento até o ano 2000. Também há um marco conceitual, pelo qual se devem orientar as metas econômicas. Neste momento, portanto, os planejadores têm três horizontes: um horizonte no ano 2000, um horizonte quinquenal e um horizonte que é o plano do ano, com a conjuntura, os problemas concretos do ano.

Estes objetivos econômicos do plano foram, além disso, submetidos a consulta plebiscitária por duas vias. Primeiro, porque estes objetivos econômicos estão ligados ao programa do partido, que foi discutido por toda a população. As bases e as organizações de massa discutiram o programa do Partido e levantaram formalmente suas propostas e reivindicações. Portanto, também existiu um momento político no qual se definiram as grandes linhas e objetivos, e sobretudo as prioridades, porque se faz o que se pode fazer, não o que se quer. Tanto no mecanismo do plano quanto neste momento político em que o país está discutindo suas metas de desenvolvimento há uma participação de massa, há pressão da base social.

Nem todo cidadão está capacitado para avaliar se o níquel é um bom objetivo se comparado com outra produção. Não obstante, todo cidadão opina sobre esses objetivos. Tampouco podemos acreditar que apenas a consulta de massa nos garante um bom plano. Uma boa planificação é resultado do planejamento, de uma base democrática que revele suas necessidades e especialistas que possam fazer uma avaliação técnica dos problemas. O objetivo de que essa opinião de massa seja cada vez mais qualificada está não só na consulta, mas na elevação constante do nível de instrução e de cultura das massas. E de discussão sobre os problemas políticos do país. Não existe nenhuma decisão importante do país em que não houve um nível de consulta de massas. Em alguns casos, consulta plebiscitária, como esta a que eu me referi, dos objetivos econômicos. Esta forma de democracia direta e estes mecanismos plebiscitários são alguns dos componentes da democracia cubana. As leis importantes são submetidas à discussão pública por toda a cidadania, os programas do Partido são submetidos a discussões públicas, os acordos do Partido são submetidos à Assembléia Pública depois de concluídos os congressos partidários.

O modelo de acumulação cubana é muito complexo. O projeto de acumulação está relacionado com a nossa integração ao campo socialista. Cuba projeta seu desenvolvimento econômico com base no destino de suas produções, observando o planejamento do conjunto dos países socialistas, que são seus principais mercados. A nossa pro-

dução açucareira se define sobre a base de que, para o conjunto dos outros países socialistas, nós somos os encarregados de cobrir a necessidade do açúcar. O plano de cítricos está se desenvolvendo por parte de Cuba sobre a base de que nós vamos atender parte do consumo cítrico da comunidade socialista. A qualificação compartilhada mutuamente não elimina totalmente, porém reduz muito as influências do mercado sobre essas linhas de desenvolvimento. Isto é o que se passa no campo socialista. Sem dúvida, temos um grau de incerteza com o comportamento do mercado livre internacional, porquanto não sabemos se a quota açucareira que nos está prevista no mercado internacional vai se manter ou se tende a contrair-se. Daí derivam incertezas projetivas na economia sobre as quais os cubanos não têm nenhum controle.

A economia tem um componente estável, um horizonte de longo prazo, de até duas ou três décadas adiante, na base de sua integração à economia socialista. E tem um componente de certa incerteza, como se passa em todos os países da América Latina, com base no comportamento do mercado internacional.

Quem é a vanguarda

Quanto à intervenção de Emir, estou de acordo, me alegra muito que Emir seja mais fidelista que eu, me alegra muito ele ter ressaltado o caráter histórico que tem a vanguarda. A razão pela qual ele e eu não nos entendíamos é que ele utiliza o termo vanguarda como eu utilizaria o termo dirigente. E, desta maneira, ele reduziria a vanguarda à direção política. Mas em Cuba é de vanguarda a população que dá resposta às necessidades e às tarefas que a Revolução se coloca em um momento ou outro. Isso é o que define a vanguarda. É possível que esse reconhecimento fique evidenciado na condição de militante do partido, é possível que não, que esteja reconhecida nesta condição de militante do partido, e é possível que um militante do Partido tenha perdido sua condição de vanguarda, seu prestígio, e seu destino seja sair do partido. Então o conceito de vanguarda tem esta expressão: vanguarda é o todo, qualquer que seja o cargo, a responsabilidade, a partir do lugar que lhe tocou suas obrigações. Pode

ser um operário na fábrica, pode ser um ministro. Há ministros que não são de vanguarda; há operários que são de vanguarda. O critério de vanguarda é um critério social, o diálogo com as massas é o único critério que define se é ou não vanguarda. Daí a importância das relações do Partido com as massas.

Como se evidencia isso na prática? Na capacidade do Partido de mover as massas em apoio às tarefas que estão definidas pela Revolução. Esse seria um critério. Há uma vanguarda histórica, mas muitos dirigentes históricos já começam a deixar a direção do país. Estamos em um período de trânsito para as novas gerações, cujos méritos são históricos, porém da história recente, não da história do Moncada. É importante que a Revolução tenha uma dinâmica na qual a vanguarda se redefine constantemente, onde os históricos têm seu peso, porém a tarefa por fazer também tem seu peso. Na cultura política do país, o conceito de revolucionário é mais forte que o de vanguarda. O conceito de vanguarda é um conceito mais intrapartidário, conceito mais teórico. Porém, o termo aludido pela cultura popular é de revolucionário, com a conotação permanente de cumprir as obrigações de um revolucionário, que é fazer a revolução.

Os discursos de Fidel estão cheios de reflexões sobre os erros da Revolução. Quem quer uma avaliação dos erros até 1975 deve ler o informe do Primeiro Congresso do partido: há um bom balanço dos erros, dos grandes erros que a Revolução percebeu que havia cometido até então. Neste momento, com a chamada “campanha de retificação”, Fidel está fazendo uma crítica generalizada de todos os nossos erros. Nos discursos recentes, há outras contundentes listas de erros da Revolução, de 1975 até hoje.

Há um sistema mundial imperialista no qual os Estados Unidos não estão sós. Nesse sistema há contradições entre as potências capitalistas e uma política inteligente deve tê-las em conta. Não tem sentido adotar a mesma política para a França e para os Estados Unidos em nossas circunstâncias. Na história da Revolução Cubana, pudemos aproveitar muitas dessas contradições, fazendo com que os ingleses nos vendessem produtos que os Estados Unidos nos bloqueavam, que a Espanha de Franco resistisse às pressões norte-a-

mericanas, que o Japão nos concedesse crédito. Isto não quer dizer que nos confundamos com Japão e Suécia. Essa visão de que a frente imperialista é heterogênea, que há contradições, diferenças, nos permite uma política diferenciada a partir das nossas circunstâncias. Provavelmente os negros do Senegal têm mais problemas com os franceses do que com os ianques, Gana tem mais dificuldades com os ingleses que com o Japão. Cada país identifica, com sua situação e sua história, qual é a contradição fundamental. Para nós, o principal inimigo, a principal fonte de agressões é a potência que hegemoniza o capitalismo mundial, que hegemoniza o sistema imperialista. Isso nos permite desenvolver uma política que tem dois sentidos: combatemos os Estados Unidos porque representam a fonte de nossas agressões e, combatendo os Estados Unidos, golpeamos na base o sistema imperialista mundial. Combatemos os Estados Unidos em todas as frentes, em todos os continentes e em todos os cenários.

O papel do velho PC

Favre fez uma série de considerações de caráter histórico, muito extensas, é quase impossível responder-lhe. Muitas das questões que ele levantou são certas, são dados certos, porém as conclusões que derivam delas são pelo menos discutíveis. Mas me alegra muito que tenha uma opinião diferente. Assim, nós começamos a ser pluralistas.

Quero me deter na questão do Partido Comunista. Eu não sou do velho PC, sou de procedência do 26 de Julho, de maneira que não tenho nada de pessoal na discussão. Acontece que o velho Partido Comunista, como todos os partidos que têm 50 anos de vida, cometeu erros, alguns graves, mas no fundamental defendeu a estratégia que conduziu à Revolução. Seus graves erros, alguns dos mais graves, têm que ver com problemas internos do Partido e também com o caráter internacional que o movimento comunista teve até os anos 50, ligados ao stalinismo, à Internacional Comunista, ao sentido de disciplina, à aliança e aos aliados durante a guerra etc. A aliança dos comunistas com Batista nos anos 40 é o resultado, em grande medida, dessa política da Internacional Comunista de identificação das políticas nacionais com a política externa da União Soviética, fonte

obviamente de muitos erros. Mas, sem dúvida, seria injustiça histórica afirmar que o ditador Batista de 40 é igual ao ditador Batista de 50. Da mesma forma que a URSS exigiu dos partidos comunistas formar frentes nacionais, democráticas, antifascistas, também o imperialismo exigiu dos governantes de turno que se democratizassem. Daí o paradoxo de que as leis mais importantes da República, a constituição mais avançada da República se fez sob o governo de Batista. A organização operária e a primeira Central Operária surgem nesse período. Nessa aliança muito discutível, o Partido Comunista alcançou conquistas importantes para o movimento popular, a maior parte das quais a própria burguesia depois liquidou. A presença de um ministro do Partido Comunista de então no governo de Batista dos anos 40 tem que ser lida nesse contexto, Batista recebe os emigrados espanhóis, apóia a República, declara guerra ao nazifascismo. Temos um cenário algo complexo. Ao ser examinado a partir de agora, devem-se ter presentes os componentes de então. Mais grave que o erro do Partido em ter formado uma aliança de governo com Batista nos 40 foi ter formado uma aliança eleitoral em 1944, a qual, efetivamente, significou uma perda para o partido, perda de base e de credibilidade muito grande, de que se aproveitou o imperialismo para desencadear toda a política anticomunista na Guerra Fria.

O período mais discutível da vida do Partido está situado justamente entre 1938 e 1944 e o Partido fez a crítica desse período. Ainda que na altura de 1952 tenha voltado a equivocar-se, qualificando o ataque ao Quartel Moncada de “putsch”, não obstante isso, conseguiu não estar atrás da força da vanguarda na altura do triunfo da Revolução, como já me referi. Um partido com erros, mas o importante é que a imensa massa desse partido foi educada para a luta pelo socialismo e num antiimperialismo conseqüente.

Perspectivas

Na discussão das perspectivas, podemos começar com alguns dos problemas atuais, posto que a perspectiva tem que ver com estes problemas de hoje. É muito difícil fazer adivinhações sobre o futuro e a situação internacional, que tanto incide sobre a sociedade cubana,

está repleta de incertezas. A primeira idéia que eu queria reter é que todos os problemas que temos, as contradições desde a transição e as perspectivas que podemos vislumbrar estão compreendidas em uma totalidade socialista. A leitura destas contradições, sem observar que se desenvolvem no interior de uma totalidade socialista, de um regime socialista relativamente consolidado, de relações socialistas de produção consolidadas, de um sistema político consolidado, talvez não nos permitisse ter a medida exata destas contradições. Temos uma quantidade de problemas resolvidos, grande quantidade de problemas sem resolver e outros que não sabíamos que seriam problemas e que já o são. Nunca me ocorreu pensar que o socialismo seja de outra maneira. Muitos amigos querem o resultado final do socialismo sem passar por ele. O fato é que fazemos a transição e na transição nos defrontamos com objetivos e dificuldades. É preciso recordar os fatores limitantes, econômicos, sociais, de política interna que só permitem escolher entre alternativas concretas. Não é que o socialismo cubano tenha uma agenda aberta de opções, nem que tenha uma capacidade ilimitada para dar soluções. Ao contrário, há sérias limitações. É preciso escolher, priorizar em função dessas circunstâncias e em função do projeto socialista. Há algo mais: já temos decisões tomadas antes e que agora podem converter-se em limitações. Nacionalizamos o pequeno comércio, e os serviços hoje mostram deficiências. Poderia ter existido outra opção? É discutível, porém já é história, porque já nacionalizamos, já temos problemas com os serviços e agora trata-se de ver como se tornam eficientes. Ao longo das circunstâncias da Revolução, se tomam decisões e estas se tornam condicionantes das que podemos tomar depois.

Para avaliar a situação da Revolução, é indispensável observar o contexto histórico, internacional, em que se move a experiência revolucionária cubana. Contexto sob o qual a Revolução tem uma limitada capacidade de incidência e que impõe fortes condicionantes à nossa prática. É o caso da confrontação com os Estados Unidos. Apesar de transcorridas três décadas, com sucessivas administrações norte-americanas, nada indica que a política dos Estados Unidos face à Revolução Cubana vá sofrer modificações. A atual administração

Reagan, tanto no primeiro como no segundo período, elevou o nível de risco para a Revolução Cubana. Este é um dado que é necessário ter presente, porquanto das relações bilaterais entre Estados Unidos e Cuba se deriva uma série de políticas priorizadas, como a de defesa, de que se falou esta manhã, e que condicionam outras alternativas.

Não há nenhum sinal de que os Estados Unidos irão mudar sua política com respeito a Cuba a curto ou médio prazo. Durante o governo Carter, parecia surgir um cenário de negociação, mas este foi rapidamente substituído por um cenário de confronto. Com Reagan, temos recebido toda classe de sinais de que as coisas não vão melhorar. Estamos sujeitos a uma crescente ameaça de hostilidades, se reforçou o bloqueio econômico a Cuba, se fala em estratégias militares para liquidar o perigo centro-americano na fonte, entendendo-se: Cuba. Foi reforçado o dispositivo militar dos Estados Unidos no Caribe. Nos exercícios de guerra do Pentágono, para hipóteses longínquas como um conflito convencional na Europa, se inclui o bombardeio preventivo de Cuba. Finalmente, há uma crise na América Central que também significa uma ameaça, na medida em que esse conflito seja interpretado como um conflito Leste-Oeste, administrado por Cuba e União Soviética. Tudo isto forma um cenário que ameaça o primeiro interesse da Revolução, que é a sua sobrevivência.

Alguns amigos vêem nos anos de relativa estabilidade o fato de que não se produziu uma invasão norte-americana em Cuba, e pensam que nós exageramos, que temos uma espécie de paranóia, que estamos gastando demais na defesa, quando poderíamos dedicar estes recursos à solução do problema do consumo. É uma visão um pouco superficial do problema. Se não houve uma agressão, isto está relacionado com o custo que a capacidade de defesa cubana importaria aos Estados Unidos caso o seu governo partissem para o ataque. A dissuasão de uma agressão norte-americana está em relação direta com a capacidade de defesa do país. Nessa consideração não entra se a União Soviética vai fazer a terceira guerra mundial em apoio a Cuba, se o campo socialista vai mandar ajuda do Pacto de Varsóvia, se vai haver apoio latino-americano, se o apoio latino-americano

pode fazer parar a agressão. Não entram nenhuma dessas considerações, ainda que otimistamente esperemos que haja solidariedade. Trata-se de manter uma capacidade autônoma do país para resistir à agressão — o que acarreta altos gastos militares —, manter uma parte importante da população economicamente ativa no serviço militar, pressões orçamentárias etc. Portanto, este é um elemento que influirá a médio prazo no desenvolvimento da Revolução Cubana. Cuba reiterou sua disposição a uma solução negociada, diferindo dos Estados Unidos. Porém, deixou claro que um processo de negociação deverá observar dois requisitos: primeiro, não ter condições prévias; segundo, suspensão do bloqueio econômico a Cuba. Nenhum presidente norte-americano esteve disposto a suprimir o bloqueio, nem a sentar-se para negociar sem condições prévias. Portanto, a possibilidade de uma negociação não se vislumbra até onde a vista alcança. É preciso seguir de perto o desenvolvimento da crise centro-americana, cuja evolução certamente influencia na negociação bilateral EUA-Cuba.

A posição internacional de Cuba

A hostilidade norte-americana impõe à Revolução algo assim como um estado de sítio. A Revolução sente que se encontra em uma linha de combate, em uma frente de combate. Os EUA têm uma poderosa capacidade de agressão econômica, ideológica, militar, o que produz em nós, às vezes, uma síndrome de sítio, de revolução sitiada. Isto leva ao reforço da unidade sobre a base destes perigos, destas ameaças, com tendência a certo estreitamento nos espaços internos do país. Esta ameaça constante tem também um efeito de pressão psicológica sobre a direção e sobre a população cubana, um efeito desejado pelos EUA, esta síndrome de guerra, de país sitiado. Penso que o país, a direção da Revolução e o Partido têm que fazer um grande esforço para não deixar-se dominar por esta síndrome de agressão, desenvolvendo o projeto socialista e sua evolução democrática de forma relativamente autônoma a esta situação.

A percepção que a direção política do país tem do sistema internacionalista é de que Cuba está envolvida por uma multiplicidade de papéis, inserida de muitas formas diferentes no sistema interna-

cional. Por isso deve praticar uma política externa que lhe permita um desenvolvimento coerente de seus papéis internacionais. Aqui surgem contradições entre a política das grandes potências, a política dos bloqueios militares, as contradições Norte-Sul, a crise econômica internacional, os focos revolucionários que querem subsistir. Tudo isso configura uma situação internacional altamente complexa, que obriga a Revolução Cubana a uma política igualmente complexa. De um lado, se desenvolve uma política interestatal a mais ampla possível; de outro lado, se desenvolve uma política não-estatal, relações internacionais não-estatais entre as forças políticas, o que supõe um ajuste constante entre a política estatal e a política não-estatal do país. Também significa, nessa situação complexa, resolver o problema da autonomia cubana, deixando claro que, embora os interesses gerais da Revolução coincidam com os interesses do campo socialista, inclusive com os interesses da União Soviética, nós temos interesses particulares, uma inserção particular no sistema internacional, e a política cubana está sujeita à autonomia que deriva desta situação.

Cuba está de acordo com uma política internacional de paz, porém sustenta que não há possibilidade de uma paz internacional sem uma solução do problema do desenvolvimento e sem uma solução do problema da crise econômica e social do Terceiro Mundo. Paz sem desenvolvimento não será possível, esta é uma posição de princípio. Reiteramos que os países socialistas têm um compromisso histórico em apoiar e realizar uma nova ordem econômica internacional. E Cuba considera que os países socialistas, todos, os desenvolvidos e os não-desenvolvidos, têm o compromisso histórico de lutar pela nova ordem econômica internacional de que necessita o Terceiro Mundo. E a aliança entre socialismo e Terceiro Mundo depende deste sentido da política internacional do campo socialista. Esta é uma velha tese, colocada pelo Che desde o Seminário de Argel, em 1964. Obviamente, esta visão terceiro-mundista, ou esta concepção na qual os interesses do socialismo não se vêem separados dos interesses do Terceiro Mundo, implica um certo grau de contradição com alguns dos países do campo socialista, ou com algumas posições pouco definidas a respeito do campo socialista.

Vale lembrar que os princípios da Revolução Cubana em política internacional estão incluídos na Constituição do país e no Programa do Partido, documentos que foram amplamente discutidos, plebiscitariamente, com toda a população.

O sistema político

Sobre a evolução do sistema político cubano, a discussão não pode ser exclusivamente teórica, sem ter em conta os fatos históricos. O Estado cubano está definido como um sistema de ditadura do proletariado, à maneira leninista. É um sistema formado pelo Estado, por organizações políticas e de massa, por setores sociais organizados ou não, todos eles sob a direção de um partido único, que representa e tem a responsabilidade histórica de dirigir a execução do projeto socialista. E o princípio do partido único, de caráter dirigente, um partido de vanguarda e dirigente da sociedade. Este é um tema que me parece importante para discussões teóricas: dirigente não do Estado, mas dirigente da sociedade. Este é o papel fundamental do Partido Comunista de Cuba. Nas circunstâncias cubanas, não existindo outras forças políticas organizadas que tivessem optado pela Revolução, com todas as demais forças que não constituem hoje o Partido Comunista cubano tendo se tornado forças de oposição ou de contra-revolução, não existindo uma força alternativa, a solução cubana é de partido único. Porém, não há nenhuma definição de que outro projeto socialista, ou outro sistema político, não poderia ser pluripartidário, ou mais plural que o nosso. Não é um princípio, é simplesmente a expressão das circunstâncias e da experiência cubanas. Com as forças revolucionárias preexistentes, poderíamos ter feito três, quatro partidos, ou um apenas, e fizemos um sobre as bases das condições concretas: a confrontação com o imperialismo e a tradição política cubana.

Esse sistema de ditadura do proletariado como está organizado em Cuba comporta obviamente muitas contradições. Algumas delas foram mencionadas esta manhã e muitas delas aparecem nos discursos dos dirigentes da Revolução. Trinta anos depois, cometemos todos os erros possíveis: o Partido administrou a economia, as organizações

de massa perderam sua representatividade e sua dinâmica, temos cometido toda classe de erros até lograr a redefinir exatamente qual é o papel que a cada uma destas instâncias sociais —partido, Estado, organizações políticas e de massa, organizações sociais etc. — deve caber no Estado político cubano. Eu tenho a impressão de que, em grande medida, é um problema resolvido a concepção de um sistema político no qual cada uma destas instâncias, destes componentes do sistema político cubano jogue seu próprio papel. Não obstante, está sempre sujeita a novas contradições.

Provavelmente aquela em que mais se insistiu é que foi o erro mais grave da década de 60: a delimitação das respectivas esferas de competência do Partido e do Estado. A idéia é que o Partido dirija a sociedade, não o Estado. O Partido cumpre seu projeto através das massas, não através do Estado: sua função é mover as massas, o povo, para que este apóie o cumprimento do programa. O Partido atua como censor, como controlador, como expressão das massas sobre o conjunto da sociedade, deixando ao Estado e às organizações de massa sua autonomia. Portanto, diríamos que o Partido sofreu, ele mesmo, uma evolução cada vez mais democrática.

A princípio, não tínhamos um partido, depois unimos as organizações revolucionárias, no fundamental uma unificação por cima. Depois constituíram-se os primeiros órgãos diretivos e, finalmente, se institucionalizou a vida do Partido criando a autoridade suprema do partido, o Congresso e seu Comitê Central. Criou-se uma dinâmica permanente de crescimento e de incorporação das novas vanguardas no partido, e, recentemente, se pôs a prova alguns mecanismos criados para garantir a permanente renovação. No último congresso se aplicou taxativamente a renovação de uma porcentagem de todos os organismos do partido, em todos os níveis, o que implicou de imediato a saída de um número considerável de dirigentes históricos dos órgãos supremos. Foi imposta também uma estrutura mais representativa no seio do partido, não somente de suas bases, mas de sua composição por idades e por sexo e da composição étnica, com padrões obrigatórios na estruturação de todos os organismos do partido. E se reforçaram os mecanismos de redução das instâncias do

partido. Quer dizer que a vida do Partido cubano na nossa opinião mostra um processo de crescente ampliação e democratização de sua vida interna, maior capacidade de representação da sociedade e definições mais claras de como deve exercer seu papel dirigente sobre a sociedade.

Que contradições encerra, entretanto, o Partido? O Partido deve promover talvez uma maior abertura ao debate interno, a existência de correntes de opinião internas, e deve talvez rever os padrões limitantes, ideológicos ou confessionais com que são cooptados até agora seus membros. Deverá admitir de uma vez pessoas de outras concepções filosóficas, crenças religiosas, atitudes confessionais. Não há nada de princípio que não permita ao Partido resolver tais questões. Os leitores de *Fidel e a Religião* terão observado algumas reflexões de Fidel sobre este problema. Há algumas questões históricas muito concretas — a igreja que temos tido, os cristãos que temos tido, a ausência de um cristianismo popular revolucionário no país, o peso do dogmatismo e uma leitura dogmática do marxismo-leninismo, o isolamento — que localizam na própria história de Cuba a origem dos problemas de algumas destas limitações.

O controle social

O controle social no país durante o primeiro decênio da Revolução se reduziu no fundamental ao diálogo, à exposição da direção do país frente às massas. O controle social teria tido simplesmente o caráter de se ter que prestar contas ante as massas da política que se fazia. Obviamente, isto era somente uma possibilidade de controle sobre os grandes problemas, sobre as linhas mais gerais da política da Revolução. Ficavam sem resolver muitos problemas concretos da construção socialista e do controle social sobre o processo de decisão. Aí houve avanços, retrocessos, se voltou a avançar, e eu tenho a percepção de que, desde a década de 70, se progride na consolidação de um maior controle social sobre o Estado. Primeiro, se institucionalizou o controle sobre o Estado mediante Assembléias de poder popular; definiu-se o Estado essencialmente como o exercício do poder popular através de um número de órgãos definidos em cada

um dos níveis do país. Desta maneira, todo o aparato do Estado, em cada nível ou instância do país, tem uma Assembléia Representativa do poder popular, ante a qual deve prestar contas. Estabeleceu-se o princípio de prestação de contas, de substituição, de eleição direta pela base etc.: um corpo de mecanismos democráticos mediante os quais se constituem as Assembléias de poder popular em nível de município e estas constituem a Assembléia popular em nível de província, de Nação; o poder supremo do Estado fica representado em cada nível por estas Assembléias de poder popular.

Há, portanto, uma história de quase 15 anos de evolução do poder popular. As contradições fundamentais que ficaram por resolver se referem a uma maior descentralização do Estado, a uma maior descentralização da administração do Estado, sobretudo da economia, e a um encaminhamento à eleição universal e direta a todos os níveis do país, todas as representações, em todas as instâncias do país. Quer dizer que tanto a Assembléia Nacional quanto a Assembléia provincial, assim como as Assembléias locais, sejam eleitas de forma universal, direta e secreta, que não haja uma eleição de segundo grau a partir da província. Os deputados às Assembléias provinciais se elegem hoje pelas Assembléias municipais e os deputados à Assembléia Nacional se elegem pelas Assembléias provinciais. Deve-se chegar a ter, em todas as instâncias, eleição direta, o voto direto da população. É o projeto de aperfeiçoamento do sistema de poder popular que, seguramente, se implementará nos próximos anos.

Aqui entra um debate sobre a democracia, que é em parte filosófico e em parte institucional. Consideramos que institucionalmente o sistema estatal cubano não é, em absoluto, menos representativo que a democracia burguesa. cremos que, ao contrário, é muito mais representativo que o sistema democrático burguês que existe na América Latina. Ainda que esteja sujeito a aperfeiçoamento, não temos que nos autocriticar de sermos menos democráticos que o resto das democracias do Continente. É certo também que subsistem restrições no interior dessa democracia, que há um sentido classista na concepção desta democracia, que não há liberdade plena de informação, que não há pluralismo político, se por isso se entende

que exista uma oposição à Revolução. Todas essas restrições são certas e fazem parte do sistema político cubano. Porém, consideramos que no marco da Revolução existe uma substantiva democracia no sistema político. Existem questões teóricas e filosóficas sobre a democracia, nas quais eu acho que não devemos entrar agora, salvo se alguém formular uma pergunta mais precisa. Está claro que para nós democracia não é em absoluto instituições democráticas representativas. Portanto, nesse terreno nós cremos que o socialismo deve ser julgado por si mesmo, por seus próprios princípios e por seus próprios objetivos. Avaliar o socialismo a partir de quanto se parece com as instituições democráticas francesas ao menos não serve para fazer a revolução.

Um dos problemas que teremos que resolver é elevar o controle operário sobre as questões de administração das empresas. Não quer dizer que não tenhamos nenhum controle operário: o plano econômico de produção é discutido com os trabalhadores, com os operários e não pode ser aprovado sem a concordância dos trabalhadores. O movimento operário realiza mensalmente assembléias de produção onde se discutem todos os problemas nos seus respectivos centros de trabalho. Os operários participam da discussão dos resultados e da distribuição do lucro das empresas. Existem, portanto, muitas manifestações de democracia e de relativo controle dos produtores sobre os dirigentes. Mas consideramos que esta é uma linha na qual teremos que avançar mais nos próximos anos.

Objetivos econômicos

O futuro próximo da economia parece que vai se desenvolver no marco de uma crise internacional. Ainda que isto não impeça o desenvolvimento do país, limitará seu ritmo, afetará o consumo e criará problemas conjunturais à marcha da economia, muitos dos quais, inclusive, são imprevisíveis. Há dois anos, a economia do país enfrenta sérios problemas, sobretudo no setor ligado ao mercado internacional. Por exemplo, se avaliou que Cuba necessita de importações, em divisas livremente conversíveis, de não menos que 1,2 bilhão de dólares, e somente dispomos, desde o ano passado, de uma capacidade de

importação de 600 milhões de dólares. Dispomos apenas de 50% das divisas necessárias. Isto afeta os planos de desenvolvimento, dificulta a obtenção de matéria-prima para as indústrias de tecnologia ocidental e, sobretudo, incide na indústria leve, precisamente aquela ligada ao consumo popular.

Em meio a esta situação, se abriu uma discussão sobre o sistema de direção e planificação da economia, fundado nos princípios de cálculo econômico do autofinanciamento, que foi aprovado no Primeiro Congresso do Partido, em 1975, e que se vem implementando desde então ao longo de toda a economia cubana.

Com este sistema, se pretendeu dar solução a todos os problemas que na esfera da economia se haviam acumulado ao longo dos anos 60 e primeiros anos da década de 70: desorganização, falta de consciência econômica nos quadros, queda de produtividade, queda da organização do trabalho. A todos esses problemas se pretendeu dar solução através de um sistema de direção e de planificação da economia, baseado na experiência socialista e fundado nos princípios de cálculos econômicos. A experiência desses anos transcorridos revelou problemas de dois tipos. Primeiro, não foram implementados todos os mecanismos, como estava previsto, apresentando-se uma quantidade de anomalias e deficiências no interior do sistema. Outros problemas se definiram como efeitos perversos: incremento do espírito de lucro, incremento do individualismo, contradições entre os interesses da empresa e o interesse social, elementos de corrupção, medição da questão econômica por critérios puramente monetário-financeiros etc., trazendo como consequência problemas ideológicos e políticos para o país. Verificou-se um descenso do papel do Partido na condução do processo social, posto que começava a criar-se uma consciência de que o sistema vai resolver automaticamente os problemas. Vimos também um descenso do espírito de combate, de sacrifício e de vigilância que havia caracterizado a conduta das massas nos anos anteriores, manifestações de um menor espírito de sacrifício, um menor espírito de combate em setores dos trabalhadores, uma preocupação mais estreita pelos problemas da empresa, pelos problemas do pequeno coletivo, pelos problemas do

lucro, em detrimento de um espírito social mais altruísta, mais sacrificado, mais vigilante.

Este é um debate em curso. Há, portanto, uma discussão filosófica ou teórica sobre o sistema e uma discussão das deficiências dos mecanismos do sistema. A superação de todas estas debilidades e erros é o que se chamou de “processo de retificação”, uma discussão ao mesmo tempo sobre os limites do sistema e um conjunto de medidas que se vem tomando para resolver e recuperar estes valores e este nível político e ideológico que se considera o baluarte fundamental da Revolução. Aqui temos uma contradição não resolvida. De certa maneira, a Revolução sempre perseguiu um sistema econômico que se harmonizasse com seus valores. Esteve na proposta do Che, de sistema de pensamento orçamentário, e depois saiu um sistema estranho que ninguém sabia exatamente que coisa era, e deu num desastre ao fim dos anos 60. Depois optamos pelo autofinanciamento. A experiência de 1975 para cá demonstrou que o autofinanciamento introduz uma certa ordem na economia, elevou a produtividade do trabalho, ajudou a resolver problemas econômicos, mas engendrou outros problemas de caráter político-ideológico que abrem uma nova discussão sobre qual é o sistema de direção e planificação mais adequado ao projeto socialista. Em geral, se considera que a extensão das relações mercantis e a ênfase nos mecanismos de incentivos econômicos têm efeitos desejados sobre a conduta político-ideológica. E isto volta a pôr na atualidade a preocupação do Che quanto a construir o socialismo com mecanismos que significavam desenvolvimento econômico, mas que não asseguravam novas relações socialistas e uma consciência socialista. Essa não é uma discussão encerrada. Voltamos a ler o Che, a discutir qual é a concepção de uma economia política do socialismo, se a economia política do socialismo é economia somente ou é economia de todo o projeto social. Não estamos inventando precipitadamente soluções, estamos fazendo uma discussão interna e de massas desta problemática e tratando de encontrar novas soluções. Esse, portanto, é o problema político-ideológico fundamental.

Há ainda a questão de que as novas gerações abracem o projeto socialista com a mesma força com que o sustentam as gerações atuais.

Como comprometer as novas gerações com o mesmo projeto socialista pelo qual temos lutado? Por isso o político e o ideológico têm essa importância crucial. Se esta geração resistir ao imperialismo, mas as gerações futuras conciliarem, a Revolução não se terá assegurado. Trata-se, portanto, de assegurar a capacidade político-ideológica da Revolução de resistir a um imperialismo que desgraçadamente vai durar algumas décadas mais, talvez algo mais que o século XXI, e sempre estará a apenas 90 milhas de nós.

PAUL SINGER

Vou me limitar a alguns comentários que também são dúvidas. O que se deveria esperar é exatamente que as gerações atuais não abracem o mesmo projeto das gerações anteriores. Se o socialismo não é a solução definitiva dos problemas da humanidade, nem de Cuba, nem de qualquer país em particular; se, pelo contrário, existem as suas contradições, elas exigem novas teorias, novas soluções, que rompem de uma certa forma com o projeto original. O projeto original se perderia de fato se as novas gerações abraçassem o mesmo projeto com o mesmo fervor. Ao apontar a contradição entre o sistema e os valores, de que valores fala o companheiro Juan? Valores de luta, da resistência contra o imperialismo, da construção de um socialismo que exige de cada socialista ou comunista abnegação, colocar os interesses gerais acima dos seus interesses individuais, os interesses da humanidade que luta acima dos interesses do seu país, e os interesses do seu país acima dos interesses de sua província etc.: será que esses valores são eternos? Será que a partilha da vitória não deve chegar a um momento em que a luta cessa e se usufruem dos resultados ou se redefinem outras lutas? Essa questão existe não só em Cuba, existe em todas as sociedades pós-revolucionárias. Uma vez obtida uma vitória, uma vez resolvidos certos problemas, os valores se renovam, embora certos valores éticos gerais possam permanecer sempre. Mas não se trata dos valores éticos mais abstratos, se trata precisamente do comportamento concreto, se trata de coisas que o companheiro chamou de corrupção, de preocupação com os ganhos

específicos individuais ou de uma empresa, o que chamaríamos aqui de corporativismo.

Há aí uma contradição que tem muito a ver com toda a questão do planejamento econômico, sobretudo na medida em que esse planejamento de alguma forma dita as necessidades dos indivíduos. De alguma maneira se supõe que a direção do Partido, a direção do Estado, uma instância central da sociedade, saiba quais são as necessidades fundamentais, básicas, prioritárias. Daí, se parte dos indivíduos age contra esta priorização de necessidades, estes indivíduos estão, em última análise, sendo contra-revolucionários, se opondo à Revolução, se opondo ao socialismo. E talvez estejam mesmo, não sei. A questão toda é que, na medida em que se ultrapassem as necessidades mais biológicas dos seres humanos — e aqui há grandes conquistas da Revolução Cubana no terreno de moradia, alimentação, assistência médica, educação —, as demais necessidades já não são uniformes. Todos nós precisamos nos alimentar, mas qual é a comida de que cada um de nós gosta? Não tem que ser a mesma. Cada um de nós tem que se divertir, mas do jeito que um se diverte, como cada um quer passar seu tempo livre, as preferências por determinada diversão artística, cultural, preferência por determinado tipo de roupa ou determinado tipo de trabalho. Será que isto pode ser planejado de modo que os indivíduos, movidos pelo espírito de sacrifício, de luta, se conformem a vida inteira e risquem suas preferências individuais? Se a finalidade do socialismo é permitir que os indivíduos se realizem enquanto indivíduos de formas diferenciadas, da forma mais rica e individualizada possível, será que é possível chegar a isso se nós temos que durante várias gerações fazer exatamente o contrário?

Essas questões devem estar sendo discutidas em Cuba. Se não o forem, um dia virão a debate. Nós aqui não podemos fugir dela alegando que o socialismo no Brasil é algo que só virá no futuro. Nós temos que ter e apresentar uma visão do socialismo que seja convincente primeiro para nós próprios, para poder ser convincente para qualquer outro. Existem problemas que o companheiro colocou com enorme franqueza e que mexem com a questão da falta de pluralismo, colocada pelo companheiro como uma decisão que

não está em discussão. Aceito. Mas onde estão os limites da ausência de pluralismo no plano político? E o grande debate da contradição entre o sistema e os valores? É possível fazer esse debate sem algum pluralismo? Outra questão que me parece a mesma: é possível, como o companheiro colocou, abrir mais espaço ao debate interno do partido, coisa que o companheiro disse que está em processo, sem ao mesmo tempo abrir algum espaço ao pluralismo em geral? É possível ter um partido único democrático, que tenha uma vida interna plena, em que todas as correntes de opinião, afinal de contas, seriam aceitas? E não ter nenhuma possibilidade de conduzir o pluralismo com posições divergentes fora dele? Essa questão do pluralismo no campo político, no campo filosófico, no campo dos valores, se reflete precisamente em como se utilizará a força de trabalho social da sociedade cubana, concreta.

Creio que está em jogo em Cuba, na União Soviética, na China, saber o que estamos querendo do planejamento central. A liberdade de iniciativa pode não ser capitalista. Muitos sustentam, e eu estou convencido disso, que a economia de mercado não tem que ser capitalista. A economia de mercado, na sua essência, pode ser de produção simples de mercadorias, como já foi; pode ser capitalista, como é hoje, majoritariamente, no mundo; e pode ser socialista, como na Iugoslávia e em outros lugares se tenta. A economia de mercado em si é meramente um sistema descentralizado de tomar decisões. Pelo menos na Iugoslávia existe um sistema em que todas as empresas competem no mercado. Competem no mercado, mas não são propriedade privada, são geridas por representantes dos seus próprios trabalhadores, uma gestão operária. O mercado em si é relativamente neutro face às relações de propriedade e de poder, a não ser no fato de que dentro do sistema de mercado os indivíduos têm mais opções. Não só opção enquanto consumidores, mas também opções enquanto produtores. Em outros países, parece que não em Cuba, está se abrindo liberdade para se formar cooperativas. A cooperativa é uma forma antiga e socialista, nunca foi capitalista. Cooperativas de produtores de comércio, artesanato, indústria etc. Aí não há exploração, não há dominação. Existe a liberdade de se formar cooperativas

de produção em Cuba? Se não há, qual a razão? Eu sei que isso é um problema ideológico e político sério. Está sendo discutido em Cuba?

EMIR SADER

A Revolução Cubana quebrou uma série de tabus: o tabu de que o Partido Comunista é automaticamente vanguarda de um processo revolucionário; o tabu de que na América Latina não era possível fazer uma revolução socialista pela proximidade dos Estados Unidos; o tabu que existia em Cuba de que só é possível fazer algo com as forças armadas ou sem as forças armadas, mas nunca contra as forças armadas. Tabus suficientes para mostrar que foi algo radicalmente novo que instaurou a revolução como problema na América Latina. Até aquele momento, a revolução era evocação histórica, pura e simplesmente. Cuba mostrou que é possível superar a miséria e a injustiça ainda no subdesenvolvimento, uma lição importante para o capitalismo brasileiro também. A maior conquista que eu consigo sentir em Cuba são os avanços na superação do egoísmo, da sobreposição dos interesses individuais aos interesses da comunidade, não a comunidade entendida como algo longínquo, mas a comunidade entendida como a soma dos indivíduos reais e palpáveis, com suas vontades, suas necessidades, seus desejos e tudo o mais. No entanto, Cuba evidentemente tropeçou em várias circunstâncias históricas concretas. Cuba provou que o capitalismo não é obrigatório. É um mal, até certo momento necessário, mas que em certo momento ele passa a ser até um mal desnecessário, dispensável. Mas nós vemos também na América Latina, desde então, primeiro, que tampouco o socialismo é obrigatório. Aquela mentalidade de que a humanidade passando por vários tipos de sociedade chegaria ao socialismo é absolutamente falsa. Isso se provou não só diante das derrotas existentes como diante dos tropeços que o socialismo tem vivido no mundo. Se continuarmos com essa visão espontaneísta de que um dia chegaremos lá, evidentemente nós estaremos dando margem para a sobrevivência do sistema capitalista no mundo. E os socialistas, até por terem tido uma visão evolucionista da história, não se prepara-

ram para enfrentar a transição, para enfrentar o socialismo. Já foi dito aqui que o marxismo e o leninismo, Marx, Lênin, Gramsci, todos que se queiram não formularam uma teoria política para a transição. Como a idéia era a autodissolução do Estado, não se discutiu a forma que assume o poder político depois da tomada do poder. Só havia como referência prática a Comuna de Paris, que evidentemente não é a forma que assumiu o poder político nos Estados socialistas até hoje.

Surge aí a primeira das dificuldades que Cuba enfrenta, a questão da autodissolução do Estado. Quem exerce a autodissolução do Estado? Da mesma maneira que a burguesia não se suicida historicamente, ela não entrega o poder gratuitamente, quem disse que a burocracia estatal vai ser o sujeito da autodissolução? Ao contrário, os funcionários do aparelho de Estado defendem a preservação do Estado. Não é a única razão pela qual o Estado sobrevive e é muito forte mesmo nos países socialistas, mas é uma razão suficiente para que ele subsista. Em suma, se não existirem forças políticas, ideológicas, econômicas e sociais fora do Estado para controlar, pressionar e trabalhar na direção da sua dissolução, ele não vai se autodissolver.

A outra questão foi bem abordada pelo Paulo, é a questão do lugar do mercado como espaço de cruzamento das mercadorias e do lugar do mercado como espaço onde a sociedade diz o que ela quer consumir, quanto ela quer consumir e até por quanto ela está disposta a consumir. E alguma coisa nova no socialismo com a qual se tropeçou durante muitas décadas até agora.

A Revolução Cubana, em particular, foi condicionada pela resistência ao imperialismo. Houve vários caminhos que ela não escolheu livremente. Mas não se deve transformar as situações de fato em virtude. Caminhos que se foi obrigado a escolher não devem necessariamente ser idealizados como modelos. Já foram mencionadas as pressões que condicionaram a Revolução Cubana: o momento ainda de Guerra Fria, com a social-democracia européia totalmente subordinada aos Estados Unidos; a Igreja ainda não deslanchara sua renovação, e a Igreja cubana, em particular, era muito conservadora; houve também a deserção da classe média. Uma série de elementos

que fizeram com que Cuba entrasse numa espécie de lógica de guerra, da qual até hoje ela praticamente não saiu e não consegue sair. A expectativa de conflito iminente com os Estados Unidos influi determinantemente no próprio modelo político que Cuba escolheu até agora. Os Estados Unidos fazem o papel que as potências capitalistas têm feito desde que se defrontam com uma vitória do socialismo, desde a Guerra Civil na União Soviética, passando pelo cerco à China, à Coreia, ao Vietnã, até à Nicarágua. É a linha de, primeiro, terra arrasada; segundo, cerco diplomático, cerco militar, para impedir que esse país possa constituir um modelo alternativo para o conjunto da região.

Isto é mais grave ainda se sabemos que o socialismo surgiu naquelas zonas em que a dominação imperialista era mais fraca. É preciso sempre ter em mente que o capitalismo surgiu onde o desenvolvimento econômico era mais alto. Portanto, ele partiu de um maior desenvolvimento das forças produtivas. O socialismo, não. Ele surgiu justamente no que Lênin chamava de elos mais fracos da cadeia de dominação imperialista. Portanto, surgiu não necessariamente nos países mais pobres, mas nas zonas periféricas em geral, e teve que arcar com um atraso econômico enorme. É a caracterização de Lênin, pano de fundo para todo esse debate, de que na periferia do capitalismo é mais fácil tomar o poder, mas é mais difícil construir o socialismo. Existe um atraso enorme da base material que coloca uma série de opções difíceis como as que Cuba teve que enfrentar.

Diante desse cerco, Cuba definiu algumas referências de modelo político que têm que ser discutidas, mesmo que nós aceitemos que certas opções, uma vez feitas, são de reversão difícil, porque elas nos conduzem numa certa lógica. Como nós estamos discutindo o socialismo em Cuba, no Brasil e no mundo, vale a pena saber o que é necessário e o que é contingente. Uma das questões é o partido unificado. Lênin nunca disse que a ditadura do proletariado tem que ser com partido único. Mesmo na União Soviética, no momento em que os bolcheviques definiram a proibição das facções dentro do partido, das tendências dentro do partido, havia circunstâncias concretas, que posteriormente o stalinismo perpetuou. O esquema

que tem vigência até hoje no caso da Nicarágua é muito importante, não apenas pelo valor da democracia, mas pela competição política. Há espaços democráticos para que os próprios setores que apoiaram a Revolução encontrem formas de contestar, de aperfeiçoar, de avançar, reformular as colocações das direções das várias instâncias políticas e partidárias.

Cuba sofreu enormes pressões externas, teve que unificar os partidos e isso condiciona o seu desenvolvimento. Mas não é menos verdade que há conseqüências também para o próprio desenvolvimento teórico, ideológico da Revolução. É a revolução mais rica ideologicamente que até agora surgiu no socialismo, mas, ao mesmo tempo, ela poderia se desenvolver mais se tivesse conseguido criar outros espaços de debate. Não apenas o pluralismo partidário, mas a própria não-identidade entre partido e Estado. Se o partido vai estar identificado com o Estado, quem é que vai zelar pela autodissolução do Estado? Quais são as forças que vão, de fora do Estado, lutar pelo controle popular sobre o Estado, pela democratização do Estado? Eu acho que essa identidade partido e Estado é uma conseqüência da inexistência de um jogo de várias forças políticas. Eu nem estou dizendo que seja possível hoje se reinstaurar isso em Cuba. Estou só discutindo o que é necessário e quais foram as contingências a que o processo cubano teve que se ater. Isso leva também à questão da imprensa. Evidentemente existe uma imprensa que é estatal e partidária, mas ela não é diferenciada em Cuba. Não existem forças de nuances ideológicas diferentes apoiando a Revolução, tendo elementos diferentes de colocação. Um dos textos de Fidel sobre a campanha de retificação reclama da imprensa exatamente por isso. Mas não é só da imprensa que ele reclama. Ele diz: “Falta pressão, se existisse mais pressão, eu acho que existiriam menos erros”. Supõe-se que há pressão: que o sindicato se ocupa disso, que o Partido se ocupa disso, que todo mundo se ocupa etc. Mas os problemas aparecem por aí constantemente. Muitas vezes demoram meses até que um problema venha à luz. Isto é, se existisse um espaço mais diversificado de democracia política em nível de imprensa, em nível da organização social, política, partidária, as possibilidades de correção dos erros, de

surgirem alternativas políticas na planificação na política nacional, internacional evidentemente seriam maiores. Hoje felizmente o socialismo é mais forte no mundo para admitir vários matizes dentro das forças que apóiam o processo revolucionário, o que não ocorria nos primeiros anos da Revolução Cubana.

Essa identidade entre partido e Estado tem um outro problema. O leninismo definia, como princípio interno ao partido, o centralismo democrático, que supõe uma homogeneidade: a minoria obedece a maioria. Discute-se, mas depois que se decidiu todo mundo atua unificadamente. Isto tem sentido dentro de um partido. Mas será que o centralismo democrático deve valer em nível do Estado? Será que se pode aplicar o mesmo princípio, que na teoria leninista era de partido, ao Estado?

Um partido tem um certo programa. Se eu aderir, vou obedecer a certas normas. Em nível de Estado é outra coisa: há que respeitar as minorias, quaisquer que elas sejam, das mais diferentes maneiras. Essa confusão decorre da inexistência de um jogo mais amplo de partidos.

VICENTE PAULO DA SILVA

Fidel Castro é uma pessoa a que todo mundo quer bem, um ídolo de Cuba. Ele está ficando velho. A morte do companheiro Fidel, já que ele é um grande ídolo, não pode ameaçar, nesse caso, a segurança ideológica do socialismo em Cuba? Há alguém para ficar no lugar dele com a mesma referência? Há um trabalho para isso? Outra questão: o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba, concretamente, tem trazido alguma coisa positiva para Cuba?

VALTER POMAR

Qual é a visão que se tem em Cuba a respeito das alterações implementadas na União Soviética? Há discordâncias de fato? A *perestroika* busca, entre outras coisas, tornar o socialismo competitivo com o capitalismo no atendimento às necessidades de consumo da população. Entretanto, o companheiro Juan chegou a dizer que o so-

cialismo não só não deve competir com o capitalismo nesses termos, como também o socialismo deve negar a sociedade de consumo. Isso me parece uma idéia extremamente perigosa. O que leva grandes setores a lutar por uma nova sociedade é o fato de que no capitalismo a grande maioria da população não tem acesso à chamada sociedade de consumo. Será que no socialismo nós vamos negar isso para as massas ou nós vamos ter que criar um “consumismo socialista”, que garanta a todos aquilo que o capitalismo só garante para uma minoria?

CLÓVIS ILGENFRITZ

A questão do planejamento central me preocupa sobremaneira. O professor Fábio Comparato, na sua proposta da Constituinte, colocava ênfase no aparelho de planejamento que deveria ser criado mesmo agora, nessa nossa sociedade. Achávamos isso muito importante, mas não houve repercussão, não houve receptividade, não houve nem sequer discussão. Lá vocês têm e fazem. É um avanço fenomenal. Gostaria de saber em relação a Cuba qual o resultado da estatização dos serviços, da chamada economia mercantil, dos pequenos produtores etc.

DANIEL AARÃO REIS

Pelo estudo das revoluções socialistas e pela vivência parcial que eu tenho delas — já vivi em Cuba e um pouco em Moçambique — constatei que as revoluções socialistas gozaram do maior nível de democratização quando enfrentaram os piores e mais graves problemas de agressão. Eu ousou dizer, por exemplo, que Cuba teve maiores índices de democratização entre 1959 e 1962 do que agora. E naquele momento ela estava muito mais ameaçada do que hoje. O mesmo na União Soviética, onde a etapa em que houve mais democracia na sociedade e no Partido — e as duas coisas são indissolúveis, é impossível um partido democrático numa sociedade sem liberdade, é uma utopia reivindicar a democracia no partido quando a sociedade está fechada — foi em plena guerra civil. O Partido se reuniu anualmente, houve grandes debates dentro do Partido, havia ainda

outras forças políticas organizadas, embora já sob controle, como os anarquistas, os mencheviques. Do mesmo jeito, na China, havia um nível de democratização maior nas áreas libertadas — quando os revolucionários estavam cercados pelos japoneses — do que na sociedade socialista já consolidada. O que explica, então, o fato de que na União Soviética o terror mais violento vai ocorrer quando a sociedade socialista já está bem mais forte do que estava na época da guerra civil? Não podemos recorrer à presença e à pressão do inimigo para explicar o nível de fechamento, as tendências antidemocráticas na sociedade. São outras as explicações a procurar. A meu ver, isso está na base da falta de motivação das novas gerações. Todos os partidos comunistas e socialistas lamentam que no seu povo se registra o absenteísmo, o alcoolismo, a crise dos valores político-ideológicos. Mas como é possível exigir a participação popular se os canais de participação, de controle e de crítica estão obstruídos, estão esclerosados? O companheiro aqui levantou o fato de Fidel estar envelhecendo no poder. É melancólico constatar que os dirigentes dos países socialistas só são substituídos no poder por morte ou por golpe de Estado. Não há um processo de rotação institucionalizado no poder. Embora eu acredite que em determinados momentos não é preciso ter um mandato fixo para os dirigentes, um mínimo de rotatividade no poder é importante para arejar a própria constituição desse poder, e faz parte mesmo do controle que se exerce no poder, desde que esse controle exista minimamente. Deve-se afastar, portanto, a idéia de que a agressão externa é que condiciona o fechamento do regime político. Acho que outras forças é que estão na base disso.

JUAN VALDÉS PAZ

O pluralismo teria que começar pela observação de que não há um só socialismo, mas vários. Colocar em um mesmo saco URSS, China, Cuba, não diz muito. Há coisas comuns e há muitas coisas diferentes. Há um marxismo estrito senso, se este marxismo de que estamos falando é o de Marx. Mas se falamos de hoje, é mais correto dizer “marxismos”. Nessa perspectiva, não me parece marxista pensar que a

consciência das gerações futuras será simplesmente um reflexo das realizações da Revolução. O critério que prevalece no Partido Comunista Cubano é que essa consciência política tem também que ser criada. A consciência socialista e a consciência comunista não são espontâneas, têm que ser criadas paralelamente ou talvez antecipando-se à criação da base técnico-material do socialismo. A responsabilidade desta geração é fazer todo o possível para que as próximas gerações sejam mais revolucionárias ainda. O conjunto de decisões e das relações sociais e econômicas que se estabelecem têm uma relação com o nível de consciência que se terá, ou que se quer. Portanto, a criação e a sustentação de uma consciência socialista e comunista também têm que fazer parte do projeto. E aqui cabe a discussão sobre se o projeto socialista é somente desenvolvimento econômico ou também desenvolvimento das relações socialistas, que não são somente relações socialistas de produção, mas relações socialistas de todo tipo. A consciência político-ideológica joga aí um papel fundamental. Trata-se de que isto que chamamos de consciência social também deve ser objeto de construção e, portanto, esse é um terreno de debates.

Muitas das coisas que o professor Singer levantou acerca de planificação são justas. A planificação tem sua própria história: pode ser boa, má ou regular. Quase todo mundo a fez má ou regular, e estamos por alcançar a planificação idônea. Eu creio que no processo de planificação cabe o problema da democracia. Como em qualquer outra instância da construção do socialismo, o plano será tanto mais perfeito quanto seja mais democrático. Isso não quer dizer que não há limitações práticas. Cabe a discussão sobre se já podíamos ser mais democráticos, se já podíamos ter dado uma maior participação ao indivíduo, ao consumidor, porque me parece que estamos pensando no consumidor e não no indivíduo, pois o produtor também é indivíduo, disso participa. Tem que haver a discussão se estamos mais atrasados ou não, discussão que não vou fazer agora, e peço ao companheiro Singer que seja muito crítico conosco a respeito. Insisto na importância de observar os fatores objetivos que permitem descentralizar mais ou menos a decisão e a discussão. Teremos que julgar a experiência cubana por suas próprias limitações e condi-

cionamentos. E a alta dependência externa da economia cubana, a limitação de recursos e as prioridades ao desenvolvimento impõem um grau de centralização que não queríamos, que nos foi imposto pelas circunstâncias. Há uma centralização que impõem os burocratas e outra centralização que impõem os antidemocratas. Porém, há também centralizações impostas pelas circunstâncias. E seria muito longo explicar a infinidade de circunstâncias que nos obrigam em Cuba a tomar decisões centralizadas, inclusive contra o plano.

Temos condições e problemas que diferem dos outros países socialistas. Creio que se está pensando em propostas como cooperativismo. Penso que resolveríamos melhor muitos problemas de serviços se os cooperativizássemos do que na forma estatal. O problema é que já são estatais, o que coloca uma discussão de outro tipo. Não é que vamos cooperativizar proprietários privados, o que pareceria um evidente avanço político, ideológico, econômico. Mas passar de uma propriedade estatal a uma cooperativa abre um debate enorme. Durante muitos anos houve resistência a uma fórmula cooperativa para o campesinato cubano e finalmente foi adotada. Não há caminhos fechados, o que há são circunstâncias próprias, e a direção cubana trata de fazer uma leitura de suas circunstâncias.

Não estou de nenhuma maneira de acordo com a tese sustentada por Reis de que as revoluções são mais democráticas nos períodos de crise e menos democráticas nos períodos de calma. Não vamos discutir aqui, porém quero dizer que não estou de acordo com essa tese e muito menos com a forma como ele a justifica historicamente. Não estou em nada de acordo em que havia mais democracia em 1959 do que agora em Cuba, de nenhuma maneira, porque evidentemente não estamos de acordo com o seu conceito de democracia. Isso nos levaria a uma discussão que não fizemos e não vamos entender. Tampouco tenho muito claro o que quer dizer sociedade fechada. Eu duvido muito que exista um país capitalista, o mais democrático que se poderia mencionar, onde se discuta mais que em Cuba. Há mais debates de base, mais participação de massa sobre qualquer dos problemas que existem em Cuba. Bom, seria muito difícil convencê-los, talvez com palavras, porém algum dia nos visitará e eu lhe

poderei demonstrar no local. Agora, se esta capacidade de discutir em nível de base o conjunto dos problemas do país não é pluralismo, então pluralismo é outra coisa. Se pluralismo é diferença de opiniões, volto a repetir ao companheiro Reis que ele poderá verificá-lo em alguma vez que nos visite. Mas se o pluralismo é dar espaço à oposição, então teremos que fazer uma discussão concreta: a oposição em Cuba não é até agora outra variante do socialismo. A oposição em Cuba é anti-socialista, contra-revolucionária e pró-ianque. Então, como as circunstâncias não mudam, a oposição se apresenta como uma ameaça à decisão da imensa maioria do povo, essencialmente nas circunstâncias atuais. Agora, lhe coloco um problema prático: se existisse outro estado de opinião, para outra opção socialista, se existisse um partido pelo socialismo sueco em Cuba, bem; porém, em Cuba não havia social-democracia, não havia um partido social-democrata, nunca houve suecos. Então, nós não tivemos que liquidá-los, porque em Cuba nunca existiram. Mas, para uma oposição contra-revolucionária, assumimos uma limitação da democracia cubana: não há pluralismo. Isso é exatamente assim. Não existe o pluralismo, o espaço político para uma oposição contra-revolucionária não existe. O pluralismo no interior da Revolução me parece que é perfeitamente constatável.

CAMILO DOMENES

Sobre a sucessão de Fidel, a sociedade cubana está organizada, tem um Partido, e vamos lamentar muito que estejamos na circunstância da morte daquele que foi um dia o inspirador da última parte da história cubana. Porém, o processo não pode se deter pela morte de um homem. Não se deteve nunca e, portanto, não vai ocorrer assim no caso cubano. Eu penso, além disso, que se foi tomando uma série de medidas e que nos encontramos agora em melhores circunstâncias do que se ocorresse há 20 anos.

Sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil, Cuba mantém relações diplomáticas com todos os países estrangeiros que se interessam em mantê-las e advoguem o respeito mútuo e o cum-

primento das regras do jogo internacional. Não há nenhum motivo para não termos relações interestatais com o Brasil, como as temos com outros países. Isto não pressupõe nem condiciona outras relações em nível de partido, em nível de organizações etc. As relações estatais estão muito bem delimitadas, não só para o caso do Brasil, mas em todos os casos. Apesar do pouco tempo de abertura de relações, de restabelecimento de relações, evidentemente se vê uma presença em Cuba de diferentes autoridades brasileiras para comércio, para turismo, o que é positivo. Este é um país grande, com amplas possibilidades de comércio com Cuba, e esperamos bons resultados.

Sobre a *perestroika*, nós saudamos e vemos com atenção, como toda a humanidade, o que está ocorrendo na União Soviética. Mas não é possível fazer comparações entre Cuba e a União Soviética, são países diferentes e evidentemente têm problemas concretos a resolver de maneira diferente. Na medida em que tudo isto seja para uma melhoria da sociedade soviética, para dar-lhe um novo impulso etc., vemos com absoluta simpatia, porém evidentemente o que não é possível é comparar, fazer comparações de uma com a outra, ou extrapolar experiências, porque sabemos tudo de negativo que isto provoca.

★ NICARÁGUA

Apresentação

Desde a resistência indígena aos colonizadores espanhóis, a história nicaragüense é marcada pela constante intervenção de tropas estrangeiras, acordos de cúpula, regimes brutais e opressão.

A guerra de guerrilhas dirigida por Augusto César Sandino e seu Exército Defensor da Soberania Nacional, em 1927, abriu uma nova perspectiva de luta para os nicaragüenses. Durante seis anos, Sandino lutou nas montanhas com um exército de homens esfarrapados e mal-armados, obrigando as tropas norte-americanas a deixarem o país derrotadas e humilhadas.

Seu sonho independentista, no entanto, estava muito acima de sua consciência política, de tradição liberal. Expulsos os invasores americanos, Sandino e seus homens entregaram as armas para o governo e recolheram-se às montanhas, onde pretendiam desenvolver projetos agrícolas comunitários. Em fevereiro de 1934, Sandino é assassinado à traição. Seu corpo nunca foi localizado.

Em 1956, um grupo de estudantes, descontentes com a política do Partido Socialista Nicaragüense (comunista, fundado em 1944), parte para a luta armada. Em 1961, alguns deles fundam a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Nos primeiros anos, sérias derrotas puseram em risco a própria sobrevivência da organização. O isolamento político da FSLN no período entre 1974 e 1977 gerou a

divisão em três tendências: Guerra Popular Prolongada, Proletária e Terceirista ou Insurrecional.

A primeira divisão se consumou em 1975, com o surgimento da Tendência Proletária que propunha uma maior ligação da Frente Sandinista com os trabalhadores da cidade, em detrimento de uma acumulação de forças no campo, como previa a linha Guerra Popular Prolongada, adotada desde 1968. Em 1976, nova divisão. Alguns militantes sandinistas criam, no exílio, a tendência Terceirista ou Insurrecional, que defendia a retomada da iniciativa militar para recolocar a FSLN na vanguarda da luta. A nova tendência entendia que era fundamental a reunificação da Frente Sandinista para consolidar o movimento popular. Mas uma outra proposta dos terceristas impediu, momentaneamente, a reaglutinação dos sandinistas: a participação da burguesia opositora na composição de um novo governo, ampliando o leque das forças dispostas a derrubar a ditadura.

Apesar da permanência das divergências e da desconfiança que tal proposta causou nos setores da burguesia convidados a participar da luta, os terceristas lançam, em outubro de 1977, ataques contra posições da Guarda Nacional, rompendo a política de acumulação de forças propugnada pelas outras duas tendências, embora sob enfoques distintos.

A reunificação da Frente Sandinista, em março de 1979, deu-se no quadro de preparação da ofensiva final, baseada na certeza de que a disposição das massas para derrubar a ditadura exigia um instrumento político-militar.

A FSLN liderou a rebelião popular e conseguiu hegemonizar o conjunto das forças opositoras, eliminando a alternativa “somozismo sem Somoza”, proposta pela burguesia com o apoio de Washington.

Assim, a Revolução tornou-se vitoriosa, assentando-se em três princípios que ainda hoje prevalecem: pluralismo político, economia mista e não-alinhamento.

Depois das primeiras medidas de caráter revolucionário, os representantes da burguesia na Junta do Governo abandonam seus cargos e criticam a “esquerdização do país”.

Formam-se, no exterior, os primeiros grupos de ex-guardas somo-zistas, que pretendem derrubar o governo revolucionário. Os “contras”, como passam a ser chamados, iniciam operações militares em território nicaraguense. A partir da posse de Reagan na Presidência dos Estados Unidos, o apoio de Washington aos “contras” torna-se mais intenso.

O embargo econômico promovido pelos Estados Unidos e as ações de sabotagem dos “contras” ameaçam levar a economia a uma situação de esgotamento.

O maciço apoio da população aos sandinistas, manifesto nas eleições presidenciais de 1984, consolida o governo revolucionário e abre campo para uma negociação internacional em condições mais favoráveis.

Apesar da oposição dos “contras” e do governo Reagan, é assinado, em 1988, o Acordo de Paz Esquipulas II. Em seguida, representantes do governo sandinista e líderes dos “contras” firmam, na cidade de Sapotá, um cessar-fogo e um calendário de conversações para alcançar a paz.

Atualmente, o governo sandinista promove um plano de reconstrução nacional.

LUCIO JIMENEZ

Nossa Revolução é sandinista porque as suas raízes encontram-se na gesta heróica do “General de Homens Livres” Augusto César Sandino. Sandino, com o seu pensamento e obra, deu à classe trabalhadora as armas nacionalistas para sua reivindicação de independência política e ideológica dos partidos tradicionais, já que em toda a época anterior os trabalhadores ficaram submetidos e dominados pela oligarquia. A partir de então, se define e esclarece a necessidade de independência dos trabalhadores perante esses partidos, que tinham se vendido aos interventores e aos interesses norte-americanos.

Em certa ocasião, Sandino declarou que os oligarcas traíam o sentimento dos operários, dos camponeses e do povo em geral, por isso era necessário lutar contra eles. Com essa afirmação, Sandino estava dando a orientação ideológica e política em favor dos interesses dos operários e camponeses. Insistia na unidade destes dois grandes

setores, declarando que somente eles, com a sua força organizada, chegariam até o fim. Muito tem se discutido sobre o pensamento e doutrina de Sandino, que alguns vêem como sendo unicamente nicaragüense. Nós afirmamos que o pensamento e doutrina de Sandino estão ligados à teoria do movimento revolucionário internacional e, como é lógico, ao pensamento revolucionário latino-americano. Sandino não é apenas nicaragüense. Sandino situa-se, em seu tempo, à altura dos grandes líderes do movimento revolucionário mundial e defende com ímpeto, firmeza e com sua atuação os interesses dos operários e camponeses.

Sandino não era apenas um homem de idéias nacionalistas, era também um homem de idéias internacionalistas. Toda a sua atuação e a sua luta estiveram dirigidas para conseguir, manter e consolidar a independência nacional e a paz no mundo. Atualmente, enfrentamos conflitos mais graves que os daquela época. E é por isso que operários e camponeses clamam, nos seus programas econômicos e políticos, pela manutenção da paz mundial.

A ditadura somozista assassinou Sandino, mas não o seu pensamento. Carlos Fonseca Amador o retomaria como doutrina nacional para fundar a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Em meados de 1961, Carlos Fonseca Amador, Silvio Mayorga, Santos Lopes, Tomás Borge dão os primeiros passos para o nascimento da Frente Sandinista de Libertação Nacional. A Frente não nasceu com o nome “sandinista”. Num primeiro momento, chamou-se Frente de Libertação Nacional. Foi somente em 1963, logo após o Bocay, que adotou definitivamente o nome sandinista. Porém, seu espírito e doutrina, com ou sem o nome, foram sempre sandinistas.

O ponto de partida do Comandante Fonseca foi um conjunto de idéias nacionais. Ele encontra a teoria revolucionária dentro e não fora da Nicarágua. Ele irá situá-la nas opiniões, projetos, planos, programas, concepções e ações de Sandino. Porém, apesar desta definição, o Comandante Carlos Fonseca e a Frente foram acusados, e ainda o são, de utilizar fórmulas estrangeiras e de se basearem em dogmas exóticos. Mas ir ao encontro das raízes da pátria, reivindicar e utilizar o pensamento nacional como fonte para construir uma teo-

ria revolucionária própria não supõe ser nacionalista em termos de se fechar sobre si mesmo. O sandinismo é mais do que um conjunto de ações intrépidas, generosas e altruístas; é, sobretudo, uma corrente política, um corpo de doutrina; é uma doutrina que tem contribuído para o pensamento revolucionário mundial. Carlos Fonseca era um estudioso da experiência do movimento revolucionário internacional e seguia atentamente o curso desse movimento nos países capitalistas e socialistas. É por essa razão que soube conjugar a experiência internacional com a nacional.

Todavia, é necessário ressaltar que ele nunca acreditou que as doutrinas revolucionárias internacionais pudessem dar, por si sós, a chave para fazer uma revolução ou o segredo para a tomada do poder. Ele entendeu, de maneira clara e lúcida, que as doutrinas revolucionárias internacionais são inúteis se não combinadas com o pensamento e a prática revolucionária nacionais.

A Frente Sandinista aprendeu desde cedo, a partir de Bocay, que a luta para derrubar a ditadura ia ser prolongada, já que esta tinha-se constituído num regime consolidado, naquele momento, com mais de 20 anos de existência, e que conseguira estruturar um sistema econômico e político que só poderia ser destruído através de muitas ações armadas e insurrecionais, político-militares que levassem, como de fato aconteceu, à rebelião de todo o povo.

Mas todas essas lutas violentas e pacíficas colocaram a necessidade de criar um organismo político com programa, tática e estratégia próprias, capaz de dar continuidade à luta armada e mesmo de trabalhar em todas as circunstâncias: na clandestinidade, na semiclandestinidade ou abertamente; um organismo político que assinalasse e provasse na prática que a luta armada era a via principal para a derrubada da ditadura e para a transformação radical da Nicarágua; um organismo que erguesse a bandeira de uma revolução para se diferenciar daqueles que apenas queriam a saída de Somoza e não a sua substituição por um regime revolucionário.

Foi então que se estabeleceram as condições políticas para agrupar numa só frente todos os núcleos dispersos da esquerda revolucionária. Foi assim que a Frente Sandinista começou a se formar e a

se forjar. A ela, somam-se jovens trabalhadores, camponeses, estudantes, profissionais e veteranos da luta de Sandino. Assim, duas gerações de sandinistas fundem-se numa nova batalha, o que simboliza o renascimento pleno, ativo, aberto e revolucionário da luta de Sandino. A Frente Sandinista é, por tudo isso, consequência direta de um conjunto de lutas internas de caráter popular que pugnavam e impulsionavam uma nova opção, a mesma opção pela qual lutou Sandino.

Durante o processo de formação da FSLN, entre 1961 e 1963, o Comandante Carlos Fonseca enxergou para além do imediato. Por exemplo, antes de iniciar as Jornadas de Raiti e Bocay, alertou sobre o perigo de tentar qualquer ação guerrilheira sem antes contar com bases de apoio entre os camponeses e com algum respaldo nas cidades. Esta noção tão simples, esta verdade tão elementar, não foi levada em conta, constituindo a causa do revés de Bocay. É bem verdade que era um momento de busca, de aprendizado, e tínhamos que experimentar na própria carne para poder aprender a lição. Bocay foi o último grande erro da FSLN. Nunca mais voltamos a incorrer nele. Sabemos que existe gente que nunca aprende, mas nós aprendemos, o que vem demonstrar a nossa capacidade de autocrítica e a consistência da nossa doutrina. Em vez de justificar o erro, corrigimo-lo; em lugar de culpar os outros, assumimos nossa responsabilidade com seriedade e espírito revolucionário. Isto faz parte do estilo de trabalho e da herança de Carlos Fonseca.

Carlos Fonseca nunca entendeu a Frente como uma seita, nem considerou a luta contra o somozismo como um problema de alguns poucos. Desde o início mesmo da FSLN, ele quis aglutinar toda a oposição numa grande aliança política. “Na luta por uma mudança revolucionária”, dizia, “não excluímos os que não pensam como nós. Estamos dispostos a caminhar junto a pessoas das mais diversas crenças, interessadas na derrocada da ditadura e na libertação do nosso país.”

Para atingir o triunfo, foi necessário conjugar os seguintes fatores: o surgimento, fortalecimento e desenvolvimento da FSLN como vanguarda dos trabalhadores do campo e da cidade, assim como

também das mais amplas camadas progressistas e antiimperialistas da nossa população; a Frente como representante e aglutinadora dos interesses de classe das massas espoliadas e exploradas pelo regime capitalista; a Frente como defensora da autodeterminação, independência e soberania nacionais; a Frente assinalando a luta armada como único caminho para a conquista do poder revolucionário; a Frente como destacamento homogêneo do ponto de vista ideológico, com uma direção e uma militância sustentada no pensamento marxista, sendo o seu eixo o sandinismo, como a expressão própria da realidade nicaragüense; a Frente com uma política ampla visando aglutinar os diversos partidos políticos e setores econômicos na luta comum para a derrocada da ditadura somozista; a Frente abrindo um espaço internacional a partir de uma ação política de profundo conteúdo latino-americano.

A Frente teve que superar os seus próprios problemas, os quais tiveram sua manifestação mais aguda entre 1975 e outubro de 1977. Este foi o período da divisão em tendências, que polemizaram sobre a estratégia e a tática revolucionárias. Em 1975, nas reuniões da Direção Nacional encabeçadas por Carlos Fonseca, ratifica-se a linha da insurreição das massas como culminância do trabalho revolucionário acumulado desde as mais diversas formas, com a consolidação de um núcleo político-militar que foi incorporando camponeses e trabalhadores agrícolas, trabalhadores da indústria e da construção, estudantes secundaristas e universitários, artistas, intelectuais, técnicos e profissionais progressistas, professores, jornalistas, religiosos e trabalhadores dos mais diversos setores da produção e serviços.

Nessas reuniões, se aprovou também uma política de alianças, já que na medida do fortalecimento da Frente e do desgaste da burguesia pró-imperialista, logo após o pacto Agüero-Somoza, estávamos em melhores condições de promover e hegemonizar uma política de alianças que, nessas alturas, já não colocava em risco os interesses estratégicos da Revolução. Em tais circunstâncias, o imperialismo tentou reativar certos partidos políticos, promover alguns hierarcas da Igreja Católica, empresários e sindicatos, com o fim de criar uma opção própria que, uma vez retirado Somoza do poder, conservasse

a estrutura econômica e militar do regime somozista. Este plano político se complementava com uma feroz repressão dirigida a liquidar as bases que a Frente Sandinista tinha desenvolvido no campo e na cidade.

É nessas condições que, em outubro de 1977, a Frente passa para uma etapa de ataques a quartéis somozistas nas cidades e avança para a conformação de uma frente guerrilheira no norte do país, a Frente Norte Carlos Fonseca. Esta frente teria atuação político-militar permanente e iria exercer uma grande influência nos departamentos (estados) de Nueva Segovia, Somoto e Estelí. Esta ofensiva foi acompanhada por mobilizações política e popular em torno do Grupo dos Doze. As colunas guerrilheiras organizadas nos centros das montanhas na Brigada Pablo Ubeda, e que tinham sobrevivido às ofensivas da Guarda Somozista, tiveram um papel político e moral fundamental na formação de quadros que passaram a integrar e fortalecer outras frentes de combate a partir de outubro de 1977. A ofensiva lançada nessa ocasião; o assassinato de Pedro Joaquin Chamorro, em janeiro de 1978; a ofensiva sandinista de fevereiro de 1978, com a insurreição de Monimbó; a insurreição de setembro do mesmo ano foram fatos determinantes na dinâmica da luta armada revolucionária para superar os problemas internos e desenvolver um processo de reunificação, de tal maneira que, já para a ofensiva final, decidida em junho de 1979, a unidade da Frente Sandinista era uma realidade.

O imperialismo faz um último esforço para neutralizar o triunfo revolucionário. Na 17ª Reunião da Organização de Estados Americanos (OEA), realizada em Washington, em junho, procurou o apoio latino-americano para intervir militarmente, tal como fizera na República Dominicana em 1965. Esta proposta foi rejeitada pelos países latino-americanos, que, pela primeira vez, na Organização de Estados Americanos (OEA), não aceitavam ser instrumento da intervenção ianque.

Enquanto os Estados Unidos pressionavam a favor da intervenção e concentravam esforços na Venezuela e nos hierarcas da Igreja Católica, dirigentes de partidos políticos tradicionais, empresários e dirigentes de partidos políticos autodenominados comunistas,

marxistas-leninistas, menosprezando o heroísmo e decisão de luta do povo nicaragüense e a capacidade da Frente Sandinista como seu condutor, pensavam que o triunfo revolucionário não seria possível e por isso se preparavam para serem os instrumentos de troca de um somozismo sem Somoza. Plano que até o último momento tentaram pôr em prática os governantes norte-americanos. Foi nestas circunstâncias que se deu o triunfo da Revolução Popular Sandinista, pondo-se em marcha o programa revolucionário.

Tínhamos decidido incorporar à Junta de Governo pessoas representativas da burguesia nicaragüense, porque a finalidade era integrar ao processo de reconstrução nacional todas as forças sociais, políticas, econômicas e religiosas que, com espírito patriótico, estivessem dispostas a respaldar o programa da Revolução. À medida que a vontade política da Revolução foi se fazendo realidade, acirraram-se as contradições com esses representantes da burguesia, que, embora integrantes da Junta de Governo, resistiam à aplicação do Plano de Governo, o que levou finalmente à renúncia de tais personagens.

A Frente Sandinista propôs à nação o seu programa desde o momento em que surgiu como opção histórica das massas nicaragüenses, nos primeiros anos da década de 60. Esse programa foi sistematizado e apresentado para o povo em 1969. Anos depois, em outubro de 1977, o programa da Frente Sandinista foi elaborado e apresentado como programa de governo. O programa original da Frente Sandinista é o programa dos operários, dos camponeses e dos trabalhadores nicaragüenses. É o programa que dá a oportunidade de participar na construção da nova sociedade a todos os setores políticos, sociais e econômicos da nação; defende uma nova ordem econômica, na qual o poder político, o poder econômico e o poder militar sejam dos trabalhadores. E o programa que aplicamos quando confiscamos os bens de Somoza e dos somozistas, quando nacionalizamos os bancos e as exportações, as minas e os recursos naturais, quando impulsionamos a legalização da posse da terra e a distribuição de terras cultiváveis, beneficiando 103 mil famílias; por isso continuaremos a entregar terras a todos aqueles camponeses que a exijam para trabalhar.

Somos conseqüentes com o programa original quando levamos a educação, saúde e serviços até os trabalhadores; quando atingimos mais de 5.763 sindicatos, com 280 mil filiados, agrupados em seis centrais sindicais de diferentes correntes ideológicas; quando os meios de imprensa e rádio deixam de ser monopólio do totalitarismo dos capitalistas exploradores e, pela primeira vez na história da Nicarágua, há imprensa, rádio e televisão nas mãos dos trabalhadores. Então, sim, existe liberdade de imprensa na Nicarágua.

Somos conseqüentes com o programa original quando defendemos o direito de organização política dos operários e camponeses, sem negar esse direito a outros setores da nação. Pela primeira vez na história da Nicarágua, sete partidos políticos dos mais variados matizes ideológicos participaram livremente das eleições de 1984.

Somos conseqüentes com o programa original quando defendemos o direito à independência, à autodeterminação, a manter relações de amizade com todos os países da Terra; quando rejeitamos toda tentativa de opressão daqueles que estão acostumados a não respeitar os povos. Por isso a Nicarágua defende uma política internacional de não-alinhamento.

Somos conseqüentes com o programa original quando defendemos o direito do povo de se organizar num Exército Popular Sandinista, nas Milícias Populares Sandinistas e na Polícia Sandinista. Para que o povo possa defender os seus interesses, para que nunca mais, jamais, os fuzis protejam os que encarceravam, torturavam e assassinavam camponeses para lhes roubar as terras. Para que nunca mais, jamais, os fuzis apontem para os trabalhadores, que eram reprimidos, encarcerados, assassinados pelo exército e pela polícia a serviço dos exploradores, que mantinham esse exército e essa polícia para garantir os seus interesses de classe.

Somos conseqüentes quando garantimos o direito dos nicaragüenses de praticar ou não uma religião, estimulando e preservando as tradições religiosas do povo.

Somos conseqüentes quando as mulheres, os jovens, os profissionais, os intelectuais e artistas, os jornalistas, os artesãos, os pequenos

industriais, todos os setores sociais, florescem na organização e consciência de serem nicaragüenses.

Estamos cumprindo o programa da FSLN ao longo desses oito anos. Não cedemos nem cederemos jamais às pressões, chantagens e ameaças que os inimigos da Nicarágua vêm lançando contra o povo trabalhador. A Nicarágua é um Estado soberano, livre e independente, jamais vamos aceitar imposição estrangeira. Estabelecemos um marco institucional que orienta o sistema revolucionário. É um sistema que tem as suas raízes nos operários, nos camponeses e nos trabalhadores nicaragüenses. É um sistema que, quando define um poder popular para a transformação social, política e econômica, não nega nenhum setor social, político e econômico. Convida todos a participarem da gigantesca tarefa histórica que é a criação da nova sociedade de homens livres. A Revolução, portanto, não está em discussão. Ela é irreversível. Dentro do sistema, todos temos o direito a dissentir para enriquecê-lo, dinamizá-lo e aperfeiçoá-lo.

Os governantes norte-americanos negam-se a reconhecer as mudanças que a força do povo provocou a 19 de julho de 1979. Rejeitam a possibilidade de uma Nicarágua independente, livre e soberana. Apelando para um determinismo geopolítico que supõe a submissão de povos e governos, eles têm atuado como imperialistas. Daí a decisão de esmagar a Revolução Nicaragüense. Esse desejo explica o empenho irracional do presidente e de altos funcionários civis e militares dos Estados Unidos, que não têm poupado esforços internos e internacionais na procura de apoio para a sua política terrorista contra a Nicarágua. A estratégia norte-americana é clara: querem destruir a Revolução Nicaragüense para matar as esperanças de mudança, democracia, independência econômica que hoje despertam na América Latina.

A agressão que o governo dos Estados Unidos impõe à Nicarágua manifesta-se no plano econômico, político, diplomático e militar. O governo norte-americano cortou os empréstimos e programas de assistência, decretou o embargo e ocupou militarmente alguns países, como Honduras, criando assim uma estrutura militar para agredir a Nicarágua (escolas, 15 pistas de aterrissagem e instalações

de radar para captar comunicações). A guerra tem afetado a economia nacional, provocando uma baixa na produção, diminuindo as exportações, limitando a oferta interna de produtos. Os danos à economia somam 2,821 bilhões de dólares, com uma projeção para este ano de 1987 de 3,6 bilhões de dólares. A despesa da guerra consome 46% do orçamento nacional e as exportações estão projetadas em 280 milhões de dólares. O presidente dos Estados Unidos é o responsável pelas 45.714 vítimas no nosso país e pelos 2,821 bilhões de dólares de perdas no produto interno bruto. Esse é o resultado da política dos Estados Unidos para a Nicarágua: sangrar o povo nicaragüense e prejudicar seriamente a sua economia. Nenhum benefício trouxe ao povo da Nicarágua esta política norte-americana.

Devido à capacidade de resistência do povo nicaragüense, que vem derrotando a política dos Estados Unidos e que derrotou as forças mercenárias, foi possível subscrever os Acordos de Esquipulas II, graças também à perseverança do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, que, numa ação latino-americana decidida, vêm se opondo à política intervencionista dos Estados Unidos.

Esquipulas II é um fato transcendental, ditado pela sensatez dos governantes centro-americanos, e representa a síntese da solidariedade internacional entre os povos.

MARCOS ARRUDA

Entre o ideal e o projeto de uma revolução, de uma nova sociedade socialista, e a realidade de opressão e de exploração que vivem os povos sob o capitalismo, existe, depois de qualquer tomada de poder, um longo processo de transição, penoso, complicado, contraditório, no qual é impossível colocar em prática tudo que está projetado. Aí emerge claramente que o projeto é realmente projeto, é jogar para a frente um ideal, uma percepção antecipada do que se deseja. Mas para construir esse projeto, para transformá-lo em realidade, nós temos que percorrer um longo caminho, com grande clareza do que já foi obtido e quais são os passos a serem dados, seja para frente ou para trás, nesse caminhar.

O ponto de partida da Revolução Nicaragüense foi uma história de brutal opressão, foram quase 50 anos de ditadura violentíssima. As histórias sobre o período da ditadura são arrepiantes: a brutalidade da Guarda Nacional contra a população foi suficiente para gerar um grau de revolta, um grau de ódio que podia ter desencadeado muito mais violência do que de fato ocorreu com a luta revolucionária. A situação em que o país ficou depois da guerra insurrecional foi desastrosa. Já era um país pobre do ponto de vista econômico, com o maior território da região centro-americana e uma das menores populações, aproximadamente 3 milhões de pessoas. Para nós, aqui em São Paulo, é um bairro: 3 milhões de habitantes. Mas é um país ao mesmo tempo: um território imenso, muito diferenciado.

Quando eu cheguei à Nicarágua pela primeira vez, em novembro de 1979, o quadro do país era de violência: do aeroporto até a cidade, víamos as fábricas destruídas pelos bombardeios dos aviões de Somoza, com algumas exceções que mantinham até o seu nome, as empresas transnacionais. Essas ficavam em pé apesar dos bombardeios, que eram seletivos: os operários haviam justamente ocupado fábricas nacionais de proprietários nacionais, principalmente fábricas da própria família Somoza. Era uma economia em frangalhos, destruída, desarticulada, o Estado completamente corrompido e em bancarota. O que havia ainda de poupança tinha sido levado para o exterior por Somoza e sua família. A única base de apoio para a nova construção era uma população altamente mobilizada e transformada em sujeito da história da Nicarágua. Pela primeira vez, nesse período recente, assumindo as rédeas da sua história nas mãos.

Construir uma nova sociedade

A insurreição popular, como insiste a Frente Sandinista em caracterizar, é insurreição que tem como sujeito as grandes massas da população da Nicarágua. E que tem na Frente Sandinista de Libertação Nacional uma vanguarda que conseguiu polarizar essas energias e dar a elas um sentido no momento oportuno e com suficiente correção para conseguir superar as grandes dificuldades colocadas pelo inimigo principal que não era interno, mas os Estados Unidos. A

partir daí, se abriu um desafio brutal, um desafio que um dos companheiros da Nicarágua me resumia da seguinte maneira: “Marcos, nós não podíamos imaginar que a revolução é o que vem agora, que a luta pela tomada do poder não foi nada, comparada com os tremendos desafios e obstáculos que a gente enfrenta para a construção da nova sociedade. “Percepção de que revolução não é a tomada do poder pura e simples, não é mais que abertura de todo um processo de construção que envolve tremendos desafios.

Na África, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, os companheiros dirigentes costumavam dizer que o sistema de opressão, exploração, alienação não é formado só por classes opressoras e instituições e estruturas opressivas, mas também por modos de relação social, por valores, atitudes, comportamentos, que só vão sendo superados através de uma longa luta revolucionária em todas as dimensões da existência humana daquela sociedade.

A Frente Sandinista se viu diante desse desafio: construir um novo Estado a partir da desagregação do Estado somozista, construir uma nova economia a partir de uma desagregação total da economia somozista e da economia popular da época e construir uma nova dinâmica social, esta sim, a partir desse fantástico impulso que foi a insurreição popular. Além disso, tratava-se de um país dentro de um contexto, não se podia pensar a Nicarágua de forma isolada. O inimigo principal, os Estados Unidos, continuava presente na região, encarando a Nicarágua como uma ameaça permanente.

Política externa de não-alinhamento

A retórica dos Estados Unidos é de que não pode permitir uma nova Cuba na América Central. A Nicarágua é uma nova ameaça à segurança dos Estados Unidos e, na verdade, os sandinistas tinham claro que o problema da Nicarágua para os Estados Unidos não é militar, nem tampouco econômico. E, essencialmente, um problema político, porque se tratava de uma mudança na correlação de forças na região, e um problema cultural e ideológico, no sentido de que emergia na América Central um pequeno povo, praticamente inviolável materialmente, dando um grito de independência para dizer que

podia caminhar sozinho, sem a tutela dos Estados Unidos. O temor norte-americano era o temor do exemplo, o temor de que o exemplo desse pequeno povo heróico fosse pegar no resto da América Central. A começar pelo próprio Panamá, que era praticamente um Estado sob controle norte-americano, ponte entre dois oceanos, com o canal controlado pelas forças armadas americanas.

O desafio era construir um país autônomo e independente, com um sistema político fundado na soberania nacional, e que, ao mesmo tempo, estivesse lidando com toda essa contradição em nível internacional colocada pela fragilidade da Nicarágua nesse contexto.

Esse era um primeiro pilar da nova política sandinista: o não-alinhamento. A necessidade de, por um lado, sair da esfera do controle americano e, por outro lado, não cair em outras esferas de controle que pudessem invalidar toda aquela luta popular pela independência, além de servir de pretexto para qualquer tipo de intervenção ocidental em nome de qualquer coisa que sugerisse a comunização da América Central. Segunda diretriz estratégica: uma economia mista. Pode-se colocar também em segundo lugar, e talvez seja mais correto, a diretriz política de pluralismo partidário. Essas eram as três propostas em cima das quais se construiria esse novo processo. Nós vamos discutir um pouco cada uma delas, procurando fazer o recorte do político, do econômico e do cultural-educativo, olhando em cada um desses campos as contradições mais importantes.

Partido e Estado

No campo político, primeiro que tudo, a problemática começou com essa contradição que era a Frente Sandinista ter que ser o agente principal da construção de um Estado revolucionário. Surgiu desde logo esse desafio: qual deve ser a articulação entre a Frente, transformada mais em partido, e o Estado revolucionário? A opção pelo pluralismo político já dava uma certa pista para se entender a resposta sandinista. Ao mesmo tempo se propunha o pluralismo político e se propunha a hegemonia da Frente como representante autêntica dos interesses das maiorias do povo da Nicarágua. Então, tratava-se de manter a hegemonia enquanto partido e usar essa hegemonia para

construir o Estado. Mas aí surge a primeira contradição, bastante difícil de ser superada: à medida que a Frente decidiu assumir o Estado, colocou lá os seus principais quadros, nove dirigentes da Frente Sandinista em nove posições-chave dentro do governo, posições de liderança política fundamental, ainda que combinada com representantes de outras correntes políticas do país. Diante desse fato, o governo passava a ser o partido. Quer dizer, os dirigentes principais do partido detinham as rédeas do controle do processo político do país, da relação do Estado com a sociedade civil. Mas o outro lado da medalha: todos os erros gerados pelas políticas do Estado teriam que ser pagos também pela Frente Sandinista, já que havia essa identidade. E isso começou a ocorrer com o desenrolar do processo de construção da nova Nicarágua.

Aconteceu então o mesmo que em outros países socialistas, ou melhor, outros países em processo de construção do socialismo, que é a perigosa identificação de três agentes da história dessa construção: o agente Estado, o agente partido e o agente povo. Quer dizer, à medida que o partido e o Estado se identificam e o partido traz a aura histórica de ser a vanguarda do povo, no caso da Nicarágua confirmado pela insurreição popular, é muito fácil se cair nesse equívoco de também identificar o Estado com o povo, com a sociedade civil, e acabar passando a ferro, artificialmente, toda aquela construção social, dizendo: o Estado é o povo, como um soviético me dizia num trabalho que fiz na Hungria a respeito da Polônia: “O povo da Polônia está equivocado, os trabalhadores estão fazendo greve contra si próprios”. Eu retrucava: “Mas isso eu não aceito, não concordo, acho que os trabalhadores não são tão ingênuos, se eles estão em greve, eles estão falando para um interlocutor, e quem é esse interlocutor senão o Estado?” Resposta do soviético: “Justamente, como o Estado é o povo, o povo está fazendo uma greve contra si mesmo”. De modo que esse é um equívoco muito familiar dessas revoluções em que uma direção política é obrigada a assumir a direção do Estado e a identificar-se com a estrutura do Estado, não deixando de ser vanguarda do povo. Está aí uma contradição a trabalhar e discutir porque as respostas definitivas não existem.

Estado e sociedade civil

Uma segunda contradição que eu acho que é muito importante, que vem se desenvolvendo nesses sete anos, é a contradição entre o Estado e a sociedade civil, que se consubstanciou em várias facetas diferentes. Como estamos observando pelo ângulo político, diríamos que, desde o início, se tratava de uma proposta sandinista de democracia participativa. A espinha dorsal, política da proposta sandinista — mais avançada, me parece, do que em outros lugares do mundo — era fazer com que a reconstrução econômica fosse conduzida, mas não monopolizada pelo Estado, pelo Estado popular, e que esta reconstrução econômica estivesse subordinada à construção da hegemonia popular sobre o Estado e a sociedade. Isso significava: a prioridade é construir as organizações populares e os mecanismos de controle do poder que vão dar na prática a hegemonia aos setores populares sobre a sociedade toda, sobre a construção social inteira. Como proposta é excelente. A dificuldade é como pôr em prática, e é interessante examinar essa prática. De início, ocorreu o contrário: o Estado assumiu, realmente, as rédeas do processo, estimulou a criação e o desenvolvimento de organizações populares, o fortalecimento daquelas organizações já existentes e a criação de novas organizações em vários campos da sociedade, abrindo espaço para que até as crianças se organizassem. Mas, ao mesmo tempo, de uma certa forma, através de colocação na direção das organizações de massa de militantes ou membros da Frente Sandinista, manteve uma vinculação profunda entre as organizações e a Frente. Quer dizer: não levou à prática uma proposta de autonomia das organizações populares. E essa autonomia era a única condição que permitiria que o povo da Nicarágua organizado pudesse exercer um papel de controle sobre as instâncias do Estado.

O resultado foi que, gradualmente, as organizações populares passaram a ter o papel de implementadoras das políticas traçadas de cima. O vocabulário inclusive refletia isso. Falou-se durante anos, principalmente até 1984-85, na história de “baixar linhas”: “Quais foram as linhas baixadas que nós devemos seguir?” Havia uma grande dependência das direções para se atuar. Isso gerou uma certa passividade, por um lado, nas próprias organizações de massa, só mobilizadas pe-

las palavras de ordem que chegavam de cima e, por outro lado, uma certa apatia em relação às reivindicações específicas de cada setor da sociedade. Por quê? Porque essas reivindicações estavam um pouco amarradas pela política oficial. Exemplo: as ocupações de terras foram freadas no início. Reivindicações salariais dos trabalhadores também foram freadas em nome de uma política salarial que tinha que fazer parte de um plano centralizado, que tinha que harmonizar todo o crescimento econômico à medida do possível e não do desejável. Com isso, as organizações populares começaram a se esvaziar. É a contradição de as organizações populares surgirem, crescerem, fortalecerem-se para representar e organizar as massas, o povo, mas, na medida em que elas são subordinadas e vinculadas à direção política e ao partido hegemônico, elas já não podem exercer esse papel de organização popular e muito menos de fiscalização sobre as instâncias do poder central. Começaram a reagir a isso, ou se esvaziando, ou procurando formas alternativas e se tornando crescentemente críticas em relação ao que estava acontecendo.

Uma outra contradição, que eu acho mais interessante ainda, é a contradição entre a guerra de agressão e a proposta democrática. Nós podíamos imaginar que a guerra seria um instrumento de pressão para a centralização de todo o processo de decisões no país. Isso seria natural, já que se tinha que responder a tudo na base da emergência, na base da pressão pela sobrevivência. E eu me convenci foi de que o processo de agressão, talvez porque não era um processo total, não era uma guerra total, com toda a sociedade envolvida nela, era uma guerra semi-periférica, de fronteiras, um processo de penetração complicado e não muito eficaz pela contra-revolução, o fato é que o processo da guerra tem sido um fator de pressão para a democratização das instituições e das relações na Nicarágua. Sobre isso, nós podemos entrar em maiores detalhes no debate. Mas é um elemento de enorme inovação para a nossa compreensão de um processo revolucionário.

Planejamento econômico e mercado

Vamos avaliar um pouco a parte econômica. Primeiro: aquela proposta de economia mista significava a proposta de se preservar

uma economia de mercado ao mesmo tempo em que se introduzia um fator econômico novo, na verdade, um fator político e econômico, que é o planejamento estatal com vistas a pôr em prática uma outra lógica de desenvolvimento econômico. Já não era a lógica das minorias, a lógica do lucro concentrado, da mais valia, da exploração etc., mas uma lógica das necessidades básicas, uma lógica do atendimento das necessidades de sobrevivência de toda a sociedade e não só de parcelas dela para realizar uma crescente igualização das condições de vida de toda a sociedade. Colocava-se aí um confronto, uma contradição: como harmonizar uma economia de mercado com um planejamento que tem como ótica, como diretriz central, a lógica das maiorias?

Pode-se questionar, e houve grandes questionamentos, que os sandinistas são reformistas: que história é essa de economia mista, de mercado? O mercado foi sempre pensado como um instrumento de distribuição dos recursos essencialmente capitalistas. Portanto, seria uma certa concessão ao capitalismo. Não: os sandinistas têm essa proposta de economia mista não como uma tática para conseguir sobreviver nessa fase inicial, mas como um questionamento a todas as experiências de socialismo que eles têm visto no mundo. Não há, para eles, uma resposta definitiva sobre como organizar a sociedade socialista em um país. O que existe é o desafio de introduzir, no planejamento econômico e nas relações econômico-políticas de uma sociedade, a diretriz, a vontade política do interesse das massas, do povo trabalhador como a diretriz fundamental. Isso aí é inegociável. Agora, como organizar a economia? O ponto de partida para eles era aquela realidade: uma luta de libertação nacional que incluía uma frente de classes envolvendo até a burguesia nacional, uma parte da qual esteve aliada ao sandinismo e depois se tornou oposição. Essa frente, agora, tinha que encontrar uma forma de harmonizar, realisticamente, as forças sociais reais em busca de uma construção pluralista. Pluralista, mas conduzida pela lógica das massas trabalhadoras.

A evolução desse processo da economia mista é muito interessante. Durante os dois primeiros anos, foi possível criar e desenvolver novas

instituições econômicas, foi possível desenvolver um crescimento do negativo em busca do positivo, porque a depressão econômica gerada pela guerra dos dois anos anteriores era o ponto de partida. Portanto, tratava-se de alcançar os níveis anteriormente atingidos dentro do capitalismo. Mas, mesmo assim, foram taxas por volta de 10% ao ano, num período em que o resto da América Central estava vivendo de depressão ou de recessão econômica. Foi também um período de grande influxo de recursos externos em moeda forte, para apoiar esse deslanchar da construção da nova sociedade. Durante esses dois anos, a ascendência do Estado sobre a economia e sobre o processo de construção social estava sendo predominante. À medida que a guerra foi se agudizando, principalmente em 1983-84, bases sociais, principalmente no campo, foram sendo perdidas para a contra-revolução, a partir de problemas que iam desde a sobrevivência até problemas no modo de proceder da própria Frente e dos dirigentes na relação com os camponeses. A Frente Sandinista foi começando a perceber dramas e engarrafamentos nesse processo econômico que ela teve que se colocar como desafios para revisão. Também na área econômica surgiu o desafio de retificação. As contradições que eu apontei no plano político, e agora no plano econômico e no plano social, em termos de relação entre Estado, organizações de massa, povo, todas elas praticamente se centraram e explodiram juntas nesse período 1984-85.

Eleições e retificação de equívocos

Vamos ver aí, outra vez, um elemento dialético muito interessante que vai jogar a pista para uma saída: a pressão internacional ligada à agressão para se realizarem eleições na Nicarágua, em plena guerra, levou a um processo eleitoral que era um teste para a Frente Sandinista e era um teste para o Estado sandinista. Esse processo implicava competição com outras forças políticas, o que obrigou os sandinistas a fazerem uma campanha casa por casa, um trabalho de massas intensivo que incluiu a própria pesquisa das aspirações das massas populares. Isso antes não estava acontecendo, porque é natural que um partido que vinha na crista de toda a onda popular da insurreição se sentisse suficientemente legitimado para tomar as iniciativas de go-

verno sem maior pesquisa, sem maior consulta. Mas agora eles eram obrigados a fazer isso para relegitimar o poder que eles tinham conquistado com as armas. E isso foi extremamente oportuno, porque trouxe à luz o seguinte fato: por mais que começasse a haver críticas à Frente e ao governo da parte da própria população, na hora de legitimar, a legitimação veio. É claro que ela veio complexa, porque 37% dos eleitores votaram nos outros partidos, mas a maioria plena foi reconhecida como sendo favorável à Frente. E isso fortaleceu tanto a consciência da Frente, de que era necessário dar atenção àquelas reivindicações dos setores populares, como também sua legitimidade para pôr em prática o processo de mudança e retificação das suas próprias linhas de governo.

Por exemplo, na reforma agrária, a política era dar terras somente para cooperativas e empresas estatais, mas dividir a terra em benefício de camponeses individuais começou a emergir como uma exigência, como uma necessidade dos agricultores, que não era ouvida e nem atendida pelo governo revolucionário. Aí temos que reconhecer a capacidade de autocrítica que tem a Frente Sandinista de recapitular, de examinar em profundidade erros e acertos, forças e fraquezas, contradições, e procurar a saída mais correta, mesmo que seja negando-se a si própria nesse processo. A retificação da reforma agrária para mim é um dos exemplos de como a Frente foi capaz de corrigir políticas equivocadas, afastando-se de um processo concentrador de terras na forma de estatização para repensar o problema da socialização em outras linhas. Socializar é igual a estatizar? Ou criar diversas circunstâncias de socialização de propriedade da terra não é de fato socializar também, sem que o Estado tenha que ser o mediador? Esse processo de retificação foi se dando em outros campos da vida do país.

Para fazer essa retificação da reforma agrária, a Frente estimulou a União de Pequenos e Médios Produtores Agrícolas e Pecuários (Unaif) a fazer manifestações e apoiar os camponeses nas suas pressões por terra. Porque seriam essas pressões que completariam o processo de legitimação da mudança da retificação da política da reforma agrária, tendo em vista que o governo não é um monolito, que há tendências em contradição e que uma posição que buscava

as retificações precisava de força política para poder prevalecer sobre outras tendências internas do governo e da Frente. Esse processo de retificação se deu também na relação do Estado com as organizações populares, da Frente com as organizações populares, através de uma descentralização crescente que veio ocorrendo principalmente a partir de 1985.

Os desafios na educação

Esse processo de retificação também alcançou o campo cultural e educativo, posteriormente à Cruzada Nacional de Alfabetização, e gerou uma reorientação total da política educativa. A Cruzada Nacional de Alfabetização foi uma fantástica experiência de revolução cultural. Ela fez uma ponte entre a cidade e o campo, transplantou trabalhadores urbanos, professores, estudantes, pais e mães da classe média para o campo ou para as zonas periféricas das cidades e criou um intercâmbio de uma força transformadora imensa. Basta vocês pensarem que os alfabetizadores passavam a viver com os seus alfabetizados nas aldeias camponesas do interior, e nessa convivência não foi interrompido o processo produtivo. Durante o dia, os alfabetizadores, meninos, moços, moças, professores e professoras trabalhavam, aprendiam com os camponeses como trabalhar na agricultura; à noite, davam aulas de alfabetização. Foi, efetivamente, um processo que transformou todos os envolvidos em educadores e educandos ao mesmo tempo. E os pais de família, que vinham visitar os seus filhos durante esses cinco meses de mobilização, também foram contaminados por essa experiência. Agora, posteriormente à cruzada, instalou-se um processo de crescente institucionalização da educação, principalmente de jovens e adultos. E essa institucionalização estava pondo em risco a proposta democrática do sandinismo. Por quê? Porque ela incluía um caminho de escolarização dos jovens e adultos que, necessariamente, devido a experiência do Brasil, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, do Chile, várias experiências que nós já conhecíamos, infalivelmente conduzia a um processo piramidal de seletividade, que ia levando a níveis cada vez mais altos e complexos do conhecimento científico a um número cada vez menor

de trabalhadores, até formar uma casta elitista que seria responsável pelas decisões a serem executadas pelas maiorias trabalhadoras. Esse processo de escolarização, de formalização da educação, foi o que, mesmo um pouco à revelia das formulações teóricas, começou a ser implantado na Nicarágua de 1980 em diante.

De 1986 para cá, têm sido feitas retificações e implementação de uma nova abordagem. A educação formal não consegue dar resposta a todas as necessidades do povo nicaraguense em termos de educação. Por outro lado, a educação do povo da Nicarágua, e não só de alguns, é um desafio central da Revolução Sandinista, porque depende da educação a formação das mentes, dos espíritos e das vontades e, ao lado disso, da competência do povo trabalhador para exercer o poder, para tornar-se governante da Nicarágua. Então, ou se encontra uma maneira de fazer a educação adequada não só às crianças, mas aos jovens e adultos, trabalhadores da Nicarágua, ou nós vamos reproduzir aqui o elitismo, o burocratismo, a verticalidade, o autoritarismo, que negam o próprio projeto sandinista de democracia. No entanto, nesses seis anos de experiência de educação popular, nós não conseguimos fazer outra coisa senão perpetuar esse processo educativo tradicional, dando-lhe um outro conteúdo, introduzindo algumas mudanças de relação, mas preservando o essencial, que era uma teoria metafísica do conhecimento, mesmo que seja dialética, é um processo de relação vanguarda-educandos tradicional e autoritária, coerente com essa teoria do conhecimento. Eu falei vanguarda me referindo ao professor, mas estou querendo me referir a todas as instituições que têm uma relação de hegemonia com a sociedade, com os setores populares. Esse desafio da nova educação é um desafio que atinge até a Frente Sandinista e o Estado revolucionário. Porque a relação deles com a sociedade, além de política, e por ser política, é também educativa. Então surge esse desafio: como transformar cada trabalhador da Nicarágua ao mesmo tempo em técnico, cientista, mais artista do que já é, político, governante da sua própria existência, da sua própria comunidade, do seu próprio país, sem que ele precise deixar de ser trabalhador? Isso eu acho que resume o desa-

fio da democracia e resume o drama, o contraditório que é o processo de transição num país como é a Nicarágua hoje.

LUCIO JIMENEZ

O documento que eu li é posição oficial da Frente Sandinista. Agora, vêm as minhas apreciações. Até 1984, de certo modo, nós vínhamos correspondendo com as propostas fundamentais de antes do triunfo revolucionário. Entretanto, nestes anos de guerra até 1984, foram-se criando as condições políticas, morais, ideológicas para uma estratégia nova, de acordo com a nova realidade. Nesse ano, elaboramos pela primeira vez o que chamamos de Doutrina da Defesa da Revolução, que punha tudo o mais em função da defesa da Revolução. Até então, a política norte-americana vinha ascendendo em todos os campos. Do ano de 1984 até hoje, a política norte-americana tem sido neutralizada e vamos vencendo indubitavelmente.

A partir disto, se pode entender por que há muitos pontos pendentes a resolver. Nessa relação partido-Estado, o povo renunciar à greve não é um fator negativo, mas positivo. Antes do triunfo, o operário vai à greve porque não tem possibilidades distintas, não tem outra variante. Quando, depois do triunfo, um coletivo renuncia à greve, não está renunciando ao seu nível de vida, muito pelo contrário. O trabalhador criou grandes expectativas para melhorar seu nível de vida ativa. Então, o que ocorre é que se desenvolvem novas iniciativas para enfrentar o nível de vida. E podemos dizer que na Nicarágua a greve foi substituída, de maneira consciente, pela grande maioria dos trabalhadores, por outras formas de luta. É a participação dos trabalhadores em um conjunto de decisões, de comum acordo conosco para enfrentar os problemas que estão presentes. Agora, se em um centro de trabalho não se ouvem as reivindicações dos trabalhadores, há greve. Ao vir para cá, praticamente venho de uma greve. O diretor da empresa tomou uma medida sem consulta, arbitrária, e os trabalhadores foram à greve. Eu sei que este ponto é positivo. Mas a greve é na Nicarágua, aí pode estar o negativo.

Muitos problemas eu relaciono com o burocratismo. É um produto da Revolução e que se agrava com seu desenvolvimento. Por culpa dele, é que aparece um problema na famosa relação partido-massas. As contradições, ou não exatamente contradições, mas a problemática na relação partido-massas, é um reflexo do burocratismo que somente pode ser derrotado na medida em que aprofundarmos a democracia em nosso país.

Na Nicarágua, há uma real concorrência. Nos países socialistas se diz emulação, nós dizemos competição. Na Nicarágua a empresa que não pode competir com outra empresa, segundo nossa estratégia, tem que desaparecer e surgir outra nova. Então, não cabe em nosso país o burocratismo como estratégia da Revolução para a economia. Aqui eu não tenho uma resposta para vocês, mas apenas um comentário: nós estamos fazendo um novo modelo econômico e estamos tratando de aplicar muitos métodos e leis que demonstraram ser úteis. Porém, a principal lei que nós estamos aplicando é a lei ou o principal princípio pelo qual lutamos: o princípio da paz. Poucos problemas econômicos se podem resolver em meio à guerra. De tal maneira que a luta pela paz se torna para nós uma questão vital.

Na Nicarágua, há um centralismo democrático. No país, há muitas discussões sobre temas fundamentais. Por exemplo, congelar os salários em 1984 foi uma decisão tomada em uma grande assembléia de trabalhadores, e assim como muitas outras medidas. Entretanto, o fenômeno da guerra nos obriga a dar muita importância à centralização de muitas decisões. Precisamos destinar 40% da produção de roupas para o Exército Popular Sandinista. Daí a fábrica têxtil tem que mudar toda a sua linha de produção. Em vez de produzir para o mercado, tem que produzir uniformes militares. Isso afeta, indubitavelmente, a economia da empresa, sim, porém é uma decisão que se tem de cumprir. O mínimo que podemos fazer é dar vestimentas aos nossos combatentes, e alimentos. Sai um batalhão para a montanha, não podem ir sem comer; têm que levar provisões para vários meses. Quando damos provisões a um batalhão para que vá a uma frente de guerra, a um só batalhão, isso significa desabastecer um bairro inteiro. Então, temos que reduzir o abastecimento de todos os bairros para

dividir o sacrifício que vamos fazer pelos que marcham na frente de guerra. Essa é uma decisão centralizada. O problema está em se a defesa da Revolução está funcionando ou se não está funcionando. Eu estou completamente seguro de que, se a esta altura nós já tivéssemos várias cidades tomadas pelo inimigo, o povo não entenderia como estávamos dando o abastecimento a esse exército que está fracassando. Porém, esse não é o caso. O povo entende que valeu a pena, foi útil ter-se sacrificado para sustentar a defesa militar da Revolução. Essas decisões são centralizadas realmente. Essas coisas indubitavelmente vão mudar quando tivermos alcançado a paz. Mesmo agora, porque já mudamos as condições de guerra, nosso modelo de comportamento é mais favorável para o povo da Nicarágua.

PEDRO TONELLI

Há um esforço do governo revolucionário para fazer avançar a organização popular, para intervir, para apoiar e para assumir uma postura mais de realização da proposta socialista, que foi a proposta da Frente. Em El Salvador, eles estão num outro processo, de fazer avançar muito a organização popular antes de tomar o poder. Há uma luta ferrenha lá para organizar os desempregados, as greves, a luta pela terra, há mais de 300 cooperativas de reforma agrária. A proposta é avançar muito para, quando o processo revolucionário conjunto tomar o poder, estar suficientemente organizado. Segundo eles, isto evitaria uma ação dos “contras” depois da tomada do poder. Ainda segundo eles, foi isso que facilitou o imperialismo norte-americano se enraizar através dos “contras” na Nicarágua. Então o que eu queria saber é o seguinte: a Revolução Nicaragüense avaliou isso e pensa que houve realmente um erro? Ou a melhor tática foi mesmo tomar o poder para depois se preocupar em fazer avançar as organizações populares?

LAFAIETE SANTOS NEVES

Sobre o processo de anistia, o Estado e o Partido já estão consolidados para assimilar a volta da direita, dessa oposição de direita que

está no exterior? Quanto ao problema de o movimento popular ser uma extensão do Estado no socialismo, como é que isso poderia ser diferente? Mas o que me interessa mais é a educação sem a seletividade e o elitismo que são típicos das sociedades de classe, capitalistas, de reprodução dessa mesma sociedade, com divisão e especialização do trabalho. Como é que se resolve isso diante das necessidades do próprio processo produtivo e da própria economia no socialismo para evitar uma aristocracia operária que nós temos aqui, enfim, uma elite intelectualizada e uma grande massa fora dessas condições de educação?

MÁRIO BARBOSA

Entre as várias dificuldades na construção do socialismo está também a de como incentivar o indivíduo a se integrar de fato nesse processo, na medida em que ele busca também o atendimento de várias de suas necessidades. A Nicarágua busca um caminho novo e a questão da guerra nesse momento, a questão da defesa é um fator ideológico muito importante para unir o povo na defesa da liberdade da Nicarágua. Entretanto, o que se pensa em relação ao momento em que se estabelecer a paz, em que se passar efetivamente a buscar o crescimento econômico e a satisfação de várias necessidades do povo? Será que vai se repetir novamente um processo de durante muito tempo ter que se manter a Revolução tendo como questão principal a questão ideológica, como é hoje? Parece que não se conseguiu ainda desenvolver bases materiais suficientes para satisfazer várias necessidades dos indivíduos. Pensando no caso brasileiro, há toda uma camada de técnicos especializados que terão que ser mantidos ao lado do socialismo pela ideologia, pois não terão de imediato melhorias no seu padrão de vida, pois a prioridade será garantir para uma grande maioria do povo e dos trabalhadores as condições que, na nossa situação hoje, do capitalismo, são inatingíveis. Gostaria que os companheiros falassem um pouco sobre isso.

LUCIO JIMENEZ

Nós queríamos ter atingido um altíssimo grau de organização antes do triunfo. O problema é que, de acordo com a experiência, uma estratégia revolucionária não busca condições ideais, mas aproveita o momento favorável para o assalto final. Isso foi o que nós fizemos. Realmente havia uma grande ânsia de liberdade do nosso povo que não podia se materializar devido à repressão, não somente política como ideológica em nosso país. Para se ter uma idéia, na Nicarágua era proibido ler Marx e até Sandino. Bem, Somoza teve que fazer um livro sobre Sandino, proibido era o próprio Sandino. Somoza inventou sua própria história de Sandino, uma história que conduzia a não ler Sandino. Realmente, era uma repressão ideológica e política de grande magnitude.

O fenômeno da guerra mercenária na Nicarágua nada tem a ver com que exista uma base social extraordinária da contra-revolução. Autocriticamente, eu posso dizer a vocês que nos equivocamos nos primeiros dois a quatro anos da Revolução. O primeiro erro consistiu em que quase obrigamos o campesinato a nos vender a produção a preço barato. O camponês que semeava sentia que ia ser expropriado pelo fato que se lhe pagava quase nada pelo preço que lhe custava produzir. Foi nosso primeiro erro, um erro estratégico, e não político. Houve erros que não são da estratégia, são erros individuais. Por exemplo: um operário, nosso companheiro, seguiu para a guerra e tratava o camponês armado na “Contra” como se tratava a um guarda somozista. Inclusive houve assassinatos de camponeses. Esses companheiros, operários como nós, que foram às montanhas, estão purgando prisões. Foram erros individuais, localizados em algumas zonas muito pequenas.

Superados esses erros, eliminamos qualquer possibilidade de uma base social da contra-revolução. Já em 1985, o campesinato era um sólido aliado da Revolução. Porém, um aliado material: aliado material porque uma guerra se ganha materialmente. Na última hora, se a contra-revolução sobrevive, não é porque tenha base social: essa é a grande tese que nós nos colocamos e que estamos agora demonstrando que é correta e justa. A contra-revolução sobrevive, primeiro,

porque está em Honduras. Quando a “Contra” não suporta o combate revolucionário, se retira para Honduras e passa algum tempo descansando. Quando a “Contra” não tem abastecimento, chama pelo rádio e de Honduras vem abastecimento em dezenas de voos. É precisamente a apreciação desta realidade o que nos leva a falar com toda segurança, com toda consistência política, que, uma vez que a “Contra” se desarme, que se incorpore, inclusive, que se organize em um partido político na Nicarágua, não teremos nenhum medo. O que ela pode oferecer ao povo da Nicarágua? Nada. A subsistência do fenômeno militar — chamemos não de “Contra”, mas de fenômeno militar — não está vinculada com uma base social, e sim à sustentação artificial do governo norte-americano.

Quando se estabelecer a paz — há uma canção romântica que nossos revolucionários compuseram com estas palavras —, tenho a convicção de que, de acordo com o contato direto com os trabalhadores, nós vamos fazer maravilhas. Eu tenho a convicção de que, em muito pouco tempo, vamos superar todas as economias centro-americanas. Eu não sei se a brasileira, porém a centro-americana sim, e eu vou dizer em que se baseia esta convicção ideológica, esta convicção ideológica revolucionária. Há empresas que faz oito anos que não têm sequer 15% de recuperação de suas instalações físicas, e são fábricas com 40 anos de idade. Ainda assim, se sustentam. Mas não se sustentam sozinhas: há um poderoso movimento inovador na Nicarágua, um movimento que pouco se conhece e, creio eu, os intelectuais e os cientistas brasileiros deveriam estudar. Um movimento que faz sobreviver nossa raquítica indústria, nossa raquítica maquinária, sobreviver ao tremendo bloqueio que nos impõem os ianques. Então nós estamos em condições de, em tempo de paz, viver uma etapa de desenvolvimento econômico. Logicamente, da noite para o dia, não vamos apagar as seqüelas da guerra. As seqüelas da guerra são a perda de 15 anos de trabalho pelo menos, e teremos de repor 15 anos de trabalho com mais trabalho. Não existe outra fórmula. Porém, em condições em que nós já poderemos destinar muitos recursos que agora são destinados à defesa militar da Revolução — nada menos que 46% do orçamento nacional, repito, 46% do orçamento nacio-

nal. De toda maneira, estamos conscientes de que teremos de criar algo novo. Não está escrito o que vamos fazer. Vamos escrevê-lo pouco a pouco e teremos que reelaborar nossa estratégia, como a reelaboramos em 1984.

Nós tínhamos uma educação que nada tinha a ver com as necessidades materiais do país. Por que saiu um engenheiro ou um professor? Esse professor saiu porque ele, individualmente, aspirava a não ser como todos, porque ele queria chegar a um *status* alto: era uma educação individualista, não tinha nada a ver com o interesse social da Revolução. E, em certa medida, essas reivindicações estão agora pactadas com grande força. Está surgindo uma educação nova na Nicarágua, que está dando aos operários as capacidades técnicas e científicas para superar o tremendo problema que estamos enfrentando na nossa produção material. Vai surgindo uma educação que responde às necessidades dos trabalhadores, especialmente do movimento de inovadores, que têm um conhecimento empírico e, às vezes, por não terem mais que um conhecimento empírico, não podem transformar uma realidade que às vezes pode se transformar em um conhecimento técnico-científico à nossa altura, segundo as nossas necessidades.

MARCOS ARRUDA

Compreendo que os salvadorenhos, bravos companheiros empenhados numa luta de libertação que parece eterna, tenham uma visão crítica que parte da experiência que eles estão tendo, uma experiência duríssima e riquíssima ao mesmo tempo. E uma percepção correta de que é preciso aproveitar o período anterior à tomada do poder para trabalhar intensamente na organização das massas populares e na experiência da participação democrática. Só que não se escolhe data para revolução, é algo que está fora do alcance das direções revolucionárias. A revolução é sempre a tomada do poder, convergência dos dois fatores dessa tomada de poder: um, as condições objetivas, é a história, é o desenvolvimento, a correlação de forças concretas daquela história, daquele povo; a outra é a configuração da vontade

política organizada desse povo. A junção dessas coisas gera a tomada do poder. Quando falta uma delas, não há tomada do poder. Em El Salvador, existem condições fantásticas, trilhadas pela luta popular, para facilitar essa organização — o fato de já terem grande parte do país libertado, de estarem com controle sobre grande parte da população, de poderem criar nessas zonas libertadas experiências de poder popular alternativo ao poder central, onde o povo já está criando as suas próprias instituições, seus próprios mecanismos de poder e pondo em prática novos valores, novos modos de relação social e interpessoal. Se faltou isso em outras experiências revolucionárias, cabe avaliar, mas o importante é o que se pode fazer e o que deve fazer daqui para a frente.

Em relação à questão da divisão social do trabalho, Lafaiete tocou no ponto crítico do problema educativo. Não se pode pensar nenhum sistema educativo no espaço como se ele tivesse um sentido em si próprio. Toda educação está em função de algum contexto socioeconômico, histórico, e o problema é o grau de divórcio em relação a esse contexto, a essa sociedade a que devia servir. No caso de um país em reconstrução, como a Nicarágua, o desafio da educação transborda às instituições educativas. Está se percebendo, a partir de uma observação de Gramsci, que toda relação hegemônica implica uma relação educativa também, não somente em nível local, não só em nível nacional, mas até em nível internacional. Isso está sendo vivido como um desafio extremamente complexo na Nicarágua. Não é só o problema da vanguarda político-educativa em relação ao educador que está em questão. É o problema da divisão social do trabalho. Que nova divisão social do trabalho está se propondo? Qual é a função que as diferentes camadas da sociedade devem desempenhar na sociedade que se está pretendendo construir? Sabemos que não dá para simplesmente decretar uma nova divisão social do trabalho ou a superação de todas as divisões. Então a construção de uma nova educação está condicionada à construção de novas relações de produção na sociedade nicaragüense. É essa consciência que vai levar todos aqueles que estão trabalhando a mudança das relações de produção a perceberem o papel educativo que eles também têm.

Isso resolve em termos de perspectiva, mas não responde ao problema imediato, ao problema das exigências desse momento. Que educação criar, desenvolver hoje para os trabalhadores na Nicarágua dentro da atual divisão social do trabalho? Isso aí é que é dramático. A atual divisão social do trabalho não é ideal, mas não pode ser mudada de uma hora para outra. E, no entanto, nós temos que formar quadros agora, por ela, apesar de ela não ser ideal. Portanto, a formação também não é para trabalhadores ideais, é para esses que se tem hoje. Então aí vai uma dialética entre o possível e o desejável. Por um lado, temos que atender ao que a realidade de hoje desafia; por outro lado, temos de romper as barreiras dessa realidade, projetando o desejado.

É por isso que sobre contradições consideradas secundárias, como o papel da mulher na sociedade, exista lá uma luta interna a respeito. Por ser secundária deve ser adiada? É porque qualquer contradição é subordinada hoje à contradição principal, à luta antiimperialista, pela soberania, pela reconstrução da Nicarágua, pelo atendimento das necessidades básicas da totalidade da população que se deve varrer ou colocar atrás da porta as contradições secundárias? Mesmo atendendo a prioridades, nós precisamos dar atenção simultânea a outros aspectos da realidade atual. Isso para afirmar o seguinte: o fato de se ter de fazer uma educação voltada para as necessidades atuais da defesa da produção, para a sobrevivência, e a superação do nível hoje extremamente baixo de instrução dos trabalhadores da Nicarágua não invalida uma proposta que pode ser acusada de utópica, como a que orienta nossa estratégia político-educativa. É a correta construção agora que viabiliza um amanhã que hoje pode parecer utópico.

O último comentário é sobre a questão ideológica e cultural. O papel da vanguarda é muito importante numa sociedade como a nicaragüense. É indiscutível que a Frente Sandinista vem desempenhando, e deve desempenhar, um papel de vanguarda na luta da sociedade e do povo por uma nova humanidade na Nicarágua. Quando se faz uma proposta de democracia participativa ou de educação que promova todos os nicaragüenses a sujeitos da sua própria história, quando se propõe um processo de democratização que em

vez de negar o indivíduo em favor do social busca uma harmonia do indivíduo com o social e compreende o social como a composição dinâmica e dialética das individualidades, das singularidades, nós não estamos negando ou ignorando o papel das vanguardas. O educador na sala de aula é tão vanguarda como a Frente Sandinista em relação ao povo nicaraguense. O problema não está em ser vanguarda e negar a democracia. O desafio está em como ser vanguarda. Qual projeto tem essa vanguarda em relação àqueles dos quais ele é vanguarda? Se o projeto é se perpetuar como vanguarda, um dia virá uma revolução para desbancá-la deste poder usurpado. Mas se o projeto é promover todos os liderados a sujeitos desse processo, seja ele educativo, político, social, então o projeto da vanguarda é transformar todos em vanguarda, e aí a sua ação vai ser julgada em coerência com esse processo.

É nesse sentido que se coloca o desafio da educação transformadora para todos os níveis da sociedade. Não é para apagar o papel das vanguardas, mas para elevar esse papel ao de catalisador da geração de um povo que é vanguarda de si próprio. Em relação a esse último ponto, a questão cultural, ideológica, também na Nicarágua, tem a maior importância. O desafio da revolução não é só o desafio da mudança das estruturas, da forma de organização da sociedade, da produção: é simultaneamente um desafio da mudança dos valores, das atitudes e dos modos de se comportar e de se relacionar. Essa transformação não se dá no abstrato, não se dá nas lições e nas classes, mesmo de formação política, dentro da Frente, dentro do sindicato, dentro de uma organização popular qualquer, ou dentro da escola: ela se dá na própria prática. Só que uma prática elevada também à teoria: teorizada e retornada à prática. Mas a luta cultural-ideológica pela transformação dos valores, das atitudes, dos comportamentos e das relações envolve um desafio imediato e atual. E aí é que entra o problema para os educadores, sejam eles professores ou o governo revolucionário. É que o educador não pode ensinar só no discurso: ou ele é um “Che” que transbordou no seu exemplo, na sua prática, no seu discurso, na sua mensagem a sua convicção revolucionária, ou ele não está ensinando de fato. O educador, o político, o dirigente

são chamados a se transformar a si mesmos na própria prática da luta política ou da educação. Ele também é campo de luta, ele também é contraditório, ele também apresenta nele uma convivência de todas as lógicas, tanto as herdadas do tempo do somozismo como a lógica mais futurista, mais imaginativa do futuro. Todas elas estão vivendo contraditoriamente em cada um de nós e se manifestam na nossa prática educativa, política ou sindical. Está aí lançado, no caso do projeto da educação da Nicarágua, um papel de agente de uma luta cultural fundamental para a própria Revolução da Nicarágua: cada educador, cada dirigente tem a si próprio como campo de batalha e tem na prática dessa relação de luta permanente a própria fonte de sua própria transformação.

MARCELO DEDA

Há uma questão central que tem permeado todo esse seminário: é a tentativa de realizar a convivência das expectativas socialistas com um conceito de democracia. Foi dito que, por mais contraditório que pareça, o processo da guerra em defesa da Revolução faz avançar a democracia na Nicarágua. Mas, em outros momentos do seminário, se afirmou que o cerco que algumas experiências revolucionárias viveram foi motivo para justificar e até estimular um processo de enriquecimento que essas experiências viveram. É o caso do cerco que viveu a Revolução Russa, de certa maneira utilizado durante muito tempo para justificar a rigidez das relações do Estado com a sociedade. Na análise da Revolução Cubana feita aqui, também se bateu nesse ponto quando se discutiu a questão do partido único, que eu entendo mal resolvida quando se quer dizer que o partido único se justifica na cultura política de Cuba. Pergunto o seguinte: a democracia na Revolução Sandinista, numa condição de guerra como ela está vivendo agora, ela é elaborada como uma necessidade tática ou ela faz parte do projeto estratégico do sandinismo? Ou ela é uma contribuição própria da experiência, chamemos assim, do modelo sandinista da Revolução? Como é que estão se dando hoje as relações do governo

sandinista com a oposição legal que existe na Nicarágua, particularmente com o setor que se autodenomina marxista-leninista?

VALTER POMAR

Numa entrevista com membros da Frente Sandinista que eu li há dois anos, se conta que, numa visita de representantes de outros países, um deles, mais entusiasmado, dirigiu-se a um dos membros da Frente dizendo: “Todos nós, na nossa região, somos sandinistas”. E o companheiro da direção da Frente respondeu que ficava muito feliz com o fato de se considerarem sandinistas, mas que ele achava impossível ser sandinista fora da Nicarágua. O sandinismo, que na opinião deles é a aplicação do marxismo à realidade concreta na Nicarágua, seria alguma coisa muito particular do seu país. Essa noção do que o sandinismo, do que a experiência nicaragüense tem de particular, tem de original, é uma das razões, e não a única, que me fazem pessoalmente considerar os sandinistas, hoje, dentre os partidos socialistas no poder, talvez aquele mais original, mais criativo e mais educativo para os outros partidos no mundo, e em especial os que ainda não chegaram ao poder.

Sobre a organização da Frente Sandinista, como ela se estruturou? Como foi a questão das três tendências que existiam na Frente? Como funciona a Frente internamente? Em que medida a política de retificação está influenciando nessa estrutura da Frente? Sobre a política da Frente: numa palestra aqui no Instituto Cajamar, com o companheiro Ernesto, representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador, ele disse que a experiência em El Salvador de trabalho político da Frente não é de fazer propaganda do socialismo para as grandes massas da população. O trabalho de propaganda aborda um desenvolvimento nacional democrático, autônomo, que atenda às aspirações das grandes massas por um governo popular, e se usa muito pouco a propaganda explícita do termo socialista, levando-se em conta as características muito específicas de um país camponês submetido a uma propaganda anticomunista muito violenta. Na experiência nicaragüense, antes e depois da toma-

da do poder, como é que se tratava a questão do socialismo? Hoje, por exemplo, a Frente Sandinista diz que a Nicarágua é socialista?

LUCIO JIMENEZ

Socialismo e democracia têm uma só substância e possivelmente houve desvios na aplicação desta teoria. No que toca à Nicarágua, a democracia é para nós uma necessidade vital no desenvolvimento da Revolução. Que coisa é democracia? É a participação do povo. Assim se define a democracia: participação do povo. Não é possível fugir disso na Nicarágua agora. Há condições de guerra e, no futuro, em outras condições, não é possível lograr objetivos da revolução se o povo não participa. Porque o povo faz a revolução, ninguém mais a faz. A Frente Sandinista o que faz é elaborar a estratégia e propor ao povo, de acordo com essa elaboração teórica, um caminho prático a seguir. Se o povo não faz, não se faz a revolução.

Um exemplo concreto: nós estamos necessitando fazer o máximo esforço para aumentar as exportações no país. Porém, na última hora, quem toma a decisão de produzir de acordo com o que necessita a Revolução é o coletivo de trabalhadores. No ano passado e no anterior, os operários tomaram a resolução de não produzir de acordo com o que lhes mandava a Revolução. Isso é imediatamente uma crítica coletiva e individual aos dirigentes da Frente Sandinista. Não é que o trabalhador não tenha vontade: é um problema de orientação sobre esses trabalhadores. Revisamos isso e, neste ano, na safra que passou, eles tomaram a decisão de produzir de acordo com o que lhes mandava a Revolução. Em princípio, o operário toma conosco a decisão de produzir de acordo com o que a Revolução necessita: isso é democracia. Se nossa classe operária não aprofunda sua participação nas grandes tarefas da Revolução, simplesmente não avança a Revolução. Então, a democracia é parte vital da Revolução e a Frente Sandinista a coloca como uma estratégia da Revolução.

É importante assinalar isso, porque os inimigos dizem que nós estamos tratando apenas de vender uma idéia, vender uma propaganda. Aprovamos a constituição em 1986 e o grande debate na

Frente Sandinista na sua elaboração era sobre a economia mista e o pluralismo político. Quais foram os argumentos empregados nestas discussões? Em primeiro lugar, a Frente Sandinista surgiu do povo. Quem era a Frente Sandinista? Até o triunfo, não se conhecia. Porém, a Frente Sandinista era um sacerdote que rezava a missa em uma igreja católica; a Frente Sandinista era um jovem, digamos, como eu, em um bairro organizando uma festa, chamando os devotos, fazendo um movimento jovem de cristão. A Frente Sandinista estava espalhada dentro do povo. Nas condições muito duras de clandestinidade, quando nem sequer nossos homens eram conhecidos, nós mesmos não nos conhecíamos. Tínhamos que estar compartimentados, ferrenhamente compartimentados.

O pluralismo político

Qual o motivo de escolhermos o pluralismo político como estratégia? Em primeiro lugar, o somozismo não nos aniquilou e nós não tínhamos grandes armas. O bairro que me coube defender era um bairro muito estratégico, com o único aeroporto da Nicarágua. Não tínhamos mais do que oito fuzis automáticos e com os quais enfrentamos o poderio relativamente forte de Somoza: aéreo, terrestre, com todas as forças. Porém, nós estamos enfrentando também o poderio norte-americano, estamos enfrentando no terreno interno e internacional e podemos dizer que possivelmente já estamos iniciando o processo de derrota total da estratégia norte-americana. Porque devemos derrotar antes sua estratégia do que sua política. Algum momento vai chegar em que vamos poder dizer: estão derrotados os senhores imperialistas do ponto de vista estratégico. Então, qual é o temor de um partido político somozista? Qual é o temor? O que oferece ao povo o partido que poderíamos chamar de mais dinâmico na Nicarágua, o Partido Conservador? Estamos falando do partido formal, porque há outros partidos que não se chamam partido. O Partido Conservador, partido de origem oligárquica, que pode ele oferecer ao campesinato? Tirar-lhe a terra, claro, embora diga agora que vai deixar-lhes a terra. Qual é o programa histórico que o Partido Conservador Democrático pode oferecer ao povo da Nicarágua?

Tirar-lhe a terra? Porque é o único que resta. O Partido Sandinista tirou absolutamente, desse ponto de vista, qualquer estratégia ao Partido Conservador da Nicarágua. O que mais pode fazer o Partido Conservador? Devolver fábricas ao somozismo? O que ofereceria o Partido Conservador Democrático aos trabalhadores? Desemprego? É isso o que lhes ofereceria: não existe outra coisa. Que ofereceria ao povo o Partido Conservador Democrático? Vender a soberania? A identidade nacional?

Os partidos políticos não têm nada a oferecer ao povo da Nicarágua além dos pontos do programa da Frente Sandinista. Deveriam então ter se somado à Frente Sandinista de Libertação Nacional. Nesse caso, não haveria concessões: ou assumiriam o programa da Frente Sandinista ou então se dirigiriam contra o programa da Frente Sandinista. Existem os que estão contra o programa da Frente Sandinista, logicamente: os somozistas claro que estão contra o programa, os capitalistas estão contra esse programa. Então não existe possibilidade de algum partido oferecer um programa revolucionário ao povo da Nicarágua. Não existe. Qual é o problema então de que a Frente Sandinista lhes diga: senhores, vamos às eleições? E eleições honestas. Não vamos praticar nenhum segredo sobre essas eleições: eleições honestas.

Em um bairro, supunha-se que havia uma grande base de sandinismo, e os conservadores ganharam. Ganharam! Os grupos trotskistas então nos criticaram porque demos espaços à burguesia. E quais foram as conclusões desse fenômeno que se nos apresentou? Que essas são as realidades a transformar. As eleições na Nicarágua são um meio para aprofundar a democracia e para saber exatamente com que o país conta para continuar avançando na Revolução. Todo mundo pode dar-se conta de quem é quem na Nicarágua. Não há maneira de escondê-lo. A Frente Sandinista é um partido de vanguarda, de vanguarda da sociedade de verdade. Porém, além disso, é um partido eleitoral, um partido que se prepara para ganhar ou para perder as eleições, eleições que estão estabelecidas dentro da estratégia da Revolução. Então, eu lhes digo: ganhar ou perder. Porque não está escrito o que vai acontecer nos próximos cem anos. Essa é a estraté-

gia. A vanguarda não se faz de uma vez e para sempre. Temos que criar ferramentas novas e, então, nossa democracia é estratégica: não se pode pensar em avançar a Revolução se não tivermos democracia.

Os perigos do dogmatismo

Como nos relacionamos com os marxistas-leninistas? É que não há outros marxistas-leninistas na Nicarágua além de nós. Porém, eu lhes disse que nós não nos contentávamos com a teoria já escrita: há que fazer uma nova teoria e estamos fazendo uma nova teoria. Eu prefiro dizer que somos sandinistas na Nicarágua. A coisa é da Nicarágua. Os grupos que se proclamam marxistas-leninistas são apenas seitas do ponto de vista ideológico. Como se fossemos dizer ao povo: companheiro, veja, se você quer pertencer à Frente Sandinista, tem que ser ateu, e tem que acabar com Deus, deixar Deus de lado. Na Nicarágua, o cristão é um revolucionário pleno, porque vivemos na miséria e os cristãos não estavam nos grandes palácios e nas grandes mansões somozistas. Os cristãos são estes pobres. E então resulta que o cristianismo na Nicarágua se vinculou com a libertação nacional. Não sei se isso é uma característica só nossa, porque existe já a teoria da libertação nacional na Igreja. É uma teoria, realmente. Os cristãos da Nicarágua, realmente, a partir de suas convicções religiosas, chegaram à prática, às aspirações pelos pobres. Uma vez eu perguntei a um sacerdote: “Padre, é mau matar?” Porque a Nicarágua vivia em guerra. “Não, se o fazes pelo povo, está bem, pode fazer.” Essa é a guerra, que tem seus problemas. Então os grupos ficaram reduzidos, totalmente reduzidos, sectarizados na Nicarágua. Porém, ainda mais, cometeram outros erros: eles tomaram as experiências teóricas como um molde. Então, dizem eles: como em 1917 houve tal coisa, é exatamente isso mesmo que tem que haver aqui. Não há outro caminho. Isso é o que chamamos de dogmatismo reacionário destes grupos na Nicarágua.

O dogmatismo não é prerrogativa destes grupos de oposição na Nicarágua, este dogmatismo pode chegar também às nossas fileiras. Porque não é preciso ser do Partido Comunista ou de outro desses partidos para ser dogmático, pode-se ser dogmático em qualquer fi-

leira revolucionária. Em que consiste o dogmatismo? Referindo-se a nós, muito se pergunta se depois não vamos nos apartar da democracia. Se nós cairmos no dogmatismo, pode ocorrer, por exemplo, que fiquemos no nível de democracia que temos agora. E então teremos a experiência paralisada. Temos de estar criando, e quando nós criamos uma teoria nova então estamos rompendo o dogmatismo na Nicarágua.

Qual é o meio para eliminar esse risco à democracia? A concorrência político-ideológica, a concorrência do povo.

A organização da Frente Sandinista

A Frente Sandinista não é mais que a recuperação de Sandino. Durante o refluxo, que durou uns 20 anos, sempre surgiram grupos armados que tinham uma concepção errônea da luta. O grande conceito equivocado que eles tinham é o seguinte: eles iam para Honduras e de lá atacavam as posições somozistas. Os revolucionários jamais triunfaram a partir de um movimento de fora. Tiveram uma tática equivocada, uma estratégia equivocada, mas havia uma vontade e resulta então que as frentes sandinistas se agarraram a isso. Tudo é experiência e a Frente adotou a idéia de representar a todos os setores sociais, nacionais para derrotar Somoza. Essa idéia não mudou, pelo contrário, está se fortalecendo: reunir todos os setores sociais para fazer a nova sociedade.

A divisão entre tendências não era um problema ideológico. O que acontece é que a Frente Sandinista tinha “madeira”, e quando dizemos madeira, quer dizer que havia pessoas de uma grande experiência teórica, política e prática. Então nestas primeiras experiências havia discussões, discrepâncias sobre a estratégia e a tática. Não era um problema ideológico: eu pertencia a uma dessas tendências e a minha única discrepância com as outras tendências não era sobre se queríamos ou não o socialismo, era sobre se tinha que se fazer um movimento militar desta ou daquela forma, organizar um sindicato desta ou daquela forma. E o que nos uniu na Frente Sandinista? Nos uniu o povo. Outra vez, o povo tem que ver com a vanguarda. O povo foi que nos uniu. Eu recorro o que me dizia um operário:

“Veja companheiro, vão matar vocês e vão nos deixar na rua. Vão nos deixar desprotegidos”. A essa altura, ninguém se atrevia a enfrentar a Guarda em termos militares, salvo nós mesmos. E então o operário estava preocupado. “Isso não é possível, companheiro”, dizia, “vão matar vocês”. E efetivamente muitos companheiros morreram por causa da divisão também. Porque, de repente, este companheiro vivia lá, clandestino; se na frente da casa havia uma operação militar, esse homem estava praticamente arruinado pela Guarda. Ele me recebia às 8 horas da manhã com todo o carinho; ao meio-dia, recebia a outra tendência; à noite, a outra. Então, todo mundo acreditava que ele era colaborador de um e o era de todas as tendências. Ele fazia seu trabalho com a Frente Sandinista. Então, a ação do povo foi o que selou a unidade da Frente Sandinista. De tal maneira que, se vocês me permitem falar dialeticamente, pela unidade que comprovou e que desenvolveu uma capacidade da Frente Sandinista ou a existência das tendências: o que acontece é que tivemos a capacidade, a Frente teve a capacidade de escutar e de unir-se profundamente ao povo revolucionário. Isso foi o que selou a unidade. Isso é o que sela a unidade da Frente Sandinista agora e para sempre.

Então, como funciona? É simples: em uma fábrica, funciona um comitê de base que tem permanentemente atividade crítica. Crítica sempre: se fulano que é da Frente Sandinista não quer trabalhar, há que tirá-lo. Dizem que fulano não é exemplar. Então nesta base se está apresentando uma crítica permanente sobre se o militante sandinista que é operário aí na fábrica deveria ou não estar na Frente Sandinista. E, por onde um vai, lhe apontam críticas, e essas críticas as ouvimos. Não podemos pensar se são exageradas ou não: nós as ouvimos. Por quê? Na base, não podemos criar a ilusão de que estamos fortes. Eu lhes digo isto porque na última hora é essa Frente Sandinista que garante a vitória do povo. Há uma assembléia, há um comitê regional, como dizem vocês, em cada departamento. Há um comitê regional que é o que dirige praticamente os comitês de base. E não há uma Assembléia Sandinista que se poderia comparar ao que vocês chamam de Comitê Central. Nós não chamamos de Comitê Central, mas de assembléia, porque, na verdade, a assembléia é mais viva, há

discussão, há debates, como uma assembléia de sindicato. É que esta assembléia se converte na equipe de consulta que a Frente Sandinista tem, que a direção nacional tem para tomar as decisões de última instância. Desta maneira, a Frente Sandinista recebe as orientações do povo, as idéias do povo, e as retorna em forma de uma linha orientadora ao povo da Nicarágua. Na direção nacional e na Assembléia Sandinista, há muita discussão. Por exemplo, foi debatido o tema da defesa militar da Revolução. Aí se debateu se constituíamos ou não o Serviço Militar Patriótico, por esse organismo passou a discussão e a aprovação de nossa doutrina de defesa militar da Revolução, e também da defesa econômica, diplomática da Revolução. Então, pois, é um organismo simples, não é coisa complicada: é um organismo.

A Frente Sandinista tem que criar, poderíamos dizer, ajustar sua estratégia. Primeiro, se faz na prática; depois, se escreve para que sirva à teoria, senão não serve para nada. Então, em que consiste o método? Qual é o método científico, como nós o chamamos? O método científico é buscar agora o germe do amanhã, que está aqui, mas o grande problema é que, se não estamos aí ao lado das massas, não o vemos; se estamos ao lado das massas, o vemos. Porque, às vezes, o germe do futuro está lá escondido no coração da montanha, em uma cooperativa: aí está o germe do futuro. E a Frente Sandinista tem que andar buscando o germe do futuro. Nesse momento, não interessa sua magnitude, mas o utilizamos para projetar o futuro, quer dizer, para elaborar nossa estratégia.

Um exemplo. Agora, na Nicarágua, se discute sobre a eficiência econômica. É certo: há burocratismo. Em meio à guerra, o povo desenvolveu uma altíssima consciência, e essa consciência põe mais em evidência o atraso burocrático que existe. A grande luta é alcançar a eficiência em nossas empresas. Encontramos uma empresa agora, somente uma na Nicarágua, que está funcionando com espírito de eficiência e rentabilidade: as demais não funcionam com esse espírito. Quer dizer: 99, 99% das empresas não funcionam com esse espírito. E funcionam assim pelo problema financeiro: pede 100 milhões ao banco, venho para cá e vendo os 100 milhões. E há o problema dos preços. Então venho e peço ao governo central 10 mil milhões e um

aumento de salário: essa é a mentalidade que queremos transformar. Então, o que diz essa empresa que estamos analisando? Essa empresa diz: bom, em primeiro lugar, nós teremos que ser altamente produtivos; além disso, temos que produzir com alta qualidade e vamos demonstrar que nossos operários podem viver melhor se desenvolvermos uma economia eficiente nesta empresa. Se somos altamente produtivos, se somos altamente disciplinados, se nos preocuparmos com a qualidade e se temos a capacidade para romper as idéias do passado com relação à economia, se rompermos o burocratismo com relação à economia, aí nós centramos a estratégia: é nosso momento agora de converter este exemplo em uma tendência, em uma eficiência empresarial em nosso país. Assim se faz uma estratégia: não se escreve em um escritório, identifica-se uma prática mais avançada e a projetamos para o futuro. Bom, assim se trata a questão do socialismo entre as massas: este é o socialismo, este de que estamos falando, este é o socialismo.

MARCO PIVA

Minha intervenção agora será muito rápida, para tentar situar também como se dá, no processo revolucionário da Nicarágua, uma questão que nós julgamos muito importante e que não pode ser menosprezada: como é que, simultaneamente ao próprio desenvolvimento do processo revolucionário, se dá a construção do homem novo, que é parte integrante, que é parte fundamental desse processo revolucionário. Quando falamos de nova sociedade, temos que falar também de que essa nova sociedade não pode se dar se não existir também uma profunda mudança nos hábitos, nos valores, nas formas de expressão, de relação social, no sentido das pessoas que compõem essa sociedade que está pretendendo ser revolucionária. É comum observar na América Latina uma profunda cultura que privilegia muito uma relação de dominação, que em alguns casos é até aberrante na relação do homem com a mulher. Falar do homem novo é falar, inclusive, do machismo, passa também por assumir a luta contra o machismo.

A Nicarágua tem a Associação de Mulheres Luisa Amando Espinoza, que é uma mártir da Nicarágua. Essa associação procurou influenciar na elaboração da Constituição, conseguindo assegurar elementos que favoreçam realmente a emancipação da mulher. Mas não basta só estar no papel. A Nicarágua procura romper uma relação machista, procura romper uma relação de dominação, e é muito difícil, porque isso também tem muito a ver com toda uma História, com toda uma série de preconceitos que vem de muito tempo.

Os cristãos revolucionários têm muito a ver também com essa concepção do homem novo. Na Nicarágua, o conflito de idéias na Igreja Católica traz muitos efeitos negativos à própria construção da Revolução. Tanto é que o papel de alguns bispos e, até a algum tempo atrás havia esse caso, chegou ao comprometimento direto com as forças contra-revolucionárias. Esse aspecto da religião para nós, no Brasil, também merece ser bastante discutido, porque se trata na América Latina, justamente, de se colocar para o processo de transformação um elemento que até pouco tempo era simplesmente ignorado ou classificado como ópio do povo. A Nicarágua mostrou na prática que é importante essa integração. Mais do que isso, eles dizem que entre o cristianismo e a Revolução não há contradição, e não estão mostrando isso apenas na teoria, mas na prática, através das Comunidades Eclesiais de Base, através da contribuição de alguns sacerdotes com altos postos na estrutura do governo. E, contrário a isso, a posição dos bispos e da Igreja mais conservadora, que vêem na Revolução um perigo inclusive para a manutenção dos seus privilégios. Antes da Revolução, era comum os bispos aparecerem ao lado dos governantes, de Somoza. É uma prática muito comum em muitos países onde a hierarquia, geralmente, por sua posição de autoridade, sempre se coloca ao lado das autoridades, sem importar muito se é um governo autoritário, fascista, ou coisa que o valha. Na Nicarágua, são muitas as fotos e os filmes mostrando o Monsenhor Obando, de uma forma ou de outra, embora com uma postura mais crítica naquela época, participando desse mesmo *métier* governamental. Isso aí é muito importante não no sentido de acusação, mas no sentido de mostrar que existe, na verdade, um conflito ideológico

entre essa hierarquia e a Revolução. A hierarquia pretende, talvez, o resgate de um projeto onde ela detinha inclusive alguns privilégios, e a Revolução não quer mais isso. Quer é uma democracia popular, uma democracia na qual os setores sociais sejam sujeitos políticos e não apenas o bispo que aparece ao lado das autoridades.

LUCIO JIMENEZ

Para chegarmos aos Acordos de Esquipulas, partimos da seguinte apreciação da realidade: desde 1984, se havia iniciado um processo de derrota estratégica das forças mercenárias, esse processo estratégico se aprofundou em 1986 e, para 1987, podíamos propor a derrota total das forças mercenárias. Os Acordos de Esquipulas resultam, pois, do heroísmo do povo da Nicarágua. Porém, também fazem parte da clareza que têm os governantes centro-americanos de que a política norte-americana não tem futuro.

O mais importante é o cessar-fogo, é o encerramento da assistência militar norte-americana às forças mercenárias. A este respeito, a Nicarágua apresentou, já no dia posterior ao dia 5 de novembro, durante a celebração da reunião da OEA, em Washington, uma proposta às forças mercenárias através do Cardeal Ivan Debaun, e está esperando que os mercenários respondam à proposta de acordo sobre o cessar-fogo que se lhes enviou. Não se trata de ir a uma negociação política com os mercenários; trata-se de ir a um acordo de cessar-fogo, quer dizer: em que condições entregam as armas? Onde? Como? Como garantir sua incorporação à vida civil? Por certo, o governo da Nicarágua e a Frente Sandinista estão na disposição de dialogar com a “Contra”, uma vez que se desarmem e se incorporem como um partido político legalmente inscrito e desarmado na Nicarágua. Então, isso está pendente atualmente, e já não depende só de nós: depende agora do governo norte-americano ou da “Contra”, que é o mesmo. Claro está que nós também temos que pressionar para que a “Contra” se pronuncie sobre um cessar-fogo, se está disposta a assumi-lo.

Outro ponto que está pendente é relacionado com a anistia aos prisioneiros. O presidente enviou um decreto-lei pelo qual se concede anistia a uma categoria de mercenários. Já a Assembléia Nacional aprovou que a anistia será um fato quando cesse a guerra de agressão, quer dizer, quando os Estados Unidos cessem sua ajuda militar aos mercenários e quando a Comissão de Verificação Internacional certifique que se cumpriu o princípio da simultaneidade em todos os países centro-americanos. De igual forma, ocorre com o outro ponto pendente, que é a suspensão do estado de emergência, mediante o qual se suspendem as garantias individuais em muitos aspectos dos direitos humanos ou da Constituição. Para isso, já fizemos levantamentos importantes, como da censura à imprensa. Na Nicarágua, já não há censura prévia à imprensa, tampouco há censura nas rádios; os meios de comunicação dizem tudo o que querem, naturalmente. Bem, trata-se de suspender o estado de emergência, e também a Assembléia Nacional aprovou o decreto, submetendo-o sempre à certificação da Comissão Internacional, de que seja produzida a simultaneidade em todos os países centro-americanos e que, nesse caso, possa ser efetiva a lei do estado de emergência.

Sobre se estamos preparados para que os “contras” regressem à Nicarágua e formem um partido político, sim, nós estamos preparados para que entrem desarmados. Nós partimos de um princípio revolucionário: os “contras” nunca levantaram um programa próprio, foram apenas os portadores do programa norte-americano, e o programa norte-americano não tem nada útil para a Nicarágua nem para seus aliados, as grandes potências capitalistas. Logicamente, os “contras” não significam, do ponto de vista de um partido político, nenhum perigo estratégico para a Revolução. Mais ainda, se os derrotarmos no terreno militar, nós os vamos derrotar no terreno ideológico, onde somos uma potência moral na Nicarágua. Sabemos que não vai ser fácil, não estamos dizendo que a chegada dos “contras” na Nicarágua vai ser fácil, mas será uma nova experiência que nos vai permitir dar um passo adiante na Revolução.

Neste ponto, estamos seguindo a estratégia traçada na Nicarágua. Jamais nos confundimos sobre quem era o inimigo principal da Ni-

carágua. Este inimigo principal não era a burguesia nacional, nem tampouco o é atualmente; a burguesia nacional não pôde desenvolver-se porque não se lhe permitiu. Simplesmente o sistema capitalista norte-americano não o permitiu, submetendo-nos ao papel de fornecedores de matérias-primas. Daí então que o inimigo principal dos nicaraguenses é o governo dos Estados Unidos, neste momento a administração Reagan. Daqui se derivou a necessidade de ganhar muitos amigos e muitos aliados para a Revolução, baseando-nos em todas as possibilidades existentes. Por isso, nós, para demonstrar ao mundo que temos vocação democrática, fomos às eleições em meio à guerra. Porém, não somente para mostrar ao mundo, como também para dar um passo novo, ainda que em meio à guerra.

Um dos acontecimentos importantes para nós foi o veredito da Corte de Haia. Os Estados Unidos acusam a Nicarágua de ameaçar sua segurança e nós dizemos que os Estados Unidos fazem guerra à Nicarágua. As duas partes se acusam mutuamente. Para que não fiquem dúvidas, submetemo-nos ao veredito da Corte Internacional de Justiça. A conclusão foi de que as acusações dos Estados Unidos contra a Nicarágua não têm nenhuma validade legal nem moral. E mais, foram condenados os Estados Unidos a cessar a guerra e a nos pagar uma indenização pelos danos que nos causaram com essa guerra, apesar de que os Estados Unidos, antevendo a sua derrota, se retiraram da jurisdição da Corte. Fizeram isso de uma maneira legal, porém não moral nem política, e sempre a acusação da humanidade estará presente sobre os Estados Unidos. Nos próximos dias, devemos aproveitar ainda mais esta situação, apresentando o montante que os Estados Unidos têm que pagar, não importa se o paguem ou não.

Com o Acordo de Esquipulas, a justificação dos Estados Unidos para lançar uma guerra de agressão contra a Nicarágua, a partir de um país centro-americano, está eliminada. A justificação, quero insistir nisso, porque os Estados Unidos têm capacidade militar para invadir-nos com ou sem justificação. Porém, tiramos-lhes a justificação, que é muito importante para nós na hora de enfrentar uma guerra intervencionista de tropas norte-americanas na Nicarágua. Por isso

é que nós estamos firmemente interessados em cumprir fielmente nossos Acordos de Esquipulas. Não somente cumpri-los, mas sobre-cumpri-los, fazermos mais ainda e criar condições favoráveis para que os outros governantes centro-americanos possam cumprir também o Acordo de Esquipulas.

Esse trabalho diplomático tampouco é novo. A unidade centro-americana não é nova, está dentro da história da Revolução. Em 1857, os centro-americanos se uniram para combater e derrotar um flibusteiro que primeiro se declarou presidente da Nicarágua e chegou a ameaçar de se apoderar da América Central. Nós nos unimos e derrotamos o flibusteiro ianque William Walker, em 1857, aproximadamente. Essa experiência histórica pesa, faz parte de uma cultura que não é somente da Nicarágua, faz parte também de uma cultura centro-americana, e eu creio que já faz parte também de uma cultura latino-americana.

Implacáveis na guerra e generosos na vitória, como se disse, é uma posição lógica e que se vai pôr à prova agora. Libertamos da prisão, mediante um indulto, 900 pessoas, entre as quais estão de 200 a 300 guardas somozistas não-acusados de delito criminal. Porém, o familiar de alguém que foi preso ou perseguido pode querer fazer justiça por suas próprias mãos, como aconteceu imediatamente depois do triunfo. Tivemos de fazer um esforço para explicar ao povo que a revolução não se fez para destruir os homens. Ao fim e ao cabo, um assassino não é mais que vítima do sistema capitalista. Um guarda somozista assassino ou um “contra” assassino é uma vítima da política norte-americana também. Então nós fazemos um esforço para que esse “contra” assassino se reincorpore à sociedade e seja útil à sociedade. Sim, a revolução se faz para superar, não para destruir os que têm posições muito atrasadas no país. Esta posição humanista nós herdamos de Sandino.

Muitos presos, guardas ou não, têm permissão para trabalhar se têm boa conduta. Há cárceres na Nicarágua que são abertos, quer dizer, um número de presos que demonstraram boa disciplina, e que mais ou menos se entende que não vão escapar, foram transladados para uma granja, de regime aberto, onde podem trabalhar. Isto nos

alivia da carga econômica de mantê-los sem trabalhar. Então trabalham, mantêm seus familiares e, o que é mais importante, vão se recuperando, porque o trabalho recupera o homem. Muitos desses indultados agora já estavam livres faz tempo, livres em um regime aberto, como a Revolução estabeleceu. Nós estamos interessados em recuperar o homem, não em destruí-lo. Eu não digo que em curto prazo, porém, historicamente, é possível reincorporar inclusive os criminosos mais perigosos: reincorporá-los à vida social, ou pelo menos neutralizá-los.

Os imperialistas estão tratando de dizer que nós não queremos libertar todos os guardas somozistas, que não queremos a anistia. Eles reclamam que a anistia é total, para todo mundo, então nós lhe dizemos que o ideal é isso, que saiam todos. Porém, se saem todos, fica incontrollável para nós. Se sai um criminoso reconhecido publicamente, realmente, lhe dizemos: “Companheiro, não podemos responder por você”. Os familiares dos mártires dizem: “Se sai fulano de tal, o matamos”. Então, em certa medida, deixar estes criminosos presos é também um ato de generosidade da Revolução. Claro, os imperialistas não compreendem isto, e se não compreendem é coisa deles. O importante é que nós, sim, vamos ser responsáveis com a política que estamos traçando.

VALTER POMAR

Os companheiros da Nicarágua têm alcançado muitas vitórias de fato, mas o companheiro Lucio enfatiza apenas os aspectos positivos da política que o governo nicaraguense tem seguido no tocante à questão da luta contra os “contras”. Ele chegou a afirmar que se conseguiu realizar a derrota estratégica da política dos Estados Unidos e que se está caminhando para a derrota total. Sem querer introduzir um tom derrotista e pessimista no debate, tenho a impressão de que há um pouco de entusiasmo nessa colocação. Em que medida as posições que o governo nicaraguense vem tomando constituem também uma concessão em virtude da força do inimigo, em virtude, inclusive, do possível apoio social ou uma certa passividade que a po-

lítica do inimigo possa estar causando na população nicaragüense? Gostaria que essa resposta fosse dada levando em conta uma experiência anterior, que se mantém até hoje, que é a luta do povo de El Salvador. Desde 1984, ou até antes, várias vezes se noticiou que a Frente Farabundo Martí, de El Salvador, decretará a ofensiva final. E, na realidade, o que nós temos percebido é que o poderio de fogo dos Estados Unidos tem conseguido manter a Revolução Salvadorenha num impasse. Será que uma situação desse tipo, com as devidas diferenças, claro, não poderia se repetir na Nicarágua?

PAULO AZEVEDO

O companheiro Lucio é secretário-geral da Sindical Sandinista. Como existem seis centrais sindicais na Nicarágua, eu gostaria de saber como é essa experiência. Aqui no Brasil, temos duas centrais sindicais e é uma questão polêmica, chamam-nos de divisionistas etc. Gostaria de saber o que são essas seis centrais sindicais, a representatividade delas, e se vocês ratificam a Convenção 87 da OIT.

LUCIO JIMENEZ

Os Acordos de Esquipulas não são produtos da pressão norte-americana. Realmente os Estados Unidos têm a guerra como estratégia de dominação do mundo. A guerra é um princípio da política norte-americana, digamos assim, do imperialismo internacional. Nós estamos derrotando a política norte-americana na América Central. Em 1984, havia uma relação quase de três a um nas nossas baixas. Quer dizer, por cada dois “contras” ou três “contras”, caía um nosso. Devido à grande organização que alcançamos na defesa militar da Revolução, que se mostra claramente no Serviço Militar Patriótico, nós conseguimos baixar essa relação para 12 a um — para cada 12 “contras”, há uma baixa nossa. As forças mercenárias estão perdendo a guerra do ponto de vista da análise militar que qualquer um faça. Até 1984, os “contras” estavam em ofensiva. Tinham organizado grandes formações militares, chegaram a ter cinco comandos regionais, mercenários. O comando é uma reunião de uma ou de duas

forças-tarefa que atuavam em áreas determinadas. Os mercenários tinham a possibilidade de dominar, do ponto de vista político, um território. Mas, em 1986, tiveram de se separar em pequenos grupos. Houve um momento em que aniquilamos um corpo completo de mercenários totalmente em uma só batalha de poucas horas. Eles se viram obrigados a desmembrar-se em pequenos grupos para não oferecer ao nosso exército um flanco fácil. Mudaram de tática militar e, ao mudar de tática militar, ao dividir-se em pequenos grupos, eles renunciaram em termos técnico-militares às ações de grande envergadura contra o exército.

A partir daí, se dedicaram a fazer apenas emboscadas. Já não significavam, desde 1984, nenhum perigo estratégico, porque se haviam desorganizado como exército. Quer dizer, passaram de comandos regionais e de forças-tarefa a pequenos grupos tático-operativos. Em termos militares, a “Contra” entrou em uma fase defensiva geral na Nicarágua, contrariamente ao que nós fizemos desde 1984 até agora: não abandonamos em nenhum instante a ofensiva militar. Por outro lado, por experiência, nenhuma guerra se ganha enquanto não se aniquilou até o último do bando contrário. Sempre as guerras terminam em um acerto de cessar-fogo, quando já está definida estrategicamente a contenda militar. Isso é o que está se passando na Nicarágua: a contenda militar já está definida a nosso favor.

Por isso, não estamos obrigados a negociar com os Estados Unidos, ao contrário: estamos obrigando os Estados Unidos a negociar para salvar um pouco a sua força mercenária. Na realidade, quando dizemos que estamos derrotando a estratégia norte-americana, não estamos subestimando o inimigo. Não é isso. Simplesmente, um revolucionário, para começar, tem que ser otimista: nenhum revolucionário pode ser pessimista, porque senão já perdeu a primeira batalha.

Em que baseamos esta afirmação? A política norte-americana face à América Latina é sentar-se com um país, depois com outro, e evitar que esses países se unam em um só bloco. Pois bem, a Revolução está estimulando a unidade não somente dos povos por suposição, os povos estão unidos, mas também a unidade dos governantes

centro-americanos e latino-americanos, como se vê no Grupo de Contadora, no Grupo de Apoio. Para nós, a unidade latino-americana é um princípio estratégico fundamental. Na história da América Latina, sempre houve personalidades que pensaram na unidade da grande pátria latino-americana. E esse pensamento não era arbitrário, correspondia a uma realidade, e essa realidade continua latente. Sim, estamos otimistas, claro que sim.

Quanto às seis centrais, na verdade, uma parte delas é coisa do passado. Algumas representam idéias progressistas, porém são idéias que fazem cem anos. Por exemplo: a central filiada ao Partido Comunista tem idéias progressistas. Querem ver a eliminação da exploração do homem pelo homem, mas o fazem sob as idéias que se criaram há cem anos. Então, por mais boa vontade que se tenha, caem no campo do oportunismo quando dogmaticamente repetem o que se passou há cem anos e são incapazes de criar uma idéia nova para a revolução. Há outras centrais que são de direita, centrais que historicamente colaboraram com as patronais nas greves e representam inclusive idéias de dirigentes dos partidos políticos de direita. Há um dirigente de uma central operária que ao mesmo tempo é presidente de uma coisa que se chama cortinadora do político, Sacás Guerreiro, que colabora com os partidos pró-imperialistas, contra-revolucionários. O importante é que, embora interessados na unidade latino-americana da classe operária, nós não pensamos em decretar essa unidade. Melhor que isso, estamos interessados em uma polêmica de todas as centrais sindicais, de tal maneira que, em uma contraposição de idéias, nós próprios possamos obter idéias sobre como tirarmos de maneira mais rápida o país do atraso.

Na verdade, são muito minoritárias estas centrais de oposição. Todas juntas talvez representem 15 mil trabalhadores. Recentemente, fizeram uma mobilização contra o governo e anunciaram que iam participar 60 mil pessoas. Claro, eles contavam com o apoio de todos os partidos de oposição, tanto de direita como de esquerda, mas não chegaram a 4 mil pessoas. E muitos deles não estavam muito certos do porquê tinham ido. Ao não assumir uma postura revolucionária,

estas centrais se isolam e tendem a desligar-se cada vez mais das classes trabalhadoras, até que se extingam por conta própria.

No que se refere à solidariedade, temos tido experiências muito importantes em diversos países. Na França, por exemplo, apesar do movimento operário muito golpeado, com as empresas aproveitando esse processo de reconversão industrial para deixar dezenas de milhares de trabalhadores nas ruas e golpear os bastiões revolucionários, em meio a estas limitações, foi possível mobilizar 1 milhão de franceses. Os companheiros da CGT da França explicaram que de início fizeram uma reunião de personalidades, um grupo que não era partidário nem apartidário, com muitos sindicalistas, intelectuais, operários, sacerdotes, artistas etc., e promoveram um chamamento a toda a França. Ao final, enviaram um barco fretado para a Nicarágua, com o equivalente a 10 milhões de francos suíços, resultado da mobilização de 1 milhão de franceses. Para os companheiros, não somente nos davam solidariedade, mas fortaleciam a consciência do povo francês. Essa é uma experiência muito importante que nos demonstra que a solidariedade é muito ampla: não pode restringir-se, não pode limitar-se a uma só organização, porque senão perdemos de vista que podemos deixar de dar espaço a um setor mais amplo da população onde queremos trabalhar.



BRASIL

Apresentação

Os primeiros grupos de esquerda organizados explicitamente em torno de propostas socialistas, a maioria de inspiração anarquista, surgiram no Brasil nos últimos anos do século passado. Seus organizadores e boa parte dos participantes eram operários imigrantes, em especial italianos e espanhóis, muitos dos quais haviam sido expulsos dos países europeus devido a sua atividade revolucionária. Estes grupos eram bastante diferenciados e sem uma organização geral, como era comum entre os anarquistas. Concentravam-se essencialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, com uma ou outra organização em cidades menores.

Em sua atividade, a organização de sindicatos representava uma grande preocupação, tendo eles promovido inclusive o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Muitos destes sindicatos lideraram greves importantes, culminando com a greve geral de 1917, em São Paulo, que manteve a cidade praticamente sob controle dos grevistas durante vários dias. Nos anos seguintes, o movimento grevista e os sindicatos enfrentariam grandes dificuldades, não apenas por conta da repressão da burguesia e do governo. Favorecidos pela ajuda oficial e dos patrões, os primeiros sindicatos “amarelos” vão sendo formados nos anos 20, ganhando base no contínuo afluxo de trabalhadores provenientes do campo e de outros setores urbanos sem consciência de classe.

A primeira cisão ideológica importante na esquerda brasileira se consoma com a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922,

estimulada pela Internacional Comunista (IC), que enviou representantes à América Latina com a finalidade de organizar as “seções nacionais” da IC no continente. O PCB surgiu basicamente através da reunião de antigos militantes anarquistas em busca de novos caminhos depois da derrota da onda grevista dos anos anteriores e influenciados pela atração exercida pela Revolução Russa.

Em sua fundação, o PCB se compunha quase exclusivamente de operários e sindicalistas, com reduzido número de intelectuais. Nos seus primeiros anos, o Partido se manteve bastante pequeno e com influência limitada aos setores mais organizados do proletariado urbano. Merece destaque a criação, em 1926, do Bloco Operário e Camponês (BOC), primeira tentativa de organização de frente, e que conseguiu eleger o primeiro trabalhador para um cargo parlamentar no Brasil, Minervino de Oliveira, operário marmorista, eleito vereador pelo antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Ao longo da década de 20, o movimento operário e sindical, além dos anarquistas e comunistas em conflito e dos sindicalistas “amarelos”, passa a conviver cada vez mais intensamente com a pressão política e ideológica de grupos oposicionistas ligados às camadas médias, especialmente fortes no Exército, responsáveis por diversos levantes militares. O mais importante deles foi a sublevação de 1924, em São Paulo, a que se seguiu à retirada para o interior de um grupo de militares que se fundiria em seguida com outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul. Daí resultou a formação da chamada Coluna Prestes, nome do seu comandante, Luiz Carlos Prestes, um oficial do Exército que depois ingressaria no PCB.

A adesão de Prestes ao comunismo foi um dos desdobramentos da acelerada diferenciação política e ideológica do grupo de jovens oficiais do Exército conhecidos como “tenentes”. A Revolução de 1930, em que setores da oligarquia se uniram a muitos destes jovens oficiais para derubar a República Velha, traz para o primeiro plano da cena política estas forças oposicionistas e progressistas de feição burguesa e pequeno-burguesa, que vão disputar firmemente com a esquerda organizada o controle político e ideológico das classes trabalhadoras.

Os primeiros anos da década de 30 são marcados por crescente agitação política envolvendo diversas camadas da sociedade. Na esquerda, a influência anarquista declina continuamente, enquanto o PCB aumenta sua influência, em especial depois do abandono da orientação isolacionista inspirada pelo período de “classe contra classe” da Internacional Comunista. Esta política levou o PCB a se manter neutro diante da Revolução de 1930, postura revista em 1933-34, quando a Internacional e a URSS realizam a virada para a política de frente antifascista. O PCB forma a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de frente, com um programa democrático e antiimperialista que alcança rápida expressão nas principais regiões do país. Na ANL, ingressam muitos militares e setores pequeno-burgueses, descontentes com os rumos tomados pelo governo Vargas e pelos principais expoentes do tenentismo.

Em junho de 1935, a ANL é colocada na ilegalidade pelo governo. O PCB opta pela radicalização e prepara o levante armado que eclodiria em novembro de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Em Natal, é organizado um governo revolucionário que controla a cidade durante alguns dias. A insurreição, derrotada rapidamente e sem dificuldade, transforma-se num pretexto para Vargas assumir poderes ditatoriais dois anos depois, com o Estado Novo. A caçada aos comunistas e militantes de esquerda em geral é impiedosa e vai durar até a redemocratização, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O PCB se reorganizara na clandestinidade a partir de 1941 e emerge em 1945 com bastante prestígio, beneficiado pela participação decisiva da URSS na guerra antifascista e pela sua própria atividade durante a ditadura. O Partido consegue registro legal e cresce rapidamente, chegando a 200 mil filiados. Elege 16 constituintes no final de 1945, e expressivas bancadas de vereadores especialmente em cidades como Rio, Recife, Santos, Santo André. A resposta do governo e da reação ao avanço do Partido é a cassação do seu registro legal em 1947. Tomado de surpresa, o Partido mergulha num período de desorientação e de forte radicalização, com grande evasão de filiados.

No começo dos anos 50, o PCB volta a uma linha moderada e ampla, recuperando aos poucos sua presença nos sindicatos e na vida

política em geral. A crise aberta pela denúncia de Stálin no XX Congresso do PCUS precipita intensa luta interna, levando importantes dirigentes e militantes a abandonarem o PCB na primeira cisão significativa desde a saída dos grupos trotskistas nos anos 30. O desenvolvimento do período Juscelino (1956-60) contribui para acirrar a luta interna, que deságua no V Congresso do Partido, em 1960. A linha aprovada previa participação decidida nas lutas democráticas e pelas reformas econômicas, políticas e sociais. Nos anos seguintes, até o golpe de 1964, o PCB vive o auge de sua trajetória, adquirindo forte presença no movimento sindical e na vida política nacional.

Neste período, se amplia bastante o leque de forças da esquerda presente no país. Além dos trotskistas, que permaneceram em atividade desde a década de 30, mas com influência sempre muito reduzida no movimento operário e sindical, surgem novas organizações. Um grupo de militantes do próprio PCB, em meio às divergências que marcaram o V Congresso, rompe com o Partido (que mudara seu nome para Partido Comunista Brasileiro) e organiza o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em fevereiro de 1962. Dois anos antes, fora fundada a Ação Popular, proveniente dos quadros da Ação Católica, e que evoluiria para posições socialistas e marxistas. A AP era muito influente no movimento estudantil e em setores localizados do movimento sindical e popular.

A grave derrota de abril de 1964 lança a esquerda num prolongado processo de revisão crítica e de busca de alternativas políticas para enfrentar a ditadura. Isto provocou uma radicalização geral das organizações de esquerda, inclusive de grupos provenientes de setores populistas, em especial do brizolismo, conduzindo ao fracionamento orgânico do PCB, com a multiplicação de grupos e de novas organizações. As mais conhecidas serão a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além de muitos outros grupos menores, a que se seguiram inúmeras cisões e reagrupamentos, mesclando inclusive segmentos dos antigos trotskistas, brizolistas e setores provenientes do PCB e do PCdoB. À exceção do próprio PCB e de alguns setores trotskistas, a

esquerda se lança a variadas formas de luta armada no período que vai de 1967 a 1974.

Com a morte de centenas de militantes sob a repressão brutal da ditadura militar, a derrota da luta armada leva a uma fase de revisão e de reflexão crítica que coincide com a reanimação do movimento democrático e popular em meados da década, cujo ponto alto são as greves operárias do ABC, iniciadas em 1978. Este processo desemboca na formação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Continuam atuando os dois PCs (PCB e PCdoB), além de outras organizações menores, a maioria abrigada no interior do PT.

LUIZ CARLOS PRESTES

Atravessamos um momento muito delicado da história de nosso povo. A situação das massas é de miséria cada vez maior. A política do governo é de descarregar todas as dificuldades da crise nas costas do trabalhador. Portanto, nada mais importante do que compreender a necessidade da luta por uma outra ordem social, em que se assegure realmente a liquidação da exploração do homem pelo homem também em nosso país.

Nós nos reunimos num momento em que na União Soviética se realiza, segundo as palavras do camarada Gorbachov, uma segunda revolução, que visa acelerar o processo de desenvolvimento econômico e democrático da União Soviética, no sentido da conquista da etapa superior do socialismo, da conquista da sociedade comunista, em que cada um trabalha de acordo com as suas possibilidades e retira do fundo social tudo o que necessita. O que exige uma alta produtividade e ao mesmo tempo um alto nível de solidariedade humana por parte de toda a população.

Eu não lutei pelo socialismo toda a minha vida. Vivi duas etapas diferentes. Fui educado numa escola militar, cheguei a capitão do Exército, e já tinha 36 anos, em 1934, quando fui admitido nas fileiras do Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro. A minha vida se divide em dois períodos diferentes: um em que eu era um simples oficial do Exército, quando participei tam-

bém do movimento tenentista, e o outro como membro do partido, até 1979, quando me afastei do cargo de secretário-geral e membro do Comitê Central.

Desde que foi fundado o Partido Comunista do Brasil, em 1922, a luta pelo socialismo cifrou-se realmente à atividade do Partido Comunista, à sua influência, à sua ação, por mais errônea que tenha sido, por mais que seja necessária uma profunda crítica e autocrítica por parte dos comunistas, particularmente dos membros do Comitê Central. Foi uma luta heróica. Hoje, o Partido é seriamente criticado pela posição que assume, mas deixou um passado glorioso pela sua atividade, sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores e das grandes causas levantadas pelo nosso povo, na sua luta pelo progresso social.

Antes da fundação do Partido, houve sem dúvida alguma em nosso país diversas tentativas de organizar a luta pelo socialismo. Em 1845, na sua fundação, um periódico que se intitulava *Socialista* declarava-se adepto das teorias de Fourier. Só em 1896 é que surge um outro jornal, *O Socialista*, órgão do Centro Socialista de São Paulo, e logo numerosos outros jornais, inclusive em italiano. Reuniu-se, em 1902, o II Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Há muito poucas notícias do I Congresso. A propaganda socialista atingia já o interior do Estado de São Paulo. Em São José do Rio Pardo, fora fundado um Clube Democrático Socialista, com o título de Filhos do Trabalho.

Em 1901, Euclides da Cunha e Francisco Escobar fazem parte do Clube Democrático Socialista, e Euclides escrevia então o manifesto de 1º de Maio daquele ano. Entre a intelectualidade brasileira, onde não pôde surgir uma corrente marxista devido à perseguição e ao pouco conhecimento mesmo do marxismo em nosso país, Euclides da Cunha foi um pioneiro, o que se revela por um artigo sobre a luta de classes, com o título “De um velho problema”, datado de 1904, incluído depois no volume *Contrastes e Confrontos*, em que revela compreensão acertada da leitura de *O Capital*. No entanto, não teve tempo para escrever outros artigos, tendo sido chamado pelo Barão de Rio Branco para lutar nas fronteiras do Brasil com a Colômbia,

Peru etc. e, em 1915, foi assassinado. Ele não teve tempo de formar uma corrente intelectual marxista no Brasil. Mesmo não havendo livros em português, a intelectualidade, conhecendo outros idiomas, poderia ter formado uma corrente nesse sentido, como surgiu na Rússia czarista, conhecida como marxismo legal. Aí se formou um grupo de intelectuais de talento, muitos dos quais Lênin incorporou na formação do Partido Bolchevique. Infelizmente, em nosso país, não tivemos isso.

As dificuldades dos anos 20

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. Infelizmente, o partido, desde o seu início, foi formado por elementos de origem anarco-sindicalista. A classe operária, os melhores dirigentes sindicais defendiam essa posição, mas se entusiasmaram com a vitória da Grande Revolução de Outubro de 1917. Entre eles um intelectual de valor foi o companheiro Astrogildo Pereira, que defendia também idéias anarquistas. Eles compreenderam, com a vitória da Revolução Russa, com a conquista do poder pelo proletariado, que o anarquismo estava derrotado, porque eles lutavam justamente contra qualquer poder. No entanto, ao fundarem o Partido, muito poucos conheciam o marxismo. Nem o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, havia sido editado em português, o que só ocorreu em 1924, dois anos depois da fundação do Partido. Mais tarde, já em 1962, o camarada Astrogildo Pereira, fazendo uma autocrítica, reconhecia que teoria revolucionária significava para nós, membros do partido, aplicar mecanicamente, livrescamente, a linha política e a experiência revolucionária de outros povos. E era isso mesmo que se dava. Caíamos no pior dogmatismo, o dogmatismo da cópia, o dogmatismo dos modelos, quando o marxismo é um método de ação que não admite a cópia nem o modelo. Cada povo faz a sua revolução. E as condições concretas de cada país cada vez mais se diferenciam umas das outras. A cópia é a negação do marxismo.

E isso aconteceu também sob uma forte influência da Internacional Comunista, que controlava todo o movimento comunista mundial. Cada partido tinha o seu representante na Comissão Executiva da In-

ternacional Comunista e ela intervinha em cada partido. Eu mesmo só fui aceito como membro do partido, em 1934, por ordem da IC, porque havia oposição à minha entrada. Consideravam que eu era um líder de massas de origem pequeno-burguesa e militar, com prestígio, e que isso era prejudicial ao Partido. Podia ser até que tivessem razão. Mas a Internacional Comunista já me conhecia, porque trabalhei três anos na União Soviética, dois deles no I Plano Quinquenal.

Esta fase na URSS foi realmente uma epopéia. Ainda agora, no relatório apresentado por Gorbachov nas solenidades do 70º aniversário, ele exalta essa época, mostrando como a produtividade aumentava a um ritmo acelerado, apesar de o povo, muitas vezes, passar dificuldades de alimentação muito grandes. Havia dias que faltava quase tudo para alimentação dos trabalhadores, mas nesses dias os quadros do Partido desciam a todas as fábricas para mostrar as obras que estavam se realizando. Como dizia o camarada Stálin, em 1931, “nós agora temos que produzir aço, carvão e petróleo, e nada disso se come”. Realmente, as dificuldades de alimentação por parte do povo eram bastante grandes. Toda a farinha branca era exportada para fazer divisas. O país não tinha crédito em nenhum país capitalista, a não ser em prazo muito curto na Alemanha anterior a Hitler, a Alemanha da República de Weimar. As próprias turbinas para a primeira usina hidrelétrica do Dnieper foram compradas na Alemanha e pagas em seis meses. Tudo o que se produzia era vendido, se possível, ao exterior para obter divisas para poder comprar a maquinária indispensável para o desenvolvimento da indústria, preparando o país contra o ataque nazista que já se vislumbrava desde o princípio da década de 30. O camarada Stálin dizia, ainda em 1931, que, se dentro de dez anos não se tivesse uma indústria à altura das indústrias do Ocidente, estaríamos esmagados. Parecia que ele adivinhava realmente o ataque nazista de 1941, quando a União Soviética já possuía uma indústria capaz de derrotar a invasão nazista.

Equívocos políticos da IC e do PCB

Mas o que eu quero abordar agora é o desenvolvimento da política do partido. O Partido Comunista do Brasil, nos seus três primeiros congressos, revelava uma compreensão completamente falsa

da realidade brasileira. Não conhecia essa realidade, não fazia esforço para estudá-la e conhecia precariamente o marxismo. Víamos o Brasil como um país colonial ou semicolonial, desconhecendo que praticamente toda a América Latina havia conquistado a independência política desde o princípio do século passado e que o desenvolvimento do capitalismo só se deu aqui com maior rapidez com a penetração do imperialismo. Foi o imperialismo, apoiando-se ainda na escravidão, nos restos pré-capitalistas, que trouxe realmente o desenvolvimento do capitalismo. E nós pensávamos que era indispensável acabar com a dominação imperialista para o capitalismo se desenvolver, sem compreender que acabar com a dominação imperialista era também acabar com o próprio capitalismo do Brasil, porque estavam intimamente ligados e subordinados um ao outro.

A Internacional Comunista também contribuiu muito para esse equívoco. O VI Congresso do IC, o primeiro congresso da Internacional dirigido diretamente por Stálin, através de Bukharin, cometeu erros gravíssimos. Um deles foi de repercussão internacional, que determinou o grande desastre que foi a vitória eleitoral de Hitler nas eleições de 1932. Por quê? Porque aí se declarou, como resolução do congresso que o inimigo principal dos comunistas era a social-democracia, quer dizer, via-se na social-democracia o principal inimigo. E isso quando o operário social-semocrata deseja tanto o socialismo, livrar-se da exploração capitalista, quanto o operário comunista. A diferença é que ele está subordinado aos seus dirigentes burgueses, tipo Mário Soares, Mitterrand, que fogem do caminho revolucionário para afirmar que através de reformas é possível chegar ao socialismo.

Considerar que o inimigo principal dos comunistas era a social-democracia foi um erro de conseqüências nefastas para todo o movimento comunista e para o desenvolvimento do socialismo no mundo inteiro, facilitando a vitória de Hitler. Realmente a luta que se travou entre os dois partidos foi aguda. Os comunistas chegaram a chamar os operários social-democratas de social-fascistas desde 1928, quando se realizou esse VI Congresso. Na eleição parlamentar de 1932, os comunistas continuavam nesta posição. A luta entre

comunistas e social-democratas se aguçava tremendamente e não foi possível fazer uma unidade. Por trás deles, crescia o movimento nazista, Hitler avançava. Nas eleições de 1932, Hitler chegou ao poder pelo voto. Eu estava em Moscou quando isso se deu. A 31 de janeiro de 1933, Hitler tomava o poder. Foi um choque violento no proletariado da União Soviética, que não estava preparado e nem compreendia como é que Hitler chegava ao poder sem luta, pelo simples voto, porque os marxistas e os socialistas da Alemanha não souberam se unir para impedir a vitória do nazismo pelo voto.

Esse mesmo congresso elaborou um documento para os povos dos países coloniais e semicoloniais. Eram bem conhecidos os problemas da África e da Ásia, mas não os da América Latina. As informações que nós latino-americanos transmitíamos aos companheiros soviéticos e aos companheiros do mundo inteiro não eram verídicas, não eram científicas, não refletiam realmente a verdade, porque nós não conhecíamos de fato a própria realidade econômica de nosso país. Isso só mais tarde é que se tornou mais claro, com as obras de sociólogos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros. De maneira que as teses para o movimento revolucionário das colônias e semicolônias referiam-se também à América Latina e foram aqui aplicadas.

Dizia o VI Congresso da IC: “Na América Latina, os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento ainda esteja sob a direção da pequena burguesia. Para isto, os partidos comunistas não devem se subordinar em nenhuma hipótese a seus líderes, aliados temporários. Ao mesmo tempo que os partidos comunistas lutam pela hegemonia no movimento revolucionário, devem esforçar-se em primeiro lugar pela independência política e organizativa de seu partido” etc. Não se dizia nenhuma palavra sobre o capitalismo, que se desenvolvia justamente em consequência da penetração imperialista. Todos nós sabemos que a Light trouxe progresso para o Brasil, acelerou o desenvolvimento do capitalismo. Uma coisa era inerente à outra. Liquidar um era liquidar o outro. E isso se tornou mais claro ainda em outro

documento, “Projetos de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, datado de 1930, em que se dizia que a América Latina era, no seu conjunto, um dos mais importantes campos de batalha entre o imperialismo ianque e o imperialismo britânico.

Falsa compreensão da realidade brasileira

Essa divisão os comunistas fizeram também aqui no Brasil. E a tese levantada pelo companheiro Brandão, quando dizia que no Brasil havia as duas correntes: o agrarismo e o industrialismo. Este é um outro estudo que deve ser apreciado, porque é completamente falso: o imperialismo britânico apoiando o agrarismo, e o imperialismo norte-americano apoiando o industrialismo. E seguia afirmando que o imperialismo norte-americano conquista a hegemonia e faz da América Latina um vasto domínio colonial. O caráter semicolonial dos países da América Latina, apesar de sua independência política formal mais ou menos grande, é por conseguinte evidente. A classe dominante, em quase todos os países da América Latina, qualquer que seja a forma política do seu poder, é a classe dos grandes proprietários de terra a serviço e em estreita ligação com o imperialismo britânico ou norte-americano. Em alguns países, onde se desenvolve uma burguesia nacional diferenciada da classe dos grandes proprietários de terra, como Chile, Argentina e Brasil, essa classe não é absolutamente independente do imperialismo. A sua luta contra os grandes proprietários de terra é sempre expressão da luta do imperialismo ianque contra o imperialismo britânico.

O desenvolvimento industrial dos países da América Latina, modificando a sua estrutura econômica e social, desenvolvendo novas e profundas contradições, criando maiores instabilidades nas relações políticas e sociais, não lhes modifica o caráter semicolonial. Pelas condições históricas nas quais se desenvolve, por seu conteúdo de classe e por seus fins, o movimento revolucionário da América Latina pode, portanto, ser caracterizado, em geral, como de tipo democrático-burguês, sendo países semicoloniais onde domina o problema agrário e o problema antiimperialista. Na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário da América Latina, o momento mais

importante para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa em si mesma, e para a sua ulterior transformação em uma revolução proletária, é, portanto, o momento em que, no movimento de massas, a hegemonia passa das mãos da pequena burguesia para as mãos do proletariado e do seu partido comunista, Desenvolve-se, portanto, toda uma teoria em que se fala justamente da revolução antiimperialista e antifeudal, mas esperando-se que com isso se realize o desenvolvimento do capitalismo. Mas o capitalismo se desenvolvia justamente com a penetração do imperialismo, e a liquidação do imperialismo traria sem dúvida a própria liquidação do capitalismo. Seria necessária uma outra formação econômico-social.

Há outro documento, do secretariado da Internacional Comunista para a América Latina, de janeiro de 1930, aceito pelo Comitê Central do PCB, que incorporou suas principais teses na resolução do Birô Político de 1932. Ali se dizia que as próprias características da crise brasileira demonstram que os problemas mais agudos, mais sentidos pelos nossos trabalhadores são: primeiro, feudalismo e exploração escravagista que a ele se liga, isto quando até a escravidão negra já tinha sido abolida; segundo, os que provêm do caráter semicolonial do país, da sua exploração pelo imperialismo; terceiro, os que nascem da ditadura política dos grandes proprietários de terra do café, da repressão crescente do governo contra as massas trabalhadoras. Isso está citado por Cid Silveira, em “Teoria Marxista da Revolução Brasileira”, na revista *Civilização Brasileira*.

De maneira que, se examinamos a prática da atividade política do PCB nesses primeiros anos de sua atividade, vemos que não se fazia uma análise concreta da realidade concreta. Vivia-se à custa dos exemplos de outros partidos e de diretivas da Internacional Comunista. Viam-se obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo num suposto feudalismo que, juntamente com o imperialismo, desempenharia um papel de entrave ao desenvolvimento do capitalismo, quando eram justamente estímulos ao seu desenvolvimento. Enquanto o capitalismo encontrava novas formas de desenvolver-se nas condições de dependência do imperialismo e de manutenção de determinados tipos de relação de produção não-capitalistas, não se via que, nas con-

dições do Brasil, a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo, como propiciava o seu desenvolvimento dependente e associado, utilizando estruturas anteriores, de tipo pré-capitalista. Enfim, não se fazia a análise das características do capitalismo dependente e associado do imperialismo.

A burguesia industrial no Brasil surgiu já na época do imperialismo, subordinada ao capital financeiro, dependente portanto do imperialismo. Além disso, o PCB pretendia realizar uma revolução de libertação nacional. A etapa democrático-burguesa imitaria o caso russo, com a liquidação dos restos feudais e da dominação imperialista. Pensava-se assim conquistar um desenvolvimento capitalista autônomo, mas esse esquema era impraticável no Brasil, porque o próprio capitalismo surgiu já sob a dominação imperialista. A luta antiimperialista tinha no Brasil um conteúdo marcadamente anticapitalista. O capitalismo possível no Brasil é justamente o dependente, o que se desenvolveu, o concreto, aquele que de fato existe no país. Foi em condições distintas das revoluções burguesas dos países desenvolvidos que se deu no Brasil a revolução burguesa.

Em 1945, os documentos de nosso partido diziam que, enquanto não acabasse a dominação imperialista, o feudalismo e o latifúndio, o capitalismo não se desenvolveria no país. Negávamos subjetivamente o capitalismo em 1945, quando o governo federal já estava construindo a grande usina siderúrgica de Volta Redonda. Era realmente um subjetivismo do mais alto grau, fugindo-se da análise concreta da realidade concreta. E isso perdurou durante muito tempo em nosso partido, em nosso país. O que nos esclareceu foram as obras dos sociólogos a que eu já me referi, mas publicadas somente muito depois. É o caso de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, *A Revolução Burguesa no Brasil — Ensaio de Interpretação Sociológica*, em que Florestan Fernandes mostra como se deu a penetração imperialista em nosso país, conservando as relações anteriores, que não foram de forma alguma modificadas. Florestan chega à conclusão de que o capitalismo no Brasil é um capitalismo dependente, que nasceu dependente do imperialismo, estreitamente subordinado

ao imperialismo. Portanto, a liquidação do imperialismo traz a liquidação do capitalismo e a necessidade de uma ordem social superior.

As divergências do VI Congresso

Foi graças aos sociólogos que hoje temos a confirmação de que essa orientação do Comitê Central era realmente errônea. Como membro do CC, eu concordava com toda essa orientação. No entanto, já em 1967, eu estava convencido de que o Brasil era um país capitalista. Não era possível negar a realidade concreta. Quando foi convocado o VI Congresso de nosso partido, em 1967, eu me manifestei no CC para que examinássemos melhor a realidade econômica e que não continuássemos repetindo que o Brasil era um país semicolonial ou colonial mesmo, aplicando teses da Internacional Comunista muito boas para a África e Ásia, onde havia países realmente coloniais. No entanto, fiquei isolado no CC. Eu era secretário-geral do partido, e uma situação de isolamento como a minha era realmente trágica. Porque eu é que manifestava às massas, aos trabalhadores e aos partidos-irmãos as decisões do Partido. E eu tinha que transmitir o que o Comitê Central decidia e não o que eu pensava, porque a minha opinião era sistematicamente derrotada no CC, onde fiquei isolado durante muitos anos.

Eu, no entanto, tinha esperanças de, com o tempo, conquistar outros companheiros para essa posição. Infelizmente, só conquistei, já em 1969, um companheiro, um apenas, o camarada Egberto Ferreira de Azevedo, que era professor da Escola de Aviação Militar, havia participado do movimento de 1935 e que até hoje concorda com as idéias que eu venho defendendo. No Comitê Central, fui permanentemente derrotado. Chegamos finalmente a realizar, em condições as mais difíceis, o VI Congresso do nosso Partido em pleno regime do presidente Costa e Silva, sob rigorosa clandestinidade. A Comissão de Resoluções estava reunida havia 15 dias e não se conseguira chegar a um acordo. A disputa era entre o secretário-geral, que era eu, que achava não ser possível continuar afirmando que o Brasil era um país semicolonial, e a maioria da comissão defensora destas teses. Era indispensável terminar essa reunião, o Congresso não podia persistir

por mais tempo, a ameaça policial era evidente, apesar de todas as precauções que havíamos tomado. De maneira que a resolução política do VI Congresso é profundamente contraditória.

Algumas das minhas opiniões foram aceitas e inscritas nessa resolução, mas outras eram da maioria da comissão, que não concordava que o Brasil fosse já um país capitalista, como eu afirmava. E claro que a minha posição ainda era inconseqüente, eu via o Brasil como um país capitalista, mas não desenvolvia suficientemente, não tive força enfim para convencer os demais membros do Comitê Central e da Comissão de Resoluções para que essa tese fosse vitoriosa. O próprio parágrafo sobre o poder é contraditório. No início se diz: “Os comunistas brasileiros lutam pela conquista de um poder, de um governo revolucionário”. Foi contribuição minha, eu não pretendi entrar na composição de classes, no caráter de classe desse governo revolucionário, mas pelo menos um governo revolucionário. Mas logo abaixo, nesse mesmo parágrafo, já se fala em conquistar um governo nacionalista e democrático, quer dizer, um governo burguês. As duas teses, as duas afirmações estão juntas no mesmo parágrafo. E toda a resolução é realmente contraditória, devido a essa luta, que persistiu ainda durante muito tempo.

A luta interna nos anos 70

A direção do Partido e as discussões no Comitê Central, quando reunido, era o único lugar em que eu podia defender a minha posição, lutar por ela contra a maioria do CC. Em 1971, na última reunião de que eu participei naquele período, quando o CC ainda estava aqui no Brasil, foi aprovado um projeto, apresentado por diversos membros do CC, de que, a pretexto de segurança, a terça parte do CC fosse para o estrangeiro, para que, no caso de uma queda, esses companheiros no exterior viessem a substituir a direção do Partido. O Comitê Central dispunha de 31 membros, então dez deveriam ir para o exterior. No entanto, só saíram dois, eu e o camarada Egberto. Quer dizer, foi uma espécie de asilo, um exílio, o camarada Egberto para Paris, como delegado junto ao Partido Comunista Francês, e eu para Moscou. Eu não protestei, aceitei a decisão, mas compreen-

di que se tratava de uma medida discriminatória para me afastar da direção do Partido. Desde esse momento, o companheiro Giocondo Dias assumiu a Secretaria Geral porque, lá de Moscou, eu não tinha condições, de forma alguma, de intervir na direção e na orientação do Partido.

Para mim, foi muito útil essa viagem à União Soviética. Lá eu dispunha de todos os elementos para aprofundar a minha autocrítica, fazer aquilo que diz Lênin: “Reconhecer o erro já é meio caminho andado, mas o dever do comunista é procurar as raízes do erro, onde estão as causas fundamentais”. Na busca dessas causas, compreendi que as resoluções de 1945 estavam erradas ao dizer que o Brasil não era um país capitalista. Mas era necessário examinar ainda porque tínhamos chegado a isso. Foi então que chegamos enfim ao exame do VI Congresso da Internacional Comunista. Essas teses para os povos dos países coloniais e semicoloniais continuam a ser aplicadas em toda a América Latina até hoje. Nos principais países da América Latina, do México até a Argentina, não somente no Brasil, se levanta a bandeira da revolução nacional libertadora, quando são países já capitalistas, quer dizer, têm que lutar justamente pelo socialismo, por uma nova ordem social. A resolução do VI Congresso da IC contribuiu muito para isso.

Cuba é um caso à parte, porque lá desde o início se lutava pelo socialismo. O Partido cubano foi o primeiro partido da América Latina a levantar a bandeira do socialismo, já na década de 30. O livro do camarada Blás Roca, *O Socialismo em Cuba*, já mostra isso, enquanto nós estávamos lutando pela revolução nacional libertadora desde o México até a Argentina, Brasil, Bolívia, Peru, todos os países da América Latina. Os grandes países lutam até hoje por essa bandeira, a quem das possibilidades e das necessidades.

Essa linha oportunista de direita nesses últimos anos evoluiu, lamentavelmente, para a situação atual em que o Partido se coloca a reboque de um governo como esse do Sr. Sarney. O último congresso realizado recentemente em Brasília afirma categoricamente, por escrito, que a estratégia dos comunistas é chegar ao socialismo através do governo do Sr. Sarney e a tática é a luta pela transição democrática.

Mas que transição democrática é essa, se não mudou nada, se os generais continuam governando, se assassinos e torturadores de presos políticos continuam em liberdade, se o DOI-CODI, que é a instituição da tortura, não foi desativado, está pronto para entrar em ação a qualquer momento, se toda a legislação dos generais continua de pé? Transição existe em palavras, não de fato, mas eles acrescentam que apoiar a transição democrática e o governo do Sr. Sarney é a tática. Houve quem propusesse, num recente encontro de uma delegação do PCB que foi ao Planalto para o “beija-mão” do Sr. Sarney, um dos elementos encarregado de assuntos políticos do Comitê Central propôs ao Sr. Sarney criar um governo de unidade nacional, onde os comunistas estão prontos para entrar. Participar desse governo de unidade nacional com o Sr. Sarney e, portanto, com os generais, que governam de fato, pois Sarney hoje é mais submisso aos generais que qualquer general anterior a ele. É um dos mais obedientes, mais servil à decisão do Alto Comando em nosso país. É essa a evolução do oportunismo de direita, verdadeira capitulação à extrema-direita que é o governo que temos em nosso país.

Essa é a luta que eu venho sustentando há algum tempo. Em 1967, eu fiz aquela declaração, mas durante 12 anos eu falei em nome do Comitê Central. Hoje, me chamam de autoritário, mas a verdade é que eu me mantive submisso ao CC e só transmitia aos partidos-irmãos e às massas as decisões do CC, embora eu fosse contrário e em todas as reuniões do CC levantasse a minha opinião de que isso tudo estava errado, que o Brasil era um país capitalista e que a luta tinha que ser pelo socialismo. E nós temos é que lutar agora pela ordem social superior ao capitalismo, lutar pelo socialismo. Em maio de 1979, na última reunião do Comitê Central de que participei, eu já estava preparado para expor ao Comitê Central a minha posição autocrítica, lembrando as decisões do VI Congresso, a que já me referi, lembrando toda essa pressão da Internacional Comunista no sentido errôneo de que o Brasil fosse um país semicolonial, e que tudo estava errado e que era necessário fazermos a autocrítica. Mas todo o Comitê Central, com exceção apenas do camarada Egberto Azevedo, que já havia se manifestado de acordo com às idéias que eu levantava,

todo o Comitê Central aprovou, com declarações eloqüentes, a defesa da linha da revolução nacional libertadora. Neste momento, vi que não havia mais nenhuma possibilidade de continuar repetindo o que diz o Comitê Central, enganando as massas e enganando os países-irmãos, quando eu achava que estava tudo errado e que nós tínhamos que lutar era justamente pela revolução socialista.

A ruptura com o PCB

Vim para o Brasil com a anistia concedida pelo Sr. Figueiredo. Cheguei em outubro de 1979 e os principais repórteres e jornalistas já sabiam que havia divisão no Comitê Central, mas eu me negava a responder as perguntas deles. Não iria tratar de assuntos internos do Partido na imprensa burguesa, e sim me manter silencioso até ver qual o caminho a seguir. Mas em 3 de fevereiro de 1980 o *Jornal do Brasil*, um jornal pelo menos conservador, para não dizer reacionário, cedeu toda uma página à Comissão Executiva do Comitê Central, com entrevistas de Giocondo Dias, Hércules Correia e Salomão Malina. Não diziam grande coisa, não davam nenhuma informação importante, mas encabeçando estas entrevistas um suposto dirigente, cujo nome não se dava, me atacava pessoalmente, dizendo inclusive não saber por que eu divergia, quando eu tinha exposto na reunião de maio de 1979 toda a minha autocrítica, além de outras afirmações também caluniosas. Nesse momento, eu tinha que dar uma resposta e tinha que dar uma solução. Então resolvi me dirigir à base do Partido. Foi a minha “Carta aos Comunistas”, que elaborei para realmente tornar oficial a minha ruptura com o Partido.

Nessa carta, eu já afirmava, não havia tempo para um desenvolvimento de toda uma teoria nova para combater as posições errôneas, mas pelo menos já dizia o seguinte: “No que diz respeito ao PCB, sou de opinião de que tenha sido correto combater os desvios esquerdistas e golpistas. Após o golpe de 1964, caímos no outro lado, em posições próximas do reboquismo e da passividade. Devemos reconhecer inclusive que o PCB não teve a capacidade de apresentar uma alternativa, principalmente uma estratégia correta de luta contra a ditadura, contribuindo assim para que muitos revolucionários ho-

nestos, particularmente os jovens, que não queriam se conformar com o arbítrio instaurado no país, enveredassem pelo caminho da ação individual ou desligada das massas, que só poderia conduzir a sucessivas derrotas. É importante ainda chamar a atenção dos comunistas para o fato de nas fileiras do PCB ter se convertido a luta justa contra os desvios esquerdistas e golpistas numa obsessão quase cega, que nos tem levado freqüentemente a identificar qualquer atitude ou posição combativa pelas causas justas dos trabalhadores com um suposto esquerdismo ou golpismo. Tudo isso torna imprescindível que se inicie entre os comunistas, tanto dentro como fora do PCB, um amplo processo de análise autocrítica das diferentes forças de esquerda, em particular do PCB. É necessário rever com espírito autocrítico a orientação política que mantivemos em diferentes períodos históricos, em especial as resoluções aprovadas no VI Congresso e nos anos que se seguiram. Devemos examinar que resultados concretos foram obtidos pela aplicação de tais resoluções e fazer um esforço coletivo que conduza à elaboração de orientações adequadas à situação do Brasil de hoje, partindo do princípio de que nosso objetivo final, enquanto comunistas, só pode ser um: a construção da sociedade socialista e do comunismo em nossa terra. Para isso, é imprescindível que todos aqueles que queiram contribuir para a vitória desses objetivos unam suas forças e procurem chegar a um programa comum, sem cair nem na cópia de modelos estrangeiros nem na negação das leis gerais do desenvolvimento social.

Passado heróico e crise do PCB

Há necessidade, portanto, de elaborar uma nova linha política para o partido. Mas isso não pode ser trabalho de um indivíduo, tem que ser de um coletivo. Hoje, a pressão que eu recebo é muito grande, em parte porque, lançada a carta, que foi um documento rigorosamente individual, eu não quis comprometer nenhum companheiro com essa posição extrema de ruptura, de abandonar o partido em que eu entrei com grande dificuldade. Mas desejava ser membro do Partido Comunista Brasileiro como um partido revolucionário, um partido que tem realmente um passado glorioso, com todos os seus

erros. O Partido Comunista Brasileiro sempre lutou pelos interesses dos trabalhadores e participou de todas as grandes lutas das massas em nosso país, a luta pelo petróleo, a luta pela paz e outras lutas que foram dirigidas com a participação direta dos comunistas, com sacrifícios imensos. Somente no governo do General Dutra foram assassinados na rua, pela polícia, 55 membros de nosso partido.

Com o golpe de 1964, continuam os assassinatos daqueles que se mantiveram firmes, que não capitularam na polícia. Há dez membros do Comitê que foram sequestrados e estão até hoje desaparecidos. O nome deles reflete justamente sua atitude frente à honra e à dignidade do Partido, foram aqueles que se mantiveram firmes e que não capitularam quando presos e sequestrados violentamente. As famílias os procuravam e as informações em todas as organizações militares e policiais era de que não existia nenhuma pessoa presa com aquele nome. Foi assim com o companheiro David Capistrano da Costa, mais tarde o companheiro Valter Ribeiro, João Macena Melo, Luiz Maranhão Filho, que era a nossa ligação com a Igreja, particularmente com os principais bispos progressistas do Brasil, e ainda os camaradas Zelson Costa e Iram Pereira, o companheiro Jaime Miranda, o camarada Itair Veloso, operário da construção civil que já era secretário do Partido, um operário de talento que se formava como um quadro de grande valor para o nosso partido, e ainda aquele que foi diretor de Novos Rumos, o companheiro Orlando Bonfim Júnior, e finalmente o companheiro Nestor Veras, que era o nosso encarregado de campo, que trabalhava no campo com agricultura. São dez companheiros até hoje desaparecidos. Não transpira nada a respeito nem do que fizeram com os corpos deles, se foram lançados ao mar, se foram enterrados, se foram despedaçados e enterrados em partes diferentes.

A verdade é que o silêncio é absoluto e realmente todos eles foram sequestrados pela polícia nos anos de 1974-75. Muitas pessoas pensam que foi no governo Médici. Não, foi no governo Geisel, que assumiu o poder já com a intenção traçada de acabar com a cabeça do Partido, decapitar o Partido. A linha oportunista de direita levou a uma organização montada no liberalismo, e esse liberalismo permitiu

que a polícia do Sr. Geisel prendesse quase todo o Comitê Central. Aqueles que capitularam foram postos em liberdade e os que realmente resistiram foram assassinados e estão até hoje desaparecidos.

Essa é a situação em que se encontra hoje o movimento comunista e o Partido Comunista Brasileiro. Somos da opinião que o processo revolucionário não deixa de continuar e que mais dia menos dia esses companheiros saberão reconhecer os seus erros, se o Partido antes não se dividir. Quando uma linha política é errônea, inevitavelmente surgem logo duas tendências opostas, para a esquerda e para a direita, e as divisões se sucedem. Tudo isso agravado no momento atual por um outro perigo maior, que é a dispersão no empreguismo. O governo do Sr. Sarney está usando de tudo para dar empregos aos membros do Comitê Central do PCB. Tem gente até na direção do Detran, um órgão policial da fiscalização do trânsito, caso de um membro do CC, o companheiro Alves de Brito; o companheiro Hércules Correia é vice-presidente da Companhia de Ônibus do Estado do Rio de Janeiro, e há outros casos.

O PCdoB

O PCdoB é um fenômeno diferente. O XX Congresso do Partido Comunista soviético trouxe uma crise extrema em nosso partido. Éramos também vitimados pelo culto à personalidade de Stálin e fomos surpreendidos com o relatório sobre os crimes e erros cometidos pelo companheiro Stálin. O Partido entrou em crise e alguns elementos, como Amazonas, Grabois e Arruda, não concordaram com as teses do XX Congresso e muito menos com o relatório contra Stálin. Foram afastados da Comissão Executiva e mais tarde iniciaram um trabalho fracionista dentro do Partido. Por isso, foram expulsos do partido, pelo trabalho fracionista. Embora afastados da Comissão Executiva, como membros que eram do Comitê Central, foram encarregados de tarefas de honra: o camarada Grabois foi encarregado de dirigir o Partido no Estado do Rio de Janeiro e o camarada Amazonas foi ser secretário do Partido no Rio Grande do Sul. Como esses dois companheiros depois faziam um trabalho fracionista, foram afastados em janeiro de 1962.

Nesse momento, o nosso partido já havia realizado seu V Congresso. Para efeito de legalização, para podermos participar das eleições, nós tínhamos que mudar o nome do Partido e o congresso autorizou o Comitê Central a mudar o nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Fizemos isso em consequência da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que, em 7 de maio de 1947, colocou o Partido novamente na ilegalidade, utilizando um sofisma elementar e bárbaro. O sofisma era o seguinte: sendo Partido Comunista do Brasil, só por causa dessa contração da preposição *de* com o artigo *o*, era membro de um partido que tinha sede em Moscou, e como em Moscou só há um partido, esse partido era contra o multipartidarismo, e como na Constituição um dos seus artigos exigia para a legalização de um partido que fosse favorável à democracia, ao multipartidarismo, a justiça eleitoral, por três votos a dois, colocou o Partido na clandestinidade. De maneira que, se a questão era o *do*, no V Congresso nós mudamos o nome do Partido para Partido Comunista Brasileiro. Mas nesse momento eram expulsos por fracionismo Amazonas, Grabois e outros elementos que estavam realmente fazendo trabalho fracionista. E eles utilizaram esse momento para resgatar o nome antigo, o velho nome dizendo que eles é que vinham no Partido desde a sua fundação etc. Adotaram então o nome do Partido Comunista do Brasil, nome que nós substituímos exclusivamente para atender a uma exigência do Tribunal Superior Eleitoral. Mas o PCdoB adota a mesma tese da revolução nacional libertadora, é a mesma coisa. Hoje, o Sr. Amazonas na tevê ataca violentamente o Sr. Sarney, é o contrário do que faz o CC do PCB, que vê o caminho do socialismo através do governo do Sr. Sarney. Mas a luta é por um governo nacionalista e democrático, o caráter da revolução é o mesmo que o PCB defende, revolução nacional libertadora, e, portanto, a conquista de um governo ainda de natureza capitalista.

As graves dificuldades da América Latina

Na reunião dos partidos da América Latina em Havana, em 1975, nós já tínhamos reconhecido que uma série de problemas não têm mais solução dentro do capitalismo. No problema da terra, os

latifundiários encostam-se no governo burguês, que é defensor da propriedade privada, e não entregam a terra. Fala-se em reforma agrária, vem-se falando por aí afora, mas a reforma agrária não se realiza e nem tem possibilidades de se realizar dentro do regime capitalista. Outros problemas não têm solução, basta examinar os dados da ONU sobre o analfabetismo adulto, que cresce em toda a América Latina, não só no Brasil, mas na Argentina, no Uruguai, no Peru. A mortalidade infantil está em 250 por mil na capital do Rio Grande do Norte. Antes de dois anos, morre a metade das crianças que nascem vivas. Mesmo na capital de São Paulo o índice de mortalidade infantil é ainda bastante grande. Em 1975, um dado concreto que eu conheço, era de 97 em mil crianças que nasciam vivas. Em Cuba socialista, a mortalidade infantil em 1983 já era de apenas 15 por mil, e nos últimos anos baixou para 14, segundo livro do economista Joelmir Betting. Posteriormente, em documento publicado pelo Partido Comunista Francês sobre a situação em Cuba, já se fala em 13. De 1983 para cá, vem baixando a mortalidade infantil em Cuba, enquanto na América Latina ela sobe.

A causa disso é sem dúvida a falta de recursos, porque toda a produção nacional se escoia para o estrangeiro. É a sangria que sofre o nosso país com a remessa de dólares para o exterior. Transforma-se a produção em dólares através dos lucros dos monopólios e de muitos brasileiros “patriotas” que mandam também suas fortunas para o exterior, para os bancos da Suíça, dos Estados Unidos etc., provocando uma sangria terrível. Para cada dólar que os imperialistas colocam no Brasil, eles levam pelo menos três dólares de volta nos lucros das suas empresas. E essa ordem econômica internacional terrivelmente injusta, em que os recursos financeiros vão dos pobres para os ricos, é essa ordem que precisa ser modificada, essa ordem econômica internacional que ainda agora o camarada Gorbatchov propõe que seja modificada com a ajuda da economia que os grandes países podem fazer com a eliminação das armas nucleares. Eliminando-se essas armas, surgem recursos que podem ser utilizados efetivamente para ajudar os povos dos países mais atrasados. Ele propõe mesmo a nomeação de uma comissão da ONU para distribuir esses recursos

entre os países mais atrasados do mundo que estão por enquanto mandando riquezas para os países ricos.

Obstáculos para o partido revolucionário

É essa a situação em que o socialismo avança em nosso país. Penso que vai continuar avançando. Erros são inevitáveis e é à base dessa experiência que vai surgir no Brasil mais tarde um verdadeiro partido revolucionário. Isso é uma fatalidade histórica que decorre das próprias leis do desenvolvimento do capitalismo. Marx, no 7º capítulo de *O Capital*, onde ele trata da lei fundamental do capitalismo, a concentração do capital, mostra como esta leva inevitavelmente à proletarização de grandes massas trabalhadoras, que vão se transformando em coveiros da burguesia.

Daí surgirá, sem dúvida alguma, um partido revolucionário em nosso país. Quando publiquei a minha carta, recebi apoio de milhares de comunistas que concordam com as minhas opiniões e têm participado inclusive até de manifestações políticas diversas pelo país afora, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Aqui, na última eleição, eu tive oportunidade de apoiar três candidatos da lista do PT e, no Rio de Janeiro, dois candidatos da lista do PDT. Apoiei a candidatura do Sr. Leonel Brizola em 1982 não pelos seus belos olhos, ou porque esteja completamente iludido pelo Sr. Brizola, mas na base de uma análise completa da realidade concreta em nosso país. Cheguei à conclusão de que o povo brasileiro ia realmente votar contra os generais e naquele momento o partido que tinha as melhores condições de absorver esta votação era ainda o PMDB. Mas, no Rio de Janeiro, onde eu estava e onde estava a maior parte dos meus amigos, nós não podíamos apoiar o PMDB, porque o PMDB estava no poder e era o poder do Sr. Chagas Freitas, que não se distinguia absolutamente da ditadura e que nunca levantou um dedo contra as torturas e os assassinatos de presos políticos. Restavam no Rio de Janeiro apenas dois partidos de oposição, o PT e o PDT. O PT ainda era muito pequeno, Lula ainda não conseguiu construir o Partido no Rio de Janeiro devido ao reacionarismo do movimento sindical dirigido pela Intersindical, que abarca as duas

centrais sindicais, a CUT e a CGT, mas defende posições de direita. Ainda no ano passado, essa Intersindical quis me proibir de falar no comício de 1º de Maio, na Quinta da Boa Vista. Por mais que eu desejasse falar para o povo, eles quiseram proibir, acabei fazendo um gesto violento, tomando o microfone da mão do locutor e falando algumas palavras, mas eles cortaram o som. Daí os próprios dirigentes da CUT e da CGT não puderam falar, porque o comício terminou antes do tempo. Essa Intersindical, reacionária como ela é, dificulta a construção do PT no Rio de Janeiro. Ultimamente, o PT teve uma vitória com a aliança com Gabeira, o partido dos ecologistas do Rio de Janeiro. É um jovem que consegue enganar boa parte da juventude com a sua fraseologia.

Eu teria mais algumas coisas a dizer, mas não quero tomar mais tempo dos companheiros. O essencial que eu tinha a dizer era isso, resumindo o mais possível esses problemas da luta pelo socialismo. Sem dúvida alguma, depois da sua fundação, foi em torno do Partido Comunista que, embora não falasse de socialismo, se desenvolveu a luta pela substituição da sociedade capitalista por uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Partidos socialistas surgiram diversos, mas nenhum deles teve significação, mesmo aquele dirigido pelo Sr. Mangabeira, que era um homem honesto, sério e realmente desejava uma sociedade nova. Agora, existe um novo Partido Socialista Brasileiro, mas este apareceu como uma espécie de máscara para o próprio PCB. Alguns elementos, como o Sr. Marcelo Cerqueira e outros que desejavam ser deputados, sabiam que, se tivessem seu nome inscrito na legenda do PCB, não seriam eleitos, porque o PCB está completamente desligado das massas, não elege um deputado. Os três deputados federais que foram eleitos por ele já tinham um eleitorado próprio. O Sr. Roberto Freire no Recife se elegeu com a ajuda de Arraes e com seu eleitorado próprio, independentemente do PC; o Sr. Fernando Santana, de Salvador, da mesma forma; e o Sr. Augusto Carvalho é realmente um líder sindical que tem prestígio na direção dos bancários em Brasília. Foram os únicos eleitos deputados federais e estão hoje na Constituinte.

O PCB exerceu uma certa influência e teve realmente um passado glorioso, com grandes prejuízos em vidas humanas. Milhares de companheiros foram sacrificados, sofreram anos de prisão, torturas e assassinatos na luta conseqüente pelo socialismo. Apesar dos erros cometidos, o que se exige é simplesmente uma revisão, uma auto-crítica profunda. O mal não está no erro. Todos nós, como seres humanos, estamos sujeitos a errar. Já diziam os latinos: errar é humano, só não erra quem não faz nada, que é o pior de todos os erros. Errar é comum, mas é necessário fazer como dizia Mao Tsé-tung: “Transformar o mal que é o erro em um bem que é a experiência adquirida”. Eu não me arrependo dos meus erros. Tudo aquilo que eu sei devo aos meus próprios erros.

Sair do subjetivismo e estudar a realidade brasileira hoje está facilitado pelos trabalhos dos sociólogos mais destacados, que agora, já na década de 70, examinaram de uma maneira concreta a realidade brasileira e nos dão uma base para podermos aplicar o marxismo a uma determinada realidade. O marxismo não é, de forma alguma, um dogma. Deve ser aplicado às condições concretas de cada país. Nós teremos a revolução socialista brasileira de acordo com as tradições de nosso povo, a sua história, a sua economia. Na análise desta situação concreta é que podemos chegar à formulação de uma estratégia justa e de uma tática acertada para realmente levar avante a revolução brasileira. Agora, criar um partido da noite para o dia, nas condições atuais de nosso país, é muito difícil, é quase impossível, porque para criar um partido comunista é indispensável que exista um bloco inicial comunista. O próprio Lênin teve que esperar dez anos desde que chegou a Petersburgo com a idéia de fundar um partido revolucionário. Só em 1903 ele conseguiu fundar o Partido, assim mesmo fazendo algumas concessões que só puderam ser corrigidas no II Congresso.

Aqui no Brasil, não temos ainda conhecimento suficiente do marxismo. O marxismo foi sempre perseguido. Somente agora, em português, os livros estão à mão dos trabalhadores e da intelectualidade brasileira, que já podia ler em todos os idiomas, mas agora tem uma maior facilidade. E eu estou certo de que as massas, os operários

mais avançados, os operários das grandes empresas, aqueles que já compreendem que o capitalismo precisa ser derrotado e que precisamos de uma nova sociedade estão estudando o marxismo. Há pouco tempo, eu tive uma grande alegria ao conversar com a direção de um sindicato de construção civil, em São Paulo, em um dos municípios de São Paulo. Era somente a direção, 15 companheiros da direção, que quiseram conversar comigo. Todas as perguntas que me fizeram eram sobre marxismo e leninismo. Eles têm professor, estão estudando o marxismo e são orientados neste sentido. O movimento estudantil já não é tão estranho ao marxismo, apesar de todas as dificuldades que ainda existem por parte dos reitores etc. para a difusão das idéias do marxismo.

Enquanto não tivermos um mínimo de quadros marxistas, é erro querer fundar um partido. Em 1907, depois da Revolução de 1905, quando mencheviques e bolcheviques sofriam as consequências da derrota, os mencheviques propuseram organizar um grande congresso operário, apartidário, para daí tirar um partido. Lênin ridicularizou essa iniciativa. O que iria sair daquilo? Se cada cabeça é uma sentença, se cada pessoa pensa de maneira diferente, não há um núcleo baseado na teoria realmente do proletariado para conseguir incorporar essas grandes massas simpáticas que desejam o socialismo, disso vai sair o quê? Uma sopa eclética de opiniões as mais divergentes. O artigo que ele escreveu em abril de 1907 tem o título meio irônico de “Desespero exasperado”. Quer dizer, desespero daqueles que pensam que é possível, da noite para o dia, fundar um partido antes de ter um núcleo realmente marxista para que isso seja possível. Quando a história coloca um problema na ordem do dia, ela fornece os elementos para solucioná-lo.

Hoje, no Brasil, esses elementos não existem, a classe operária ainda está muito dividida. A organização sindical, que é a forma mais elementar de organização dos trabalhadores, ainda é tremendamente precária. Se tomarmos toda a classe operária brasileira, nós temos 10% organizados, no máximo. No Rio de Janeiro, temos 180 mil metalúrgicos, na última eleição só podiam votar os que estavam quites com o sindicato, 11 mil apenas, 5%. É essa a proporção geral da parcela

organizada. É essa estrutura sindical que precisa ser modificada, mas é necessário primeiro convencer os trabalhadores de que é entrando para esses sindicatos, como eles são, com essa subordinação ao Ministério do Trabalho, ao Estado, que vamos poder romper com essa estrutura para conquistar uma organização nova, independente de fato dos patrões, do Estado e dos partidos políticos. É isso que a classe operária necessita em nosso país, é esse sindicato completamente independente, ou como formula a CUT: autônoma e independente. Eu acho que livre é pleonástico e não diz tudo, é preferível dizer: independente do Estado, independente do patrão e independente dos partidos políticos. Estes não devem de forma alguma intervir nos sindicatos, onde estão companheiros de todas as tendências políticas e qualquer intervenção de partido político leva inevitavelmente à divisão do sindicato.

Lênin dizia abertamente que não era possível primeiro organizar para depois unir politicamente. Primeiro tomar medidas de organização para formar um partido e depois unir politicamente não dá, tem que se fazer a unidade política tendo pelo menos um núcleo marxista para fundar realmente um partido. Esse núcleo marxista Lênin conseguiu entre a intelectualidade, os grandes talentos que ele colheu naquelas correntes do marxismo legal, que ele chamava de marxismo de cátedra e que foram o núcleo inicial que fundou realmente o Partido Bolchevique em 1903 na Rússia. Até agora, todas as tentativas feitas de organizar um partido revolucionário no Brasil têm fracassado. Eu não creio absolutamente que esses partidos que aí estão, com o nome de comunistas, possam se transformar se não houver uma reviravolta autocrítica muito séria dentro deles. Como não se vislumbra uma possibilidade dessa autocrítica, então vão se dividir cada vez mais ou vão se dispersar no empreguismo. É lamentável, mas é essa a situação.

MARCO AURÉLIO GARCIA

Estamos durante este ano, e mais particularmente durante esses dias, completamente debruçados na análise da Revolução Russa,

que está comemorando seu 70º aniversário. Não é ocasional, então, que eu faça nas minhas considerações muitas referências à própria Revolução Russa, o grande paradigma, o grande modelo de reflexão para as esquerdas no mundo inteiro. Não é minha intenção colocar em julgamento a Revolução Russa, um acontecimento que transcende de muito aquilo que ocorreu em 1917. Ela constituiu-se num grande ponto de reflexão, ela se universalizou como modelo, não no mau sentido de algo a ser copiado, mas um modelo sobre o qual tem que se realizar uma reflexão. Nesse sentido, a Revolução Russa não pertence mais aos cidadãos soviéticos, é um patrimônio universal da humanidade.

A Revolução Russa deve ser entendida como um acontecimento que se deu no tempo, que se deu diante de determinadas circunstâncias, condicionadas por certas realidades, mas ao mesmo tempo como um acontecimento que é presente, um acontecimento que é atual. Não é algo que está simplesmente no passado, está de fato na ordem do dia. Uma última observação de caráter preliminar é que faço essas considerações sobre a Revolução Russa a partir da perspectiva do socialismo. Isso pode parecer uma dispensável declaração de princípios, mas me parece fundamental. Não só as esquerdas e aqueles que se colocam na perspectiva do socialismo refletem sobre a Revolução Russa. Há, hoje em dia, uma enxurrada de reflexões de pontos de vista liberais, de pontos de vista conservadores, de pontos de vista abertamente reacionários e que, muitas vezes partindo de problemas reais do processo revolucionário russo e de outros processos de socialismo, desembocam em conclusões que são totalmente distintas daquelas de quem se situa na perspectiva do socialismo.

Com todos os problemas que as experiências do socialismo real tiveram e enfrentaram, não foi o socialismo que saiu desmerecido. Muito pelo contrário, o socialismo se coloca, hoje em dia, como uma questão de enorme atualidade. Aí está a crise do capitalismo até para revitalizar essa atualidade do socialismo, na condição, no entanto, de o socialismo ser pensado de forma crítica. Se nós nos aferrarmos simplesmente a embelezar a realidade ou a ocultar certos aspectos, estaremos inclusive abrindo caminho para que a direita, os conser-

vadores e os liberais assumam essa função de crítica ao socialismo. A crítica ao socialismo é basicamente uma tarefa dos socialistas. Ninguém está mais autorizado, qualificado e capacitado para realizar a crítica do socialismo do que os próprios socialistas e eles devem tomar a iniciativa nesse sentido.

Dimensões fundamentais do socialismo

Qualquer experiência digna do nome de socialismo deve se orientar em três direções, fundamentalmente. Uma é a dimensão econômica, sobre a qual todos parece que estão absolutamente de acordo: o socialismo significa a abolição, em prazos maiores ou menores, segundo as condições históricas, da propriedade privada dos meios de produção. Mas há duas outras dimensões do socialismo que têm sido pouco enfatizadas. O socialismo é também a socialização das relações sociais e particularmente das relações de trabalho. Não acredito que possa haver socialismo só pela socialização dos meios de produção. Não podem persistir nos locais de trabalho exatamente as mesmas relações sociais de produção que existiam durante o capitalismo. O trabalhador não pode continuar sendo um escravo do trabalho. Este deve ser, concretamente, uma fonte de enriquecimento pessoal, de criação, de enriquecimento no sentido subjetivo, não no sentido material do termo. Evidentemente o trabalho deve suprir as necessidades de cada um, mas não só as necessidades materiais. Ele deve suprir também as necessidades espirituais de realização. O trabalhador não pode ser, como na sociedade capitalista, simplesmente um apêndice da máquina, uma parte qualquer da máquina. Coloca-se, portanto, a questão de mudança radical das relações sociais no seu conjunto, e em particular das relações sociais no trabalho, seja ele trabalho manual ou trabalho intelectual. Um dos objetivos fundamentais do socialismo é reduzir e eliminar a diferença, no trabalho social, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, para que todo o trabalho possa ter toda essa criatividade, isto é, para que nós tenhamos a capacidade de refletir sobre aquilo que estamos fazendo e não simplesmente sermos peças de um processo que nós não dominamos e não controlamos.

O terceiro aspecto dessa dimensão socialista que também tem sido muitas vezes minimizado é que o socialismo é a socialização da política. O socialismo supõe que amplas massas possam intervir concretamente em espaços políticos coletivos, transparentes, plurais, onde o conflito deve ser o elemento dominante. Nada mais estranho ao socialismo do que o tom monocórdio, as posições políticas unitárias, unânimes. O socialismo é basicamente o conflito de posições diferentes que vão se resolver justamente através de uma ampla socialização da política, na constituição de um espaço público transparente.

Especificidades da Rússia pré-revolucionária

Quando nós discutimos o problema das relações do socialismo com a democracia na Rússia pré-revolucionária e na Rússia revolucionária temos que levar em conta algumas questões históricas imprescindíveis. A Rússia, no final do século XIX e começo do século XX, quando a efervescência revolucionária começa a se desenvolver, apresenta um desenvolvimento econômico profundamente desigual. Combinam-se de forma tremendamente explosiva um atraso do mundo rural muito grande, com a persistência de relações quase feudais, semif feudais, e uma penetração muito forte do capitalismo na indústria, mas também em alguns setores do campo. Na Rússia czarista, pré-revolucionária, existiam algumas das maiores fábricas do mundo de então, do ponto de vista de concentração operária e do ponto de vista da modernização dos processos de trabalho, e coexistindo com setores extremamente atrasados. Do ponto de vista do sistema político, uma das características do sistema czarista era a absoluta ausência de instituições democrático-parlamentares ou de instituições democrático-burguesas, da forma como elas existiam na maioria dos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Praticamente não havia parlamento, que funcionou em períodos curtos e sempre muito cerceado. Não havia partidos legais, imprensa livre e nem sindicatos. Todos os instrumentos fundamentais, através dos quais a sociedade civil se expressa, nas suas distintas configurações, não existiam no caso russo, e a atividade de contestação se fazia

quase sempre na clandestinidade. Não só a atividade de contestação dos operários, dos trabalhadores rurais, mas inclusive a atividade de contestação dos próprios setores intelectuais. A expressão “inteligentsia”, que hoje circula muito e expressa concretamente a idéia de uma intelectualidade de oposição, de uma intelectualidade revolucionária, não por acaso é uma expressão de origem russa. Ela reflete concretamente um setor de intelectuais da pequena burguesia, ou eventualmente da grande burguesia e alguns poucos até originários da nobreza que tinham uma posição extremamente crítica contra o czarismo e não podiam desenvolver legalmente a sua atividade, a não ser em momentos muito episódicos.

Do ponto de vista social, e também de forma esquemática, a Rússia pré-revolucionária era um país com maioria de população camponesa, confrontada fundamentalmente com o problema do acesso à terra. Ela sofria os resquícios de um feudalismo abolido ainda recentemente, nos últimos 30 anos do século XIX. O proletariado russo era extremamente minoritário, mas muito aguerrido, organizado, concentrado rapidamente em grandes fábricas. Havia essa intelectualidade a que me referi, que em grande medida se encaminhara para uma posição contestadora. Finalmente, quase inexistiam correntes liberais no seio da burguesia, no seio das classes dominantes. Estas tinham uma relação de tal forma umbilical com o Estado czarista, com o capital estrangeiro, com os interesses da terra, que jamais pode se constituir uma oposição liberal consistente capaz de propor uma alternativa à autocracia do czarismo russo, uma solução republicana parlamentar. Esse aspecto da realidade sociopolítica russa vai ter importância extraordinariamente grande no desfecho da Revolução.

Quanto à natureza da luta de classes na Rússia, se é verdade que inexistiam os espaços para a expressão de uma democracia de tipo liberal, isso não quer dizer de maneira nenhuma que as massas trabalhadoras, e em particular as massas operárias, estivessem condenadas a uma passividade muito grande. Pelo contrário, pelo menos no início do século XX uma das características fundamentais da história social da Rússia é justamente a emergência das grandes explosões de

massas que por mais de uma vez fizeram o poder estremecer e, finalmente, foram o elemento decisivo para que o poder czarista fosse abatido e a Revolução se consumasse.

Houve dois grandes momentos antes da Revolução de Outubro. Primeiro, a Revolução de 1905, quando, em meio a uma crise social e política enorme, inclusive com derrotas militares da Rússia frente ao Japão, as massas se insurgiram nas principais cidades do país. Entre outras coisas, criaram uma forma praticamente inédita de democracia operária, de organização democrático-operária, os conselhos de operários, que mais tarde passaram para a história com o nome de soviets. Os soviéticos surgiram no início de 1905 e durante praticamente todo o ano constituíram quase um duplo poder no país. Foram finalmente derrotados no final do ano, quando o czarismo retomou a iniciativa. Mas eles reapareceram com grande força a partir de fevereiro de 1917, quando as massas derrubaram o czarismo. Ao lado do governo republicano provisório, com características de uma república democrático-burguesa, nós vamos ver o surgimento de outro elemento democrático no país, isto é, uma outra forma de organização democrática, que era a democracia dos conselhos, ou a democracia soviética. Finalmente, em outubro de 1917, quando a Revolução se consuma através da insurreição, declara-se que a Rússia é uma república soviética, isto é, a Rússia será uma república dos conselhos, propondo-se naquele momento a instauração de um novo tipo de democracia.

Os socialistas russos e a democracia

Como a democracia aparece no pensamento revolucionário russo? Deixando de lado as correntes socialistas revolucionárias conhecidas como populistas, que achavam que a Rússia poderia transitar diretamente ao comunismo sem passar por nenhuma etapa democrático-burguesa, e excluindo também as correntes anarquistas, que têm uma posição contra a constituição de qualquer Estado depois da destruição do Estado burguês, o movimento propriamente socialista na Rússia vai se orientar, no que diz respeito à relação socialismo/democracia, em torno de duas grandes vertentes. Uma

delas veio a ser conhecida historicamente como a vertente menchevique (em russo, minoritário), porque num certo momento ela foi minoritária no Partido Operário Social-Democrata Russo. Defendia que a Rússia não estava preparada para o socialismo a curto prazo, devendo necessariamente passar por uma etapa democrático-burguesa que permitisse o desenvolvimento das forças produtivas no país e consolidasse o capitalismo, não só do ponto de vista econômico, mas enquanto sistema político. No interior desse sistema então se criariam as condições para que a classe operária viesse a se tornar hegemônica posteriormente. Os que assim pensavam espelhavam-se um pouco num modelo de desenvolvimento do movimento operário e da social-democracia alemães, que pouco a pouco vinha constituindo um forte Partido Social-Democrata, que se tornará já, em torno de 1910, o principal partido do parlamento alemão.

A outra corrente, por ser majoritária num determinado momento da luta política no interior do Partido Operário Social-Democrata Russo, foi chamada bolchevista, e tinha Lênin como líder mais expressivo. Havia ainda um grupo intermediário, que em certa medida se expressava através de Trótski, que vai, com algumas diferenças, encaminhando-se concretamente em uma outra direção, isto é, de que a questão colocada para a Revolução Russa não é exatamente de uma revolução democrático-burguesa, mas de tarefas democrático-burguesas que deverão ser assumidas por um governo de trabalhadores. Aí há fórmulas diferenciadas. Lênin, em 1905, falava em ditadura democrática de operários e camponeses e Trótski já falava em ditadura do proletariado. Essas duas posições convergem em 1917, entre fevereiro e abril, e vão desembocar concretamente na tese de que está colocada para a Rússia a questão da revolução socialista.

Os soviets, alternativa de democracia

Mas a questão democrática encontrou uma expressão concreta nessa nova forma, colocada pelo próprio movimento social, que foram os soviets. É extremamente significativo verificar que a idéia dos soviets, a idéia dessa forma superior de democracia não foi previamente teorizada por nenhum intelectual revolucionário na Rússia.

Ela surgiu de uma experiência concreta e espontânea do movimento operário e de outros setores dos trabalhadores em 1905 e se recolocou em 1917 quase como uma recuperação de uma memória de experiência anterior, mas em ambas ela pegou os revolucionários de calças curtas. Qualquer leitura dos textos anteriores a 1905, de qualquer corrente do movimento, vai nos mostrar concretamente que nem a explosão revolucionária era pensada e menos ainda essa idéia de constituição de uma nova forma de democracia, como os conselhos operários. Em 1917, igualmente, a derrubada do czarismo e a constituição imediatamente posterior dos soviets também apanharam de surpresa o conjunto das correntes revolucionárias. Vale lembrar as famosas palavras de Lênin às vésperas da sua volta para a Rússia, despedindo-se dos operários da Suíça, país no qual ele se encontrava refugiado, dizendo que a revolução seria um acontecimento para os seus netos. Suprema ironia: meses depois de ter pronunciado essas palavras, ele estava à cabeça de um governo revolucionário.

Portanto, houve aí, efetivamente, uma enorme criação do ponto de vista do movimento social concreto, e mais particularmente dos trabalhadores. Evidentemente os revolucionários não ficaram infensos a esta questão, tanto assim que, às vésperas da tomada do poder, Lênin, num momento de recolhimento, quando ele teve que se proteger da repressão, porque estava sendo procurado intensamente pelos grupos de extrema-direita, vai escrever um livro que depois teria uma importância extraordinariamente grande, que é *O Estado e a Revolução*. Em primeiro lugar, dentro da boa tradição marxista, e Lênin era um atento leitor de Marx, talvez um dos mais atentos e eruditos leitores de Marx, ele vai inicialmente procurar se diferenciar, do ponto de vista da sua concepção de Estado e de democracia, daquelas correntes que estão mais próximas de si. Com a social-democracia, ele já havia rompido e aqui ele está polemizando de uma forma muito intensa não só com a social-democracia, mas com as ilusões liberais da social-democracia, isto é, a idéia de que era possível a constituição simplesmente de um Estado republicano no modelo ocidental. Ele vai polemizar igualmente com os anarquistas, porque eles pregavam naquele momento, como sempre, a destruição total de

todas as formas de organização estatal, acreditando que a sociedade poderia ser autogerida, sem nenhuma forma de Estado.

A crítica à social-democracia, as suas ilusões liberais, e a crítica ao anarquismo são absolutamente contundentes, são fortes, são muito definitivas, ademais reforçadas, no caso da social-democracia, pelo fato de que esta havia mergulhado numa traição inominável ao acompanhar os seus governos burgueses durante a guerra. Mas é menos evidente que nós tenhamos, concretamente, do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático, uma contribuição positiva para a constituição de um paradigma democrático dentro do socialismo. O que nós temos em *O Estado e a Revolução* são reflexões muito rápidas, escritas em circunstâncias muito difíceis, e que iriam, de uma certa maneira, orientar em grande parte o movimento revolucionário no futuro. Representam a tentativa de constituir uma nova democracia no país, na base dos soviets, na base dos conselhos de operários, de camponeses, de soldados, de marinheiros, compostos pela base, com delegados revogáveis por essa base etc., e que deveriam, entre outras coisas, romper com a clássica divisão de funções legislativas, judiciárias e executivas.

Decadência dos soviets e do controle operário

Mas a questão se torna um pouco mais complexa quando nós vemos que o modelo soviético, que teve um extraordinário vigor entre a Revolução de Fevereiro, que derrubou o czarismo, e a Revolução Socialista de Outubro, com os conselhos se constituindo numa força hegemônica dentro da sociedade russa, este modelo vai definhar e chegar a uma influência quase nula no período imediatamente posterior. Um ano depois da tomada do poder pelo Partido Bolchevique, os soviets estão praticamente extintos ou inativos. Evidentemente existe uma série de argumentos que contribuem para explicar essa desativação dos soviets. Dentre eles está, sem dúvida nenhuma, o fato de que a guerra civil, desencadeada logo depois da tomada do poder, contribuiu muito para que o poder tivesse que ser centralizado, a fim de que a contra-revolução fosse batida. Mas a grande verdade é que, em 1921, já com a guerra civil resolvida e com os inimigos externos

derrotados, ainda que em meio a dificuldades econômicas e sociais inimagináveis, os soviets não foram reconstituídos. O que se vê concretamente é um processo crescente de centralização do poder no Partido e, posteriormente, nas instâncias dirigentes do Partido.

Alguns episódios desses primeiros anos de exercício do poder soviético são extremamente reveladores. Em 1917, as eleições para a Assembléia Constituinte tinham sido uma das bandeiras centrais do Partido Bolchevique, que afirmava ser fundamental a realização dessas eleições e que uma das condições para garanti-las era justamente a realização da Revolução. Ora, realizadas as eleições, os bolchevistas se viram em minoria diante de outras correntes que não tinham o mesmo engajamento com a Revolução ou que eram mesmo hostis às idéias centrais da Revolução, como era o caso dos socialistas revolucionários de direita. Os bolcheviques resolveram dissolver essa Assembléia Constituinte, alegando que ela não era representativa, inclusive porque a própria idéia da revolução socialista não tinha chegado ao conjunto do país, o que é facilmente compreensível, tendo em vista suas grandes proporções. No entanto, ao invés de convocar outra Assembléia Constituinte, dentro de regras que correspondessem à realidade revolucionária, simplesmente não houve nova convocação. Mais do que isto, foram sendo tomadas medidas que concretamente restringiram não só a participação dos soviets, já praticamente dissolvidos, mas inclusive a participação de outros agentes no processo político. Proíbem-se os partidos e finalmente proibem-se as tendências no interior do Partido Bolchevique. A última etapa desse processo é a discussão sobre os sindicatos, onde as orientações dominantes são aquelas que procuram subordiná-los estritamente ao Estado, inclusive com propostas de militarização, como defendia Trótski. As posições mais duras foram derrotadas, mas de qualquer maneira a proposta vencedora consagrou a idéia de sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado.

Um último aspecto que vale a pena destacar desse conjunto de episódios da história política russa é a supressão crescente dos mecanismos de direção e controle operário nas indústrias, com a substituição dessas direções eleitas pelos próprios trabalhadores das

fábricas por gerentes indicados pelo partido. Podemos nos colocar, com enorme legitimidade, a questão de saber se estas decisões eram obrigatórias, se eram necessárias, inevitáveis. Penso que grande parte da resposta pode ser dada pelo fato de que a Rússia nesse momento enfrentava dificuldades de toda a ordem. A produção econômica do país despencara em relação aos índices anteriores à guerra. Havia dificuldades de ordem internacional, entre outras coisas porque a Revolução Russa se havia feito na perspectiva de que brevemente eclodiriam revoluções em outros países.

Superadas algumas dessas dificuldades e retomadas as condições para um desenvolvimento mais normal da sociedade, veio a adoção da Nova Política Econômica, que criou um certo desafogo no ponto de vista econômico e hoje é extremamente elogiada por Gorbatchov. Mas não houve uma correspondente transformação do sistema político. O que se verificou concretamente foi uma concentração cada dia maior do poder em mãos do partido, posteriormente em mãos do Comitê Central e, em momentos finais, inclusive, em mãos de apenas alguns elementos do Comitê Central. Nós vamos ter nos anos 30 e 40 perturbações extremamente grandes, do ponto de vista do funcionamento democrático do socialismo na Rússia. Eu acho que não vale a pena entrar em detalhes, eles são amplamente conhecidos e reconhecidos pelos próprios dirigentes soviéticos hoje, que qualificam o período stalinista como um período de exercício ditatorial do poder, de supressão total da democracia.

As condições para o surgimento do stalinismo

A pergunta que se coloca para muitos é se existe uma continuidade entre o período leninista e o stalinismo enquanto sistema fechado, enquanto exercício solitário do poder. A pergunta muitas vezes nos leva a interpretações erradas e falaciosas. Nunca se pode dizer que uma coisa tem continuidade em relação a outra simplesmente no plano das idéias. As idéias não são como micróbios, transmissíveis como uma gripe. Para que as idéias possam ser transmitidas é importante saber que condições históricas e sociais existiam e, em segundo lugar, como essas condições sociais e históricas influíram até na mu-

dança dessas idéias. Nesse particular, eu não acho que seja pertinente dizer, como muitos fazem, que o stalinismo é a continuidade do leninismo, o prolongamento do leninismo. São fenômenos históricos radicalmente distintos. Pode-se até alegar historicamente o fato de que Lênin, nos últimos anos de sua vida, já extremamente adoentado e marginalizado em grande parte do poder, se inquietava profundamente com os rumos não só da economia, mas sobretudo do sistema político russo, vendo perversões e deformações extremamente graves, que ele qualificava como deformações burocráticas que vinham se afirmando dia a dia. Mas é indiscutível que se identificam, não no leninismo, mas no sistema político vigente à época de Lênin e depois de Lênin, algumas condições que favoreceram em grande medida o desenvolvimento do stalinismo, isto é, a supressão da democracia operária, a liquidação dos soviets, o domínio de um partido sem contraste no seu interior e, mais do que isto, de um pequeno grupo no interior do partido. Tudo isto não ocorreu no vazio, mas num período em que o proletariado russo, por várias razões, foi sendo marginalizado crescentemente do seu poder de intervenção no sistema político propriamente dito, nos soviets, e em segundo lugar, no seu próprio sistema de intervenção no interior das fábricas, isto é, no interior dos seus locais de trabalho.

Mas não é o caso de realizar aqui um juízo sobre a Revolução Russa, um acontecimento que transcende em muito a capacidade de um ou muitos analistas. O que eu quero destacar, a partir desse exemplo e das vicissitudes que a democracia enfrentou na relação com o socialismo, é a necessidade de nós realizarmos aqui uma reflexão positiva sobre o socialismo. Não é o caso de ficarmos simplesmente dizendo: “não foi democrático, foi pouco democrático, foi mais democrático”, ou “não o foi por estas tais razões históricas”. Temos que pensar em quais são alguns elementos que possam integrar uma concepção positiva da relação entre socialismo e democracia.

Socialismo e democracia

A relação socialismo e democracia, em primeiro lugar, tem que ser pensada como uma relação umbilical. Não é uma relação conflitiva

em princípio. A relação conflitiva que pode existir é entre o socialismo e a democracia liberal, entre os valores liberais da democracia, mas não há uma incompatibilidade entre socialismo e democracia. Pelo contrário, há uma absoluta necessidade de relação dos dois elementos. Se não tivermos socialismo, não teremos uma verdadeira democracia, mas nós não teremos também o verdadeiro socialismo se não tivermos a democracia. São questões que devem ser pensadas positivamente, articuladamente.

O socialismo, nas suas formulações originais, resgatou, com essas experiências dos conselhos, uma questão fundamental diante de mecanismos de representação que vinham sendo falsificadas a todo momento. O parlamentar era eleito e, pelo próprio esquema de funcionamento do sistema parlamentar, se desligava de tal maneira que se transformava num corpo mais ou menos estranho àquele setor que o havia indicado, que o havia escolhido. Por esta razão, a idéia de democracia direta, a idéia de autogoverno, a idéia da autogestão massificada ao nível dos municípios, ao nível dos bairros, ao nível dos Estados foi ganhando uma importância muito grande. Mas também nós não podemos ter ilusões sobre esse tipo de funcionamento. Talvez tenha havido uma certa ingenuidade da parte de Lênin ao formular seu modelo de democracia socialista, que ele dizia abertamente inspirar-se na Comuna de Paris, em pensar que seria possível gerir um país de extensão da Rússia, da futura União Soviética, simplesmente com mecanismos do tipo soviético, com processos constantes de revogabilidade etc. Era óbvio que algumas instituições de tipo mais classicamente parlamentar, sem as deformações do parlamentarismo liberal, deveriam ser desenvolvidas, tentadas e aprofundadas. Esta questão ficou em Lênin menos como algo negativo, mas simplesmente como algo não-realizado.

Criações da burguesia ou conquistas dos trabalhadores?

Mas há outras questões importantes, como o problema da liberdade de organização partidária, sindical, de expressão etc. Houve, não tanto da parte de Lênin, mas de vários pensadores marxistas, sobretudo no período stalinista, uma idéia difundida de que muitas

dessas questões eram meras quinquilharias burguesas: voto universal, liberdade de organização partidária, liberdade de imprensa, funcionamento do sistema pluripartidário etc. Evidentemente que nessa visão havia algo de verdade, nós sabemos concretamente que em vários países se exerce um verdadeiro controle total do capital sobre os trabalhadores através desses tipos de instrumentos. Porém, não eram esses instrumentos em si que permitiam a dominação dos trabalhadores, mas, sim, a hegemonia burguesa no interior desses instrumentos que havia, concretamente, transformado algumas dessas instituições em elementos de dominação da classe trabalhadora.

Vários instrumentos, depois associados com a democracia burguesa propriamente dita, como os sindicatos, o sufrágio universal, a liberdade de imprensa, a pluralidade partidária, em realidade não são conquistas burguesas de forma nenhuma. A burguesia lutou ferrenhamente contra esses instrumentos. O sufrágio universal, por exemplo, custou o sangue da classe operária inglesa, que lutou décadas e décadas para acabar com o voto censitário, que persistiu muito tempo depois das chamadas revoluções burguesas. Portanto, o sufrágio universal não é conquista da burguesia, é conquista dos trabalhadores, da mesma forma que a organização sindical, ainda que o sindicato seja um elemento importante na regulação das relações do capital e trabalho, e que a rigor o capitalismo necessite de sindicatos até para poder operar melhor a chamada lei de oferta e procura.

Os sindicatos tampouco são conquistas da burguesia, os sindicatos foram conquistas árduas dos trabalhadores. Basta lembrar que nos Estados Unidos, somente nos anos 30, depois de uma longuíssima batalha na Corte Suprema, foi plenamente adquirido o direito de organização sindical. A classe trabalhadora norte-americana, apesar de ter sindicatos reformistas, como conhecemos e criticamos, para chegar a estes sindicatos, perdeu milhares dos seus mais heróicos combatentes.

Portanto, não são conquistas burguesas, nem a liberdade e autonomia sindical, nem sufrágio universal, nem a organização partidária que os trabalhadores também conseguiram com enormes dificuldades. São valores universais, são valores democráticos universais porque foram conseguidos pelos trabalhadores, e não há nenhuma

razão para pensar que eles foram bons no período capitalista, mas não serão melhores ainda no período socialista. A liberdade de organização partidária, a autonomia absoluta dos sindicatos, a pluralidade de partidos, a liberdade de imprensa, são elementos absolutamente imprescindíveis em qualquer modelo democrático socialista, e são de resto elementos muito pouco absorvíveis pelos próprios países capitalistas, de tal forma que eles estão sendo constantemente agredidos pela sociedade capitalista. Mesmo em países mais desenvolvidos, países de democracia liberal mais constituída, essas conquistas da classe trabalhadora, que muitos chamam de valores burgueses da democracia, em realidade não foram assimilados pela própria burguesia.

Democratizar o conjunto da sociedade

Outra questão essencial para que a democracia se estenda ao conjunto da sociedade é a reforma, a revolução das relações sociais de trabalho. No caso brasileiro, ela é particularmente sensível. A renovação do movimento sindical brasileiro, desencadeada nos anos 70, passa por duas vertentes essenciais. A primeira delas é a defesa das condições de vida dos trabalhadores e do seu direito de organizar-se sindicalmente; a segunda é a luta dos trabalhadores no interior das fábricas, contra as condições absolutamente extorsivas em que se dava a extração da sua mais valia, isto é, a luta contra as formas pelas quais o capital tentou e tenta ainda disciplinar a força de trabalho.

Não pode haver socialismo se os trabalhadores continuarem, ainda que em empresas pertencentes ao Estado, trabalhando da mesma maneira que trabalhavam nas empresas de capital privado. Não pode haver socialismo se os trabalhadores não têm liberdade de criação, e sobretudo se eles não têm o tempo necessário para poder intervir na política. Se eles ficam confinados na fábrica, trabalhando feito bestas, como nas empresas capitalistas, não vão ter nem o tempo nem a disponibilidade, salvo alguns conscientes, mais dedicados, para efetivamente participar do processo de decisão política. E não há processo de decisão política socialista e democrático se os trabalhadores não forem o sujeito fundamental nessa intervenção. Se eles não forem, alguém será por eles. Aí está a origem do processo de burocratização. O

processo de burocratização está dado quando os trabalhadores não têm a possibilidade de participar como sujeitos centrais da política e tem que delegar para alguns especialistas da política, ainda que surgidos do seu interior, as funções de exercício do poder político.

Outra questão séria é o partido. Acho que o problema de um partido político está diretamente ligado à luta de classes de um país, e não à teoria. A grande revolução política que se fez nesse país, a meu juízo, não se fez em função de contribuições de sociólogos, de historiadores ou de pensadores. A grande revolução política, a constituição de um partido com as características do PT se fez essencialmente porque, num determinado momento da história, a luta de classes colocou contingentes fundamentais da classe trabalhadora, ainda que não majoritários, em posição de questionar concretamente, não tanto as condições específicas de dominação econômica, mas fundamentalmente as condições de exercício do poder. Quando alguns trabalhadores, respaldados por uma ampla massa de companheiros que vinham intervindo nas fábricas e na luta sindical, decidiram concretamente que eles não mais seriam representados, mas que eles se auto-representariam na luta política, aí se operou efetivamente a grande transformação. Não é compatível com o socialismo democrático a idéia de um partido que tenha a chave da história, por assim dizer, que saiba por onde é que a história vai. Quem sabe onde é que a história vai são as massas, nos seus erros e acertos. E aí eu fico com Rosa Luxemburgo, grande revolucionária alemã internacionalista, que dizia preferir os erros de milhões e milhões de trabalhadores aos acertos de meia dúzia de membros do Comitê Central.

O debate sobre o socialismo e a democracia não deve ficar simplesmente preso na história, que é importante, é um fator significativo de reflexão para nós. Mas que o debate seja sobretudo uma questão viva e a partir da qual nós possamos pensar sobretudo as novas e tão importantes condições de emergência política que o Brasil presencia hoje em termos de participação dos trabalhadores na luta pelo socialismo e pela democracia. O conflito entre socialismo e democracia pode ter existido na cabeça de muitos intelectuais, mas eu estou convencido de que concretamente, na cabeça de setores importantes

e significativos da classe trabalhadora, ele é a cada dia mais uma questão que se resolve na própria ação dessa classe trabalhadora.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Possivelmente eu sou o menos teórico dentre todos os companheiros que fizeram uso da palavra até agora. Aliás, eu não sou presidente do PT porque seja teórico. Dentro do PT, existem, possivelmente, algumas dezenas ou centenas de companheiros com teoria muito superior à escassa teoria que eu domino. Entretanto, penso que a grandeza do Partido dos Trabalhadores está exatamente no fato de termos consciência de que, se é verdade que a prática por si só não resolve os problemas da classe trabalhadora, é verdade também que a teoria por si só não leva a classe trabalhadora a lugar nenhum. A grandeza do PT está exatamente em se juntar a teoria e a prática para, a partir daí, tentarmos fazer aquilo que é o sonho do conjunto da classe trabalhadora politizada, que é transformar a sociedade.

Embora eu não sinta orgulho de não ter a teoria que é necessária para um militante político, eu me considero realizado, porque algumas coisas que aconteceram na minha vida foram muito mais práticas. Por exemplo, eu tive a oportunidade de descobrir a mais valia sem precisar ler *O Capital*. Tive a oportunidade de descobrir a mais valia por uma razão muito simples. Eu comecei a trabalhar na Villares em 1966, fazendo roldanas para escavadeiras e pontes rolantes. Quando eu entrei, o máximo que um torneiro mecânico poderia fazer de produção por dia era uma ou uma e meia, quando muito, duas roldanas. Eu produzia uma peça e meia e o patrão tinha lucro, pagava o meu salário. Seis meses depois, eu estava produzindo 12 peças daquelas por dia, mas continuava ganhando o mesmo salário. Comecei a me perguntar onde é que estava a diferença das dez peças que estava produzindo a mais. O empresário não tinha vindo discutir comigo a minha participação naquele lucro. Assim eu fui descobrindo, com o tempo passando e a gente produzindo cada vez mais, que alguém estava ficando com a maior parte daquilo que era o resultado da minha produção.

Também descobri a necessidade de fazer política sem nunca ter lido um livro que me ensinasse isto. Obviamente não digo isso com orgulho, porque se tivesse lido possivelmente eu teria começado a fazer política antes, talvez no primário ou no Senai, e eu só vim começar a fazer política efetivamente partidária a partir dos anos 80, quando as greves me levaram a descobrir que o movimento sindical era um instrumento muito importante, mas muito pequeno diante das necessidades da classe trabalhadora.

Digo isso sem muito orgulho porque, se eu tivesse tido oportunidade de ter acesso às informações que outros já tinham de outras experiências, possivelmente eu tivesse, com outros companheiros, descoberto a idéia de fazer um partido muito antes. Outros companheiros, em outras épocas, tentaram criar partidos revolucionários, tentaram criar um partido da classe trabalhadora, tentaram criar partidos de massa, e a verdade é que quase todas as experiências, ou por causa da ditadura ou por causa do fracasso dos próprios militantes, não deram os resultados necessários. Lembro que, quando nós tínhamos que fazer opção política, o grande empecilho para criar o Partido dos Trabalhadores eram exatamente os comunistas do MR-8, eram exatamente os comunistas do PCdoB, eram exatamente os comunistas do PCB. Somente depois de dois anos, de tanto dizer que era preciso criar o Partido dos Trabalhadores, e eles dizendo que não estava na hora, que não era preciso criar partido, é que eu vim descobrir que eles não queriam que a gente criasse o PT porque eles já tinham os partidos deles e achavam que o partido deles era o partido da classe trabalhadora. Quando nós descobrimos isso, nós então resolvemos romper aquela falsa unidade que norteava o nosso comportamento e resolvemos criar o Partido dos Trabalhadores contra a vontade de alguns companheiros, que até não diziam para nós que já estavam nestes outros partidos.

O caráter revolucionário do PT

Quando eu disse que a questão revolucionária é subjetiva, é porque eu acho o PT um dos partidos mais revolucionários que já surgiu na história desse país. Eu acho o PT revolucionário não porque ele

diga nos seus discursos ou nos seus escritos que é um partido revolucionário. É revolucionário porque ele nasceu com a idéia definida de que era preciso organizar a classe trabalhadora dando a ela consciência política para que ela se descobrisse enquanto força trabalhadora da sociedade. E sabemos que é muito mais fácil a gente dizer que é revolucionário do que a gente ter a capacidade de politizar um ser humano ignorante que não recebe informações por causa dos meios de comunicações oficiais. Eu diria que o PT é revolucionário porque poucas vezes na história do país um partido político conseguiu colocar, não apenas como militantes, mas na sua direção, a quantidade de trabalhadores e camponeses que o PT colocou. Eu diria que o PT é revolucionário porque, inclusive sem conhecer os bolcheviques e outras coisas que é importante conhecer, muitos de nós tivemos a idéia de que era preciso criar os núcleos de base, não como ponto de apoio para as eleições, mas de que era preciso criar os núcleos, porque eles seriam a única forma de evitar que qualquer golpe pudesse destruir o Partido. Era preciso ter uma grande organização de base, por bairro ou por fábrica, porque mesmo que houvesse um golpe militar ou uma repressão, eles conseguiriam destruir a direção, mas não conseguiriam destruir a base do Partido ou a militância do Partido.

Estes três aspectos para mim dão a característica de que o PT é possivelmente um dos partidos mais revolucionários que nós estamos criando nesse país. Alguns poderiam dizer que o PT não é revolucionário porque o PT não fala em revolução, porque o PT não prega a revolução, porque o PT não está colocando os seus militantes para treinar a luta armada, porque o PT não está mandando seus militantes para fazer cursos de guerrilha em outros países. Eu diria que o PT é revolucionário porque, na medida em que a gente se propõe a despertar e a elevar o nível de consciência política do conjunto da classe trabalhadora, nós estamos dando à classe trabalhadora a oportunidade de se descobrir para a própria revolução. Uma coisa é você chegar no cidadão e dizer que ele tem que ser revolucionário, dar um livro para ele e dizer que ele tem que ser revolucionário, porque o livro está dizendo que ele tem que ser revolucionário. Outra coisa é você fazer o cidadão se descobrir, e quando ele se descobre e vira

revolucionário, a chance de ele virar a casaca ou voltar atrás é muito pequena. E eu falo isso porque conheço aqui dentro dessa sala alguns companheiros que, possivelmente sem muita oportunidade de ter acesso a informações, são companheiros revolucionários, são companheiros que têm uma prática revolucionária, e a gente mede a atitude revolucionária do cidadão não por aquilo que ele fala, mas por aquilo que ele faz.

Alguns companheiros que estão aqui dentro e milhares que estão lá fora têm uma prática diuturna muito revolucionária e possivelmente mais revolucionária do que alguns de nós possamos imaginar. Eu não poderia em momento algum deixar de dizer que o trabalho que os sem-terra fazem no Brasil hoje é um trabalho revolucionário. Não poderia deixar de dizer que o trabalho de organização das comunidades de base é um trabalho revolucionário. Não poderia deixar de dizer que o fato de termos comprado e feito este instituto é um trabalho revolucionário. Não poderia deixar de dizer que cada curso que um sindicato monta é um trabalho revolucionário, que quando esse movimento sindical criou um Dieese foi uma ação revolucionária, na medida em que o sindicato hoje pode ter informações para se contrapor no debate com os capitalistas em igualdade de condições, e às vezes como uma entidade mais respeitada do que todas aquelas que os empresários possam ter juntos. Quando o companheiro Vicentinho, do Sindicato de São Bernardo do Campo, descobre a necessidade de ir ao ministro das Comunicações pedir uma rádio, já sabendo que será difícil conseguir, acho que ele está tomando uma atitude revolucionária, na medida em que descobriu que é preciso ter um instrumento de comunicação de massas para se contrapor aos instrumentos de comunicação de massas que tem hoje o grande capital, que tem hoje o poder econômico.

É impraticável transportar um modelo revolucionário como se fosse uma mercadoria dentro de um caixote, chegar no Brasil e implantar aqui, fazer aqui uma revolução igual à Revolução Cubana, Sandinista ou uma revolução como fizeram os soviéticos em 1917. Eu acredito piamente que essa revolução acontecerá no Brasil na medida em que a gente tenha a capacidade de despertar uma consciência

política na grande massa despolitizada hoje, sem a perspectiva de aventureirismo. Tentar levar essa massa a compreender que o projeto que nós estamos desenvolvendo não será resolvido via parlamento. Nós que somos do PT temos consciência de que, quando resolvemos disputar o parlamento, quando resolvemos disputar uma prefeitura ou estado, nenhum de nós, em nenhum instante, está pensando ou insinuando que através do parlamento ou através de uma prefeitura estará feita a nossa revolução socialista. Ao contrário, nós temos consciência de que a nossa ida ao parlamento, a nossa disputa no parlamento é parte de uma etapa do aprendizado da classe trabalhadora, quando ela irá descobrir que também via parlamento não é possível atingir os seus objetivos.

Tenho clareza que no PT os companheiros não acreditam na famosa terceira via, como querem insinuar os companheiros suecos. A terceira via pode surgir na Suécia, porque essa terceira via, da social-democracia, só é possível graças ao Terceiro Mundo, graças à miséria a que está submetido todo o Terceiro Mundo. A humanidade não tem escapatória entre o socialismo e o capitalismo.

Unir a classe trabalhadora

Acho que o capitalismo, embora ainda com muito fôlego, é um sistema em extinção. Quanto menos gente se apodera de mais riqueza, mais rápido será o fim do sistema capitalista. O difícil é fazer o conjunto da sociedade descobrir isso. A capacidade de ensinar para a sociedade como é que a gente faz para romper isso é que é difícil. Há mais de cem anos, o velho Marx dizia: “Trabalhadores do mundo, uni-vos”. E a gente não consegue unir os trabalhadores do ABC, a gente não consegue unir os trabalhadores de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, quanto mais os trabalhadores do mundo.

Lembro que, no último debate da CUT sobre a dívida externa, reuniram-se algumas dezenas de companheiros latino-americanos discutindo a dívida externa. E eu, que já tinha participado do encontro da dívida externa em Cuba, de repente, falei: “Puxa vida, até quando nós vamos discutir a dívida externa entre nós, os que deve-

mos?” Porque na verdade quem participa desses encontros percebe que parece mais um muro de lamentações: todo mundo deve, todo mundo vive na miséria, todo mundo conta o seu sofrimento. Sugerir à CUT e aos dirigentes sindicais latino-americanos que estavam ali: “Para discutir o problema da dívida externa com muito mais força, vamos tentar marcar um encontro sobre dívida externa com os sindicatos dos países credores para saber até que ponto eles estão dispostos a se unir aos trabalhadores devedores para resolver o problema”. Fazer um encontro em Veneza, como foi feito o encontro dos sete países ricos, fazer um encontro na Alemanha Ocidental com toda aquela força massiva do movimento sindical, com aquele aparato de dinheiro que tem o movimento sindical europeu, fazer um encontro lá. Onde está a unidade da classe operária? Onde está a unidade da classe trabalhadora mundial? O Terceiro Mundo está morrendo e vocês estão vivendo bem, quer dizer, qual é a disposição de vocês em dar uma grita contra os banqueiros de vocês, contra os empresários de vocês para ajudar o Terceiro Mundo? Se a gente não fizer isso, não estaremos colocando em prática essa frase histórica repetida por nós em quase todos os discursos, que é a chamada unidade.

Estamos no caminho certo

Acho que a gente está no caminho certo. Eu particularmente não tenho pressa. Quem teve pressa quebrou a cara. Nós precisamos ir devagar, passos comedidos, passos pensados, mas passos certos, para que não tenha retorno, passos certos para a gente não ficar dançando bolero, um para a frente e dois para trás. Um passo que seja, um passo, nem que seja meio passo, mas a gente tem que dar sempre esse meio passo para a frente. Acho que estamos no caminho certo. Estávamos no caminho certo quando discordamos da Nova República. Estávamos no caminho certo quando dizíamos que o Plano Cruzado tinha falhas. Estávamos no caminho certo quando dizíamos que o PMDB não era a solução para a classe trabalhadora brasileira. Estávamos no caminho certo quando resolvemos construir a CUT. Estávamos no caminho certo quando fizemos lutas que muitos chamaram de loucas. Estávamos no caminho certo quando

decidimos a muito custo de que era importante a participação do Partido dos Trabalhadores na Constituinte, embora soubéssemos das nossas limitações, embora soubéssemos que a grande força lá seria de direita, embora soubéssemos que o conjunto da classe trabalhadora ainda estava despreparada politicamente para eleger uma grande massa de trabalhadores. Mas estávamos certos quando acreditávamos de que era também através da Constituinte que se poderia elevar o nível de consciência da classe trabalhadora.

Na medida em que a burguesia vendeu a idéia de forma equivocada, alguns setores da esquerda também venderam a idéia de que através da Constituinte nós teríamos soluções para todos os problemas nacionais. Quem se lembra que, há dois anos, um trabalhador reclamava de pão, é a Constituinte; reclamava de casa, é a Constituinte; reclamava de salário, é a Constituinte; reclamava de transporte, é a Constituinte. Hoje, a classe trabalhadora começa a perceber que não é a Constituinte. Ela começa a perceber que a Constituinte pode amenizar um pouco, poderá abrir um pouco de espaço, mas os grandes problemas da classe trabalhadora, da distribuição de renda não serão resolvidos na Constituinte.

O papel da vanguarda

E aí é que entra o papel de um partido revolucionário para fazer a classe trabalhadora compreender essas coisas. A grande decepção que eu tive na minha vida depois de 18 anos de sindicato, depois de fazer todos os tipos de greve que um dirigente sindical pode fazer, foi ir na porta de fábrica numa campanha e ver que o eleitor não sabia por que votava no candidato, não sabia distinguir quem era Afif Domingos ou quem era não sei mais quem, como se fosse tudo a mesma coisa. E quando ele pensa que é tudo a mesma coisa, é porque nós não estamos falando uma linguagem capaz de ser compreendida pelo conjunto da classe trabalhadora.

Quando isto acontece, podemos nos tornar uma vanguarda sem base, uma vanguarda que se transforma mais ou menos num carro de corrida: de tantas voltas na frente, está atrás do último. A vanguarda não pode estar na frente, a vanguarda que está muito na frente não

é vanguarda, é vanguardismo, a vanguarda verdadeira é aquela que está junto e compreende inclusive quando é necessário voltar atrás para levar a massa junto outra vez. Aliás, eu desconfio que a grande vanguarda mesmo é a classe trabalhadora.

Quando se exerce um papel de direção, seja numa comissão de fábrica, seja num sindicato ou num partido político, se a gente não tiver cuidado, a gente começa a pensar que é bom, a gente começa a pensar como um general de Exército, eu dou a ordem e a tropa cumpre. A gente começa a pensar: bom, a liderança pensou, a liderança falou e a massa executa. Lá em São Bernardo, as experiências mais ricas mostram que é exatamente ao contrário. O companheiro Vicentinho na semana passada, com toda a vanguarda da classe operária de São Bernardo do Campo, companheiros da mais alta capacidade para lidar com peão dentro da fábrica chegaram à conclusão de que era preciso dar uma parada na greve da Autolatina. Foi lá o Vicentinho, que é um dos mais extraordinários oradores de massa que esse país produziu, e começou a falar para a massa. A vanguarda que não estava em cima do ônibus, mas que estava lá embaixo, 18 mil peões, começou a dar a entender que não queria o fim daquela greve. Aí, sim, o Vicentinho exerceu o papel de vanguarda, mas a vanguarda que não é arrogante, a vanguarda que não é pedante, a vanguarda que não é dona da verdade, a vanguarda revolucionária que teve a sabedoria de entender que a massa queria continuar a greve e, ao invés de fazer ou forçar a massa a suspender pura e simplesmente, acatou a decisão da maioria. Continuaram o movimento e poucos dias depois voltaram a trabalhar vitoriosos.

Obviamente, cada um de nós tem de estar sempre mais preocupado em dar o máximo de conhecimento teórico à classe trabalhadora. Nós temos de estar preocupados em fazer com que a classe trabalhadora cada vez aprenda mais, que ela conheça a história. Qual é uma das dificuldades que nós temos no Brasil hoje? Qual é um dos problemas que a gente enfrenta hoje com a classe trabalhadora brasileira? É que ela não conhece a própria história do Brasil. Ela não conhece os vários movimentos que houve nesse país e que poderiam ser movimentos e conhecimentos que dessem sustentação, embasamento,

às lutas que a gente vai travar daqui para a frente. A rede de ensino oficial ou os partidos políticos convencionais não estão preocupados em ensinar, porque não querem a classe trabalhadora politizada. Nós é que temos a obrigação de ensinar. Nós é que temos a obrigação de criar mecanismos, de criar informativos, de criar meios de fazer com que a classe trabalhadora tenha o mínimo de informação, porque senão a informação será a da *Rede Globo de Televisão*, da *Folha de S. Paulo*, do *Estadão*, a informação que a classe dominante quer passar para o conjunto da classe trabalhadora 24 horas por dia. E os companheiros do PT sabem que nós ainda estamos débeis do ponto de vista desta formação, mas sabem também que, embora sejamos um partido de apenas sete anos, poucos avançaram o tanto que nós avançamos nesse nível. A consciência que predomina na nossa cabeça é a idéia fixa de que, ou fazemos isso, ou a gente acaba também caindo no descrédito perante a opinião pública.

Participei estes dias de uma reunião com um grupo de empresários que estão preocupados com o Brasil, que estão rachando com a Fiesp e querem conversar, querem encontrar uma saída para o Brasil e querem encontrar uma saída junto com a classe trabalhadora. Um deles até disse que era um neomarxista. Então, como a gente tem bom senso e a gente quer respeitar a vontade desses companheiros que estão demonstrando interesse pelo menos em conversar com a classe trabalhadora, numa próxima reunião, nós vamos levar dez pontos de coisas que nós achamos importante colocar em prática no Brasil para resolver os problemas da sociedade. Pedimos para eles colocarem dez também, para a gente bater e ver quais são os pontos que se unem. Penso que eles vão querer conduzir a gente para a tal da liberdade democrática, porque isso aí une todo mundo, mas nós vamos querer descer um pouco mais, mexer um pouco mais na ferida, que é saber se eles estão dispostos a democratizar a renda nesse país, se eles estarão dispostos a mexer um pouco no lucro deles, se estarão dispostos a permitir que o trabalhador melhore a sua qualidade de vida, e para isso não há outro jeito senão mexer no lucro deles. Porque eles admitem tirar do imposto do governo para dar para a classe trabalhadora, mas não admitem diminuir um centavo do ganho deles. Esse empre-

sário que falou do marxismo lá era todo metido a conhecedor, aquele negócio todo, e a gente só manjando o cidadão para poder pegá-lo na esquina.

Formar a classe trabalhadora

Estou dizendo isso para mostrar que nós precisamos, enquanto partido político, ter a capacidade de utilizar todos os mecanismos possíveis à nossa disposição, ao nosso alcance, para tentar fazer com que a classe trabalhadora se transforme em uma classe trabalhadora socialista. Aquele discursinho de que a classe trabalhadora por si só já é socialista é no mínimo ufanista demais. Nós ainda não tivemos a capacidade de convencer a classe trabalhadora a se sindicalizar. A média brasileira possivelmente não ultrapassa 20%. Em alguns sindicatos grandes, chega a 50%, 70%. Nós temos hoje uma pessoa que está sendo vendida como um grande dirigente sindical brasileiro, que foi eleito com pouco mais de 10% dos votos da sua categoria. Nós ainda não conseguimos fazer a classe trabalhadora entender a necessidade de se organizar politicamente, a necessidade de se militar politicamente. Ela tem a cabeça formada para ser totalmente apolítica. O conceito de que política não presta ainda predomina no conjunto da classe trabalhadora, e é da nossa responsabilidade desfazer isso. Quero lembrar aos companheiros que mesmo nós, do Partido dos Trabalhadores, conseguimos fazer a classe trabalhadora descobrir isso muito mais rápido nos dois primeiros anos de nascimento do PT do que nos últimos cinco anos. E por quê? Porque nós também nos acomodamos e, ao invés de continuar realizando o trabalho que a gente vinha desenvolvendo para fazer o PT nascer, depois que nós fizemos o PT nascer, nós nem ensinamos ao PT a caminhar direito e nos voltamos para dentro de nós para brigar internamente, para discutir mil coisas, quando a gente deveria estar na rua discutindo com a classe trabalhadora de forma prioritária, para dar-lhe os conhecimentos elementares.

No movimento sindical é a mesma coisa. O movimento sindical brasileiro ainda não conseguiu deixar de ser economicista. Claro que o papel do movimento sindical é reivindicar, contestar, cada vez pe-

dir mais, exigir mais. Mas o papel do movimento sindical é também dizer para a classe trabalhadora que a saída para o movimento sindical brasileiro não é sindical, é política. E se o dirigente sindical não tiver clareza disso e ficar vendendo as ilusões que se vende, de que o sindicato é que vai resolver, que é o sindicato que vai fazer isso, nós não estaremos contribuindo para politizar o conjunto da classe trabalhadora brasileira. E aí o que é que vai acontecer? Se os companheiros não tiverem uma perspectiva política depois de anos no sindicato, ou eles ficam desestimulados e desistem, ou viram acomodados, essas figuras odientas que a gente tem no Brasil, a figura do chamado pelego.

Graças a Deus, nesse país, e eu uso o termo graças a Deus, coisa que possivelmente alguns não usem, o próprio Fernando Henrique Cardoso não quis usar, graças a Deus nós criamos o Partido, que é o passo seguinte para esses dirigentes sindicais que estão surgindo aí. Criamos um partido inclusive como uma opção para esse conjunto enorme de militantes de comunidades, de movimentos populares, de sindicatos, de ter no Partido o seu próximo passo. Saber que, se ele tem no sindicato o estilingue, no Partido ele tem a bazuca, se ele tem no sindicato o bodoque, ele tem no Partido a metralhadora. E cabe a nós tentar fazer com que os trabalhadores aprendam a utilizar isso.

Eu sou daqueles que acreditam piamente que não existe outra alternativa para o conjunto da classe trabalhadora brasileira a não ser o socialismo. Não existe. Entretanto, eu também sou daqueles que não adotam a idéia de que, por acreditar que o socialismo é a solução, eu paro de lutar e começo a esperar o socialismo chegar. Não, ele só acontecerá se nós tivermos capacidade de construí-lo. E construí-lo é que é o difícil. Quanto estamos dispostos a perder horas e horas de sono para discutir isso com o povo? Quantos de nós estamos dispostos a perder horas e horas, dias e dias, fins de semana discutindo com a classe trabalhadora? Para ir no bairro, para ir na favela, para ir numa comunidade fazer palestra? O socialismo é compatível com a vida boa depois que a gente conquista ele, mas antes ele exige muito sacrifício. Eu não posso colocar um cachimbo na boca e ficar na beira de uma lareira dizendo que sou socialista, eu tenho é que ir para os

morros, para as favelas, para a porta de fábrica, para o comércio, para a estação do metrô, para a rua, para dizer ao povo o que é isso. Porque, quando o povo compreender isso aí, nós vamos poder desfrutar dessa vida boa a que todos nós temos direito e pela qual todos nós lutamos.

É por acreditar nisso que eu estou nessa luta. É por acreditarmos nisso que surgiu o PT, que surgiu a CUT, que surgiu o Instituto Cajamar. É por acreditarmos nisso que surgiram no Brasil milhares e milhares de comunidades de base. É por acreditarem nisso que surgiram no Brasil milhares e milhares de pessoas como Frei Boff, como Frei Betto, que, embora sendo cristãos, têm uma prática revolucionária maior do que muitos que se dizem revolucionários nesse país. É dessas pessoas, com humildade, que a gente vai extrair essa sabedoria revolucionária para fazer essa revolução. Eu acho que as experiências dos companheiros de Cuba, as experiências dos companheiros da Nicarágua, que é a coisa que está mais próxima de nós, é um ensinamento de que uma revolução depende da conjuntura, tem o momento, a oportunidade que nós precisamos saber pegar ou não pegar. Mas, obviamente, se nós pegamos, ela só dará certo a depender do conjunto de pessoas que estejam comprometidas com a gente.

Estou com a minha consciência tranqüila de que estamos caminhando para esse processo acontecer no país. Acho inclusive que a conquista da democracia é um teste. A nossa luta para democratizar esse país é um teste no caminho que a classe trabalhadora vai ter que trilhar para chegar a esse socialismo. É um teste, e eu acho que ela tem que testar cada coisa que se apresentar na frente dela. Hoje, eu posso vir para a rua e denunciar o parlamentarismo, denunciar não o parlamentarismo como sistema de governo, mas denunciar a instituição com muito mais autoridade moral do que eu poderia fazer um ano atrás. Hoje, um companheiro pode denunciar a estrutura sindical com muito mais moral do que poderia fazer cinco ou seis anos atrás. Eu acho que o povo está precisando é dessa responsabilidade nossa, o povo está precisando é que a gente não espere que as coisas aconteçam para dizer que estão acontecendo. O povo está precisando é que o Partido aponte para ele as coisas que podem acontecer. E, graças à

competência de muitos companheiros aqui, nós acertamos. Acertamos em muitas análises de conjuntura.

Apolônio, em muitas reuniões de diretório, quando eu dizia que o Partido tinha errado muito, ele me provava que a gente é muito exigente com o PT, que a gente parece aqueles velhos ranzinhas que querem que o filho seja perfeito, seja o primeiro na escola, o primeiro no colégio, o primeiro na universidade, o primeiro no futebol, o primeiro não sei aonde. Apolônio sempre provou, e eu concordo com ele, que o PT acertou mais na análise de conjuntura do que errou. Isso é que vai fazendo um partido ganhar credibilidade, vai fazendo com que as idéias cresçam na cabeça dos trabalhadores. Se nós compararmos a consciência da classe trabalhadora com a consciência que nós pegamos em 1978, vamos chegar à conclusão de que a classe trabalhadora avançou mil anos.

Estou altamente convencido de que, embora seja uma tarefa difícil e muitos de nós não vejamos o resultado, aquilo que nós nos propusemos a fazer é irreversível. Possivelmente, Prestes, Apolônio e outros companheiros que lutaram tantos anos possam às vezes até ficar frustrados, decepcionados, com 50, 60, 70 anos de luta e sem ver o resultado. Também a gente pode viver 60, 70 anos, lutar e não chegar, mas o que precisa nortear a cabeça da gente é que um dia vai chegar. Se não chegar por nós, vai chegar pelos nossos filhos. Se não chegar por nossos filhos, vai chegar pelos nossos netos, pelos nossos bisnetos. Mas sem dúvida nenhuma vai chegar pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira.

FÚLVIO ABRAMO

O ano de 1917 marcou uma das grandes voltas da história, mas o mundo não começou ali. A civilização grega, a Renascença, a Revolução Francesa e a Revolução Russa são provavelmente os quatro momentos em que a história encontra seu pináculo. Bem, mas não começou em 1917 a história do mundo, como também a luta pelo socialismo no Brasil não começou apenas em 1917. Começou muito antes, é erro fazer a história do movimento pelo socialismo no Brasil

como algo que tenha sido iniciado com a presença de um partido, o Partido Comunista do Brasil. Ela começou muito antes. Desde o fim do século passado até os anos de 1917 e 1918, encontramos dezenas de jornais, publicações e livros de dezenas de grupos políticos que se autodenominam socialistas. Há dezenas de trabalhos, artigos, estudos, de brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil sobre as tentativas de construção de um partido socialista, ou que realmente não chegaram a ser partidos, mas apenas agrupamentos iniciais. A experiência de luta dessas gerações, que vem do fim do século passado e que se espalha até o período da Revolução Russa, essa experiência foi acumulada e foi transmitida aos trabalhadores brasileiros que começaram a construção de um partido de bases internacionais, um partido filiado à III Internacional.

Essa experiência acumulada por uma porção de militantes operários e por um grande número de intelectuais procedia, em grande parte, do movimento anarquista, e, em parte menor, mas significativa do ponto de vista cultural, de elementos socialistas. É preciso não esquecer que quando o Brasil abandona a sua característica essencialmente rural e agrícola e começa a construir a sua indústria, reúne-se aqui, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, grande número de imigrantes europeus. Grande parte deles abandonou a Europa por problemas de subsistência, que lá se tornara difícil devido às grandes crises que se seguiram aos movimentos de 1870. Mas muitos foram de fato expulsos, especialmente da Itália, da Alemanha e da Espanha, quando esses países, depois de terem conseguido a sua unificação nacional, passaram a ser dominados pela burguesia, que expulsou os autores dessa revolução.

Na Itália e na Alemanha, os verdadeiros autores da unidade nacional desses países foram os movimentos de massa dos povos, e não as elites. Na Alemanha, o movimento de Lassalle, e na Itália, um movimento dirigido por Garibaldi, expressavam a vontade do povo com uma tendência à formulação de um regime socialista. É evidente que naquele tempo o esquema que hoje nós consideramos socialismo não era exatamente o mesmo, mas eram umas sementes de onde surgiu e se formou o grande movimento socialista mundial. Não foi

só para o Brasil que todos esses elementos socialistas e anarquistas vieram, expulsos da Europa. Foram também para a Argentina, foram também para o Uruguai, foram também para Nova York. Foi uma verdadeira disseminação das idéias socialistas que tinham sido formuladas na Europa.

Logo no começo do século, já havia no Brasil gente que conhecia Marx. Quando se formou o Partido Comunista, se confundiam ainda muito os programas anarquistas com os programas comunistas, uma confusão em que estavam misturados elementos como Edgard Leuenroth e Astrogildo Pereira, ambos saídos do anarquismo e que se mantiveram mais ou menos unidos até 1921, 1922, quando Astrogildo Pereira já se dirigiu para uma orientação socialista mais caracterizada e Edgard Leuenroth permaneceu anarquista.

Fomos convidados aqui para falar alguma coisa também da experiência própria também, pois fomos testemunhas e nós falamos como testemunhas do tempo. Desde cedo, desde quando tinha oito anos de idade, eu ouvia falar em anarquismo e socialismo. Meu avô era anarquista e, em 1917, abraçou as idéias do Partido Bolchevista, aceitou a conquista do poder pelo proletariado e aceitou a organização de um Estado baseado na força do proletariado. Portanto, ele se afastou daquela ideologia anarquista que negava toda a possibilidade de organizar a sociedade em bases burocráticas, em bases estabelecidas em planos de organização e a de formação de aparelhos de Estado. Para mim e para muita gente da minha geração, a luta de idéias em torno do socialismo era uma coisa corriqueira.

O que se faz hoje no Brasil é a continuidade de uma luta que não parou, que vem do começo do século e que atravessa todos esses acontecimentos. Ela não é consequência da existência do Partido Comunista, ela começou antes e começa com características diferentes.

Vocês ouviram a exposição de Luiz Carlos Prestes, companheiro que eu respeito absolutamente, que eu respeito como um exemplo de fidelidade, um exemplo de combatividade, um exemplo de coerência consigo mesmo, embora não aceite nem a metade das idéias que ele expressa. Mas eu o respeito muito, tenho por ele um verdadeiro afeto, sentimento de afeição. Um homem que foi capaz de

suportar a tremenda fase de prisões, de isolamentos, de pressões que ele sofreu, e manteve acesos aqueles ideais que ele aprendeu já depois de adulto, que não foram fáceis de se aprender na época e na geração dele, nem na situação social dele. Ele era um militar, e sabemos nós que os militares são criados para não ter cabeça, sabemos nós que a experiência da educação militar no Brasil é dolorosa (aliás, não é só no Brasil), é formar gente que saiba apenas obedecer. Também por isso Luiz Carlos Prestes é uma figura notável, porque de todos os militares daquele tempo que tomaram consciência do problema social, que procuraram aprender como resolver os problemas da sociedade, que procuraram examinar quais eram os valores fundamentais da sociedade, e se colocaram a serviço deles, ele foi até certo ponto, não digo o único, mas um dos pouquíssimos que resistiu a tudo isso. Por isso, ele se torna merecedor do mais cálido sentimento de respeito.

Ele está certo quando diz que o Partido Comunista tem hoje, com relação à caracterização do Estado brasileiro, a mesma concepção que tinha em 1930, ou seja, que nós somos um país semicolonial. Bem, por que eu cito este fato? Porque a história do movimento operário ou a história da evolução do socialismo não se faz na realidade somente na base de uma explosão espontânea da vontade de luta da massa. Existe até uma frase, usada abusivamente durante algum tempo, de que a massa não deve ser deixada ao espontaneísmo, porque isso não leva a nada. É preciso que haja uma concepção do que fazer, com base em uma análise da história da humanidade e da história do movimento operário, uma análise da estrutura das diversas camadas da sociedade.

Equívocos da IC e do PCB sobre o Brasil

O pensamento marxista não poderia levar de jeito nenhum a conceber o Estado brasileiro como um Estado semicolonial. Como diz o companheiro Prestes, não foi o Comitê Central que criou essa concepção retrógrada, errada, antimarxista do Estado brasileiro. Foi imposição da III Internacional, organização a que estava filiado o Partido Comunista Brasileiro. Essa concepção foi formada na União Soviética não a partir da aplicação das posições marxistas e da

interpretação marxista da sociedade, mas a partir da justificação da ideologia criada pela burocracia de Estado formada na Rússia como consequência das dificuldades surgidas na edificação do Estado soviético. Essas dificuldades incluíram a luta para superar os efeitos da guerra e a destruição da estrutura industrial e econômica em geral dada pela Revolução, além das dificuldades da criação de um Estado a partir da inexistência de camadas treinadas para a condução da sociedade.

Tudo isso obrigou Lênin, de certo modo, a apertar as “cravelhas” do regime, a impor uma fase de autoritarismo necessária, mas não para que durasse permanentemente. Essa frase era concebida como provisória, mas, com a morte de Lênin, e com o aparecimento das exigências criadas pelos burocratas, pela facção que tinha se encastelado no poder e que dominava o partido, foi imposta então uma justificação teórica à existência dessa burocracia. Essa modificação do pensamento fundamental de Lênin e de Marx, e também de Trótski, começa no V Congresso da Internacional Comunista, que se realizou em 1928. Foi quando os stalinistas, já predominando no poder, obrigaram o Partido Comunista da China a abandonar o seu programa socialista e apoiar o general nacionalista Chiang Kai-shek, dissolver o Partido e entrar na organização nacionalista de Chiang Kai-shek. Para a III Internacional, a revolução num país como a China não poderia ser uma revolução socialista, era uma revolução popular, uma revolução que só poderia ser feita na base de uma aliança com a burguesia nacional, porque era uma revolução popular antiimperialista, mas nacionalista, ou seja, uma revolução em que o partido do proletariado e o próprio proletariado perdiam a sua independência, deixando a condução do movimento nas mãos da burguesia nacional. Isso foi feito na China e foi onde se verificou a primeira grande derrota da revolução. Foi quando, logo depois de todo o Partido Comunista da China ter entregado suas armas, Chiang Kai-shek mandou fuzilar milhares de comunistas e acabou com o partido, extinguiu o Partido Comunista. Ele sobreviveu em pequenas frações que, guiadas pela genialidade daqueles que tinham escapado e pela impotência do novo regime em resolver os problemas

reais da China, a incapacidade da burguesia chinesa em resolver os problemas da China, foi se firmando novamente para chegar até a conquista do poder mais tarde.

Foi nessa época que se introduziu a noção de que a revolução é um processo que se faz por etapas, em que primeiro é preciso conquistar as posições burguesas e, na base da conquista dessas posições burguesas, dessa fase, se acumula força para fazer a segunda fase. Essa concepção foi imposta a todos os partidos da III Internacional e o partido brasileiro também recebeu essa orientação.

Depois, passou-se para uma posição inteiramente ao contrário, o extremo do outro lado, o esquerdismo irracional e absoluto, o chamado terceiro período. Aí todos que não eram membros do Partido Comunista eram classificados como inimigos de classe. Qualquer divergência interna, qualquer ponto de vista diferente numa questão secundária era considerado crime contra o proletariado e os que defendiam essas posições eram isolados, perseguidos e considerados contra-revolucionários. Na União Soviética, chegaram até ao fuzilamento de todas essas pessoas. Essa política aplicada em bases internacionais acabou resultando não apenas no isolamento dos partidos comunistas do resto da massa, mas também na destruição do movimento sindical mundial. O movimento sindical, onde os comunistas estavam militando junto com outros elementos de outros partidos, começou a receber a ordem de que não era possível trabalhar comunista junto com socialista ou com anarquista e que na realidade o sindicato devia ser inteiramente comunista. O terceiro período liquidou, portanto, com os sindicatos, porque não era possível formar sindicatos só com comunistas, não havia comunistas o suficiente em nenhuma parte do mundo para fazer grandes sindicatos. Sindicatos são organizações de massa e a concepção do terceiro período liquidava completamente a posição marxista com relação ao movimento de massa.

Depois, veio o VII Congresso da Internacional, em 1935, quando se estabeleceu a teoria da frente popular. Diante do fascismo, que naquela época estava se implantando e destruindo as organizações operárias, os partidos operários, as conquistas do socialismo, as con-

quistas do reformismo, em face disso, o Krêmlin apelou para uma política de frente popular, ou seja, não uma frente entre todos os movimentos operários, mas uma frente dos partidos comunistas com os partidos da pequena burguesia e da burguesia, com os partidos que se autodenominavam antifascistas.

Os trotskistas e a luta antifascista

Isso no Brasil foi dramático, está representado por duas fases, dois momentos da história que muita gente se lembra ainda. O Partido Comunista na década de 30 já tinha sofrido um fracionamento pela criação de um grupo trotskista. O que significou esse grupo trotskista? Significou que existia no Brasil gente que já lia Marx, que compreendia Marx, que lia e compreendia Lênin, que lia todos os grandes teóricos da Revolução de 1917. Sabiam que era falsa a caracterização que a III Internacional e o Partido Comunista faziam do Brasil como um Estado semicolonial. O primeiro trabalho fundamental desse grupo de comunistas, antes de sair do Partido, ainda como oposição de esquerda dentro do Partido, foi uma tese sobre a situação do Brasil, uma tese sobre a caracterização do Brasil como um país em movimento combinado e desigual, ou seja, onde existiam já caracterizadas as condições para a criação de um Estado burguês, que estava sendo construído, mas coexistiam com ele ainda fases da economia que estavam situadas em épocas mais atrasadas. Contra eles, foi imposta a mentalidade do Comitê Central, emanção das ordens da III Internacional de que o Brasil era um país semicolonial. Portanto, aqui, a revolução não era uma revolução operária, proletária, era uma revolução nacionalista, uma revolução de frente nacionalista, de frente popular. Pois bem, de 1931 até 1934, o Partido Comunista não conseguiu dominar os sindicatos, porque a política extremada do terceiro período ainda colocava os comunistas quase à margem da vida sindical.

Foi nesse período que a influência dos trotskistas no movimento sindical foi muito grande. Isso não é nunca escrito, não é dito em parte nenhuma, mas nós estamos começando a publicar toda a documentação que mostra que, nessa fase, quem estava muito mais

avançado nas bases do movimento operário eram trotskistas e socialistas, e não os comunistas. Trotskistas, socialistas e anarquistas conseguiram fazer uma frente única e com essa frente única levar à Praça da Sé os militantes dessas três correntes para destruir os integralistas que representavam a ameaça fascista no Brasil. É verdade que o Partido Comunista também foi à Praça da Sé no dia 7 de outubro de 1934 para lutar junto, mas essa foi uma decisão que a juventude comunista de São Paulo impôs à direção do Partido Comunista e que foi adotada na noite do dia 6 de outubro, ou seja, na noite anterior ao acontecimento. Até então, o PC lutava firmemente contra a formação da frente única, dizendo que era uma aventura ultra-esquerdista e que levaria ao massacre dos operários e nada conseguiria. Ao contrário, essa frente única destruiu a primeira investida do integralismo no Brasil.

Afirmar que foi a Aliança Nacional Libertadora que liquidou com o integralismo no Brasil é uma alegação falsa. Quando a ANL se formou, aparentemente para lutar contra o integralismo, o integralismo já não tinha força nenhuma, o integralismo era apenas um grupo de militantes e de ultradireitistas que só confiavam num golpe contra o presidente da República, esse golpe que foi uma brincadeira. Os integrantes não tinham força nenhuma. Em compensação, a Aliança Nacional Libertadora fazia muito barulho, fazia muitos comícios, mas não levou a nenhuma batalha real contra os integralistas, e foi ela quem lançou infelizmente todo o movimento operário na ilegalidade com o “putsch” de 35. A Aliança Nacional Libertadora não é isso que está sendo apresentado pelos que dirigiram essa organização, ela foi, antes de mais nada, uma aliança de classes. O Partido Comunista achava que só a pequena burguesia progressista e os nacionalistas antiimperialistas, inclusive os empresários nacionalistas, poderiam fazer uma frente contra o integralismo, uma frente contra o fascismo. Isso é uma utopia, porque o fascismo foi, na história deste século, o elemento mais decisivo para a manutenção do domínio da burguesia, do domínio do capitalismo, de maneira que unir-se a classes burguesas e semiburguesas para lutar contra aquilo que era a expressão mais sólida da resistência fascis-

ta era uma utopia. Essa utopia levou ao movimento de 1935, que lançou o país num golpe que serviu perfeitamente para que Getúlio Vargas tivesse a oportunidade de liquidar com todas as possibilidades do restabelecimento inclusive da democracia burguesa no Brasil.

Qual foi fundamentalmente o papel do Partido Comunista do Brasil? Foi esse que se diz, o que impulsionou mais as idéias socialistas? Não é verdade. O que ele conseguiu foi ter uma influência muito grande em certa parte da intelectualidade brasileira. A intelectualidade brasileira, talvez eu exagere, metade dela é stalinóide, ainda acredita em Stálin, ainda tem em Stálin uma figura, mas, na base operária, o Partido Comunista realmente não fez nada.

O Partido Socialista Brasileiro foi um partido que, como Prestes acabou dizendo, tinha um dirigente honesto, Mangabeira. Na realidade, Mangabeira era um homem honesto, era um dirigente que pretendia ser honesto também, mas ele era um dirigente que entendia o socialismo como uma força auxiliar da burguesia nacionalista. Não era ele que dava orientação ao Partido Socialista, eram grupos ativistas, grupos socialistas formados na luta e os grupos trotskistas infiltrados no Partido Socialista, vamos dizer a verdade. Eu mesmo fui um dos fundadores do Partido Socialista. Discutimos o problema, verificamos que nós não estávamos ligados à massa como era necessário estar e que talvez tivéssemos que incentivar a organização de um partido de massa e esse partido seria um partido socialista. Então fizemos todos os esforços possíveis para ajudar a criação desse partido, e criamos esse partido junto com elementos de outros movimentos, junto com certos socialistas humanitários como Cid Franco, como Freitas Nobre, pessoas que mantiveram os seus ideais até o fim.

Esse caminho para o socialismo felizmente desemboca na criação do PT, que é realmente a síntese de evolução de todo o movimento anterior. Ele representa a continuidade real daquilo que começou praticamente no fim do século passado, na luta das organizações anarquistas e socialistas que vieram organizando os trabalhadores e que tiveram enorme impulso até 1917, quando foram capazes de organizar uma grande greve como jamais outra vez se repetiu no Brasil pelos efeitos econômicos e sociais que teve. Esse movimento

poderoso, depois do aparecimento do Partido Comunista, só tendeu a diminuir e só voltou o movimento operário a se fortalecer quando abandonado, como disse hoje aqui com toda a força da sua oratória o nosso amigo, nosso companheiro e nosso dirigente Lula, quando os operários mandaram o Partido Comunista às favas e resolveram fazer o PT. Aí começou o surto do movimento. Essa orientação que veio da Rússia stalinizada só serviu para impedir o desenvolvimento das idéias socialistas no Brasil. Como é possível que, depois de 70 anos, um operário metalúrgico exponha a um dirigente sua dúvida sobre se Quêrcia é igual a Lula? Onde está a educação? Como gastou esse partido 70 anos de atividade para deixar a opinião dos trabalhadores tão errada, tão distante de seus objetivos necessários?

APOLÔNIO DE CARVALHO

Com os meus quase 76 anos, sou uma espécie de caçula nesta velha guarda, mas na realidade eu já tenho meio século de militância. Essa trajetória colorida que eu pude fazer até agora, que é uma parte da trajetória de todos nós, decorre também de certos componentes, a começar pela época em que eu fiz meu salto para a maioria política, o ano de 1930. Os anos 30 que foram anos de dilemas históricos fundamentais. Problemas extraordinariamente graves para a vida de nosso povo e dos povos de outros países estavam não apenas em jogo, mas estavam para ser resolvidos a curto prazo. São os anos dos grandes dilemas entre a paz e a guerra, o dilema entre a democracia com participação popular, a democracia participativa de que tanto nos falaram os queridos companheiros de Cuba e Nicarágua, entre a democracia em desdobramento e os regimes autoritários, o fascismo e o nazismo dominantes na Itália, na Alemanha, e ameaçando a Europa e outros países. Por fim, com a grande crise econômica do capitalismo, com efeitos tremendos em nosso país, o grande dilema entre a distribuição dos efeitos da crise entre a massa da população e suas diferentes classes ou a concentração dos efeitos das crises sobre as grandes massas trabalhadoras. Uma época de mobilização popular pela sobrevivência e também pelas liberdades, com integração

bastante rápida de faixas crescentes da população na vida política em cada país. Por fim, algo maior que influenciou muito a minha trajetória: a ida para a Espanha. E também muito importante foi a participação nas entidades políticas, a começar pela frente popular brasileira, a Aliança Nacional Libertadora, e a seguir o Partido Comunista Brasileiro. Ainda hoje, eu guardo uma certa saudade vaidosa do caráter profundamente revolucionário do PC dos anos 30, apesar de suas falhas, apesar de suas limitações, apesar de seus erros, mas muito voltado para a luta.

Nesse quadro, eu quero que os aplausos de vocês se estendam aos velhos militantes, àqueles que me guiaram e que me mostraram o que é a sociedade, o que são as classes, o que é a luta de classes, aqueles que me mostraram uma série de contrastes nessa sociedade. Eu quero inicialmente compartilhar todo esse caminho, todo esse entusiasmo, todo esse estímulo de vocês com os de ontem e os de hoje.

Eu participei de um outro partido político antes de ser do PT, o PCBR. Como as bases não queriam saber de um PCB que não fosse revolucionário, era o PCB Revolucionário, surgido logo depois do golpe de 1964, e que foi uma tentativa de falar a linguagem do povo para a resistência a uma situação nova de terrorismo oficial. Mas particularmente eu quero estender o afeto e o entusiasmo de vocês ao partido que representa o novo na sociedade brasileira e na luta de classes, que é o nosso querido Partido dos Trabalhadores, que abre o espaço novo, uma imagem para os partidos e para as lutas de classes e uma esperança nova para toda a sociedade. Um partido que surgiu não do mundo da cultura e do desejo de modificar a sociedade através de grupos de intelectuais dos mais bem intencionados que se conheça, e que se juntaram, na formação do PCB, com os operários mais dedicados da luta do anarquismo, como Hermogênio Silva — o sogro do nosso querido Jacó Gorender, que aqui está —, fundadores do nosso partido, como o nosso Astrogildo e como outros. O PT não vem do mundo da cultura e da visão intelectual da sociedade e da necessidade de mudá-la. Vem da luta de classes, dos choques de classes. Vem sobretudo dessa categoria nova, velha como a luta de classes, velha como a sociedade de classes, mas nova para nós, porque a es-

querda não adotou esta categoria porque ela está ligada não à ação da vanguarda, ela está ligada à consciência das massas trabalhadoras: a experiência política própria dos trabalhadores. Essa experiência que fez com que o PT surgisse da constatação vivida na prática da luta de classes pelos trabalhadores, em particular nesta capital social das lutas de classes dos explorados do Brasil que é o ABC. E também da constatação direta de que a luta econômica e as mudanças propostas desejadas na legislação social, dentro da forma econômica fundamental das lutas de classes, não resolve o problema dos trabalhadores nem da sociedade. Ela é necessária, mas é insuficiente. É necessário dar um salto de qualidade e galgar o espaço da luta política, da forma política da luta de classes e criar o partido próprio dos trabalhadores, que é o nosso PT.

Lições da experiência internacional

O meu processo de formação política tem assim algumas escalas que eu gostaria de trazer para vocês. Começo pelas duas primeiras frentes: a Espanha republicana e a França ocupada após a guerra. Há aqui duas lições fundamentais. A primeira é a importância extraordinária da unidade das forças políticas e sindicais dos trabalhadores. Na Espanha, havia forte concentração operária em determinadas áreas, havia também uma politização muito grande, uma integração muito grande do proletariado espanhol com as doutrinas da classe operária para a transformação da sociedade. Havia a grande concentração de anarquistas na Catalunha e parte da Andaluzia. O Partido Socialista apresentava naquele momento uma ala esquerda extremamente combativa, sob a influência determinante de uma figura extraordinária, Largo Caballero. Havia o Partido Comunista, havia outras entidades de camadas médias também ligadas ao movimento operário. A unidade da esquerda tinha assegurado vitórias sucessivas depois de 1931, quando se proclamou a Segunda República. Em 1934, no grande levante de Astúrias, terrivelmente massacrado pela repressão depois de vencido — considerada a repressão mais violenta, mais dura e mais criminosa desde a Comuna de Paris —, a unidade das forças de esquerda, políticas e sindicais tinha permitido uma re-

sistência heróica e demorada. A manutenção dessa unidade permitia também que a esquerda impusesse sua presença na sociedade, apesar de uma repressão cruel, assegurando uma parte das liberdades democráticas e o próprio pleito eleitoral de fevereiro de 1936. Assim se criou a Frente Popular de resistência a um Estado totalitário, à dureza da repressão, por uma república verdadeiramente apoiada no povo, criando o regime de frente popular a partir de fevereiro e março daquele ano de 1936.

Outra lição muito importante da guerra da Espanha é a importância de uma política nacional independente, apoiada na união do povo, a capacidade de dizer não a toda ingerência estrangeira. Na Espanha Republicana, havia duas ingerências externas. Havia a ingerência opressiva do imperialismo das potências ocidentais, que queriam impedir o surto do movimento socialista, e havia também as flutuações da política externa soviética, que se tornaram mais abertamente nocivas para a sobrevivência da República a partir do momento em que as relações da URSS com a Alemanha nazista preparavam um pacto germânico-soviético e faziam com que a URSS — ela que era a grande fornecedora de armas e de meios para a República — deixasse os exércitos da República praticamente imobilizados e inertes diante de um acúmulo crescente e constante de armamentos de todos os tipos provenientes da Itália fascista e da Alemanha nazista.

Na França da Frente Popular, há também dois ensinamentos muito sérios: a força da unidade e as consequências da ruptura da unidade. A Frente Popular permitiu uma verdadeira onda de conquistas para os trabalhadores, para as camadas médias e para o controle do povo sobre o Estado. Permitiu inclusive deter momentaneamente a preparação para a guerra mundial. A ruptura dessa unidade, dessa frente popular exigida pelas grandes massas operárias, sobretudo em Paris, em fevereiro de 1934, nas grandes jornadas de 6, 9 e 12 de fevereiro, a ruptura dessa frente popular tinha desarmado as forças interessadas na paz, na democracia e na liberdade. Tinha permitido as manobras de preparação da guerra e desarmado o povo francês, permitindo a sua derrota organizada, programada pelo Alto Comando, por ordem das classes dominantes. Mas a França mostrou também que o

povo tomava nas mãos novamente as suas responsabilidades e a sua unidade no período de ocupação, de 1940 até 1944. O povo francês uniu suas forças sob a direção dos partidos operários, das centrais sindicais, do movimento de classes médias, organizou um exército interno de 600 mil combatentes e fez com que a libertação das grandes cidades fosse não apenas trabalho dos exércitos dos Aliados, que chegavam depois do desembarque na Normandia, mas fosse também, e sobretudo, o produto da insurreição nacional, proclamada e realizada sob a convocação e a direção dos partidos operários e das centrais sindicais.

Trajetória até o PCB

No Brasil, temos alguns elementos que seria interessante focalizar aqui. Na minha formação política, eu poderia citar quatro escalas. A primeira foi a minha família. Se eu sou um homem do Pantanal, sou também filho do Sergipe nordestino e da fronteira gaúcha do Uruguai. Garoto e adolescente, aprendi muito com meu velho. Eu conto isso não tanto pelo lado pessoal, mas porque são coisas que refletem a alma do nosso povo, o sentimento do nosso povo, as vocações do nosso povo, que nem sempre podem se revelar, mas em determinados momentos e em determinados setores chegam a se manifestar de maneira muito clara.

Meu pai era filho de camponeses pobres em Sergipe, depois foi assalariado em Salvador. Ele se considerava sergipano, mas tão apaixonado pela Bahia que se considerava suplente de baiano. Foi galgando posições e tornou-se operário gráfico, que naquele tempo se chamava tipógrafo, depois, sentou praça e foi oficial na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio. Era um momento muito agitado o fim do século, era o problema da escravidão, era a crise geral do regime da escravidão e do regime da Monarquia. Os cadetes da escola estavam identificados com a luta do povo e um dos orgulhos de meu pai, ao lado de ter sido um dos cadetes de Benjamin Constant e participado da Proclamação da República, era o fato de que, quando a sanha colonialista levou a esquadra inglesa a bombardear Valdivia e Valparaíso, no Chile, os cadetes da escola militar enviaram uma mensagem

aos cadetes da escola militar de Santiago do Chile, protestando contra aquele vandalismo e oferecendo-se para lutar com eles lado a lado, ombro a ombro, pela dignidade nacional e pelo respeito aos direitos do povo. Meu pai tinha sido redator do anteprojeto desta mensagem e isso o acompanhou com uma vaidade imensa até o fim de seus dias.

Em casa, nós tínhamos, em nossos serões familiares, o estímulo para não aceitar regimes de reação e lutar por um regime de liberdade, de democracia. Isso me ajudou muito. Eu fui aluno da Escola Militar por circunstâncias muito particulares, mas sobretudo porque, como dizia minha mãe, a carreira do militar era a carreira do pobre. Fui aluno militar no tempo em que o tenentismo (o movimento da pequena burguesia militar contra a ditadura de Bernardes etc.) influenciava profundamente a sociedade e refletia o desejo de liberdade e de mudanças de parcelas enormes de nossa população. Meu período de Escola Militar foi um período de formação política, foi um período de participação na vida política, porque os militares, os chamados tenentes, estavam participando diretamente dos movimentos políticos da época. Nós da Escola Militar participamos também. Era um período de tumulto, um período de transição.

Com essa posição dos tenentes, os problemas de hierarquia e de disciplina foram postos um pouco para escanteio. Seria exagerado falar num exército de transição, mas era um exército bem diferente do exército tradicional. Os atos de indisciplina na oficialidade eram muito frequentes e as sublevações de batalhões e de regimentos também eram constantes.

Depois, veio a Aliança Nacional Libertadora, a nossa frente popular, sobre a qual vamos discutir depois num debate, espero. Com a derrota, veio outra escala de formação política particularmente importante. Fui para Bagé conhecer a terra de minha mãe e de meus irmãos, e voltei para o Rio em 1936, na situação quase privilegiada de hóspede do Estado, hóspede convidado na Casa de Detenção e na Casa de Correção. A repressão foi violenta, nós fomos jogados fora das Forças Armadas, presos etc. Veio então a escola da prisão. Lá eu conheci magníficos companheiros trotskistas: Fred Gikovate, o nosso jornalista do *Refúgio*, o jornalista que trabalhava no jornal de Barreto

Leite e outros companheiros. Havia um conjunto de comunistas e dirigentes comunistas. Ali eu conheci a solidariedade internacional, eu tive a oportunidade de conhecer, o que era privilégio na época, a figura legendária de Olga Benário, a figura de Elisa Berger, ou Elisa Evert, a companheira de Artur Evert, o grande companheiro Rodolfo Ghioldi, a companheira Carmen Ghioldi, e outros mais modestos que eu iria conhecer também em toda a sua grandeza, porque seriam combatentes na França e na Espanha comigo, nas lutas de resistência. Lá eu aprendi o que são as classes, o que é a sociedade, o que é a luta de classes, o que são os partidos políticos, e, ao sair da prisão eu me tornei, e seria durante 30 anos, militante do Partido Comunista, o PCB.

Os equívocos políticos e suas origens

Daí vieram lições que representam uma caravana de erros, pelos quais eu me sinto também inteiramente responsável como militante do Partido. O PCB foi o único partido de esquerda durante 40 anos, de 1922 até 1962. Mas a esquerda tem uma terrível dificuldade em aproximar-se da realidade brasileira, em aproximar-se das coisas reais e sua tendência é dourar a realidade, é substituí-la pelos desejos. Com isso, ela expõe também não somente a superficialidade da sua posição política e da sua responsabilidade diante da sociedade, mas também a superficialidade de sua cultura.

Em 1930, o desenvolvimento capitalista galgava os últimos degraus da revolução democrática burguesa em nosso país. Mas o Partido Comunista nascente, depois sob a influência da Internacional Comunista, considerava que nós éramos um país semicolonial, que a burguesia brasileira não estava presente e o que havia como contradição era o imperialismo inglês contra o imperialismo norte-americano.

Nós temos também, em 1935 e 1936, uma visão errônea da realidade. Não havia o fantasma do fascismo no Brasil, mas ditaduras, governos autoritários, como tínhamos tido nos anos 20 e teríamos depois. Mas não era fascismo. A concepção de que os trabalhadores em geral tinham o mesmo nível de consciência e o mesmo ânimo de

luta que os companheiros que formavam a vanguarda nos levou à precipitação na convocação à luta armada, à insurreição. Essa precipitação se expressa no manifesto de 5 de julho, assinado pelo nosso companheiro Prestes em nome do Partido Comunista, e nos levaria depois aos prematuros levantes militares de novembro de 1935, de grandes efeitos negativos.

De 1945 a 1947, o PCB considerou que havia todas as condições para um desenvolvimento harmonioso do país. A luta de classes era tratada num sentido tranqüilo. Em alguns lugares, se pedia inclusive a eliminação dos partidos comunistas. Tínhamos reorganizado o Partido Comunista depois de 1943. Em 1945, não tínhamos a mínima idéia do que eram as contradições de classes no campo internacional, no campo mais amplo, e não prevíamos a guerra fria que, depois de 1947, novamente transfiguraria a imagem do mundo depois do clareamento bonito da vitória sobre o nazifascismo.

De 1961 a 1964, período que um estudioso como Gorender considera que trazia já em si elementos muito importantes de uma situação revolucionária, nós não víamos isso e perdemos uma oportunidade importante. Como uma visão falsa da realidade, nós não sabíamos que forças econômicas e políticas estavam interessadas em ocupar o poder e jogar fora João Goulart. Fomos surpreendidos e deixamos a classe operária política, ideológica e materialmente desarmada diante do golpe militar de 1964.

É importante destacar que a esquerda nasce e vive cronicamente numa situação de clandestinidade, com pequenos hiatos, pequenos oásis. Devido à intolerância das classes dominantes, a esquerda não é admitida, não é aceita na sociedade, sobretudo na sua vida institucional. Isto vai pesar profundamente, porque a esquerda não vai ter contato com a população, não vai participar dos pleitos eleitorais senão com legendas de empréstimo, não vai ter possibilidade de trabalhar legalmente no sindicalismo, no movimento estudantil, no movimento camponês, no movimento popular em geral. Isso vai dificultar muitíssimo a sua presença na vida política do país.

As possibilidades de frente única em determinados momentos, a esquerda não as utilizou. É o caso do final dos anos 20, na véspera do

movimento militar de 1930. No fundo, foi um movimento popular, pois os tenentes representavam uma força poderosa, mas o Partido teve medo de apoiar os tenentes. Em 1961 e em 1964, havia as forças que eram até certo ponto da oposição, porque previam passos à frente, como Brizola, Arraes, Julião. Mas o Partido Comunista não se apoiou neles, nem chamou a uma frente única.

Seria interessante nós estudarmos dois fatores que estão muito presentes nessa ausência de política de frente. Um desses fatores é a influência anarquista, pois os anarquistas trabalhavam na cidade e não trabalhavam no campo. Outro é a influência da Internacional Comunista, que tinha um receio imenso de qualquer aliança que não fosse antes de tudo apoiada na aliança operária camponesa, e o PCB não tinha força no campo. A aliança com os tenentes era vista com receio porque a Internacional Comunista insistia no exemplo perigosíssimo de Revolução Mexicana, em que os operários se tinham aliado à pequena burguesia e tinham sido vencidos e enganados. Só temos uma exceção muito particular, na segunda metade dos anos 20, com o Bloco Operário-Camponês, que buscava a aliança na luta de todos os operários e dos setores pequeno-burgueses ligados à luta dos trabalhadores. Havia aí a visão de um caminho nacional para o socialismo, em que os companheiros do PCB dos anos 20 previam a aliança dos operários, dos camponeses e da pequena burguesia com a conquista do poder por essa aliança e seu desenvolvimento no sentido do socialismo.

Dificuldades para ligar-se à realidade

O despreparo teórico e político é um aspecto importante na esquerda. A ausência de cultura política e de cultura teórica na esquerda pesa sobre nós e está na origem dessa dívida da esquerda para com o nosso povo. Nós temos muito pouca coisa escrita sobre 1935. Só agora temos coisas substanciais que começam a ser escritas sobre 1935 e sobre 1960. Foi comum o recurso aos centros exteriores de orientação, a cópia de modelos e a perda de autonomia e independência, a perda da visão da necessidade de uma estratégia nacional para a revolução no nosso país.

Dentro do quadro dessas lições, quero lembrar a experiência que se tinha na esquerda do meu tempo, sobretudo nos partidos comunistas,

sobre as relações entre o militante e a organização. Esta era em geral terrivelmente absorvente. Não se admitia a liberdade de pensamento e de contestação, liberdade de idéias e luta de opiniões. Pegando um caso concreto, os companheiros que iriam formar o PCdoB não foram elementos fracionistas dentro do velho partido. Eles marcharam para uma ruptura, eles fizeram uma luta política e ideológica aberta na direção do Partido durante todo o ano de 1959 e princípio de 1960, mostraram inteiramente as suas idéias e suas posições e proclamaram que não ficariam no Partido se ele adotasse uma posição que eles consideravam uma posição reformista. A intolerância dentro da organização em relação a seus militantes é o que marca muito do PCB e continua marcando o PC do Brasil e também novas entidades de esquerda, como aquelas ligadas à IV Internacional. O que se chama de centralismo democrático no fundo é um centralismo de direção burocratizada.

A esquerda tradicional tem um momento de crise geral que faz com que ela se divida e perca contato com a massa trabalhadora em geral, transformando-se numa figura apagada na sociedade. Eu fui dentro do Partido Comunista, durante muito tempo, talvez o militante menos dotado de espírito crítico, mais adaptado a essa situação da palavra definitiva e da verdade eterna em tudo que vem das direções, e não apenas pelo ambiente criado pela organização, mas também por certo conformismo com esse quadro. Depois, eu fui um militante que começava a passar por aquilo que é extremamente criador, extremamente enriquecedor, que é a dúvida. É verdade que eu tive duas ajudas: o XX Congresso do PC da União Soviética, que mostrou os crimes do tempo de Stálin; e a outra ajuda foi o fato que a União Soviética promovia durante um certo tempo cursos de formação política dos militantes, e eu fiz parte de um desses cursos, num grupo de mais de 50 companheiros. Estudei na União Soviética e pude compreender aí um pouco mais da ciência social da classe operária, um pouco mais do que se chama a doutrina marxista. Me ajudou muito também a constância, a solicitude e ao mesmo tempo a férrea severidade da minha companheira Renê. Ela não me deixava mais fechar os olhos para a realidade que eu não queria ver o que era ruim no país do socialismo.

Um outro elemento muito importante é a presença da esquerda dentro da sociedade. A esquerda no Brasil não aparece com identidade própria, como alternativa para a sociedade. Estamos sempre divididos e digladiando entre nós. Quando eu falo da frente popular na Espanha, da frente popular na França, da esquerda em outros países, é um bloco, um sistema de forças com um programa. Os companheiros cubanos nos mostraram como o próprio partido de Blás Roca estava em torno de um programa comum na luta contra Batista.

É interessante comentar também a existência naquela época de certos assuntos que constituíam verdadeiros tabus, temas intocáveis, sagrados. Tocar neles era como um pecado capital, uma heresia. Na busca de cultura e de análise de nossa história, da história do momento operário, dos partidos operários, da luta de classes no nosso país, deveríamos estudar um pouco alguns desses elementos. Eu já focalizei alguns deles para vocês nas nossas reuniões anteriores. A Internacional Comunista era um partido central, sempre exterior, sem olhar as realidades nacionais.

A política externa da União Soviética era tida em si mesma como síntese do internacionalismo proletário, o que levava à desigualdade entre os partidos comunistas em função da importância política de determinadas regiões para essa política externa. É o problema do pacto germânico-soviético e o que teve de justo, como defesa da União Soviética, preparação para resistir à ofensiva à Alemanha nazista, mas ao mesmo tempo a profunda influência que teve desde os seus primórdios sobre a luta de classes em outros países, como a Espanha e como a França, e ao mesmo tempo os acordos de Teerã, Ialta e Potsdam, que fizeram confundir a necessidade da convivência pacífica no momento que havia ameaça de uma guerra nuclear, com a imposição do quase dogma de um caminho pacífico para a revolução no quadro de luta de classes de cada país.

Vivemos tempos novos

Para terminar, devemos ver que não se trata apenas desses lados negativos. A clandestinidade e a recusa de legalidade para as organizações de esquerda e para o movimento operário popular já não existem.

Nós vivemos tempos novos, não estamos mais nem em 30, nem em 50, nem em 60 e nem em 70. Depois de 1979, há um mundo novo no nosso país, a esquerda conquistou o campo da legalidade e o nosso PT foi o primeiro partido legal de esquerda no quadro da nova reforma partidária aberta em 1980. Há mais aproximação com a realidade. Na Constituinte, vários partidos de esquerda apresentaram suas propostas de Constituição, de acordo com a análise da realidade do país. Há a busca de uma frente de esquerda e de ampliação dessa frente de esquerda junto a setores de outros partidos das classes dominantes, o que fizemos na Constituinte, para criar a força social das mudanças.

Há também a busca de coisas novas no movimento socialista mundial, há a visão crítica dos modelos externos e a visão ao mesmo tempo crítica e abrangente, mais acolhedora, com aqueles que são os rebentos novos do sistema socialista que nós acabamos de conhecer aqui, como Cuba e como a Nicarágua. Há tudo isso e há um PT aberto para as coisas novas e para a participação na vida da sociedade. Por isso, eu acho que devemos ter, antes de tudo, no balanço da esquerda, a visão dos elementos que contribuíram para tropeços, incertezas, limitações, erros e êxitos parciais, mas ao mesmo tempo a visão clara da era nova que vivemos hoje e que tudo se conjuga e converge para que nosso PT, ao lado de outras forças de esquerda, de outras forças democráticas e populares, possa abrir um caminho de liberdade. Um regime de democracia apoiado não apenas na participação, mas na participação e na responsabilidade crescente dos trabalhadores organizados e o desdobramento dessa democracia no sentido dessa sociedade nova, do socialismo, que não é somente democracia, é sua forma superior.

JACOB GORENDER

Ouvimos hoje algumas figuras históricas do movimento operário brasileiro, da esquerda brasileira, e com isso se enriqueceu a memória de todos os presentes a respeito do passado da classe operária e dos trabalhadores em nosso país. Vai assim desaparecendo a idéia de que as coisas começam hoje do marco zero. Temos um passado, embora nem sempre com plena consciência das idéias, das experiências, das

derrotas, das tentativas, das frustrações e também das vitórias que pontilham esse passado e marcam o que pensamos e fazemos hoje.

Considero os primeiros anos da década de 60, até o golpe militar, como o ápice da esquerda no Brasil, o maior momento de sua atuação até agora. Vivíamos então o aguçamento das contradições da industrialização capitalista do Brasil, feita com o lastreamento político do populismo. Essas contradições conduziram a uma situação em que foram postos em xeque três elementos fundamentais do regime que existe até hoje.

Primeiro, colocou-se em questão a propriedade. Foram anos de grande ascenso do movimento camponês, das ligas camponesas, criação de sindicatos rurais, inúmeras invasões, centenas de mortos e feridos, enfim, um movimento inusitado e inédito no Brasil. O que se conhecia do movimento camponês em nosso país eram aqueles movimentos messiânicos, tipo Canudos, Contestado, coisas bastante esparsas. Pela primeira vez havia um movimento generalizado e crescente de camponeses e assalariados agrícolas. O direito de propriedade da terra, o monopólio dos latifundiários estava posto em xeque. Segundo, estava posto em xeque também o domínio do imperialismo dos monopólios das multinacionais em vários setores de ponta da economia brasileira, sobretudo com a aprovação de uma lei pelo Congresso que limitava a remessa de lucros a 10% do capital investido no Brasil. Deixar de contar, para remessa de lucros, todo o capital reinvestido seria um golpe profundo no domínio imperialista se tivesse sido aplicado. Finalmente, também estava sendo posto em xeque o poder coercitivo do Estado, porque esse poder era desafiado pelos trabalhadores nas suas manifestações, nas suas greves, nas suas organizações intersindicais proibidas pela lei. Surgiram movimentos de marinheiros e de sargentos das três armas e de várias polícias militares, criando as suas próprias organizações, contra os regulamentos disciplinares, e se manifestando abertamente contra os seus superiores.

O potencial do movimento pelas reformas de base

Nessa situação, aquilo que se chamou de movimento pelas reformas de base tinha virtualidades enormes, podia ser várias coisas. A

análise marxista não predetermina o que vai acontecer. Nós temos uma visão histórica geral em que podemos dizer que depois do capitalismo vem o socialismo, mas não podemos prefigurar quando virá nem que este ou aquele movimento assumirá tal ou qual forma. Só se vence na luta. Como disse Marx: “A história seria muito fácil se nós só entrássemos na luta com 100% de certeza da vitória”. Não é assim. Quando se entra na luta, entra-se para ganhar, mas também se pode perder. O movimento pelas reformas de base tinha virtualidades. Podíamos nos tornar através dele um país capitalista independente, democrático, popular, com grandes conquistas dos trabalhadores, mas também podíamos desembocar num processo de transição em direção ao socialismo.

Nesse movimento, o pré-1964, indiscutivelmente o PCB era o referencial das esquerdas e vivia o seu momento de auge. Não tinha legenda legal, não tinha existência jurídica garantida, mas vivia legalmente de fato. Suas redes eram conhecidas e abertas, ganhava posições estratégicas. Várias federações de ferroviários, estivadores, jornalistas, bancários estavam sob a direção de comunistas, e também confederações, como a dos empregados em estabelecimentos de crédito, presidida pelo saudoso Aluísio Palhano, um dos desaparecidos posteriormente. A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura tinha uma fortíssima influência de comunistas, ao lado de católicos e de trabalhistas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria tinha à sua frente um trabalhista de esquerda, Clodsmith Riani, aliado dos comunistas.

Ao mesmo tempo, nos anos 50 e 60, houve uma diversificação das esquerdas. Até então o PCB tivera quase que o monopólio das idéias de esquerda. Pelo menos na maior parte do Brasil, quem quisesse ir para a esquerda tinha de entrar no PCB. Os trotskistas, por exemplo, existiam quase exclusivamente em São Paulo e no Rio e eram pouco numerosos. Nos anos 50 e 60, vão aparecer outras correntes de esquerda: as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião; o movimento dos católicos de esquerda, a Ação Popular, que depois terá toda uma trajetória em direção ao marxismo; o nacionalismo pequeno-burguês, personificado por Leonel Brizola a partir de sua

gestão no governo do Rio Grande do Sul e, principalmente, de sua atitude na crise política de 1961.

Naquelas circunstâncias, o golpe não estava predeterminado à vitória, os golpistas não estavam vitoriosos no dia 31. O que os levou à vitória foi a inação dos seus adversários, a inação do que chamávamos de mobilização de frente popular, a inação em particular do PCB, por causa daquela linha política pela qual eu pessoalmente tenho não pouca responsabilidade. Esta linha política tinha o lado positivo de inserir os comunistas no movimento das reformas de base e de modernizar a sua concepção com relação ao desenvolvimento do país, até certo ponto.

Mas, por outro lado, semeou duas teses que se revelaram profundamente errôneas: a tese que nós tínhamos no Brasil uma burguesia interessada numa revolução, quando a burguesia já era a classe dominante. Aí não me refiro à antiga burguesia agrária do café, mas à burguesia industrial e seus associados, setores comerciais, de finanças, setores modernos. Essa burguesia já estava plenamente dominante e tinha dado um salto industrializante no governo de Juscelino Kubitschek, em associação com amplas inversões do capital estrangeiro. Essa burguesia e o capital estrangeiro tinham interesse na continuidade da industrialização, não eram regressivas sob este ponto de vista, mas de modo algum poderiam permitir que se desse uma virada de mesa e que a esquerda viesse a tomar o poder, que houvesse uma revolução no Brasil. Nenhuma revolução era necessária a essa burguesia. A segunda tese errônea era de que por um caminho pacífico nós chegaríamos ao socialismo. Caminho pacífico só com o consentimento da burguesia e a burguesia não deu esse consentimento e jamais dará. Essa é a nossa experiência, que nós não podemos jamais esquecer.

As esquerdas depois do golpe

Com o golpe, a esquerda viveu um período extremamente tumultuoso. O choque de idéias e a luta interna dentro do PCB resultaram na sua fragmentação e no nascimento de novas organizações. Numerosos militantes da esquerda, vindos de várias tendências,

engrossaram uma série de siglas que surgiram naquela época e que adotaram posições que não eram, de modo algum, uniformes em torno da luta armada imediata. O PCB que restou, depois de várias cisões, conservou-se fiel à tese de aliança com a burguesia, incorporando-se à oposição burguesa como um dos seus apêndices. Também aqueles que podemos chamar de trotskistas ortodoxos, naquela época militantes do Partido Operário Revolucionário (Trotskista), não aceitaram a luta armada imediata.

Todas as demais correntes e siglas entraram por esse caminho e aí a esquerda sofreu o que eu chamo de uma segunda derrota depois da derrota do golpe de 1964: a luta armada de 1968 a 1974, aproximadamente. A disjuntiva que se apresentou diante de todos nós e que nos arrastou era: ou o pacifismo reboquista do PCB, reformista, desmoralizado, ou a luta armada imediata, o que era na época a violência fora de condições históricas determinantes, a violência como um ato de vontade. Em consequência disso, essa violência era uma violência retardada, fora da época. Vem contra a ditadura já instalada, que já limpou o aparelho do Estado, botou para fora generais, capitães, sargentos e marinheiros, já expurgou os sindicatos, intervindo em centenas deles, já dissolvera as Ligas Camponesas, já cometera inúmeros assassinatos, torturara milhares de pessoas, já semeara o terror. Nessas circunstâncias é que essa esquerda entendeu que podia desafiar esse poder e travar a luta para fazer uma revolução em nosso país.

Essa violência incondicionada foi uma escolha da esquerda brasileira. É preciso assumir a responsabilidade. Não foi uma idéia imposta de fora. Falo aqui me incluindo, porque eu fui um dos fundadores de uma das organizações que tomaram esse caminho, o PCBR. Essa foi uma idéia nossa, que nasceu das nossas contingências. Não devemos aqui responsabilizar ninguém de fora, nenhum país determinado. É evidente que idéias vindas do exterior influenciaram essa opção. Não vivemos isolados, estamos em um mundo em que as idéias se intercambiam com rapidez. É inegável que a influência da Revolução Cubana, empenhada na difusão da teoria do foco, a influência da Revolução Chinesa, com o maoísmo e a teoria da guerra popular prolongada, a influência da Revolução Argelina, a influência da

Guerra do Vietnã, um povo que lutava então bravamente contra a maior potência imperialista do mundo, todas essas influências deram seus impulsos ao que aconteceu no Brasil e também determinaram essa multiplicação de siglas que causa estranheza àqueles que não viveram aqueles momentos. Mas a responsabilidade, eu quero frisar, é nossa, homens da esquerda daquele tempo.

A derrota era inevitável, com a luta travada em condições tremendamente inferiores. Se não houve no Brasil um genocídio nas proporções da Argentina, não é porque nossa classe dominante seja mais benévola ou mais habilidosa. De fato, o número de mortos no Brasil chega a ser insignificante diante do que ocorreu na Argentina, no Uruguai e no Chile. Mas o que aconteceu no Brasil foi apenas uma amostra. A ditadura no Brasil foi pioneira no Cone Sul, veio antes das outras e só adotou o extermínio como tática sistemática a partir de 1971, quando as organizações de esquerda já estavam destroçadas, eram poucos os combatentes que ainda havia para exterminar.

Outro fator que singularizou o Brasil foi o chamado “milagre brasileiro”. A partir de 1968, último ano da luta de massas, começa um período, que vai até 1974, de altos índices de crescimento industrial. Em boa parte de 1973, inclusive, havia pleno emprego no Brasil, coisa rara, os industriais disputavam mão-de-obra uns com os outros. Isso tirou das esquerdas qualquer base de massa e fez com que elas girassem em torno delas próprias. Não havia como repor os combatentes. Pregávamos a luta armada, dizíamos que isso ia derrubar o poder ditatorial e as massas iam por outro caminho. A realidade era outra, era diferente da estagnação estrutural e da impossibilidade de desenvolvimento que a esquerda apontava em análises que não correspondiam à realidade dos fatos. Essa foi então a segunda derrota da esquerda.

A atual correlação de forças

Fazendo uma análise objetiva, passados 21 anos de golpe militar, a burguesia avançou bem mais que os trabalhadores. Seria de estranhar se assim não fosse: ela tem hoje bem mais recursos do que antes de 1964, muitas universidades, é mais rica, tem um poder econômico

muito grande. O Brasil, dentre os países chamados do Terceiro Mundo, é o mais industrializado. Na verdade, ele já está no patamar, pelo menos inferior, dos países ditos desenvolvidos. A burguesia tem também um poder ideológico muito grande, os meios de comunicação de que dispõe hoje são tremendamente poderosos. A burguesia tem equipes de intelectuais para as mais variadas alternativas. Se precisar de uma política recessiva, dura, é só trazer Delfim Netto de volta; é um homem muito competente para isso, não se negará que tecnicamente ele é um homem muito bem-preparado, como o é também Mário Henrique Simonsen e como o são tantos outros economistas formados na escola destes dois professores universitários. Se é necessária uma outra política, estarão aí os “pais” do Plano Cruzado: Lara Rezende, Pêrsio Arida, Conceição Tavares, que até há pouco era da oposição, Celso Furtado, que é um economista respeitado, uma figura que enriqueceu a literatura econômica do Brasil e da América Latina, mas que também pode perfeitamente implementar uma linha econômica da burguesia, como ele fez antes de 1964 com o seu Plano Trienal do governo João Goulart.

Nossa esquerda ainda não se recuperou de todo das duas derrotas que sofreu. Como força política ela apresenta, é claro, aspectos variados que não são os mesmos dos anos da ditadura.

Muitas daquelas siglas já não existem mais. Os dois partidos comunistas que vêm daquela matriz da Internacional, o PCB e o PCdoB, como força atuante, como capacidade de decisão, nem de longe se compararam ao PCB antigo.

O PCB atual teve 0,5% dos votos nas últimas eleições. Os dois não elegeram um único deputado federal na própria legenda isolada, o que elegeram foi a cavalo do PMDB. Ambos são pouco representativos. Ao lado deles, temos um outro partido comunista, onde se agrupam intelectuais, cuja produção eu considero respeitável, digna de ser analisada, mas que do ponto de vista de influência de massas ainda é incipiente.

Também residual é o setor populista da esquerda. O Brizola de hoje é um leão com a juba cortada, não é o Brizola de antes de 1964. Brizola era um grande orador, ainda o é hoje, mas as suas propos-

tas eram muito mais avançadas que as de hoje. Era o Brizola que desapropriou duas companhias norte-americanas no Rio Grande do Sul, que obrigou os americanos, no Congresso, a votarem uma lei determinando que fosse cortada a ajuda aos países que desapropriassem empresas sem indenização considerada justa. Hoje, o que propõe Brizola? O leite das criancinhas, esta é sua palavra de ordem mais comovente. Esse setor populista ainda sobrevive, pode talvez até crescer, mas, em comparação ao que foi o seu passado, é um resíduo.

Os trotskistas, companheiros dos quais hoje eu tenho uma visão que não tinha na época da minha formação stalinista, estão divididos em vários agrupamentos. Louvo neles a fidelidade à tradição marxista, mas, com toda franqueza, desejaria que eles se reciclassem com mais rapidez para que pudessem transformar essa sua fidelidade à tradição marxista em ligação com as grandes massas trabalhadoras de uma forma mais efetiva, mais constante, mais profunda. Também os católicos são elementos indispensáveis da esquerda brasileira. Já o eram antes de 1964 e durante o período da ditadura militar. Agora, neste seminário, tivemos a palavra esclarecedora do Frei Leonardo Boff, um representante internacional da Teologia da Libertação. Pela sua presença, os católicos não precisarão, no futuro socialista do Brasil, pedir licença para se sentar à mesa. Ela já lhes pertence, e nós não podemos ter qualquer restrição a isso. Se eles estão de certo modo se reciclando, cabe a nós também nos reciclarmos com relação a eles, com relação à religião, com relação às crenças do nosso povo. Católicos, protestantes, umbandistas e pessoas de outras confissões cabem perfeitamente no movimento pelo socialismo, num futuro poder socialista.

Termino esta minha enumeração com o partido que promove este seminário, o PT, que teve a gentileza de me convidar, o que muitíssimo me honra. O PT é um partido excepcional no sentido de que ele é singular. Eu não tenho conhecimento histórico sobre movimento operário da América Latina para dizer que o PT seja caso único. Talvez o companheiro Marco Aurélio, que é um estudioso destes problemas, possa esclarecer este aspecto. Mas creio que no caso brasileiro ele é absolutamente excepcional porque é um partido

que surge dos próprios operários, da liderança sindical autêntica na região mais desenvolvida do país. Ele não pede licença para acontecer e vai por si mesmo ganhando o seu espaço. Era de temer, quando surgiu o PT, que dentro dele se desenvolvesse uma tendência antiintelectualista. Felizmente, isso não aconteceu. Hoje, como militante e como simpatizante do PT, está uma parte da melhor intelectualidade brasileira. Devo dizer aqui, como experiência, que, em matéria de antiintelectualismo, quem tem autocrítica a fazer é o PCB. No tempo em que militei, a alta direção do PCB inibia os seus quadros intelectuais, reprimiu o pensamento marxista durante 40 anos.

O que conforta e anima no PT é que, sem pretender ser dono da verdade, ele marcha para a frente, ele tem uma definição do socialismo que não está completa, nem pode estar, tem uma visão tática que nem sempre é a mais acertada, e é um partido sobretudo solidamente enraizado na massa trabalhadora. Não vai ser o único da esquerda, porque a idéia do partido único já acabou felizmente. Não vamos esperar que surja este partido perfeito e que seja o único a comandar a revolução. Como já temos os exemplos de Cuba, da Nicarágua, de El Salvador e vários países africanos, e também na Ásia, onde frentes de partidos realizam hoje as revoluções. Isso provavelmente é o que vai acontecer no Brasil e dentro desta frente, sem dúvida, o PT vai ter o papel mais importante, o papel referencial. Aqueles que pensam como marxistas, como é o meu caso, vamos nos esforçar modestamente, pelo nosso trabalho, pelo que fazemos e pelo que produzimos como intelectuais, para demonstrar que o marxismo é de fato aquela ideologia, aquela teoria que melhor permite à classe operária conhecer-se, autoconhecer-se, conhecer a sociedade da qual faz parte e se tornar uma força transformadora dessa sociedade.

Dificuldades da esquerda hoje

Queria terminar apontando o que eu considero alguns pontos fracos na política de esquerda, sem citar esta ou aquela força, mas no geral. Neste momento, a esquerda deve dar, na minha opinião, atenção especial ao fator nacional. Não há dúvida de que o nosso objetivo é o socialismo, nós não somos nacionalistas. Mas somos um país de

capitalismo recente, somos um país de áreas extremamente atrasadas, de grandes contradições, e não podemos permitir que bandeiras de defesa e de interesses nacionais fiquem com políticos burgueses, com políticos do PMDB, porque isso tem uma força atrativa muito grande sobre as massas, e nós não podemos desconhecer este fator nacional. Não vamos ter uma luta pelo socialismo sem impurezas, nunca existiu uma luta pura pelo socialismo.

Outro problema é a questão das camadas médias, em primeiro lugar, os camponeses. As estatísticas mais recentes mostram que o número de camponeses do Brasil está aumentando, embora em termos relativos o campesinato diminua em relação à população geral. O número de camponeses em absoluto aumenta, aumenta o número de pequenos proprietários, micro-minifundiários com até 10 ou 20 hectares, o número de parceiros e o número de arrendatários. Nessas condições, nós devemos confessar uma coisa: a nossa luta pela reforma agrária agora reincidiu nos erros do pré-1964. Conseguimos mobilizar os sem-terra, mas novamente não conseguimos ao menos acalmar os pequenos proprietários. Eles ficaram de novo assustados, talvez pela nossa retórica, porque nós não dissemos a eles que não vamos tomar as suas propriedades, ao contrário, nós vamos defender essas propriedades, porque eles são ameaçados é pelos grandes proprietários que os enxotam da terra, que os esmagam com a usura, com o crédito do Banco do Brasil, e assim por diante. Nós não temos uma política definitiva para esses minifundiários que se assustam quando vêem os movimentos pela ocupação da terra. Resultado é que esses quatro ou cinco milhões de pequenos proprietários, de parceiros, se tornam massa de manobra dos Ronaldo Caiado, dos Flavio Telles de Menezes e dos outros líderes dos latifundiários. Eles enchem os ônibus que vão a Brasília lutar, clamar contra a reforma agrária, isso hoje, e amanhã fornecerão soldados para nos esmagar. Esse é um ponto fraco de nossa política. A nossa luta para uma reforma agrária é justíssima. Mas deve ser acompanhada, na minha opinião, por uma política muito clara em relação a esses pequenos proprietários, pequenos donos de economias agrícolas familiares, proprietários, parceiros ou sob outra forma.

Em relação às camadas médias urbanas, nós não podemos definir o nosso tipo de socialismo pela experiência internacional. O socialismo não precisa nacionalizar quitandas, pequenas oficinas ou barbearias. Só nesses dois anos de recuperação econômica, 1985 e 1986, surgiram 1 milhão de microempresas no Brasil. O que vamos fazer com elas? Botar para fora os empresários? São trabalhadores também, até mais do que são os seus empregados, porque estão criados de crédito, começam a trabalhar de madrugada, e assim por diante. Botar um burocrata no lugar desses pequenos empresários? Vai ser muito pior. Vamos garantir-lhes que o nosso regime, que nós pretendemos conquistar, não os ameça em absoluto, que eles vão continuar à frente de suas empresas e, com o nosso apoio, eles não estarão ameaçados pelos juros extorsivos, pela usura, pela falta de matéria-prima e por outras artimanhas do poder burguês.

Por fim, companheiros, tenho ouvido dizer, até por jornalistas que costumam ser muito bem-informados, que estamos num pré-1964 de novo. Não vejo isso, não vejo nada de semelhante. Da parte da esquerda, não há ameaça de nada que se compare àquilo que houve em 1964, não há movimento de sargentos, não há movimento de marinheiros, nada disso. O que há é um governo falido, o que há é uma situação de inflação galopante. Nessas circunstâncias, na contingência de ter que aplicar uma política recessiva determinada pelo FMI e pela recessão mundial que está se aproximando, uma política recessiva que esmague as massas, nestas circunstâncias, não é de descartar idéias golpistas, não é de descartar um novo governo ditatorial em nosso país. Se vier um golpe militar de fanáticos da direita, instigados pelos setores direitistas dos Estados Unidos e pela direita burguesa no Brasil, nós vamos enfrentar esse golpe já com a experiência adquirida do que fizemos depois do golpe de 1964, não repetindo aqueles erros. Enfrentaremos os golpistas junto com uma frente unida de todas as esquerdas, como representantes dos interesses legítimos das massas. E termino com esta questão que eu considero crucial: forças como o PT, que têm mais influência, que estão mais arraigadas nas massas, que estão crescendo, devem ser justamente as forças que liderem a tendência para a unidade das esquerdas como

um bloco que se oporá a qualquer aventura da burguesia e do imperialismo em nosso país.

DAVID CAPISTRANO FILHO

Apesar de todo o respeito que devo à memória de meu pai, que dedicou a vida e a morte à luta revolucionária no PCB, nós temos que, sem nenhuma espécie de reverência, dizer o seguinte: acabou. PCB, PCdoB, a experiência de organização e de atividade política inspirada na experiência da III Internacional “acabou”, é hoje uma expressão residual, não tem mais a menor importância quando se fala de esquerda, de movimento de massa, de unidade de esquerda. Quando a gente fala dos problemas da esquerda do Brasil hoje, temos que pensar nos problemas da organização política que é a herdeira de um conjunto muito variado, muito vasto, muito amplo de experiências e de lutas populares dos trabalhadores de várias inspirações ideológicas, que é o PT. Até porque as outras correntes que se possa, com muita generosidade, chamar de esquerda no país não têm claramente um projeto partidário que permita uma articulação em termos de militância. É o caso da corrente pedetista, brizolista. Embora Brizola tenha prestígio, vai demonstrar isso nas futuras eleições presidenciais, não é uma corrente estruturada com a qual nós devemos nos medir, competir na disputa das entidades de massa e da influência política e ideológica no país. Muito menos essas coisinhas tipo partido socialista, essa coisa chamada esquerda do PMDB. A organização depositária da possibilidade de desenvolvimento e fortalecimento do movimento revolucionário, do movimento da classe trabalhadora, do movimento pelo socialismo no nosso país é o Partido dos Trabalhadores, as forças, as correntes e os militantes que estão reunidos no Partido dos Trabalhadores. Existe enorme desafio à frente do PT para que ele se converta efetivamente no organismo capaz de impulsionar e de dar uma consequência positiva, um final feliz à luta que todos nós desejamos vitoriosa pela transformação revolucionária de nossa sociedade.

Uma coisa importante que não pode faltar no projeto e no desenvolvimento do PT é a consciência do tamanho do desafio que nós temos que enfrentar, do tipo de sociedade em que nós vivemos, a reinterpretação daquele verso ufanista, “criança, não verás nenhum país como este”. Um país onde nós trabalhadores, os de baixo, o povo, nunca conhecemos o sabor de uma vitória plena. Nunca houve neste país um dia da caça, nunca. Todos os processos que em outros países levaram a afirmações vitoriosas de movimentos populares, de movimento de natureza revolucionária, de natureza rebelde, de cunho popular, aqui foram resolvidos por cima. Foi assim com a Independência, foi assim com o fim da escravidão, foi assim com a República, foi assim com todo o processo de industrialização, de urbanização, de modernização vivida pelo país. Nós temos uma tradição negativa, uma carga pesada para revirar e para derrotar neste país, uma elite competente, classes dominantes competentes, que foram capazes de dirigir um processo rigoroso de transformação econômica do país, de industrialização, de urbanização, de criação de uma infraestrutura de transporte e comunicação. Classes dominantes extremamente ferozes, que jamais hesitaram diante do uso de toda a sorte de meios para conservar a continuidade de seu poder e de sua dominação.

Não podemos jamais nos esquecer disso e incorrer em qualquer consideração a respeito de supostas facilidades que possamos enfrentar na nossa luta atual e no futuro. Nós vivemos num país, só para citar um pequeno exemplo, onde as classes dominantes foram capazes de adiar durante 60 anos uma medida que, do ponto de vista da economia, estava madura, como foi a abolição da escravidão, por conveniência política. Uma elite dominante que foi capaz, para manter a estrutura de poder, a estrutura social e o latifúndio no Nordeste, de impedir que o processo de industrialização do Sul do país se fizesse com a mão-de-obra, com o braço do trabalhador do Nordeste, e patrocinou para isso a importação de mão-de-obra da Itália, da Espanha e de tantos outros países.

Nós temos uma tradição e uma carga de ferocidade, de autoritarismo de um Estado que pode se orgulhar de uma história contínua, durante séculos, que nós nunca conseguimos derrotar, nunca con-

seguimos pôr abaixo. E evidentemente temos pela frente toda a herança desses anos de ditadura. São enormes desafios, enormes tarefas para que a classe trabalhadora possa se apresentar como classe dirigente nacional, capaz de oferecer um rumo para este país. E ela é a única que pode se oferecer como classe dirigente nacional. Mais que nunca é necessário que nós nos preparemos para isso, ajudemos, lutemos nesta direção. Para essa tarefa de qualificar a classe trabalhadora como classe dirigente nacional, nós temos de desenvolver plenamente a extrema originalidade do Partido dos Trabalhadores, originalidade que, aliás, radica principalmente em ter, mais uma vez, desafiado certos dogmas.

Um dos dogmas da concepção leninista, por exemplo, é uma idéia que posso chamar até de iluminista, a idéia de que temos que partir de um núcleo central, de um programa definido. É por isso que a esquerda disputa em torno de questões que para o comum dos mortais parecem bizantinas, parecem quinquilharias. Uma palavra diferente num programa é motivo de uma cisão, é motivo de racha. Isso tem lógica dentro da concepção leninista do partido, quando o partido se constrói de cima para baixo, se constrói como núcleo de intelectuais revolucionários profissionais que vão iluminar e conduzir as massas e vão transformar suas idéias em força através da adesão das massas trabalhadoras. O processo do PT é um processo difícil, tumultuoso, novo, porque é de cabeça para baixo, é a partir da luta, da experiência, a partir do enraizamento no mundo do trabalho que vai se construindo esse instrumento de luta e esse instrumento de libertação. Mesmo sendo este processo invertido, novo, original, é necessário evidentemente que conquistemos pontes em direção ao mundo do saber, ao mundo da intelectualidade, em direção às camadas de onde não nasceu primeiramente o Partido dos Trabalhadores, mas sem as quais não conseguirá a classe trabalhadora se afirmar como classe dirigente nacional. Até porque a própria classe trabalhadora, como fruto de todo um processo de revolução técnica e científica, não vai mais sendo composta apenas do tradicional proletariado industrial, vai comportando em seu interior novas camadas que podemos classificar, de certa forma, de trabalhadores intelectuais.

Temos esses desafios pela frente a partir de nossa limpidez, a partir de nossa transparência, a partir do nosso radicalismo no sentido bastante saudável e necessário de ir às raízes. Vamos superar elementos que temos ainda em nossa prática, de sectarismo, de intolerância, e construiremos um partido com essas pontes para o mundo do saber, com essas pontes para as camadas médias, com a condição de intérprete de uma vocação e de uma capacidade dirigente nacional da classe operária e dos trabalhadores, um partido que apresente a todos os lutadores a sua imagem de um partido que ele de fato é e precisa perseverar nesta direção, ideologicamente pluralista e generoso com todos que se situem no terreno da luta, aceitando a unidade de ação com todos que queiram brigar, com todos que estejam conscientes da necessidade de uma luta feroz, de uma luta tenaz, de uma luta difícil para derrubar essa elite brasileira, esta classe dominante brasileira e construir um país diferente, um Brasil socialista.

MARCO AURÉLIO GARCIA

Não quero tratar do período de 1961 a 1964, porque Gorender já o fez no seu livro e eu mantenho o meu acordo de base com as colocações que ele faz ali. Acredito que o período de 1961 a 1964 foi o ápice de uma determinada esquerda no Brasil. Um outro período que é igualmente importante de ser estudado, e que, ao meu juízo, é mais relevante que 1961 a 1964, é o período que se abre na metade dos anos 70. Acho que ele coloca questões absolutamente novas para a esquerda brasileira.

Uma das características da ditadura militar que se instaurou em 1964, e que operou uma prolongada transformação no país pela via contra-revolucionária, foi a de ter infligido sucessivamente uma série de derrotas profundas, eu diria que definitivas, àquelas forças que de alguma maneira reivindicavam ou tratavam com maior ou menor generosidade os interesses dos trabalhadores. O principal derrotado é o populismo e o segundo derrotado, sem dúvida nenhuma, é o Partido Comunista, ou os partidos comunistas que se construíram a partir daquele paradigma da III Internacional. O terceiro derrotado

foram as esquerdas chamadas revolucionárias, que tratavam de forma imprecisa e canhestra, ainda que generosa e corajosa, de reverter uma situação que já estava irremediavelmente configurada de vitória da contra-revolução. É interessante que, com a derrota dessas três correntes, o populismo, a esquerda tradicional e a esquerda revolucionária, a burguesia, de uma certa maneira, eliminou todos aqueles canais, além dos canais institucionais que ela já havia destruído na sua reforma institucional, ela eliminou também todos aqueles canais através dos quais o movimento popular se expressava, e assim criou a possibilidade de que o movimento popular viesse a se organizar de forma diferente.

O novo sindicalismo, o movimento das comunidades de base, os movimentos de cristãos engajados na luta revolucionária são algumas das correntes que apareciam. Houve nesse período a possibilidade que esses setores sociais, no interior dos quais se destaca sem dúvida nenhuma o movimento operário sindical, viessem a criar uma força irresistível, reivindicando como tema central da sua intervenção aquilo que me parece fundamental para qualquer processo de transformação revolucionária da sociedade, isto é, viessem a reivindicar a autonomia operária e a autonomia dos movimentos sociais. Acho que este é um dado essencial e é um dado que vai encontrar a sua expressão fundamental no surgimento de fenômenos do tipo de sindicalismo como se constituiu no ABC ou de outros fenômenos de sindicalismo, de oposições sindicais, no campo e nas cidades, que, com maior ou menor intensidade, apareceram e continuaram se desdobrando até hoje.

Essa me parece uma aquisição nova da esquerda, quer dizer, o fato de que a autonomia dos movimentos operários, a autonomia do movimento dos trabalhadores tivesse se afirmado com tanta força e criasse novas referências para a esquerda no Brasil. O segundo tema que me parece fundamental, e que também vai emergir a partir da metade dos anos 70, é o tema da democracia e da sua relação com o socialismo. Foi preciso que nós sofrêssemos uma brutal restrição nas nossas liberdades democráticas para que nós aprendêssemos o valor da democracia. Foi preciso que nós sofrêssemos todo o tipo de

constrangimento, de repressão policial e militar para que nós entendêssemos como era importante a liberdade e a autonomia sindical, as eleições sindicais livres, o *habeas corpus* e uma série de outros elementos. Mais do que isso, no centro dessa reflexão democrática, eu acho que foi extremamente revelador que surgissem pela primeira vez expressões mais concretas, não puramente doutrinárias, no interior mesmo do movimento sindical, de democracia operária.

Eu me referi aqui à grande importância que eu atribuo às comissões de fábrica, aos grupos de fábrica, a todos aqueles setores que, nos seus locais de trabalho, começaram a compreender a realidade do capitalismo, menos pela teoria que iluminados procuravam colocar-lhes na cabeça, e mais pela vivência concreta de exploração capitalista nas suas condições de trabalho, na fábrica, no campo, pela tirania da disciplina que o capitalismo impõe nos locais de trabalho, enfim, pelo fato de o capitalismo haver transformado o trabalho numa forma suprema de escravidão e não numa forma de libertação e de criação humana.

Junto com a emergência de um novo conceito de democracia e socialismo, é importante dizer também que os anos 70 foram anos muito reveladores também do ponto de vista das experiências internacionais. Nos anos 60 e 70, ficaram mais claros diversos aspectos do chamado socialismo real, foram os anos em que nós assistimos seu poder esmagar experiências importantes na Tchecoslováquia, na Polônia. Foi o ano em que nós vimos serem liquidadas concretamente uma série de esperanças que o movimento socialista havia criado. Isso, sem dúvida, seria fundamental para que os trabalhadores, para que os intelectuais engajados na causa dos trabalhadores tivessem condições de repensar o tema da esquerda, de repensar os problemas da esquerda. E o terceiro elemento está relacionado com a própria concepção da revolução, de socialismo e de partido.

Valeria a pena destacar aqui a questão do partido. Eu o faço, de maneira muito sincera e muito clara, em forma polêmica com várias das afirmações feitas sobretudo pelo companheiro Prestes, e lamento que ele não esteja aqui para que pudéssemos travar um debate nesta direção. Escutando suas palavras, ficou a impressão de que o

problema da revolução era um problema puramente de natureza intelectual. Isso me surpreendeu duplamente. Várias das questões que para ele pareciam tão importantes, como a compreensão de que o Brasil era um país capitalista, ou a compreensão de que o socialismo estava colocado na ordem do dia, vinham sendo levantadas no Brasil de longa data. Aqui está o companheiro Fúlvio Abramo que seguramente, nos anos 30, afirmava, com maior ou menor precisão, justamente esta tese; aqui estão os companheiros Apolônio, Jacob Gorender, que anos depois colocaram teses também muito próximas, ainda que com pontos de partida diferentes; e aqui há também a oportunidade de invocar um dos mais brilhantes intelectuais que este país já produziu, o historiador Caio Prado Júnior, que foi toda sua vida um marginal no interior do Partido Comunista, suas teses foram sistematicamente desconhecidas e consideradas como elucubrações de um homem dedicado exclusivamente a reflexões.

Não se trata de maneira nenhuma de um problema intelectual. Havia dados no pensamento socialista, inclusive no socialismo brasileiro, que permitiriam ter outra visão da sociedade brasileira e uma outra visão do processo revolucionário. Achar que o problema é intelectual é pensar que o motor da história é a teoria. O motor da história não é a teoria, por mais que a teoria possa ajudar. Essa é uma idéia das muitas que foram derrotadas nos anos 70, quando veio paulatinamente se afirmando uma direção contrária, qual seja, de que o partido, a idéia de transformação social e a revolução não resultam de uma clarividência teórica. Essa clarividência teórica é importante, mas ela será resultado fundamentalmente da ação das classes trabalhadoras, daqueles que são efetivamente os mais penalizados, mas que detêm concretamente as possibilidades de transformação social, de reorganização econômica, social e política da sociedade.

Esta visão de que nós vivemos em um novo período e que as novas questões intelectuais da revolução e da mudança social neste país, da mudança social e política não foram muito colocadas pela teoria, porém mais colocadas pela ação dos trabalhadores, poderá até ser projetada no passado do movimento operário. Pelo que eu tenho estudado, acredito que, pelo menos na sua origem, tanto o Partido

Comunista cubano como o Partido Comunista chileno surgiram de dinâmicas sociais de baixo para cima. Poderíamos até pensar em que medida o próprio surgimento da social-democracia alemã também não é esta constituição de um movimento de baixo para cima. A questão que se nos coloca é saber por que eles perderam a sua virtualidade revolucionária, por que eles perderam a sua capacidade. Eu acho que aí está vinculada uma questão importante: saber em que medida efetivamente esses movimentos preservaram a centralidade das classes trabalhadoras ou se pretenderam tutelar as classes trabalhadoras com determinadas teorias. Um dos momentos mais emocionantes da minha vida como militante foi justamente quando, depois daquelas longas reuniões de preparação do movimento pró-Partido dos Trabalhadores, chegamos finalmente à constituição do PT. Quando se ofereceu, com muita justiça e com muito justeza, a Mário Pedrosa a ficha nº 1 do Partido dos Trabalhadores, ele disse que “... ao chegar à porta do PT, ele se despojava de toda a sua herança de preconceitos ideológicos e políticos e cedia à grande evidência de que finalmente os trabalhadores haviam tomado em suas mãos a tarefa da constituição do socialismo”.

Tenho a impressão de que os anos que nós temos de militância partidária revelam que, com muitos erros, com muitas insuficiências, essa missão de construção de uma alternativa de “baixo para cima”, de uma alternativa de dar mais peso à dinâmica social e que faça com que os problemas teóricos sejam colocados a partir dela, vem se afirmando. Temos uma responsabilidade histórica muito grande. Se o PT e o seu projeto fracassarem, os principais responsáveis seremos nós.

PAULO VANNUCHI

É com certo constrangimento que eu me vejo aqui sem merecer, sentado numa mesa com tanta história e também com muita emoção, com o papel de falar um pouco de um período curto e extremamente denso dessa história da esquerda que é o período da luta armada. Quero trazer o testemunho de uma geração quase toda

saída do movimento estudantil, na faixa de 20 anos, que se sentiu convocada. Isso tem muito a ver com a história anterior da esquerda, tem muito a ver com a derrota de 1964, com os rumos seguidos pelas forças revolucionárias naquele período imediatamente anterior de 1964. Minha geração se sentiu convocada a acompanhar dirigentes heróicos desse movimento revolucionário. Preciso lembrar pelo menos alguns nomes: Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Juarez de Brito, e era necessário entender muito isso para não fazer injustiça, lembrar o nome de Pedro Pomar e outros.

Uma geração que se lançou a uma luta armada com muita força, uma luta coberta de legitimidade. Legitimidade é um entendimento, um conceito de direito e de ética. Foi uma luta armada coberta de razões. A razão da repressão de uma ditadura que quebrou a legalidade anterior, desrespeitou as regras democráticas anteriores, uma ditadura que implantava uma política de arrocho que até hoje não teve interrupção, uma ditadura que reprimia. Faltou para essa luta armada uma razão básica, a razão de uma justa análise de correlação de forças naquela conjuntura. Uma análise correta do grau de consciência, organização, mobilização da classe trabalhadora do período.

Todas as experiências revolucionárias sempre souberam incorporar com muita força as lições dos erros anteriores. A Revolução Russa de 1917 não seria vitoriosa sem os erros da Comuna de Paris. Todas as vitórias revolucionárias seguintes souberam partir dessas experiências. A luta armada de 1968 e 1974 acabou derrotada pelos erros cometidos na forma de compreender a relação da vanguarda revolucionária, dos militantes com a própria classe trabalhadora, além de uma série de outros erros secundários.

Nossa geração teve na cadeia um período muito importante de experiência, de escola. Foi um grupo muito amplo que veio para a prisão, com um grau de formação política muito incipiente, uma memória histórica muito limitada sobre o acúmulo que havia no Brasil e em outros países mais experientes. Na cadeia, um pequeno grupo rapidamente modificou suas opiniões, muitas vezes da câmara de tortura saíram para a televisão para rejeitar e condenar os seus

companheiros de véspera. Um outro contingente mais expressivo não chegou a isso, mas negociou a libertação ou tolerou o período de cárcere e hoje não têm engajamento. Às vezes, temos notícias de alguns militantes ocupando secretarias de Quêrcia, secretarias de Briozola ou sendo co-autores do Plano Cruzado.

Porém, o mais significativo do ponto de vista histórico é o contingente das várias organizações que estavam ali reunidas, ALN, VPR, PCBR, Ala Vermelha, o PRT. Essas vivências ecumênicas levavam a encontrar o fantasma do trotskismo em trotskistas reais, companheiros sérios, capazes de resistir à tortura e defender suas posições. Ou encontrar outros fantasmas, como, por exemplo, o Diógenes Arruda, que encarnava para nós a figura de Stálin brasileiro, e poder entender as pessoas nas suas contradições de seres humanos que têm contribuições e que têm defeitos. Isto nos convida a pensar muito nesta idéia da revolução como síntese, como soma, como correção e superação daquilo que vai sendo derrotado, filtrado pela história, e como fortalecimento, reforço daquilo que aparece como positivo, como capaz de contribuir e enriquecer. Desse contingente da cadeia, que passou por essa lição, um setor muito expressivo saiu preocupado exatamente em desenvolver algumas linhas de trabalho, e o PT incorpora como ninguém a preocupação de buscar uma síntese entre aquilo que foi a derrota de 1964, uma política de conciliação com a burguesia, uma política de reboquismo, desarmar a classe trabalhadora, de não propor uma política de independência e de autonomia frente ao Estado, frente à burguesia, mas também negar o que foi a antítese disso, o perigo de uma luta armada distanciada da classe trabalhadora.

Até muito recentemente, havia no PT o equívoco de considerar toda a tradição comunista no Brasil, toda a tradição marxista, como algo que só tinha causado prejuízo. É preciso romper com isso e reavaliar este período como algumas heranças a que devemos renunciar, e com outras heranças que devemos empunhar com muito orgulho.

Para concluir, devemos prestar bastante atenção numa formulação que Lula fez aqui. A trajetória de Lula é de sempre escolher alguns momentos para anunciar formulações importantes. Alguns

de nós sempre perguntávamos: “Lula se afirma socialista?” E na convocação da primeira Convenção do PT em Brasília ele vai ler aquele documento de que queremos o socialismo e que socialismo sem burguesia é um socialismo com meios de produção na mão da classe trabalhadora. Hoje, eu tenho a impressão de que Lula aproveitou um momento para fazer em plenos pulmões uma declaração importante nessa trajetória, a afirmação de que o PT é um partido revolucionário. A partir disso, não devemos ter mais nenhuma inibição, no combate que o PT sofre, de fora e de dentro, da parte dos outros partidos que também atuam no PT, que sempre defendem essa condição de dupla militância dizendo que o Partido não é revolucionário. Ser revolucionário não é afirmar e professar o dogma, é estar desenvolvendo uma prática junto à classe trabalhadora que, concretamente, a cada dia, contribui mais em direção a essas transformações revolucionárias.

WLADIMIR POMAR

A benevolência da mesa acabou me colocando aqui, embora não estivesse prevista minha participação neste painel.

Feliz é o povo que pode aprender com os próprios erros e as próprias derrotas. Podemos dizer que o povo brasileiro tem tido poucas oportunidades para isto. A classe dominante do Brasil, de longa data, tem impedido que o povo brasileiro tenha memória. Por isso, eu acho que nós vivemos um momento muito importante da vida do povo brasileiro e é uma tarefa de todos aqueles que lutam pelo socialismo recuperar a experiência histórica de nosso povo e também dos demais povos do mundo inteiro. Nós não podemos deixar passar este momento de recuperação, porque isso é fundamental para que nós definamos melhor as nossas políticas, os nossos projetos, as nossas perspectivas.

Sem nossa própria experiência histórica, dificilmente nós podemos ter clareza do nosso caminho futuro. Para isso, devemos, em primeiro lugar, nos despir de todos os preconceitos. É preciso que sejamos intrinsecamente democráticos, que façamos um debate real-

mente aberto, franco, no nível que este seminário soube mostrar que é possível, com divergências às vezes profundas, mas no entendimento de que a verdade só pode ser demonstrada através da própria experiência prática, através da própria luta. Não é o debate teórico em si que vai mostrar a razão de um ou de outro lado, mas toda a nossa experiência mostra que sem isso, sem esse debate democrático, franco, aberto, é impossível aprender com os próprios erros. A verdade também só pode ser resultado de inúmeros erros. Não é possível jogar de lado as experiências negativas, não é possível desprezá-las. Por isso é que eu e outros companheiros dessas gerações anteriores, apesar de termos cometido inúmeros erros e os reconhecermos aqui publicamente, continuamos com uma enorme esperança de encontrar o acerto, de encontrar a verdade e de encontrar o futuro. É a lição que nos deu o Benê no primeiro dia: depois de uma enorme trajetória de erros, desacertos e derrotas, ele, com 78 anos de idade, continua com uma fé imensa no futuro. Foi a mesma coisa que nos deu Apolônio, foi a mesma coisa que nos deu Gorender e todos os outros companheiros que participaram nos diversos painéis. O fruto geral deste seminário será isso, essa perseverança, esse espírito democrático, essa vontade de acertar sem desprezar os erros e sem desprezar aqueles que erraram. É o espírito que tem nos norteados aqui no Instituto Cajamar e eu penso que também é o espírito que o PT trouxe de novo para o povo, para a classe trabalhadora brasileira. Diante de uma esquerda completamente derrotada, o PT abriu um caminho novo, inclusive para que nós, dessa geração que foi derrotada, retomássemos de novo a luta e retomássemos a confiança no futuro.



Anexos

Mapas e indicadores dos países



URSS

Área: 22.402.200 km².

População: 278.719.000 de habitantes (estimativa para 1986).

Nome oficial: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Capital: Moscou.

Forma de governo: República socialista.

Poder legislativo: Soviete Supremo (bicameral), composto pelo Conselho da União e pelo Conselho das Nacionalidades, cada um com 750 membros eleitos diretamente por sufrágio universal. Entre as reuniões do Soviete Supremo, pouco frequentes, o poder é exercido pelo Presidium, composto por 39 membros.

Composição étnica: Há mais de cem nacionalidades e grupos étnicos diferentes. Os mais numerosos são os russos (137 milhões), ucranianos (42 milhões), bielorrussos (12 milhões) e uzbecos (12 milhões).

Distribuição demográfica: 64,8% de população urbana.

Renda per capita: US\$ 7.400 (1985).

Economia: 51% do PNB vêm da indústria; 15%, da agricultura e pecuária; 10%, da construção; 6%, dos transportes e comunicações; e 18%, da distribuição e abastecimento.



China

Área: 9.571.300 km².

População: 1.046.390.000 de habitantes (estimativa para 1985).

Nome oficial: República Popular da China.

Capital: Pequim.

Forma de governo: República popular.

Poder legislativo: Congresso Nacional Popular, unicameral, com 2.978 membros eleitos por cinco anos pelas províncias, regiões autônomas, municípios sob administração do governo central e pelo Exército Popular de Libertação. O Congresso elege um comitê de 133 membros que funciona como seu órgão permanente.

Composição étnica: 94% são chineses de nacionalidade han. Há mais de 50 minorias nacionais.

Distribuição demográfica: 23,4% de população urbana.

Renda per capita: US\$ 330 (1985)

Economia: 45% do Produto Material Bruto vêm da agricultura; 42%, da indústria; 4,6%, do comércio; 4%, do transporte; e 4%, da construção.



Cuba

Área: 110.860 km².

População: 10.246.000 de habitantes (estimativa para 1986).

Nome oficial: República de Cuba.

Capital: Havana.

Forma de governo: República socialista

Poder legislativo: Assembléia Nacional do Poder Popular, com 500 membros eleitos pelas assembléias municipais para um período de cinco anos.

Composição étnica: 73% da população são de origem européia, principalmente espanhola; 15% são mulatos e 12%, negros. Há 30 mil habitantes de origem oriental, principalmente chinesa.

Distribuição demográfica: 69% de população urbana.

Renda per capita: US\$ 1.534 (estimativa para 1982).

Economia: 45% do Produto Social Global vêm da indústria; 13%, da agricultura; 9%, da construção; 24%, do comércio; e 8%, dos transportes e comunicações.



Nicarágua

Área: 120.254 km².

População: 3.058.000 de habitantes (estimativa para 1983)

Nome oficial: República da Nicarágua.

Capital: Manágua.

Forma de governo: República.

Poder legislativo: a Assembléia Nacional Constituinte de 96 membros, eleitos por sufrágio universal em novembro de 1984, transformou-se em Congresso unicameral após a aprovação da Constituição.

Composição étnica: 69% da população são de mestiços, na maioria, índios e brancos de origem espanhola; 17% são brancos; 9%, negros; e 5%, índios.

Distribuição demográfica: 55% de população urbana.

Renda per capita: US\$ 870 (estimativa para 1984).

Economia: 22,6% do PNB vêm da agricultura; 27,5%, da indústria; 17, 8%, do comércio; e 32, 1%, de outras atividades.



Brasil

Área: 8.511.965 km².

População: 144.262.000 de habitantes (estimativa para 1988).

Nome oficial: República Federativa do Brasil.

Capital: Brasília.

Forma de governo: República presidencialista.

Poder legislativo: Congresso Nacional, bicameral (Câmara e Senado).

Distribuição demográfica: 74% de população urbana.

Economia: 35% do PIB vêm da indústria; 43%, dos serviços; 12%, da agricultura; e 10%, de outras atividades.







Indicações bibliográficas

O roteiro de leituras aqui apresentado aponta obras sobre a história internacional da luta pelo socialismo e cita também livros que abordam aspectos da realidade de cada país cuja experiência de construção do socialismo foi debatida no seminário. Sempre que possível, fizemos um breve comentário dos livros indicados. No caso da experiência brasileira, porém, preferimos listar apenas obra e autor, em benefício de uma bibliografia mais extensa sobre nossa formação socioeconômica, sobre as lutas de nosso povo e sobre a história das idéias socialistas no Brasil. Relacionamos, inclusive, alguns livros que, sob a forma de memória ou romance, retratam a vida de personalidades marcantes do país e descrevem episódios políticos relevantes para a compreensão da realidade nacional.

Como roteiro, obviamente, há lacunas e talvez se omitam títulos cujos autores, eventualmente, prefeririam ver incluídos. Ressalve-se também que a menção a qualquer dos autores não implica alinhamento com métodos, análises ou concepções constantes de seus trabalhos. Procuramos, tão somente, fazer um apanhado de várias orientações, visões e escolas de pensamento, conforme aliás a linha pluralista do próprio seminário.

Finalmente, chamamos a atenção para o fato de que várias das obras aqui indicadas mencionam vastas bibliografias, que podem ser consultadas por aqueles que pretendam ampliar conhecimentos para além dos limites deste texto.

Movimento operário e socialismo

As características gerais do modo de produção capitalista são o tema de *A Era das Revoluções* e *A Era do Capital*, de Eric Hobsbawm. O primeiro mostra em que condições o capitalismo surgiu e analisa as revoluções através das quais a burguesia se tornou classe dominante. Abrange um período que vai de 1770 até 1848. *A Era do Capital* estuda a consolidação do capitalismo e como o movimento operário assume um papel independente.

História da Riqueza do Homem, de Leo Huberman, é uma introdução à história do surgimento do capitalismo. Sobre o surgimento do movimento operário, indicamos duas sínteses: *História Social do Movimento Operário Europeu*, de Wolfgang Abendroth, e *Breve História do Socialismo*, de Norman Mackenzie. Além deles, há um texto indispensável, de autoria de David Ryazanov: *Marx-Engels e a História do Movimento Operário*.

De Marx e Engels, sugerimos o *Manifesto do Partido Comunista* e *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, onde se faz referências às correntes não-marxistas do movimento operário. Maiores informações sobre os socialistas utópicos, sobre Blanqui, Louis Blanc, Proudhon e Bakunin podem ser encontradas em *Democracia e Socialismo*, de Arthur Rosenberg, e em *Rumo à Estação Finlândia*, de Edmund Wilson.

Um panorama das diferentes linhas de avaliação das experiências socialistas pode ser obtido na leitura dos volumes 5 e 7 de *História do Marxismo*, coletânea organizada por Hobsbawm.

Outras obras a considerar

A vertente que analisa os países socialistas como um tipo de capitalismo de Estado pode ser estudada no trabalho de Charles Bettelheim, cuja obra principal é *As Lutas de Classe na União Soviética*. A linha de abordagem que considera os países socialistas com outro tipo de formação social, nem capitalista nem socialista, pode ser estudada a partir do livro *As Sociedades Pós-Revolucionárias*, de Paul Sweezy.

A análise trotskista tem vários enfoques. A mais difundida no Brasil é de autoria de Ernest Mandel. Sugerimos a leitura de “A Burocracia”, in: *Cadernos Democracia Socialista*.

Outra linha de análise, na linha do socialismo real, é a de Rudolf Bahro, no livro *A Alternativa*.

Uma linha bem mais crítica é a adotada por Cornelius Castoriadis em *A Sociedade Burocrática*.

A vertente soviética de análise (a que desembocou na glasnost e na perestroika) pode ser encontrada no livro escrito por Abel Aganbegyan, economista e assessor de Gorbachov.

União Soviética

Uma boa introdução ao estudo da Revolução Russa é o texto do jornalista norte-americano John Reed, *Dez Dias que Abalaram o Mundo*.

A Revolução Russa, de Christopher Hill, é uma tentativa de mostrar o papel de Lênin na Revolução e o papel desta na história. Outra obra indispensável, escrita por um dos principais protagonistas dos acontecimentos, é a *História da Revolução Russa*, de Trótski.

De Lênin, sugerimos a leitura das seguintes obras: *Que Fazer?*, sobre a concepção de partido; *O Estado e a Revolução*, sobre ambos; *Esquerdismo*, *Doença Infantil do Comunismo*; *Imperialismo*, *Etapa Superior do Capitalismo*.

Sobre Lênin, sugerimos a leitura de um artigo publicado no quinto volume de *História do Marxismo*, intitulado “Um instrumento Político de Tipo Novo: o Partido Leninista de Vanguarda”. Escrito por Monty Johnstone, o artigo analisa as diferentes posições de Lênin sobre a questão do partido. Inclusive a defesa do “partido de massas”.

Há um sem-número de outros títulos. Sugerimos a leitura de *A Revolução Russa, de Lênin a Stálin*, de E.H. Carr, que analisa um período que vai de 1917 até 1929.

Mais recentes são os dois livros de Daniel Aarão Reis sobre o assunto: *1917-1921, Os Anos Vermelhos* e *1921-1964: o Socialismo Real*.

Leitura essencial são as biografias de Trótski e Stálin, ambas escritas por Isaac Deutscher. É importante também a leitura da autobiografia de Victor Serge, *Memórias de um Revolucionário*. Sobre a *glasnost* e a *perestroika*, há a coletânea de artigos *O Projeto Gorbachev*, e a biografia do líder soviético, escrita por Zhores Medvedev.

China

Sobre o período de luta revolucionária pela tomada de poder, são indispensáveis algumas obras de Mao Tsé-tung, em especial: *Investigação sobre o Movimento Camponês, Uma Só Faísca Pode Incendiar Toda a Pradaria, o PC da China e a Revolução Chinesa* e *Sobre a Nova Democracia*. Ainda sobre esta fase, são úteis os livros de Daniel Aarão Reis, *A Revolução Chinesa*; de L. M. Chassin, *Assim Mao Conquistou a China*; de Simone de Beauvoir, *A Longa Marcha*; de E. Colloti Pischel, *História da Revolução Chinesa*; de Stuart Schram, *Mao Tsé-tung*; de Edgar Snow, *A Longa Revolução*; de Roberto Muggiati, *Mao e a China*.

Os primeiros anos do socialismo e a Revolução Cultural podem ser melhor conhecidos nas obras de Charles Bettelheim, *A Construção do Socialismo na China*; de Jean Daubier, *História da Revolução Cultural Chinesa*; de Henfil, *Henfil na China: antes da Coca-Cola*; de Joan Robinson, *A Revolução Cultural na China*; de Marie-Claire Bergère, *A Economia da China Popular*, de Daniel Aarão Reis, *A Construção do Socialismo na China*.

As reformas mais recentes são discutidas por Wladimir Pomar em *O Enigma Chinês, Capitalismo ou Socialismo*. Sobre estas questões mais atuais, é importante a leitura de documentos oficiais do PC chinês e de alguns discursos e trabalhos de Deng Xiaoping, Hu Yaobang e outros.

Cuba

Uma excelente leitura introdutória sobre a Revolução Cubana é o livro de mesmo título de Emir Sader. Nela se inclui um roteiro de leituras básicas, útil para quem deseja conhecer mais o tema. A bibliografia sobre a história latino-americana ainda é escassa no Brasil, mas pode ser utilizado o livro *A História Contemporânea da América Latina*, de Tulio Halperin Donghi.

Sobre autores cubanos, é possível dispor no Brasil da antologia *Nossa América*, de José Martí. De Fidel Castro, existe *A História me Absolverá*; *A Crise Econômica e Social do Mundo*; e *Retrato de Cuba*. Há também uma antologia de textos de Fidel editada em português. Do Che, além de *Diário da Bolívia*, foi editado no Brasil *Passagens da Guerra Revolucionária*.

De autores brasileiros sobre Cuba, destacam-se o livro de Florestan Fernandes, *Da Guerrilha ao Socialismo*; o de Abelardo Blanco e Carlos Alberto Doria, *Revolução Cubana: de Jose Martí a Fidel Castro (1868-1959)*; e relatos de viagens, entre os quais estão *A Ilha*, de Fernando Moraes; *Cuba e Fidel*, de Ignácio de Loyola Brandão; *Cuba Hoje*, de Jorge Escosteguy; *Anotações sobre uma Revolução*, de Eric Nepomuceno.

Também pode ser consultado com utilidade o livro de Marta Harnecker *Cuba: Democracia ou Ditadura*, sobre a primeira experiência de poder popular em Matanzas.

Nicarágua

A literatura sobre a Nicarágua é relativamente escassa no Brasil. Não é um tema “comercial” para os editores, nem prioritário para escritores, historiadores e cientistas políticos. O pouco que há é resultado do esforço de alguns brasileiros que viveram de perto o processo sandinista. Daí que estes livros são marcados por conjunturas específicas (fundamentalmente os primeiros anos da Revolução) e temas particulares (religião, reforma agrária, história geral), além de uma dose às vezes exagerada de parcialidade. Com a euforia dos dois primeiros anos da Revolução, Manágua transformou-se em pas-

sagem obrigatória de todos que se interessam pelo presente e futuro da América Latina. Desse período, resultaram três livros: *Nicarágua - O Primeiro Passo*, de Frei Betto; *Nicarágua, Nicarágua*, de Gilberto Galvão e outros; e *Nicarágua Sandinista*, de Marisa Marega. Essas obras abriram o caminho para a discussão do tema no Brasil, mas hoje devem ser relativizadas. Afinal, a conjuntura de um processo revolucionário é extremamente dinâmica.

Com o desenvolvimento do processo, aparecem livros mais específicos que mostram, inclusive, as dificuldades para a consolidação de uma revolução num país pobre, dependente e geograficamente próximo dos Estados Unidos. *Reforma Agrária na Nicarágua*, de Carlos Bernstein, mostra um período determinado da política agrária que, anos mais tarde, seria completamente revista pelo governo sandinista. No polêmico campo da religião, destaque para *Nicarágua - Combate e Profecia*, de Pedro Casaldáliga, e *Revolução e Igreja na Nicarágua Agredida*, de Carlos Cesar dos Santos.

No gênero testemunho, duas indicações: *A Bala na Agulha*, de Rosana Bona, e *Nicarágua, Nicaragüita - Um Povo em Armas Constrói a Democracia*, de Mirian Goldenberg, são uma espécie de diário de bordo, emocionado e emocionante, respaldado em entrevistas com os sujeitos da história nicaragüense. *Sapataria Nicarágua*, de Cristiana Tramonte, completa este gênero com uma particularidade feliz e oportuna: o modo de ser e falar da gente indígena de Monimbó, heróico bairro da cidade de Masaya, que iniciou a insurreição contra a ditadura somozista em fevereiro de 1978.

Nicarágua - Um Povo e Sua História, de Marco Antonio Piva e Marcia Cruz Piva, aborda os antecedentes históricos que levaram o povo nicaragüense à vitória de 1979. Da colonização espanhola às eleições de novembro de 1984, os autores percorrem a trajetória da nação nicaragüense: a resistência indígena, a luta de Sandino, a criação da Frente Sandinista e a estratégia revolucionária para alcançar o poder e consolidá-lo depois (a etapa mais difícil).

Para fazer o contraponto, há o livro *Nicarágua - Revolução em Família*, da norte-americana Shirley Christian. É a visão conservadora sobre o processo.

Brasil

A bibliografia sobre o Brasil inclui trabalhos sobre história, economia, lutas sociais, organizações partidárias, memória e romances, nessa ordem:

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Formação Histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré; *História Sincera da República*, de Leônicio Basbaum; *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro; *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes; *O Colapso do Populismo no Brasil*, de Octavio Ianni; *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, de Heitor Ferreira Lima; *Quatro Séculos de Latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães; *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*, de Ignácio Rangel; *Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira; *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, de Roberto C. Simonsen; *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*, de Eli Diniz; *Distribuição e Desigualdade*, de Paul Singer; *O Capitalismo Tardio*, de João Manoel Cardoso de Mello; *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, de Maria da Conceição Tavares; *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*, de Sérgio Silva; *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; *A Economia Política Brasileira*, de Guido Mantega; *Brasil - de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore; *Os Militares e a Política*, de Alfred Stepan; *1964: a Conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss; *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr.; *Sindicalismo e Classe Operária*, de Leoncio Martins Rodrigues; *Greve de Massa e Crise Política*, de José Álvaro Moisés; *Por que Democracia?*, de Francisco Weffort; *A Formação do PCB*, de Astrogildo Pereira; *O PCB - 1943 a 1964*, de Edgard Carone; *O Partidão - A Luta por um Partido de Massas*, de Moisés Vinhas; *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*, organização de Wladimir Pomar; *A Esquerda Armada no Brasil*, de vários autores; *Imagens da Revolução - Documentos Políticos das Organizações Clandestinas*, de Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá; *História das Tendências no Brasil*, de Antônio Ozai; *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, de

Emiliano José e Oldack Miranda; *Carlos Marighella - Escritos; Combate nas Trevas - a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, de Jacob Gorender; *Projeto Brasil: Nunca Mais*, obra coletiva organizada sob a responsabilidade da Arquidiocese de São Paulo, *Memória: Vida de um Revolucionário*, de Agildo Barata; *Memórias, de Gregório Bezerra*; *Navegar é Preciso - Memórias de um Operário Comunista*, de Joaquim Celso de Lima. Romance: *O Cavaleiro da Esperança e Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado; *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos; *Marco Zero*, de Oswald de Andrade; *O Retrato*, de Osvaldo Peralva.



Álbum de fotos

**Seminário Internacional 70 Anos de Experiências de
Construção do Socialismo, no Instituto Cajamar.**

Novembro de 1987.

**As fotos constantes deste álbum são de autoria
da fotógrafa Vera Jursys e integram o acervo do Centro
de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de
Holanda/Fundação Perseu Abramo.**



Da esquerda para a direita: Lula, ao microfone, Marco Aurélio Garcia e Aloizio Mercadante durante o Seminário Internacional 70 Anos de Experiências de Construção do Socialismo, no Instituto Cajamar.

Foto: Vera Jursys.



Cinegrafista em meio ao público durante uma das mesas do Seminário. Aparecem, entre outras, as seguintes pessoas: Fúlvio Abramo; Clóvis Ilgenfritz; Guiba Navarro; Apolônio de Carvalho; Luiz Carlos Prestes; René de Carvalho; Luiz Eduardo Greenhalgh; Mario dos Santos Barbosa; Vicentinho; Paulo Azevedo; Delúbio Soares; Marcelo Deda. Foto: Vera Jursys.



No centro da foto, Alberto Eulálio, o "Betão" (com bigode e crachá), integrante da comissão de fábrica dos trabalhadores da Ford, ao lado Paulo Fiorilo (com barba) e Jeter Gomes. Ainda na plateia: Glória Konno; Paulo Carvalho; Jorge Coelho; Li An; Perly Cipriano; Dainis Karepovs. Foto: Vera Jursys.



Em meio ao público, cinegrafista faz imagens da mesa formada por (da esquerda para direita): Emir Sader, Paul Singer, Osvaldo Bargas, Aloizio Mercadante, nicaraguense não identificado, os cubanos Camilo Domenes Juan Valdés Paz e a companheira brasileira Lúcia Santos, que esteve na Nicarágua fazendo parte de uma brigada de saúde. Foto: Vera Jursys.



Cinegrafista em meio ao público durante uma das mesas do Seminário.

Foto: Vera Jursys.



Na primeira fila, do lado direito, de barba e óculos, Gilmar Carneiro; na segunda fila, de cabelos brancos, Clara Charf; à esquerda dela, de cigarro na mão, Hélio Bombardi. Também presentes na plateia, entre outras pessoas: Wladimir Pomar; Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão (sindicalista); Avelino Ganzer; Eurides Mescolotto. Foto: Vera Jursys.



Ao lado da companheira não identificada, da esquerda para a direita, estão Osvaldo Bargas, Wladimir Pomar, Lucio Jimenez, Aloizio Mercadante, Jacob Gorender, Marco Aurélio Garcia, David Capistrano Filho.

Foto: Vera Jursys.



Na fileira da frente, Benedito Carvalho; logo atrás, da esquerda para a direita, Delúbio Soares e Walter Barelli (ambos de barba), Frederico Ghedini, Dainis Karepovs e Ivan Antonio de Almeida, entre outras pessoas.

Foto: Vera Jursys.



Na mesa, da esquerda para a direita, Emir Sader, Paul Singer, Osvaldo Bargas, Aloizio Mercadante, companheiro não identificado, Camilo Domenes, Juan Valdés Paz e, em pé, Apolônio de Carvalho. Foto: Vera Jursys.



Na mesa do Seminário, da esquerda para a direita: José Dirceu, Emir Sader, um companheiro não identificado, Camilo Domenes, Aloizio Mercadante e Juan Valdés Paz. Foto: autoria desconhecida.



Da esquerda para a direita: Maria Diva de Faria, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Flávio Rainha e Pedro Pontual. Foto: Vera Jursys.



Da esquerda para a direita, Lucio Jimenez, Secretário-geral da Central Sandinista de Trabalhadores da Nicarágua, ao lado companheiro não identificado durante o Seminário. Foto: Vera Jursys.



Da esquerda para a direita, Aloizio Mercadante, Marco Aurélio Garcia e Lula. Foto: Vera Jursys.



Diante do banner do evento, da esquerda para a direita, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Deda, Paulo Azevedo, Luiz Carlos Prestes, Lula, Vicentinho e outro companheiro não identificado. Foto: Vera Jursys.



Da esquerda para a direita: Olívio Dutra; Mário Barbosa e Vicentinho, respectivamente diretor e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Perly Cipriano; Adelar Pizetta, do MST, e outro companheiro não identificado. Foto: Vera Jursys.



Luiz Gushiken em meio ao público do Seminário. Foto: Vera Jursys.



Da esquerda para a direita: Avelino Ganzer, Apolônio de Carvalho, companheira não identificada e Renée de Carvalho. Foto: Vera Jursys.



Jacob Gorender dá a mão a Avelino Ganzer, que está abraçado a Marco Aurélio Garcia. Foto: Vera Jursys.



Aloizio Mercadante à esquerda; Wladimir Pomar, de camisa listrada, abraça Jacob Gorender. Foto: Vera Jursys.



*Apolônio de Carvalho (à esq.) e Benedito de Carvalho, combatente de 1935 e locutor da Rádio Pequim, em meio ao público do Seminário.
Foto: Vera Jursys.*



*Da esquerda para a direita, o sindicalista Guiba Navarro;
Luiz Carlos Prestes e Lula. Foto: Vera Jursys.*



*Da esquerda para a direita, Emir Sader, Marco Piva e José Dirceu.
Foto: Vera Jursys.*



David Capistrano da Costa Filho em mesa do Seminário. Foto: Vera Jursys.



Wladimir Pomar em mesa do Seminário. Foto: Vera Jursys.



Clóvis Ilgenfritz em meio ao público do Seminário. Foto: Vera Jursys.



O cubano Juan Valdés Paz fala durante o Seminário Internacional 70 Anos de Experiências de Construção do Socialismo, no Instituto Cajamar. Foto: Vera Jursys.





Na foto acima e na página anterior. Participantes do Seminário posam nos jardins do Instituto Cajamar diante do banner do Seminário. Entre eles: Gilmar Carneiro, Pedro Pontual, Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão), Mario dos Santos Barbosa, Aloizio Mercadante, Claus Germer, Paulo Okamoto, Paulo Vannuchi, Li An (Marília Andrade), Valter Pomar, Vicentinho, Regina Queiroz, Luis Favre, Guiba Navarro, Jorge Coelho, Avelino Ganzer, Vera Jursys, Wander Bueno do Prado, Jacob Gorender, Clóvis Ilgenfritz, Osvaldo Bargas, Delúbio Soares, Marcelo Deda, Marco Aurélio Garcia, David Capistrano da Costa Filho, Fúlvio Abramo, Eurides Mescolotto, Lula e Luiz Carlos Prestes e Perseu Abramo.

Assim que for concluída a identificação de todas as pessoas ou a maioria delas a Fundação Perseu Abramo publicará um mini cartaz com as referidas identificações.

O seminário que deu origem a este livro foi realizado em novembro de 1987. Quase um ano depois, em agosto de 1988, o setor de publicações do Instituto Cajamar enviou para a gráfica os originais da primeira edição de *Socialismo em Debate*. Não há registro da tiragem, nem houve um lançamento formal.

Quase 30 anos depois do seminário, em junho de 2017, a Fundação Perseu Abramo publicou uma edição *fac-símile* virtual do livro original. Na Apresentação desta edição *fac-símile*, que re-produzimos na presente edição, há detalhes acerca do Instituto Cajamar, do Seminário sobre 70 anos de tentativas de construção do socialismo e sobre o livro resultante.

Oito anos depois, em 2025, a Fundação decidiu publicar esta terceira edição de *Socialismo em Debate*, agora como parte da Coleção Internacional. Em relação às anteriores, há duas novidades: uma revisão completa, mantendo as regras de ortografia vigentes à época; e a inclusão de um caderno com 32 fotos, que foram selecionadas entre as mais de 200 imagens disponíveis no arquivo digital do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) da Fundação Perseu Abramo.

Esperamos que esta terceira edição, assim como as duas anteriores, contribua para a luta pelo socialismo, no Brasil e em todo o mundo.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores
www.fpabramo.org.br